



PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

CONCURSO DE REDAÇÕES,
ARTIGOS CIENTÍFICOS E
PROJETOS PEDAGÓGICOS



9

PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

CONCURSO DE REDAÇÕES,
ARTIGOS CIENTÍFICOS E
PROJETOS PEDAGÓGICOS

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA – 9ª EDIÇÃO
9º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM/PR

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — MCTI

Ministério da Educação — MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres —
ONU Mulheres

COPROMOÇÃO

Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas — SPM/PR

Diretoria de Cooperação Institucional/ Serviço de Prêmios — CNPq

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão — SECADI/MEC

Secretaria de Educação Básica — SEB/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM

DILMA ROUSSEFF

Presidenta da República

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

©2014. Presidência da República

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria de Políticas para as Mulheres — Presidência da República

Setor de Clubes Esportivos Sul, trecho 02, lote 22, Ed. Tancredo Neves, 1º andar

702000 002 – Brasília –DF

Fone: (61) 3313-7091/33137131

spmulheres@spmulheres.gov.br

www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – ligue 180

Projeto gráfico e Diagramação

Rafael Keoui (Njobs Comunicação)

Revisão

Rita de Kássia Kramer Wanderley

Franklin José de Carvalho Montanha

Distribuição gratuita

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão

Gráfica Movimento

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

260 páginas

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO GERAL	13
-------------------------------	-----------

CATEGORIA MESTRE E ESTUDANTE DE DOUTORADO ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO	26
-------------------------	-----------

O ingresso e a permanência de professores homens na Educação Infantil: a desconstrução de lugares fixos	27
--	-----------

Joaquim Ramos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas)

Professora Orientadora: Maria do Carmo Xavier

Construção civil - E isso é coisa de mulher?	58
---	-----------

Mayra Rachel da Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professora Orientadora: Maria do Socorro Ferreira Osterne

CATEGORIA GRADUADA(O), ESPECIALISTA E ESTUDANTE DE MESTRADO ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO	90
-------------------------	-----------

Além do esperado: a trajetória da índia Damiana da Cunha (Goiás, c. 1780-1831)	91
---	-----------

Suelen Siqueira Julio

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Orientadora: Elisa Frühauf Garcia

Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar: ambiguidades de um acionamento feminista do direito penal	108
--	------------

Sinara Gumieri Vieira

Universidade de Brasília (UnB)

Professora Orientadora: Débora Diniz

CATEGORIA ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO	132
-------------------------	------------

Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro: uma análise étnico-racial	133
---	------------

Natiene Ramos Ferreira da Silva⁵

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Orientadora: Ilka Dias Bichara

A questão LGBT através das decisões dos Tribunais Superiores do Brasil..... 148

Bruno Silva Kauss

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Professora Orientadora: Renata Ovenhausen Albernaz

CATEGORIA ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO

REDAÇÕES PREMIADAS NA ETAPA NACIONAL

INTRODUÇÃO 170

PARÁ – Tucuruí 174

Araguaci – um coração indígena da Amazônia em um jaleco de “Homem Branco”

Nayara Matos de Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Tucuruí

Professora Orientadora: Miranilde Oliveira Neves

PARAÍBA – João Pessoa 178

Carta em vermelho

Nadine Oliveira Cabral

Século Colégio e Curso

Professor Orientador: Arthur Gomes

SÃO PAULO – São Paulo 182

“Mas era só brincadeira” – um estudo de caso da violência contra a mulher

Nathalya Lomonaco Macchia

Colégio Santa Maria

Professor Orientador: Bernardo Fonseca Machado

CATEGORIA ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO

REDAÇÕES PREMIADAS NA ETAPA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

ALAGOAS – São José da Tapera 188

**Igualdade de gênero: um direito negado
ao longo da história da humanidade**

Paula Lima dos Santos

Escola Estadual Lucilo José Ribeiro

Professor Orientador: Cristóvão Pereira Lira

BAHIA – Rio Real 191

Às vezes dói ser mulher

Vitória Batista Calmon de Passos

Centro Educacional Moranguinho

Professora Orientadora: Maria Guimarães Alcântara

CEARÁ – Juazeiro do Norte	195
Rosa do Agreste	
Giovanna Carvalho Fernandes Figueirêdo	
Escola de Ensino Infantil e Fundamental e Médio O Autêntico	
Professor Orientador: Romão Alisson de Almeida Morais	
DISTRITO FEDERAL – Brasília	198
A luta feminista e a busca pela igualdade de gênero	
Mariah Sá Barreto Gama	
Colégio Militar de Brasília	
Professora Orientadora: Edgleuba de Carvalho Queiroz de Andrade	
MARANHÃO – São Luís	202
Da mídia para as cabeças e vice-versa	
Pedro Luan Alves Crispim Cirilo	
Colégio Universitário – COLUN/Universidade Federal do Maranhão	
Professora Orientadora: Raquel Pires Costa	
MINAS GERAIS – Viçosa	205
A “Bela” Opressão	
Paula DeMaria Corrêa Rocha	
Colégio Sagrado Coração de Maria	
Professora Orientadora: Rosana Aparecida de Paula Firmiano	
MATO GROSSO – Lucas do Rio Verde	208
Gritos femininos abafados	
Sabrina Bianca Marchetti	
Centro Educacional Piaget	
Maria do Carmo M. M. de Souza	
PERNAMBUCO - Floresta	211
Diferente e igual é o que sou	
Daniela Novaes Xavier Moraes	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Floresta	
Professor Orientador: Robson Arruda de Araújo	
PIAUÍ – Teresina	214
Por mim, por você e pelas mulheres	
Brenda Santiago Gomes da Silva	
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI	
Professora Orientadora: Valdenia Pinto de Sampaio Araújo	

PARANÁ - Palmas	218
A mulher que eu conheci	
Ana Júlia Rocha Bauer	
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas	
Professora Orientadora: Márcia Beraldo Lagos	
RIO DE JANEIRO – Miracema.....	220
Flores para uma peregrina	
Isadora Poeys da Fonseca	
Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças	
RIO GRANDE DO SUL – Sapucaia do Sul	226
A redenção de Inês	
Amanda Ferreira Meurer	
Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Sapucaia do Sul	
Professora Orientadora: Graziela Rinaldi da Rosa	
SANTA CATARINA – Antônio Carlos	229
O crime do professor de Geografia	
Natan Schmitz Kremer	
Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães	
Professora Orientadora: Margarete da Rosa Vieira	
TOCANTINS – Araguatins	233
Encontrada a roupa para o domínio do mundo?	
Samilla Ellen Silva Sena	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins	
CATEGORIA ESCOLA PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO	
PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS	
INTRODUÇÃO	238
ACRE - Rio Branco	239
Vivia, mas não via. Agora vejo	
Escola Estadual Georgete Eluan Kalume	
Coordenação do projeto: Hélio Sebastião da Silva	
DISTRITO FEDERAL- Planaltina	241
Diversidade na escola	
Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina	
Coordenação do projeto: Alexandre Magno Maciel Costa e Brito	

GOIÁS - Goiânia	243
A difícil arte de ser considerado diferente	
Colégio Desafio	
Coordenação do projeto: Francisco Donisete de Oliveira	
MINAS GERAIS – Nova Lima	244
Mapeando e denunciando a violência contra a mulher na Região Metropolitana de Belo Horizonte	
Instituto Ítalo Brasileiro Bicultural Fundação Torino	
Coordenação do projeto: Marcus Vinícius Leite	
MATO GROSSO DO SUL - Dourados	246
Estereótipos de gênero: leitura, ludicidade, tecnologia, arte e trânsito como caminhos de intervenção e prevenção	
Escola Municipal Neil Fiorante	
Coordenação do projeto: Cristina Pires Dias Lins	
PERNAMBUCO - Abreu e Lima.....	248
Plantas sagradas do Candomblé: a presença feminina nas religiões afro-brasileiras	
Escola Polivalente de Abreu Lima	
Coordenação do projeto: Inaldo do Nascimento Ferreira	
PARANÁ - Londrina.....	250
Gênero, diversidade sexual e relações etnicorraciais: a demarcação dos lugares e a produção das diferenças	
Colégio Estadual Maria José B. Aguilera	
Coordenação do projeto: Joana D'Arc Moreira Noll e Sandra Mara Aguilera	
RIO DE JANEIRO – Nova Iguaçu	252
A semântica do olhar feminino – Poetisas	
CIEP Brizolão 168 Ilda Silveira Rodrigues	
Coordenação do projeto: Bárbara Adriana Pereira de Oliveira Silva de Assis	
SANTA CATARINA – São Francisco do Sul	254
Educar para a diversidade: escola promotora de igualdade diante das diferenças	
Escola de Educação Básica Santa Catarina	
Coordenação do projeto: Edilene Soraia da Silva	
SERGIPE - Estância.....	256
Gênero e diversidade: autoafirmação da identidade negra nas séries finais do Ensino Fundamental	
Escola Municipal João Nascimento Filho	
Coordenação do projeto: Ronaldo Cardoso da Silva	

APRESENTAÇÃO

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”, expressou o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, assim como muitas feministas já haviam proposto. A escola é um lugar onde as desigualdades vividas entre as pessoas na sociedade, seja nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas das salas de aula ou nos procedimentos de avaliação, podem se reproduzir de diferentes maneiras.

A importância da educação para consolidação do exercício de direitos, para construção da autonomia individual e coletiva, bem como para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno, é reconhecida mundialmente. É estruturante para enfrentar as desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, regionais e locais.

Em 2008, segundo as estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as mulheres se tornaram mais numerosas que os homens em todos os níveis de ensino, inclusive nos programas de doutoramento. Entretanto, esses números escondem a desigualdade entre os gêneros, uma vez que ainda existem áreas profissionais essencialmente femininas, como a formação para as atividades de cuidados (professora, enfermagem, etc.), e outras majoritariamente masculinas, voltadas para as áreas de formação das ciências exatas, mais valorizadas socialmente e que perpetuam tanto a divisão sexual do trabalho como a divisão entre a esfera pública da privada. Vale destacar também que a igualdade numérica obtida na universidade e nos cursos de pós-graduação ainda não garante necessariamente a participação igualitária entre os sexos para todas as instâncias e/ou postos de liderança, nem mesmo dentro da academia, assim como não se desloca equitativamente para o mercado de trabalho.

Sabemos que o sistema educacional brasileiro é baseado fortemente em uma seleção socioeconômica e racial. Como resultante desse processo de seleção, ainda chegam às universidades, sobretudo, as camadas sociais relativamente privilegiadas. Nessa seleção, a condição de gênero pode ser, de certa forma, secundária, ou seja, ascendem às carreiras universitárias tanto homens quanto mulheres, desde que passem pela peneira da camada social.

Outro aspecto de relevância diz respeito às diferenças culturais, sociais e econômicas entre as regiões do Brasil. Assim, os padrões de participação das mulheres na escolarização e na vida pública também variam segundo os estágios de desenvolvimento econômico dessas regiões geoeconômicas.

Esta publicação é a finalização da nona edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* e divulga as redações, os artigos científicos e projetos agraciados nesta edição (2013). Nesses nove anos, o *Prêmio* teve 26.864 inscrições em todas as suas categorias, e cada edição tem seus trabalhos premiados publicados em livro e divulgados para a sociedade brasileira. Este Prêmio tem, ao longo das sucessivas edições, disseminado esses temas nas escolas de Ensino Médio, bem como nas faculdades e universidades, esperando que assim as futuras gerações vivam numa sociedade livre de preconceitos e com plena igualdade.

Agradecemos às equipes da SPM, CNPq/MCTI, MEC e à ONU Mulheres pelo empenho na concretização deste trabalho, bem como aos estudantes e docentes do Brasil que responderam a este chamado para pensar na construção de uma sociedade igualitária.

Eleonora Menicucci

*Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da
Presidência da República*

INTRODUÇÃO GERAL

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), o CNPq do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a SECADI e a SEB do Ministério da Educação (MEC) apresentam nesta publicação os trabalhos vencedores do 9º *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*.

Divulgação e inscrições

Para cumprir os objetivos deste *Prêmio*, os Ministérios responsáveis realizaram as etapas abaixo relatadas:

- Envio de 813.840 folhetos e 135.280 cartazes às escolas brasileiras por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação;
- Envio de 200.000 folhetos e 10.000 cartazes e 2.000 livros da 8ª edição do Prêmio aos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres;
- Distribuição de 3.200 folhetos e 1.300 cartazes em eventos pela Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC e pela ONU Mulheres;
- Veiculação pela SEB/MEC de material de divulgação do Prêmio na TV Escola e apoio à realização de webconferências e divulgação dos spots gravados com os premiados da 8ª edição;
- Realização de lançamentos regionais do Prêmio nos Estados do Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito Santo e Distrito Federal. Os eventos contaram com a participação dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; da Secretaria de Políticas para as Mulheres e das/os premiadas/os e/ou orientadoras/es de redações dos concursos anteriores;
- Realização de lançamentos regionais pelo CNPq.

Nesta edição, este certame recebeu 2.031 inscrições, que foram assim distribuídas: *Mestre e estudante de Doutorado*, 116 inscritos; *Graduado, Especialista e estudante de Mestrado*, com 230; *Estudante de Graduação*, com 196. Dessa forma, a comunidade universitária enviou 542 artigos científicos para esta edição. Na categoria *Estudante de Ensino Médio*, foram inscritas 1.430 redações e na categoria *Escola Promotora da Igualdade de Gênero* concorreram 59 projetos.

As inscrições por sexo

Conforme os dados preenchidos pelas(os) candidatas(os) na ficha de inscrição, a maior parte das inscrições foi feita por pessoas do sexo feminino¹.

Tabela 1 - 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, inscritos segundo o sexo, todas as categorias

Sexo	Quantidade	%
Feminino	1338	67,85%
Masculino	634	32,15%
Total	1972	100,00%

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM, 2014

Separando as inscrições por categoria, observa-se que a maior proporção de pessoas do sexo feminino encontra-se na categoria *Graduado, Especialista e estudante de Mestrado* e a maior porcentagem de inscrições masculinas, na categoria *Ensino Médio*.

Tabela 2 - 9º Edição Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, distribuição por sexo em cada categoria

Categoria	Feminino	%	Masculino	%	Total
Ensino Médio	926	64,76%	504	35,24%	1430
Estudante de Graduação	140	71,43%	56	28,57%	196
Graduado, Especialista e estudante de Mestrado	187	81,30%	43	18,70%	230
Mestre e estudante de Doutorado	85	73,28%	31	26,72%	116

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM, 2014

Comparando esses dados com a distribuição das inscrições por sexo na edição anterior do Prêmio, percebe-se que, com exceção da categoria *Graduado, Especialista e estudante de Mestrado*, houve aumento no número de inscrições masculinas nas categorias restantes.

1. Os dados presentes nas tabelas 1, 2 e 3 referem-se às (aos) inscritas(os) que declararam o sexo. Há inscrições em que não constam essas informações. No entanto, essas são minoritárias. Dessa forma, os números constantes no campo "total" das tabelas são inferiores ao número de inscrições recebidas de fato.

Tabela 3 - 8º Edição Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, distribuição por sexo em cada categoria

Categoria	Feminino	%	Masculino	%	Total
Ensino Médio	2689	66,49%	1355	33,51%	4044
Estudante de Graduação	224	74,67%	76	25,34%	300
Graduado, Especialista e estudante de Mestrado	324	79,02%	86	20,98%	410
Mestre e estudante de Doutorado	188	81,03%	44	18,97%	232

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM, 2014

Na categoria *Estudante de Graduação*, o número de pessoas do sexo masculino passou de 25,34%, na 8ª edição, para 28,57% na 9ª edição. Já na categoria *Mestre e estudante de Doutorado*, passou de 18,97% para 26,72%. Na categoria *Ensino Médio*, o número de inscrições masculinas aumentou de 33,51% para 35,24%. Houve diminuição no número de inscrições de pessoas do sexo masculino apenas na categoria *Graduado, Especialista e estudante de Mestrado*, de 20,98% na 8ª edição para 18,70% na 9ª edição.

Esses dados indicam que possivelmente está havendo uma maior sensibilização dos homens quanto às relações de gênero. Isso expressa o aumento da disseminação da temática de gênero no meio educacional brasileiro, o que pode ser resultado, em parte, da ação do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* ao longo de suas nove edições.

As inscrições: cor/raça

No quesito raça, de acordo com a autodeclaração das(os) candidatas(os), o concurso contou com 995 inscrições feitas por pessoas brancas e 897 por pessoas negras (pretas e pardas). Exclui-se dessa contagem a categoria *Escola Promotora da Igualdade de Gênero*, pois nela a inscrição é institucional e não individual. Considerando-se o total de inscrições, nota-se que há maioria de pessoas brancas: 50,46%. As pessoas negras correspondem a 45,49% das(os) concorrentes inscritas(os). Ressalte-se que houve diminuição de 5% no número de brancas(os) e aumento de 5,67% no número de negras(os) em relação à última edição do Prêmio. Isso indica que está havendo um ingresso maior dessas pessoas no sistema educacional. Sendo essa uma parcela historicamente excluída e

discriminada no Brasil, não somente no campo educacional, sua maior participação nas inscrições pode exprimir um processo de mudança. Além disso, o número de inscrições de negras(os) foi superior ao número de brancas(os) nas categorias: *Graduado, Especialista e estudante de Mestrado e estudante de Graduação*.

Tabela 4 - 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Inscrições em todas as categorias, segundo cor/raça

Raça	Quantidade	%
Branca	995	50,46%
Negra	897	45,49%
Indígena	8	0,41%
Amarela	27	1,37%
Não informado	45	2,28%
Total	1972	100,00%

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM, 2014.

As tabelas 5, 6, 7 e 8 apresentam as inscrições por cor/raça nas categorias *Estudante de Ensino Médio e Estudante de Graduação, Graduado, Especialista e estudante de Mestrado e Mestre e estudante de Doutorado*.

Na tabela 5, as taxas de participação do Ensino Médio são próximas às da tabela 4, já que essa categoria representa a maior parte do total de inscrições.

Tabela 5 - 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Estudante de Ensino Médio, segundo cor/raça

Raça	Quantidade	%
Branca	745	52,10%
Negra	645	45,10%
Indígena	6	0,42%
Amarela	19	1,33%
Não informado	15	1,05%
Total	1430	100,00%

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

As tabelas 6 e 7 expressam participação maior de negras(os) em relação às(aos) brancas(os) nas categorias *Estudante de Graduação e Graduado, Especialista e estudante de Mestrado*.

Tabela 6 - 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Estudante de Graduação, segundo cor/raça

Raça	Quantidade	%
Branca	87	44,39%
Negra	93	47,45%
Indígena	1	0,51%
Amarela	2	1,02%
Não informado	13	6,63%
Total	196	100,00%

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

Tabela 7 - 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Graduado, especialista e estudante de Mestrado, segundo cor/raça

Raça	Quantidade	%
Branca	99	43,04%
Negra	118	51,30%
Indígena	0	0,00%
Amarela	3	1,30%
Não informado	10	4,35%
Total	230	100,0%

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

Os dados presentes nessas tabelas indicam que as políticas afirmativas, como as cotas raciais em universidades, ampliaram o número de pessoas negras no Ensino Superior, elevando sua mobilidade social. A maior participação de negras(os) nas inscrições nesta edição do Prêmio possivelmente já reflete essa mudança.

Tabela 8 - **9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - inscrições na categoria Mestre e estudante de Doutorado, segundo cor/raça**

Raça	Quantidade	%
Branca	64	55,17%
Negra	41	35,34%
Indígena	1	0,82%
Amarela	3	2,59%
Não informado	7	6,03%
Total	116	100,00%

Fonte: CNPq, elaboração própria da SAIAT/SPM.

A tabela 8 demonstra que as(os) brancas(os) continuam tendo maior participação nas inscrições na categoria *Mestre e estudante de Doutorado*, 55,17% em relação ao número de negras(os), 35,34%. Possivelmente esses números expressam que as ações afirmativas e demais programas sociais que promovem maior mobilidade social no país na atualidade ainda não tiveram tempo suficiente de implementação para alterar a composição dos estratos mais altos do sistema educacional.

Processo de pré-seleção

Após o encerramento do período de inscrições, dá-se início à fase de pré-seleção dos trabalhos para todas as categorias do Ensino Médio e do Ensino Superior. Para as categorias Estudantes do Ensino Médio e Escola Promotora, há a contratação de consultoria; e para o Ensino Superior, o corpo técnico do CNPq encarrega-se de fazer a pré-seleção.

Para a categoria Estudante de Ensino Médio, primeiramente foi feita uma triagem, conforme prescrito pelo Edital: redações com um tamanho mínimo de duas páginas e no máximo de quatro páginas. Em seguida, foram observados os seguintes critérios: (1) qualidade do texto quanto ao conteúdo: relevância do tema; (2) qualidade do texto quanto à abordagem do tema: originalidade e criatividade no seu desenvolvimento; (3) qualidade do texto quanto à forma de apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na categoria Estudantes do Ensino Médio, todas as Unidades da Federação enviaram redações para este concurso. Com relação à distribuição geográfica das inscrições, a região Norte enviou 4,41% das redações e o Centro-Oeste 11,19%. A região Sudeste

enviou 24,76% das redações, a região Nordeste enviou 43,99% das inscrições, o maior contingente delas, e a região Sul participa com 15,66%.

O estado de São Paulo mantém a liderança, desde a edição passada, enviando o maior número de inscrições (153), entretanto a diferença entre o primeiro e o segundo colocados é mínima. Pernambuco vem em seguida com somente 5 redações a menos, depois temos o Ceará e Minas Gerais.

Analisando a pré-seleção, o quadro se mantém. Quem enviou mais inscrições teve mais redações pré-selecionadas: a região Norte classificou 6,11% das redações, a região Sul ficou com 13,33%, a região Sudeste classificou 26,67%, o Centro-Oeste 12,78% e o Nordeste 41,11%.

Já na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, a pré-seleção avaliou 59 projetos, tendo sido selecionados 10 dos projetos inscritos. A região Nordeste foi a que mais apresentou inscrições (47,46%), a Sudeste ficou com 22,03%, a região Centro-Oeste com 13,56% e as regiões Norte e Sul com 8,47%. Depois da pré-seleção, a região Nordeste responde por 20% dos projetos encaminhados para a etapa final.

Essa categoria do Prêmio precisa de um trabalho de divulgação mais específico para ser firmada no sistema educacional do Ensino Médio nacional. Assim como precisa também ter critérios mais específicos relativos a sua temática, como realizar o monitoramento dessas ações pelos órgãos promotores do Prêmio.

As categorias do Prêmio referentes ao Ensino Superior ficam sob a responsabilidade do CNPq e sua pré-seleção não foi descentralizada. Foram inscritos 542 artigos científicos, dos quais 313 foram selecionados pelo CNPq. Cada membro da comissão julgadora recebeu por volta de 45 artigos, distribuídos nas três categorias. A pré-seleção realizada pelos especialistas da Comissão Julgadora obedeceu aos seguintes critérios: a) qualidade do texto quanto ao conteúdo e forma de apresentação; b) originalidade da abordagem; c) contribuição ao conhecimento sobre o assunto; e d) adequação teórica e metodológica.

As tabelas 9 e 10 fazem a distribuição dos artigos pré-selecionados pelas grandes regiões brasileiras. A maior concentração é na região Nordeste, seguida pelo Sudeste. O Gráfico 1 mostra essa distribuição pelas unidades da federação. Apesar de a região Nordeste ter apresentado maior número de inscrições, São Paulo e Minas Gerais foram os responsáveis pelo maior número de trabalhos por Unidade da Federação, respondendo por 22% dos artigos científicos inscritos.

Tabela 9 - 8º Edição Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, distribuição por Região das Inscrições Pré-Selecionadas, categorias do Ensino Superior

Região	Estudante de Graduação	Graduado, Especialista e estudante de Mestrado	Mestre e estudante de Doutorado	Total	%
Norte	15	15	9	39	7%
Nordeste	69	78	33	180	33%
Centro-Oeste	18	25	10	53	10%
Sudeste	60	66	41	167	31%
Sul	34	46	23	103	19%
Total	196	230	116	542	100%

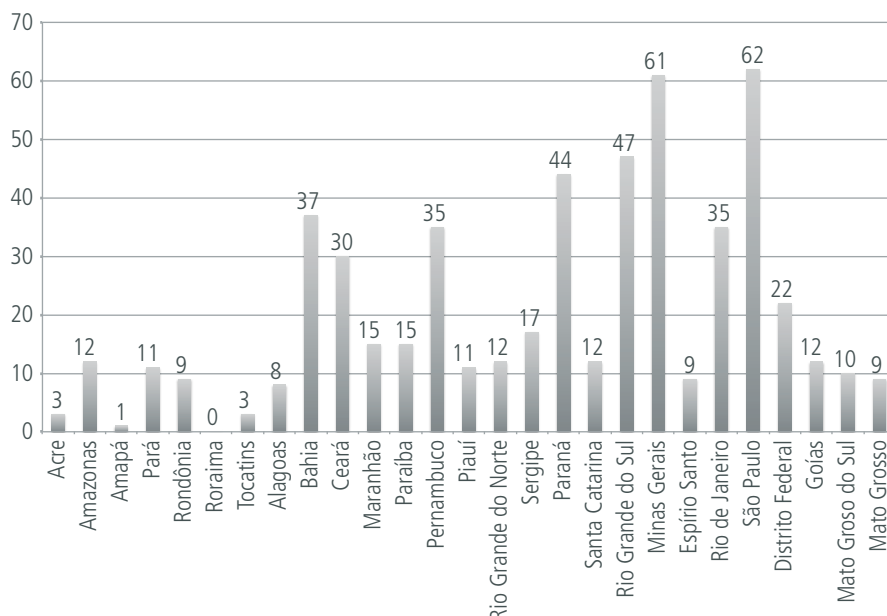
Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, Fevereiro de 2014.

Tabela 10 - 9º Edição Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, distribuição por Região das Inscrições Pré-Selecionadas, categorias Estudante de Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero

Região	Estudante de Ensino Médio	%	Escola Promotora	%
Norte	63	4,41%	5	8,47%
Nordeste	629	43,99%	28	47,46%
Centro-Oeste	160	11,19%	8	13,56%
Sudeste	354	24,76%	13	22,03%
Sul	224	15,66%	5	8,47%
Total	1430	100%	59	100%

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, Fevereiro de 2014.

Gráfico 1 - Número de Artigos Científicos inscritos por unidade da Federação - 9º Prêmio - 2013



Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, Fevereiro de 2014.

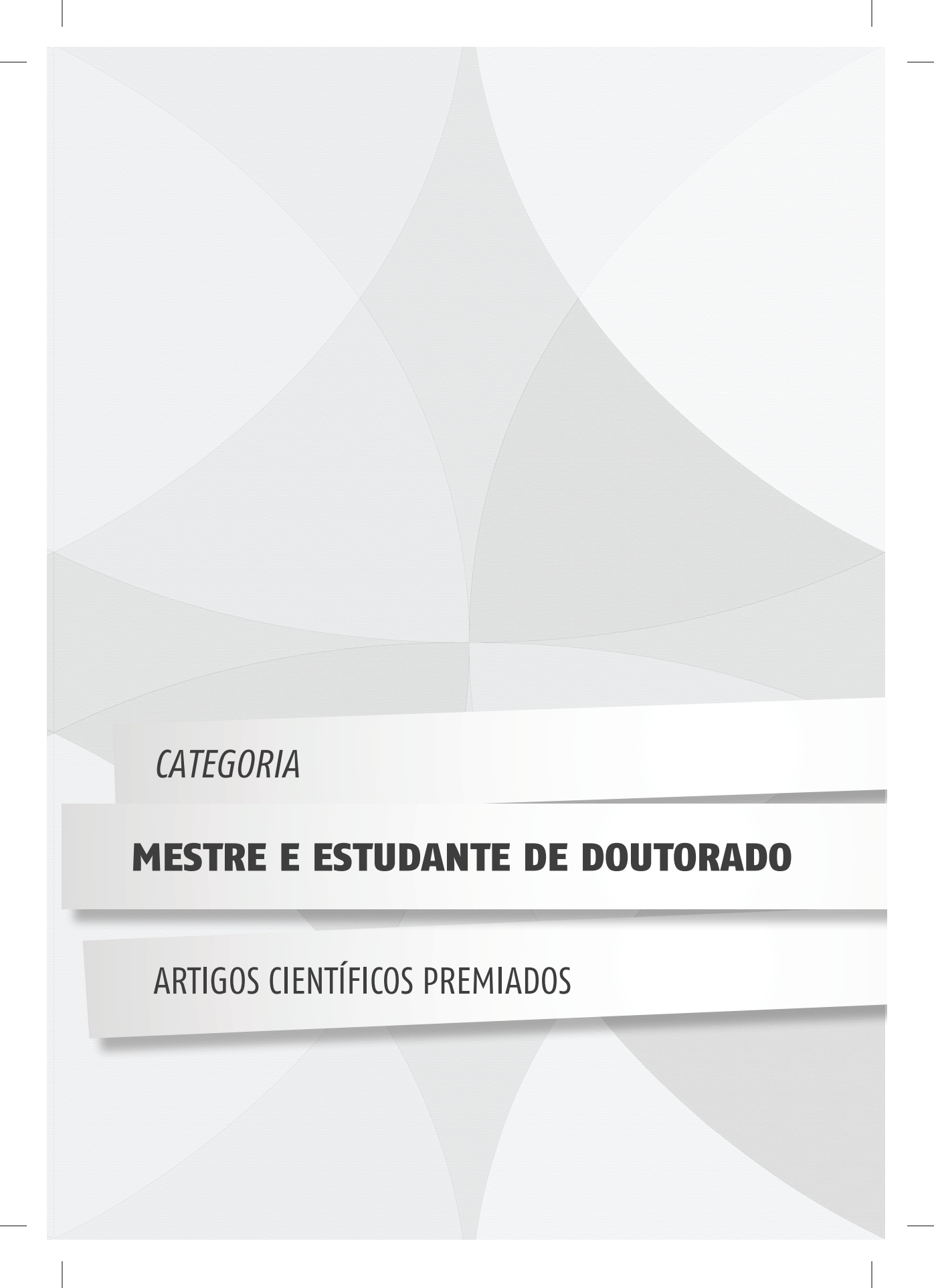
As comissões julgadoras

Tradicionalmente, este *Prêmio* tem duas comissões julgadoras: uma para as categorias *Estudante de Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero* e outra para os artigos científicos. A primeira comissão julgadora foi presidida pelo professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e composta por Adriana Gracia Piscitelli (UNICAMP); Flávia Milenna Biroli Tokarski (UnB); Reinaldo Matias Fleuri (UFSC); Mônica Carvalho Alves Cappelle (UFLA); Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB); e Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA).

A segunda comissão julgadora foi presidida pela professora Maria Virgínia de Freitas, da ONG Ação Educativa, e composta pelas professoras Susana Martinez (Universidade de Brasília), Keila Deslandes (Universidade Federal de Ouro Preto), Glória de Lourdes Freire Rabay (Universidade Federal da Paraíba), Iole Macedo Vanin (Universidade Federal da Bahia), Aparecida Suelaine Carneiro dos Santos (Geledés Instituto da Mulher Negra) e Lucia Helena Rincon Afonso (Pontifícia Universidade Católica de Goiás).

Este material é resultado do Acordo de Cooperação Técnica do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico e a ONU Mulheres. As opiniões expressas neste livro são de responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a posição oficial das Instituições citadas.





CATEGORIA

MESTRE E ESTUDANTE DE DOUTORADO

ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO

Nesta edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, a categoria *Mestre e estudante de Doutorado* recebeu 125 inscrições. Considerando as inscrições pela variável sexo, temos:

9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, inscritos segundo o sexo, categoria Mestre e estudante de Doutorado

Sexo	Quantidade	%
Feminino	85	73,28%
Masculino	31	26,72%
Total	116	100,00%

Fonte: CNPq/SPM, 2014.

Trabalhos premiados

JOAQUIM RAMOS, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), da área de Educação, tendo como orientadora a Profa. Maria do Carmo Xavier, com o artigo científico: “O ingresso e a permanência de professores homens na Educação Infantil: a desconstrução de lugares fixos”.

MAYRA RACHEL DA SILVA, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestrado em Políticas Públicas, tendo como orientadora a Profa. Maria do Socorro Ferreira Osterne, com o artigo científico: “Construção civil - E isso é coisa de mulher?”.

O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A DESCONSTRUÇÃO DE LUGARES FIXOS

Joaquim Ramos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas)

Professora Orientadora: Maria do Carmo Xavier

1. INTRODUÇÃO

Emergem deste trabalho questões que dialogam com algumas inquietações situadas no campo das relações de gênero e nos modos como algumas dessas questões operam na esfera da educação pública. Em especial, as discussões trazidas para o trabalho centram-se no campo da Educação Infantil e nas relações estabelecidas entre os seus diferentes atores. Até recentemente, no Brasil, a Educação Infantil era tida como um campo de atuação profissional majoritariamente feminino e estava de maneira bem estreita vinculada à maternagem e à família. Só recentemente, a Educação Infantil se depara com a entrada de professores do sexo masculino para atuar no cuidado e na educação de crianças entre zero e seis anos de idade. O ingresso desses sujeitos altera a maneira como a comunidade escolar percebia a educação das crianças pequenas e suas profissionais e faz emergir questões relacionadas às relações de gênero e à sexualidade desses novos atores. Assim, os estudos realizados em torno da categoria gênero adquirem, neste trabalho, papel fundamental para a análise dos dados apontados pela pesquisa.

Para as ciências humanas e sociais, o conceito de gênero tem sido mais do que um instrumento de análise: tornou-se um instrumento de autoconstrução humana no bojo das relações sociais que devem ter como fundamento a justiça e a igualdade, a partir do reconhecimento e do respeito pela diferença. A categoria gênero procura romper com a ideia do determinismo biológico no comportamento social ou cultural, conforme será explicitado mais adiante neste artigo, e as relações de gênero se configuram como construção sociocultural e estão marcadas por diferentes formas de discurso que não são neutros. Ao contrário, são influenciados pelas realidades históricas, pelas ideologias e pelos jogos de poder nos quais nasceram e foram interpretados (GEBARA, 2000). Como se sabe, até mesmo a força da linguagem se configura como elemento que corrobora para a afirmação do masculino como regra e como algo que aparece de forma supostamente natural e representado como norma nas relações sociais (BOURDIEU, 2010).

O movimento feminista, protagonizado, inicialmente, sobretudo, por uma elite intelectual e por militantes de partidos políticos de esquerda, desenvolveu-se reivindicando direitos das mulheres em diferentes níveis da vida social. Ao eclodir, esse movimento primava por acentuar, no debate efervescente, o caráter das diferenciações entre homens e mulheres até então fortemente baseado no aspecto biológico. O conceito de gênero possibilitou explicitar como as características sexuais são compreendidas e representadas, viabilizando maneiras de conduzir o debate para o campo do social, por entender que é nele que os sujeitos constroem e reproduzem as relações (desiguais) entre si, conforme salienta Louro (2001).

Por tratar das relações desiguais no interior de instituições escolares, os estudos de gênero constituem, neste artigo, importantes ferramentas para destacar, em relação aos mais diversos segmentos da comunidade escolar, as diferenças surgidas nas relações estabelecidas por professores do sexo masculino¹ que atuam junto às crianças pequenas em instituições públicas municipais de Educação Infantil no município de Belo Horizonte/Minas Gerais. A escolha por esse objeto de estudos tem estreita relação com o meu envolvimento com a educação pública, em especial, com a Educação Infantil, conforme contextualizo a seguir.

1.1 A IMERSÃO NO CAMPO E O SURGIMENTO DA QUESTÃO NORTEADORA DA PESQUISA

Ao estabelecer um paralelo entre as afinidades políticas e as tensões teórico-metodológicas que demarcam as pesquisas acadêmicas e científicas, Guacira Lopes Louro (2007) afirma que o modo como pesquisamos, como conhecemos e como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas, políticas e afetivas. Miriam Grossi (1992) ratifica essa ideia e acrescenta que o gênero do próprio autor da pesquisa interfere na maneira de perceber e interpretar o objeto de estudo. Concorro com as duas pesquisadoras, pois além do fato de que sou homem e pesquiso outros homens, estive inserido durante muitos anos na militância e no trabalho da (e com) a Educação Infantil, e isso ofereceu importante contribuição para o desenvolvimento da pesquisa e para a ampliação do entendimento de questões centrais do trabalho.

Nas instituições públicas e conveniadas de Educação Infantil de Belo Horizonte, prevalece a presença de mulheres. Minha inserção como militante e trabalhador em

1. Pode parecer redundante o emprego das expressões “professores do sexo masculino” e “professores homens”, no entanto, a opção em mantê-las se justifica pelo fato de que a língua portuguesa tende, de maneira pouco reflexiva, a neutralizar o gênero feminino. Ao usar essas formas, pretendo enfatizar que não se trata da mistura dos gêneros.

tais espaços – sempre como minoria do sexo masculino – despertou meu interesse em investigar e compreender as tensões que marcam e demarcam as relações de gênero entre professores do sexo masculino e os diferentes segmentos que atuam nessas instituições (comunidade, professoras, diretoras e coordenadoras).

Assim, a questão central deste estudo foi a de compreender – sob a perspectiva das relações de gênero – a forma como os professores homens da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte interagem com a Educação Infantil e como a comunidade escolar percebe e convive com a presença desses sujeitos no interior de instituições que, até o ano de 2004, apresentavam em seus quadros funcionais apenas mulheres.

Na atualidade, os homens na docência de crianças pequenas na referida rede de educação representam, em termos quantitativos, uma pequena parcela do total de docentes. Em 2009, de 1.837 docentes atuando com crianças pequenas, apenas 14 professores eram do sexo masculino trabalhando na Educação Infantil. Esses dados não diferem muito do que ocorre com a Educação Infantil no restante do país. Pesquisa realizada pelo INEP, em 2007, constatou que do total de 336.186 docentes que atuavam na Educação Infantil no Brasil, apenas 3,4% eram professores do sexo masculino.

Para realizar esses estudos, procurei dialogar com os 14 professores do sexo masculino da RME/BH e, inevitavelmente, esbarrei em muitos aspectos da vida pessoal e profissional desses sujeitos². Muitas questões apontadas por eles apresentam notórias imbricações com as relações de gênero. Para melhor compreender o ingresso desses professores na profissão e as relações estabelecidas nos espaços institucionais, foram necessários dois investimentos específicos: o primeiro, construir um entendimento sobre a trajetória desses homens na Educação Infantil e, nessa perspectiva, destacar, dentre outras, as razões motivadoras do ingresso na função. O segundo movimento foi o de buscar compreender também as relações estabelecidas entre eles e os demais sujeitos no interior das instituições. Tal procedimento permitiu conhecer e interagir com o universo de atuação profissional desses professores homens. Após esses procedimentos, foi possível selecionar os atores da pesquisa para realização das entrevistas e, dentre eles, os três professores que figurariam na amostragem. Por fim, foram realizadas entrevistas com as direções/coordenações das instituições de Educação Infantil e com uma gerente pedagógica, além de grupos de discussão com as professoras e com as famílias das crianças.

2. A noção de sujeito empregada nesse texto está em conformidade com a concepção trazida por Stuart Hall (2006), que classifica o sujeito como despossuído de uma identidade fixa, essencial ou permanente. Para o autor, nossa identidade é, por vezes, contraditória e está em constantes deslocamentos.

Como dito, a Educação Infantil no Brasil encontra-se, historicamente, associada à figura feminina e à maternagem. O ingresso de professores homens – especialmente quando ainda não são conhecidos pela *comunidade escolar*³ – coloca em evidência um olhar de estranhamento por parte dessa comunidade. De maneira paradoxal, esses docentes apresentam, por um lado, a sexualidade colocada em suspeição, pois, se escolheram essa profissão, é porque não são *homens de verdade*⁴; e, por outro lado, convivem com a indubitável “crença disseminada de um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças” (SAYÃO, 2005).

Além disso, outra representação frequente e reproduzida a respeito da presença desses docentes na Educação Infantil vincula-se ao campo da psicologia, por tratar de maneira positivada a interação que professores do sexo masculino estabelecem com as crianças pequenas. Nesse caso, prevalece o caráter compensatório quando a criança cria um vínculo mais estreito com uma figura masculina, em especial, se essa criança é privada, no ambiente familiar, da figura paterna e convive apenas com pessoas do sexo feminino. Assim, a presença masculina é vista como necessária e positiva ao desenvolvimento emocional da criança.

Em outra perspectiva, a Sociologia do Trabalho entende que a presença desses profissionais numa profissão majoritariamente feminina contribui para equacionar outros tipos de diferenças, pois

quanto maior o envolvimento de homens na Educação Infantil, aumentaria a opção de carreira para eles contribuindo para que se desfizesse a imagem de que esta etapa da educação básica é um trabalho apenas para as mulheres, alterando, dessa maneira, a imagem da profissão e, quem sabe, melhorando significativamente os salários e o *status* da carreira (SAYÃO, 2005, p. 16, grifo da autora).

Verifica-se, assim, que a presença do professor homem em espaços de educação e cuidado de crianças pequenas é vista como algo *fora do lugar* e que, se possível, deve ser evitada. Paradoxalmente, é ao mesmo tempo entendida como importante no interior das instituições e nas interações estabelecidas nesse mesmo espaço.

3. Professoras, diretoras, vice-diretoras, coordenadoras e gerente regional de educação fazem parte da comunidade interna; a comunidade externa é composta por pais, mães, parentes das crianças – são esses sujeitos que estarão retratados nessa pesquisa.

4. Essa afirmativa e suas variações apareceram de maneira recorrente nas entrevistas e nos grupos de discussão.

1.2 REFLEXÕES SOBRE O PROBLEMA DA PESQUISA: INQUIETAÇÕES E QUESTIONAMENTOS

Por ter atuado, profissionalmente, por um longo período, em instituições de Educação Infantil, sempre percebi estranhamentos por parte da comunidade escolar em relação à minha presença nos diferentes espaços⁵. Evidentemente, isso causava constrangimento e uma sensação de que realmente eu era mesmo um sujeito *fora do lugar*. Esses sentimentos fizeram emergir vários questionamentos e desencadearam o desejo de elucidar essas interrogações em torno da atuação de professores do sexo masculino no trabalho com crianças pequenas. Inevitavelmente, dessa minha experiência surgiram inúmeras interrogações: por que há um olhar “enviesado” para os professores do sexo masculino que atuam com crianças pequenas? As demais profissionais se sentem ameaçadas com a presença desses professores homens? Quais os outros motivos que corroboram para que esses homens se sintam “deslocados” nesses espaços institucionais? Esses deslocamentos são desfeitos? Como isso ocorre ao longo da permanência desses sujeitos na instituição? O que pensam as famílias sobre a presença desses sujeitos junto às crianças? Por que há tantas restrições quando a questão está vinculada ao corpo, ao toque, ao banho e à troca de fraldas das crianças?

O fato de ter sido o único homem atuando em espaços majoritariamente ocupados por mulheres era significativo e motivador para que algumas pessoas me vissem como um *corpo estranho*, um *forasteiro*, um *sujeito fora do lugar*, especialmente nos primeiros meses de trabalho. Essa percepção e o rechaçamento da minha presença em instituições de Educação Infantil alcançou o ponto extremo quando, em 2004, recebi de uma pessoa ligada à Secretaria Municipal de Educação a alcunha de *intruso e aventureiro* e em seguida a mãe de uma criança matriculada em uma dessas instituições me solicitou *encarecidamente* para não dar banho em sua filhinha, pois, na casa dela, nem o próprio marido executava tal tarefa. Conforme enfatizado, esses acontecimentos contribuíram para que aflorassem questões inquietantes e o desejo de aprofundá-las.

Assim, as questões que nortearam esta pesquisa vinculam-se, indiscutivelmente, ao meu desejo de compreender, sob a perspectiva das relações de gênero, a forma como professores do sexo masculino constroem, ou não, suas identidades profissionais em instituições públicas municipais de Educação Infantil. Para tanto, a pesquisa explicita as

5. Atuei como coordenador de uma creche comunitária, em seguida, como coordenador e vice-diretor de uma UMEI. Após essa experiência, trabalhei no acompanhamento sistemático das instituições públicas e conveniadas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

percepções dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar – e dos próprios professores do sexo masculino – sobre a relação que esses homens estabelecem com as pessoas e sobre as atividades relacionadas ao cuidado e à educação de crianças pequenas. Ao analisar os dados coletados, procurei destacar os desafios e os limites enfrentados por esses professores homens no fazer cotidiano e também as implicações que as relações de gênero acarretam no exercício da docência.

Em síntese, tendo por centro da pesquisa os professores homens, procurei enfatizar os desafios e limites enfrentados por eles no cotidiano do trabalho realizado nas instituições de Educação Infantil e destacar as implicações ocasionadas em decorrência das relações estabelecidas com e entre os diferentes sujeitos.

Estatisticamente, a inserção de professores do sexo masculino na Educação Infantil é muito pequena, mas tem inspirado vários pesquisadores, dentre outros é possível destacar os trabalhos de Marília Pinto de Carvalho (1999), Nailde Ramalho (2002), Frederico Assis Cardoso (2004), Deborah Thomé Sayão (2005), Janaína Rodrigues Araújo (2006), Weslei Lopes da Silva (2006), Benedito Gonçalves Eugênio (2008) e José Luiz Ferreira (2008). Esses estudos corroboram, em grande medida, com os dados desta pesquisa, entretanto, diferentemente da realidade da RME/BH, em que há poucos docentes homens na Educação Infantil, Ramalho (2002), Eugênio (2008) e Ferreira (2008) constatarem que no norte de Minas, no interior da Bahia e da Paraíba, respectivamente, especialmente em razão da falta de oportunidade de empregos, esse quadro é diferente. Esses autores apontam que nessas regiões há um considerável número de docentes do sexo masculino atuando na educação de crianças pequenas.

Em Belo Horizonte, o pequeno percentual de professores homens em creches e pré-escolas da Rede Municipal de Educação representa uma *novidade de gênero* que se vincula às recentes conquistas no campo das políticas para a infância. Em especial, ao reconhecimento da Educação Infantil como direito, consagrado na Constituição de 1988 e ao fato de a legislação atribuir ao Poder Público Municipal a responsabilidade de ofertar vagas em creches e pré-escolas. Desde 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996) inseriu a educação infantil como primeira etapa da educação básica, os sistemas municipais de ensino têm sido pressionados a ampliar o atendimento às crianças pequenas. Em resposta, alguns municípios procederam com a abertura de concursos públicos e instauraram processos de contratação de docentes,

com formação específica para atuar nessa etapa da educação básica. Cabe destacar que o ingresso dos professores homens na RME/BH iniciou em 2004, logo após a realização do primeiro concurso público para o cargo de educador infantil.

1.3 A ESCOLHA DOS SUJEITOS, DOS ESPAÇOS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos adotados nessa investigação foram entrevistas e grupos de discussão. As entrevistas foram realizadas com os professores homens que se dispuseram a contribuir com a pesquisa. Após entrevistá-los, foram selecionados três professores para o aprofundamento das questões. Em seguida, foram realizadas entrevistas com uma diretora, com duas vice-diretoras, três coordenadoras pedagógicas e uma gerente pedagógica de uma das nove Gerências de Educação do município. Para não restringir o foco e a interlocução apenas com os profissionais da Rede Municipal de Educação, outras pessoas foram também ouvidas, através de grupos de discussão: professoras e os parentes das crianças (mães, pais e outros parentes, separadamente).

A escolha por investigar os professores da RME/BH se justificou pelas seguintes razões: a) por ser atribuição do município a incumbência de oferecer a Educação Infantil, com prioridade para a oferta do ensino fundamental, conforme definição da LDBEN/9394, de 1996, em seu art. 11; b) por ter um número de instituições relativamente pequeno, se comparado aos estabelecimentos de ensino da rede privada; c) pelo fato de que a implantação do Programa Primeira Escola permitiu expandir o atendimento à criança de zero a seis anos no município; d) a criação do cargo de educador infantil exigiu a realização de concursos públicos que permitiram o ingresso de homens para o exercício da docência na Educação Infantil.

1.4 A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO

Heloisa Szymanski (2002) constata que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que são postas em jogo as percepções do outro e as do próprio entrevistador, bem como as expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações de quem está envolvido nessa interlocução.

Em função da interação estabelecida com os diferentes sujeitos e suas subjetividades, as entrevistas preliminares e o roteiro prévio ganharam contornos diferentes: algumas

entrevistas foram mais demoradas; outras, feitas em tempo mais reduzido. Antes de dar início a cada uma delas, os entrevistados preencheram um questionário semiestruturado com perguntas pessoais e profissionais e o termo de consentimento livre e esclarecido. Procedimentos adotados também com os participantes dos grupos de discussão. O trabalho de campo iniciou em meados de abril e finalizou no final de dezembro de 2010, após o início das férias escolares. As entrevistas, em média, foram realizadas em 50 minutos e os grupos de discussão, em virtude do número de participantes, em torno de uma hora. Apenas um professor não se disponibilizou a participar da pesquisa.

As entrevistas realizadas com doze professores homens que atuavam na Educação Infantil da RME/BH permitiram conhecer: a) as razões que levaram esses sujeitos à escolha da profissão docente; b) os pontos positivos e negativos que eles veem no exercício da docência com crianças pequenas; c) como se estabeleciam as relações interpessoais com os demais sujeitos da instituição (direção, professoras, crianças, auxiliares de serviços gerais, comunidade, famílias das crianças, dentre outros); d) as diferenças mais significativas na execução das atividades desenvolvidas por eles e por professoras; e) os estranhamentos ou discriminações percebidos no exercício das atividades docentes; f) as ações executadas para o funcionamento do trabalho.

Ao fazer o cruzamento das informações obtidas pelas entrevistas foi possível perceber que todos os professores vivenciaram um período de adaptação ao espaço institucional – chamarei esse tempo de *período comprobatório*. Esse período se estabelece em função das características do próprio espaço e de seus diferentes sujeitos. Notei também que os professores mais velhos apresentaram necessidade de um tempo maior para efetivar essa adaptação e, em alguns casos, essa adaptação nem se efetivava. Ao contrário, os professores mais jovens deixaram entrever em seus depoimentos que os estranhamentos eram muito menores e o processo de adaptação no espaço institucional ocorria de maneira mais abreviada e mais tranquila.

Concluído o trabalho de campo, foi possível observar também que todos esses sujeitos, sem exceção, passaram pelo crivo das demais profissionais das instituições – enfatizo: *todas do sexo feminino* – e pelo olhar vigilante e avaliativo das famílias das crianças. Eles necessitaram de um período para comprovar as habilidades e capacidades para o exercício da docência de crianças pequenas, especialmente com as crianças de zero a três anos de idade e, mais do que com os meninos, esses professores precisaram comprovar

que estavam aptos para o exercício das ações rotineiras relacionadas aos cuidados corporais das meninas e, ainda assim, em muitos casos, não lhes era dado o aval para o exercício dessa função. Nesses casos, acentuava ainda mais o olhar vigilante e enviesado.

2. TRÊS HOMENS NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA DE CRIANÇAS PEQUENAS: TRÊS FORMAS DE INTERAGIR COM A COMUNIDADE ESCOLAR

A conceituação de gênero proposta por Joan Scott (1995) contribuiu na análise dos dados obtidos, por nos permitir compreender a natureza das relações estabelecidas entre a comunidade escolar e os professores homens que lidam diretamente com crianças pequenas. Como dito, essa ação provocava incômodos e estranhamentos. Para Scott (1995), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Os estudos de gênero têm tratado em maior escala das questões relacionadas às mulheres. No entanto, a noção de gênero não se limita ao feminino. Ao contrário, indica “construções culturais” e oferece condições para distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a mulheres e a homens (SCOTT, 1995). Portanto, é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e “ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens” (LOURO, 2001).

Ao chegarem às instituições de Educação Infantil, os professores homens não permanecem incólumes às relações existentes nos espaços institucionais. Por mais que, em alguns casos, a adaptação desses sujeitos acontecesse em um período breve de tempo, foi possível notar, a partir das diversas entrevistas e nos vários grupos de discussão realizados para esta pesquisa, que esses professores, sem exceção, precisavam oferecer provas de idoneidade, competência, habilidade e, especialmente, de uma sexualidade que não oferecesse riscos às crianças. Dessa forma, eles vivenciavam uma espécie de *período probatório* antes de serem, efetivamente, aceitos como integrantes das equipes de profissionais que cuidam de crianças pequenas e as educam. Tal constatação extrapola a exigência do cumprimento do estágio probatório, de 730 dias, previsto no art. 30 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município como condição para estabilidade no serviço público. Para serem

aceitos pela comunidade escolar, os professores do sexo masculino passam pelo crivo e pela vigilância dos adultos, especialmente quando a função no interior da instituição infantil exige a execução das funções relacionadas ao cuidado das crianças.

Dessa forma, para esses professores homens, somada ao estágio probatório – exigência legal para todos os servidores municipais –, ainda havia a exigência não explícita e nem documentada do *estágio comprobatório*. Tal exigência, nitidamente delineada no campo das relações sociais, apresenta intrínseca repercussão nas relações de gênero, pois os participantes dessa pesquisa, de maneira explícita, relataram as dificuldades enfrentadas por precisarem lidar com o ingresso de homens para ocupar cargos anteriormente reservados apenas às mulheres.

Por seu caráter relacional, a categoria gênero nos ajuda a compreender as diferenciações estabelecidas entre homens e mulheres em diferentes espaços e funções. Para Izquierdo (1991), citada por Rosemberg (1996), a sociedade se estrutura, hierarquicamente, em torno do gênero masculino e feminino, o que produz e reproduz a vida humana e o que produz e administra a riqueza mediante a força vital dos seres humanos. Para a autora, nessa estruturação, que diz de relações de dominação, as atividades das mulheres são sempre consideradas menores em relação às atividades reconhecidas como masculinas, independentemente de serem homens ou mulheres que as executam. Sendo assim, esse aspecto da dominação assume grande relevância nessa pesquisa na medida em que coloca em questão a dominação do masculino sobre o feminino, comumente discutida em inúmeros trabalhos acadêmicos, e também a dominação do feminino sobre o masculino, uma vez que na Educação Infantil, espaço que, como já enfatizado, se caracteriza pela majoritária presença de mulheres, a presença de profissionais do sexo masculino é vista como “fora de lugar”.

Sabemos que, no campo das relações sociais, novas práticas têm sido incorporadas às atividades humanas e essas adquirem novas configurações, tornando-se quase impossível distinguir o que deve ou não ser atribuído a cada um dos sexos. À medida que as relações humanas se transformam, os campos de atividades adquirem novas configurações e se misturam. Atualmente, as mulheres não mais estão excluídas da guerra e mesmo “que elas não lutem diretamente contra o inimigo, temos na cabeça imagens de mulheres de uniforme, desfilando com as armas na mão, com o mesmo passo que homens” (BADINTER, 1985). Podemos até não acreditar na vertiginosidade dessas transformações e continuar pensando que a guerra, em termos tradicionais, é uma atividade especificamente masculina. Contudo, não podemos

negar que as mulheres têm ocupado, cada vez mais, posições e postos de trabalho anteriormente reservados exclusivamente aos homens.

Em conformidade com esse cenário de transformação no mundo do trabalho, a entrada de homens na Educação Infantil representa uma *novidade de gênero*. A entrada de 14 professores do sexo masculino na RME/BH, apesar de quantitativamente pequena, demarca mudanças significativas no cenário da educação básica – espaço que, não apenas no Brasil, tem sido ocupado majoritariamente por mulheres. Tal constatação, segundo Sayão (2005), prevalece porque a profissão parece ter nascido colada ao gênero feminino.

2.1 TALLYS: UM PROFESSOR EM PERMANENTE TRÂNSITO NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Tallys era casado e pai de três filhos (15, 19 e 24 anos), tinha 45 anos e dedicava-se ao magistério e à música profissional. No início da entrevista pareceu-me apreensivo e desejoso para relatar o que ocorria no cotidiano do trabalho. No entanto, conduzi os trabalhos de forma a buscar, primeiramente, entender um pouco de sua trajetória de vida e profissional antes do seu ingresso na Educação Infantil e somente após esse entendimento abordei as questões do trabalho com crianças pequenas. Ele, de imediato, compreendeu que o diálogo seria em função da pesquisa e não de suas angústias.

Iniciou sua carreira na RME-BH em uma escola municipal com turmas de Educação Infantil, localizada na região Norte de Belo Horizonte. Logo em seguida, transferiu-se para uma UMEI. Nessa última, a relação estabelecida com as professoras dessa instituição se dava no plano da normalidade, no entanto, ele enfatiza que *havia um grupo de três ou quatro professoras que nem o cumprimentava e a relação estabelecida com a coordenadora pedagógica era espinhosa*. Para tornar menos tenso o local de trabalho foi necessário, como estratégia, imprimir um tom de brincadeiras nas relações com essas mulheres. Até mesmo com as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres ele brincava: “hoje não estou me aguentando. Sou eu que estou para menstruar”.

Também com as famílias das crianças ele não representava uma unanimidade: a presença dele não estava no plano dos consensos em relação a esse segmento. Tinha uma boa relação com oitenta por cento das famílias, especialmente com os pais (homens) das crianças, com quem falava de futebol ou de motocicletas, quando eles apareciam de capacetes, mas muitas famílias ainda o viam com grande reserva.

Naquela instituição – localizada em uma região muito carente – a maior parte das crianças não tinha referência de figura masculina na família: “os meninos identificam em mim a figura paterna e de vez em quando me chamam de papai, porque muitos realmente não têm pai”. Abro um parêntesis para explicitar que essa constatação de Tallys apareceu também em diversas outras falas dos demais professores homens entrevistados. Um desses professores, por exemplo, alegou que não é somente chamado de pai, mas também de vovô. Ao explicar a razão desse tratamento evocado pelas crianças, ele deu a seguinte explicação: “muitas crianças matriculadas aqui convivem mais com os avós que com os próprios pais biológicos”.

Para Tallys, o afeto e o carinho das crianças entre si e também em relação aos adultos demarcam os pontos altos do trabalho. Ao mesmo tempo, as atividades relacionadas ao cuidado, ao toque e à necessidade de desnudar a criança são tidas como os principais pontos negativos e geradores de conflitos. Ele foi enfático ao afirmar que a própria comunidade considera estranha a presença de homens atuando no cuidado de crianças. Diferentemente das crianças que, no geral, são carentes e necessitam de referências masculinas. Elas aceitam naturalmente a presença de professores. Por isso, assegurou: “de vez em quando flagro uma ou outra criança me chamando de papai”.

O binômio educar-cuidar na narrativa de Tallys ganhou bastante evidência: o apego e o afeto das crianças com o professor recebeu contornos nos quais o lado profissional se misturava com o familiar. Entretanto, por não ter parentesco consanguíneo com elas, o momento do banho e da troca de fraldas representava para esse professor um dos maiores desafios no cotidiano do trabalho. Isso o incomodava muito, pois, antes mesmo de ingressar na Educação Infantil, já trazia certa resistência às questões relacionadas ao cuidado de crianças pequenas: “eu não me enxergava tirando a roupa de uma criança, principalmente das meninas”, destacou.

Na tentativa de romper com esse mal-estar, Tallys deixou a função de professor de apoio e assumiu a turma de crianças de dois anos de idade, ainda que sob resistência da coordenadora pedagógica. Mesmo sabendo que o cargo exigia a realização de atividades vinculadas ao cuidado e das quais ele não poderia se esquivar, Tallys justificou essa escolha alegando ter certeza de que, ao desempenhar com esmero o seu trabalho, ninguém teria coragem de colocar em xeque a sua conduta e o seu profissionalismo.

Montenegro (2001) afirma que há uma complexidade conceitual da dimensão do cuidado de crianças pequenas, uma vez que encerra também uma relação com o componente

emocional. A Educação Infantil, nesse sentido, constitui um campo paradigmático pelo caráter ampliado das polarizações entre o campo da afetividade e o da racionalidade.

Percebe-se que executar as tarefas contidas no binômio educar/cuidar não se configura como uma dificuldade exclusiva dos professores homens. Estudiosos da educação infantil têm produzido profícuas discussões sobre a indissociabilidade do cuidar e do educar. Essas duas dimensões, mesmo que nunca tenham estado verdadeiramente separadas, precisam ser pensadas, *intencionalmente*, de modo integrado, pois, segundo Montenegro (2001), se a criança necessita de cuidados, proteção e aconchego, também é verdade que vivenciará experiências mais enriquecedoras se estiver sendo estimulada por profissionais formados para desenvolver atividades educativas programadas. E isso, como se sabe, independe do sexo do docente.

Deborah Tomé Sayão (2005), ao investigar a presença de professores homens em creches de Florianópolis, constatou também uma forte rejeição ou resistência por parte dos profissionais, incluindo os professores homens, quanto ao uso do vocábulo “cuidar” dissociado do “educar”. Era recorrente, segundo a autora, a justificativa de que “nós não cuidamos, nós educamos e cuidamos”.

Tais questões nos remetem às hierarquias de gênero. Se até pouco tempo atrás, reservavam-se às mulheres as atribuições voltadas ao cuidado da casa, do marido e dos filhos, cristalizadas numa visão essencializadora dos papéis sociais, na contemporaneidade outros cenários têm se configurado. Dessa forma, continua bem atual a tese de Elizabeth Badinter (1985), na qual ela defende que a maternagem não tem sexo, pois, dentro de cada contexto sociocultural, é aprendida no fazer cotidiano, cabendo a homens e mulheres a capacidade (ou não) de cuidar de crianças.

A presença de Tallys na instituição serviu para desconstruir aquele ambiente exclusivamente feminino no qual as professoras tinham plena liberdade para tratar de todos os assuntos, sem distinção, sem vigília e sem constrangimento. Ele afirmou que “quando elas se encontravam sozinhas, sem a presença do sexo oposto, de maneira natural falavam de tudo: de menstruação, de calcinhas, das intimidades, mas quando percebiam a minha presença, mudavam o rumo da conversa”.

Tallys afirmou ainda que se fosse um daqueles professores durões, calados e introspectivos, e se não permitisse algumas brincadeiras, a situação na instituição seria

insustentável para as professoras e para si próprio. Segundo ele, uma postura mais inflexível e rígida por parte desses professores, como o próprio Tallys destaca, ocasionaria atritos de outras ordens. Mesmo com todo “esse jogo de cintura” nas relações, como ele afirmou ter, não conseguia tratar todas as professoras da mesma maneira: “não consigo falar para as mais mal-humoradas que eu acho que estou pra menstruar, não tem jeito”. De modo geral, essas foram as impressões levantadas nesse primeiro contato.

A segunda entrevista ocorreu três meses e meio após o início do ano letivo. Por mais que tenha havido interrupções no curso normal das atividades escolares (greves, licença para tratamento de saúde etc.), ele chamou a atenção para o fato de que havia conseguido dar o primeiro banho em uma menina. Essa foi uma longa conversa. Tão recorrente o caso do banho em meninas que, nas entrevistas com os demais professores, a separação tácita entre os professores e as professoras quanto ao banho das crianças pequenas também ganhou grande destaque: na maioria dos casos, os professores homens dão banhos nos meninos e as meninas ficam sob a responsabilidade das professoras. Apenas um desses professores afirmou dar banho em todas as crianças, indistintamente⁶.

Tallys avaliou ainda que, por se tratar de uma instituição pública, na qual os professores são concursados, as ressalvas sobre a presença do homem na docência de crianças pequenas deveriam ser amenizadas. No entanto, ressaltou que, se se tratasse de um travesti na mesma função, a discriminação seria incalculavelmente maior. Destacou ainda que o fato de trabalhar em um espaço onde atuam muitas mulheres, por si só, contribua para que, de “forma natural”, as pessoas colocassem em xeque a sexualidade dele.

2.2 NATAN: UM PROFESSOR QUE RAPIDAMENTE ADAPTOU-SE ÀS NUANCES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Natan tinha 31 anos e morava com a esposa e a filha de nove anos no segundo andar de uma casa construída nos fundos do lote da família. Apaixonado por artes, nas horas vagas gostava de trabalhar com grafite. Trabalhava há cinco anos na Educação Infantil e assumiu o segundo cargo na RME-BH em março de 2010 na mesma função.

Antes de ingressar na Educação Infantil, era empregado de uma pastelaria no bairro Eldorado, no município de Contagem/M.G. Acordava às quatro e meia da manhã

6. Trata-se do professor Natan e, como será posteriormente enfatizado, dentre os três professores focalizados nessa pesquisa, ele é o único a se adequar mais rapidamente a todos os segmentos da comunidade escolar.

e se dirigia ao trabalho, onde não lhe era oferecida nenhuma perspectiva profissional e, em função do horário de trabalho, nem possibilidade de retornar aos estudos como desejava. Dessa maneira, ele tinha a convicção de que a profissão docente representaria a possibilidade de ascensão social.

Ao ingressar na RME/BH foi lotado em uma instituição que estava em fase de municipalização, mas até aquele momento era ainda administrada pela Associação Municipal de Assistência Social (AMAS). À medida que chegavam os educadores concursados, os antigos funcionários eram, gradativamente, dispensados. Isso gerava um grande conflito entre as pessoas que chegavam e as que saíam. “Era como se tivéssemos tirando o emprego daquelas pessoas”, afirmou Natan.

O fato de ser grafiteiro lhe conferiu, logo de início, possibilidade de negociação não declarada com as educadoras, traduzida por ele com as seguintes palavras: “as educadoras viram que podiam explorar esse meu lado artístico. E exploraram. Eu comecei a aprender com elas a arte do ofício de ser professor de crianças pequenas”.

Logo que chegou à instituição, a coordenadora foi incisiva com ele: “se você assumir o cargo de professor de apoio, quando faltar alguma professora será você quem irá substituí-la e poderemos ter problemas com as famílias das crianças, principalmente com as famílias das crianças do berçário”. Por isso, decidiu colocá-lo como professor-referência da turma de crianças de quatro anos e salientou que tal turma seria exclusivamente dele e que, com as crianças maiores, a dimensão relacionada ao cuidado era menor e não haveria necessidade de trocar fraldas, nem de dar banhos.

No entanto, em função das inúmeras faltas e licenças das educadoras, Natan foi convidado, logo no primeiro ano de atuação, a dobrar no outro turno para substituir uma professora do berçário. Essa nova empreitada causou muita discussão no interior da instituição e houve necessidade de dar explicações às famílias, argumentando que nada havia de errado em se ter um professor do sexo masculino atuando no cuidado e na educação dos bebês, especialmente em um ambiente onde, simultaneamente, atuavam dois ou três profissionais. Passados os primeiros estranhamentos, o seu desempenho na função comprovou que um homem consegue, tanto quanto uma mulher, executar atribuições inerentes ao cargo de educador infantil, incluindo os afazeres relacionados ao cuidado de bebês.

É perceptível nessa experiência vivenciada por Natan que também ele, mesmo em um tempo menor, necessitou comprovar a sua capacidade para atuar na função. Após conseguir passar por esse *estágio comprobatório*, a equipe da UMEI reconheceu suas capacidades. Ele foi elogiado pela competência e pela perseverança.

Natan relatou que não era a primeira vez que executava esse tipo de atividade. Desde quando sua filha era pequena, nunca teve melindres para cuidar de crianças, em todos os sentidos. Informou que ainda teve como exemplo o próprio pai, que já quebrara há tempos o estereótipo social que estabelece funções diferenciadas para homens e para mulheres: “meu pai sempre teve uma visão diferente da maioria dos homens, ele arrumava casa, cuidava das crianças, fazia comida... sem nenhum constrangimento”.

Após um período atuando com as crianças de dois anos, as atividades relacionadas ao cuidado ainda representavam percalços para Natan, entretanto, em decorrência do fato de existir apenas um banheiro na UMEI, para uso de meninos e meninas, na hora do banho não havia separação por sexo. Contrariando parte do que foi elencado pelos outros professores sobre a separação por sexo durante o ritual de banho das crianças, era Natan quem executava essa atribuição. Dava banho em todas as crianças, ficando ao encargo da professora com quem dividia a regência da turma enxugar o corpo e vesti-las. Como todos já conheciam o trabalho desenvolvido por ele, essa ação não mais caracterizava qualquer tipo de “afronta” à comunidade, como ocorrera quando iniciou as atividades docentes nessa UMEI.

A vice-diretora dessa UMEI avaliou como natural o estranhamento inicial da comunidade com a chegada de um professor do sexo masculino. Esse fato representou também para ela uma preocupação. “Somente após tê-lo conhecido melhor é que foi possível conseguir *respirar* mais aliviada.”

A coordenadora lembrou que o ingresso de Natan na instituição causou alguns questionamentos, especialmente de mães com filhas matriculadas na UMEI. No final do primeiro ano de seu ingresso na instituição, fizeram sorteios para a distribuição das turmas para o ano seguinte. As próprias educadoras indagaram se era ou não conveniente deixá-lo responsável pelas turmas de crianças menores. Também Natan questionou se haveria ou não problemas se ele fosse sorteado para o exercício da docência no berçário. Questões dessa natureza haviam sido dirimidas. Apenas as diferenças físicas continuavam presentes nos bastidores da instituição.

Por vezes, essas diferenças existentes entre homens e mulheres surgiam de maneira enfática, como neste episódio relatado por Natan:

Uma professora da tarde foi dobrar no turno da manhã. Em dado momento, nos encontramos e começamos a conversar. Ela disse pra mim: - rapaz, se eu não tivesse conversado com você, eu continuaria achando que você era “gay”, porque não faz sentido um homem desse tamanho trabalhar com criança pequena. (PROFESSOR NATAN).

Mais comum do que se possa crer, a observação dessa educadora confirma a perspectiva das hierarquias sociais vinculadas ao gênero. Nesse caso, a opção por uma carreira feminina demarca a negação do masculino. Tal concepção nos leva às seguintes indagações: por ser socialmente uma profissão desvalorizada, do ponto de vista da carreira docente, atuar na Educação Infantil não é apropriado para homens? Professores do sexo masculino, verdadeiramente “machos”, devem atuar apenas com crianças maiores? Ou, incorporando as reflexões feitas por Nicholson (2000), as diferenças no sentido e na importância atribuídas ao corpo afetam o sentido da distinção masculino/feminino?

O relato de Natan demonstra que o fato de ocupar uma função entendida como feminina era suficiente para que as pessoas julgassem-no homossexual, mesmo sem conhecê-lo. Essa premissa foi confirmada nas diferentes entrevistas e nos grupos de discussão realizados para esta pesquisa. Esses procedimentos contribuíram para tornar explícito que, mais do que as famílias das crianças, as professoras, as direções e as coordenadoras colocavam em xeque a sexualidade desses professores homens, especialmente quando ainda não os conheciam.

Paradoxalmente, de um lado, se esses sujeitos escolheram uma profissão que culturalmente está associada ao feminino é porque eles não são *homens de verdade*, como aponta o fragmento de entrevista acima. De outro, há uma tendência das famílias das crianças de atribuírem a esses sujeitos as características de homens sexualmente descontrolados e que, por precisarem lidar com os cuidados corporais das crianças, podem cometer abusos contra as mesmas.

O tratamento diferenciado em relação a esses professores não se restringe às dúvidas em relação à sexualidade. Foi possível perceber que as diferenças de gênero constituíam para alguns grupos de professoras a possibilidade de terem esses sujeitos nos cargos de direção e coordenação. Elas próprias contribuíam para o empoderamento des-

ses professores do sexo masculino. É o que se percebe na fala de vários professores entrevistados. Um deles afirmou que, em vésperas de eleições, por várias vezes, as professoras esperavam que ele se apresentasse como candidato e que também já foi convidado para a coordenação umas quatro ou cinco vezes.

Inequivocamente, as diferenças corporais entre homens e mulheres são fatores que interferem no cotidiano do trabalho docente. Ainda que homens e mulheres estejam espalhados pelas mais diferentes áreas e funções - sem estarem presos às amarras das distinções que até recentemente atribuíam a cada um dos sexos um lócus de atuação e reservavam, a eles, uma destinação prioritária na esfera produtiva e de maior valor social e, a elas, o espaço da esfera reprodutiva, social e economicamente menos valorizado - atualmente é cada vez mais evidente que essas diferenciações estão desaparecendo. Entretanto, como observado pela coordenadora pedagógica de Natan, na Educação Infantil não é possível desconsiderar o destaque que essas diferenças corporais adquirem quando se trata das interações físicas entre os professores homens e as crianças.

Tanto os professores quanto as professoras fazem uso dessas diferenças físicas no cotidiano do trabalho. Um dos professores entrevistados, consciente de que sua voz e o seu jeito de falar mobilizava de maneira mais eficiente as crianças, exemplificou da seguinte maneira: “eu cuido das disciplinas, às vezes eu fico com duas turmas e elas [as professoras] fazem os trabalhos manuais para a minha e para as turmas delas. Sempre faço essa parceria”. Dessa forma, essas diferenças físicas chegaram a constituir no interior das instituições uma espécie de “moeda de troca”.

Natan, diferentemente, ao atuar com as crianças do berçário, parece não ter necessitado lançar mão dessas diferenças físicas para criar uma identidade com a instituição e com os seus diferentes sujeitos. Pelo que indicam as entrevistas e os grupos de discussão com as professoras que trabalhavam com ele, a interação dele com as crianças, com as famílias e com os demais profissionais ficou dissociada do fato de ser ou não homem.

2.3 CAUÃ: A RESISTÊNCIA COMO MARCA DA PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por fim, o terceiro professor entrevistado foi Cauã. Ele tinha 51 anos de idade, era negro, estava solteiro, não tinha filhos, atuava há 24 anos como técnico agrícola no departamento de parques e jardins da PBH e, concomitantemente, há cinco anos, atuava na Educação

Infantil da RME/BH. Fez questão de enfatizar a crença em três princípios do existencialismo cristão que contribuem para a evolução humana: o primeiro, *espera-se do homem uma qualidade moral*; o segundo, *cada pessoa é resultado de suas próprias obras* e o último, *o homem é capaz de desenvolver-se intelectualmente ao longo de toda a sua existência*. Coerentemente, durante as entrevistas com esse sujeito, foi possível constatar que esses princípios – aliados a vários outros valores relacionados à sua própria existência – pareciam perpassar sua trajetória de vida e se entrelaçar às posições tomadas frente aos desafios surgidos ao longo de sua vida, inclusive na relação com o trabalho, conforme poderá ser constatado em seus relatos.

Concluiu o curso técnico de agropecuária em uma escola localizada no município de Esmeraldas, onde foi aluno interno durante 15 anos e 169 dias, conforme ressaltou. Em nível superior tinha formação em Pedagogia e frequentava, no período da noite, as aulas do curso de Direito em uma faculdade particular.

Cauã assumiu a regência, como professor-referência, durante todo o ano de 2007, segundo ele, contrariando os desejos da diretora, que o via como um professor sem o devido domínio da turma. Por esse motivo, ela tentou, sem êxito, nesse mesmo ano, transferi-lo para a função de professor do apoio. Os atritos com a diretora culminaram em intervenção da SMED. As acompanhantes da regional/SMED – que, nas palavras dele, “sabiam muito de Educação Infantil”, assistiram às aulas dele e fizeram algumas intervenções pontuais, chegando à conclusão de que era possível aprimorar a prática docente e que, para isso, Cauã precisaria contar com a colaboração dos demais profissionais da escola. Alegaram ainda que a forma como Cauã conduzia os trabalhos em sala de aula não apresentava nenhuma anormalidade, nem prejudicava as crianças. “Pelo contrário, eu interagia com as crianças e era, além de responsável pela turma, um amigo que proporcionava carinho, prazer, segurança e senso de responsabilidade”, conforme enfatizou.

A posição da diretora em tornar Cauã professor do apoio não foi isolada nas instituições da RME/BH. Dados da pesquisa realizada para esta dissertação apontam que, dos treze professores contatados lotados na RME/BH, sete atuavam na função de apoio. Há uma tendência “quase natural” das demais profissionais da instituição em destinar aos homens as funções em locais abertos ou de apoio, onde facilmente estarão sob a vigilância de terceiros.

Baseado nas evidências fornecidas pelas entrevistas, foi possível fazer algumas inferências e indagações: as crianças de menos idade são mais indefesas? Deixar esses professores sozinhos no espaço da sala de aula com crianças pequenas representa perigo? O fato

de serem homens traduz, inevitavelmente, falta de afinidade com um trabalho vinculado à educação e ao cuidado tradicionalmente desenvolvido por mulheres? Trabalhar com música, “educação física”, contação de histórias, informática e atividades afins é mais apropriado a esses professores do sexo masculino? Para as demais profissionais, atribuir ao homem a função de professor do apoio é ter a garantia de que sempre haverá mais alguém por perto e esses sujeitos ficarão impossibilitados de cometer algum delito contra as crianças?

Essas são indagações complexas que não nos autorizam respostas simples e generalizáveis. Como esta pesquisa vem evidenciando, cada caso representa uma situação diferenciada. Ainda assim, é interessante destacar como há uma tendência em atribuir a esses professores funções que devem ser executadas em espaços abertos, com a presença de outros adultos e com as crianças maiores e “menos indefesas”.

Cauã afirmou que estava satisfeito com a função de professor do apoio, no entanto ressaltou entusiasmado que, no período em que esteve como professor-referência, 90% das crianças saíram alfabetizadas e as demais (10%), que não saíram alfabetizadas de fato, saíram conhecendo todas as letras, os números e formando sílabas iniciais.

Ao finalizar a intervenção da SMED/Regional, Cauã afirmou ter saído fortalecido em relação às próprias convicções pedagógicas, uma vez que não era ele quem tratava as crianças da Educação Infantil como alunos do ensino fundamental. Ou seja, continuaria realizando as atividades com as crianças em consonância com a faixa etária delas e continuaria se posicionando com atitudes que são próprias de homens como professores de crianças pequenas, pois

eu sou de fato homem, por mais esforço que eu faça, eu não consigo ser mulher, graças a Deus. Não vou distribuir beijos e abraços. Se eu tiver de dar um beijo, será com muita sinceridade. Se eu tiver de dar um abraço, será também com sinceridade. Não acho muito bom ficar abraçando e beijando não. Eu não gosto muito disso. Ser sincero, despachado e cortês é uma característica minha. Não vou mudar (PROFESSOR CAUÃ).

Na fase de conclusão de coleta de dados desta pesquisa, retornei à escola em que Cauã atuava para realizar uma discussão com um grupo de mães. Soube, então, que ele havia sido encaminhado à corregedoria. Procurei-o e agendamos uma nova entrevista para o final do ano letivo, em dezembro. Julguei muito importante conhecer os motivos de uma ação tão extrema.

Nessa segunda entrevista, além de retomar questões anteriormente elencadas, Cauã refere-se ao ano de 2010 como um ano “bom”, especialmente para a direção que teve a oportunidade de vê-lo na corregedoria. E explica:

Estávamos no horário do recreio, todos juntos no parquinho. Eu estava sentado numa cadeira e brincava com uma criança de três anos de idade. Ela segurou no meu braço e ficou trançando assim [mostra com gestos] e gritava. Uma acompanhante da GERED presenciou essa cena, de longe. Alegou, depois, que eu estava “sojigando”⁷ a criança. Mas não me disse nada no dia. Para minha surpresa, vinte dias depois, a diretora me chamou e falou: estou te chamando aqui porque preciso te aplicar uma advertência. Para mim isso não é bom, nem prazeroso, mas tenho que cumprir ordens. Por isso, chamei a coordenadora e a vice-diretora para testemunharem, ela disse. Eu neguei, pedi para convocar o gerente responsável pela acompanhante que disse ter presenciado a cena. Reafirmei não ter “sojigado” ninguém. Se sojigo uma criança tão fraquinha, eu me considero uma pessoa forte, tenho um metro e setenta e oito de altura e peso 92 quilos. Se pegar uma criança para sojigar, ficarão as marcas de meus dedos, porque ninguém sojiga levemente. Essa criança ficará machucada e vai chegar em casa e reclamar. Esse ato, esse gesto será visto por muitas pessoas, até porque o parquinho é aberto. Não vou assinar não e, por favor, convoque o gerente e a acompanhante para esclarecermos. Um mês depois chegou para mim a intimação da corregedoria.

O desdobramento desse fato foi que, mesmo o corregedor – classificado por Cauã como uma pessoa simpática e correta – percebendo que não havia motivo para punição, em função de relatos contraditórios por parte dos proponentes, sugeriu duas alternativas a Cauã: “tocar” o processo e convocar os envolvidos para elucidar os fatos ou suspê-lo de imediato.

Dessa maneira, em conformidade com as condicionantes acertadas entre as partes, o corregedor aplicou a suspensão por processo administrativo (SUSPAD), e, durante o período de dois anos e meio, Cauã teria de se apresentar à Corregedoria Geral do Município para entregar o atestado bimestral de cumprimento dos deveres, de desempenho satisfatório das atribuições e de não cometimento de outras “infrações” – assinado pela chefia imediata. A aplicação desse

7. O dicionário Aurélio apresenta como sinônimos para a palavra sojigar: dominar, conter, aguentar, subjugar. Entretanto, neste contexto, o gesto do professor representou “sacudidelas” na criança.

procedimento, durante esse período, só se efetivou porque, “segundo o corregedor, não era possível diminuir esse tempo mais, se fosse, ele alegou que diminuiria”, informou Cauã.

A intervenção da GERED nos dois momentos apresentou-se de maneira bem distinta entre si: ainda que se tratasse do mesmo professor, houve mudança nas pessoas encarregadas de fazer o acompanhamento da escola. No primeiro momento, houve a averiguação pontual e necessária; no segundo, pelo relato de Cauã, houve indícios de ausência do diálogo – tão fundamental no exercício do magistério – pois, ao ser convocado para uma conversa na GERED, já havia tramitado o processo na Corregedoria Geral do Município.

Assim, até o momento dessa segunda entrevista, o assunto havia se encerrado dessa maneira. Ainda que houvesse o desejo de continuar averiguando esses fatos, em função do tempo escasso, não foi possível aprofundar a questão. As entrevistas produzidas com a diretora e com a coordenadora dessa escola aconteceram separadamente e antecederam o fato relacionado à corregedoria.

A coordenadora destacou a boa relação de Cauã com as crianças e as famílias, no entanto afirmou existir certo estranhamento em relação à equipe de trabalho: “primeiro porque era uma surpresa para todo mundo a figura masculina naquele espaço”, enfatizou; segundo, pelas próprias características físicas do professor: “ele é grande, aquele vozeirão, aquela mão grande... isso causa impacto”. Para ela, o fato de o homem ser uma figura forte, ao brincar ou segurar uma criança, com mais força, poderia, mesmo sem querer, marcá-la e se isso já configurava, por si só, constrangimentos para as professoras, é muito mais relevante quando se trata de um homem na função:

E se o bicho já “pega” com as professoras, se é uma figura masculina, a coisa pega dobrado, porque é preciso considerar os preconceitos: o que esse homem está fazendo nesse meio que não lhe pertence? Uma coisa assim meio agressiva. Essas situações contribuíram para a direção pedir uma intervenção (...). Não havia diálogo, pareciam questões pessoais e não profissionais. Parecia que não era uma intervenção para resolver questões da escola, mas uma perseguição à pessoa. Assim foi tomado, mas não era, porque ele permanece (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

As palavras dessa coordenadora contribuem para sintetizar o que foi afirmado por vários outros sujeitos entrevistados nessa pesquisa. Além da força e das diferenças físicas

constitutivas do corpo masculino, há também uma demarcação do espaço e algumas perguntas são salutares para a explicitação do estranhamento: o que esse homem está fazendo em um lugar que, tradicionalmente, sempre foi tido como de atuação das mulheres? O fato de parecer estar “fora de lugar” é causador dessas “perseguições”? Mandar para a Corregedoria Municipal é uma forma de penalizar o outro em função de suas diferenças físicas? São perguntas fundamentais que, em função da peculiaridade da pesquisa, não foram respondidas.

Para Sayão (2005), a afirmação de que o magistério é uma profissão feminina constitui-se em um problema e não em uma verdade, pois alguns estudos indicam que “a profissão de educador infantil” não constitui um trabalho feminino porque nela encontra-se um número maior de mulheres exercendo a docência, mas porque exercem uma função de gênero feminino, vinculada à esfera da vida reprodutiva. Cuidar e educar crianças pequenas sempre foram tidos como funções femininas também na esfera reprodutiva (SAYÃO, 2005).

Assim, ainda que não seja possível afirmar categoricamente que tais ações relacionam-se ao fato de não aceitação do homem nesse espaço institucional constituído majoritariamente por mulheres, é possível, a partir desses relatos, afirmar que, para se manter na profissão, Cauã demonstrou resistência e perseverança, conforme acentuou a própria coordenadora “Cauã permanece na instituição”.

Sem desejar esgotar as discussões em torno dessas questões, apenas avalio como fundamental enfatizar que as contradições desses episódios ocorridos com Cauã fornecem elementos para destacar que tais confrontos no ambiente de trabalho, para além das diferenças de concepção e pedagógicas, são fortemente demarcados pelas diferenças de gênero.

A identidade do sujeito é plural, múltipla, mutante e, por vezes, contraditória, conforme já salientado em nota anterior. A discussão de gênero transcende o mero desempenho de papéis. Para Louro (2001), “o sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Essas práticas e instituições ‘fabricam’ os sujeitos”. Assim, a categoria gênero é atravessada por outras categorias (classe, raça/etnia, religião, sexo, dentre outras) e está continuamente se construindo e se transformando, na medida em que também é atravessada pelo discurso que nega, afirma ou silencia, que regula, normaliza, instaura saberes e produz verdades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra gênero, conforme ressaltado por Marília Pinto de Carvalho (2010), era usada especialmente para nomear as formas masculinas e femininas na linguagem e foi apropriada como um termo contrastante com sexo, designando, dessa forma, o que era socialmente codificado como masculino ou feminino. Para essa autora, há, entretanto, outra definição mais recente de gênero que não se opõe a sexo,

mas inclui a percepção a respeito do que seja sexo dentro de um conceito socialmente elaborado de gênero, uma vez que assume que as próprias diferenças entre os corpos são percebidas sempre por meio de codificações e construções sociais de significado. O gênero não seria um conceito útil apenas na compreensão das interações entre homens e mulheres, mas uma parte importante dos sistemas simbólicos e, como tal, implicado na rede de significados e relações de poder de todo o tecido social (PINTO, 2010).

Dessa forma, a categoria gênero tem sido cada vez mais usada para referir-se a toda construção social que se relaciona à distinção e à hierarquia entre o masculino e o feminino e se articula com outras categorias, dentre as quais é possível destacar a de classe, a de raça/etnia e a de geração.

Como enfatizado por Nicholson (2000), além de a categoria gênero ter sido desenvolvida e sempre ser usada em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado, também tem sido usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, o que inclui ainda as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”.

Essa mesma autora afirma que, até meados da década de 1960, o termo gênero era usado especialmente como referência a formas femininas e masculinas dentro da linguagem, cabendo às feministas da segunda fase contribuir para estender o significado do termo para outras tantas diferenças entre mulheres e homens expostas na personalidade e comportamento. Nessa perspectiva, caminho para o encerramento desse artigo, enfatizando as diferenças observadas nas relações estabelecidas entre os professores e a comunidade escolar. São homens que, como qualquer outro sujeito, interagem de maneira permanente com outras pessoas na esfera institucional.

Para tanto, retomo os objetivos centrais propostos para esta investigação:

- compreender e explicitar o movimento de inserção dos professores do sexo masculino nas instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH);
- analisar, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de interação estabelecido entre esses docentes homens e a comunidade escolar;
- explicitar, a partir das análises dos dados empíricos, as percepções dos diversos segmentos da comunidade escolar sobre a legitimidade da presença desses professores na Educação Infantil;
- e, por fim, identificar e elencar os limites enfrentados por esses sujeitos no fazer cotidiano de suas atividades docentes.

Terminada a pesquisa, cujos dados foram sistematizados no presente artigo, o que é possível afirmar?

Um primeiro fato a ser destacado: ainda que o principal foco dessa pesquisa tenha se organizado em torno do lugar ocupado pelo homem na docência da Educação Infantil, é importante registrar que o acesso das mulheres à educação escolar também não aconteceu sem conflitos. Assim como esses professores homens, elas também, durante um longo período histórico, lidaram com o preconceito e precisaram demarcar posições para ingressar em algumas esferas sociais, inclusive para tomar acento nos bancos escolares.

A partir do ingresso delas na carreira docente – sem desconsiderar os desdobramentos que isso acarretou – e das transformações experimentadas no mundo social, ainda prevalece no discurso corrente uma concepção sobre a docência muito próxima do pensamento e do discurso das primeiras décadas do século 20, que associa o ensino primário às características consideradas femininas, como o amor às crianças, a abnegação e a delicadeza. Essa associação serviu e ainda serve para aproximar o exercício da docência ao da maternagem e contribui, assim, para misturar o campo profissional ao doméstico. Essa mistura serve para criar, no mínimo, dois pontos de tensionamento: a desvalorização da profissão e a demarcação desse campo de atuação como eminentemente feminino. Nessa lógica, o ingresso de homens na docência de crianças pequenas – espaço que sequer passou pelo processo de feminização, pois desde sempre foi ocupado pelas mulheres – sofrerá, mais intensamente, interdições, conflitos e estranhamentos.

Nessa perspectiva, vale destacar que a Educação Infantil nasceu colada ao gênero feminino. As lutas históricas por creches, no Brasil, foram empreendidas basicamente por mulheres que necessitavam de um lugar seguro para deixar seus filhos e filhas enquanto se ausentavam de casa para trabalhar.

Apenas recentemente, após a LDBEN/9394/1996, que inseriu a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tornando gratuito esse atendimento em creches e pré-escolas, alguns municípios procederam à abertura de concursos públicos e instauraram processos de contratação de docentes com formação específica para atuar nessa etapa da educação básica. O município de Belo Horizonte realizou dois concursos públicos para o provimento do cargo de educador infantil e essa ação propiciou o ingresso de quatorze professores do sexo masculino habilitados a atuarem com crianças de zero a seis anos de idade em instituições públicas – tradicionalmente reconhecidas como lugares de atuação essencialmente de mulheres.

Não resta dúvida de que a entrada desses homens na Educação Infantil está vinculada à consolidação do próprio campo da Educação Infantil. Ao se tornar um cargo efetivo na rede pública, a docência de crianças pequenas atraiu o interesse masculino e abriu uma das possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Esse ingresso dos professores homens é marcado por inúmeros estranhamentos, interdições e desafios. A presença masculina nesse ambiente predominantemente feminino é cercada de maior cuidado e expectativa, por parte da comunidade e das profissionais. A pesquisa evidenciou também que os professores do sexo masculino, ao ingressarem na Educação Infantil, têm sua sexualidade colocada em suspeição, pois, de um lado, apresenta-se a dúvida, se escolheram uma profissão feminina é porque *não são homens de verdade*. Por outro lado, destaca a “crença disseminada de um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças” (SAYÃO, 2005).

As entrevistas ajudaram a explicitar ainda os seguintes aspectos, diretamente relacionados aos objetivos desta pesquisa: a) razões que levaram esses sujeitos à escolha da carreira; b) pontos de tensão gerados pela presença deles no interior das instituições; c) a forma como estabelecem as relações com os demais segmentos da comunidade escolar (direção, coordenação, professoras e famílias das crianças); d) diferenças na execução das atividades de cuidado e educação de crianças pequenas; e) os estranhamentos e/ou discriminações percebidos no exercício das atividades docentes.

Nas análises das entrevistas e dos grupos de discussão, foi possível perceber que, ao assumir o cargo de educador infantil, o professor do sexo masculino vivencia uma espécie de “período probatório”, que pode ser classificado como “uma fase de vigilância constante”, na qual as demais profissionais observam com muita atenção as ações, o comportamento e as atitudes desses docentes.

Por isso mesmo, e como parte desse período, ao chegarem às instituições, esses professores são quase sempre direcionados para as funções de *professor de apoio* ou indicados para assumir atividades desenvolvidas em espaços abertos. Essa atitude por parte das coordenações e direções das instituições de Educação Infantil revela uma explícita interdição da presença desses homens em tarefas que envolvem os cuidados corporais de crianças de menos idade, especialmente quando se tratam de meninas.

Tais proibições, explicitadas de forma clara e objetiva, ou mesmo de maneira velada, confrontam a realidade social que, atualmente, mostra como as relações humanas, mais do que nunca, se transformam em velocidade, intensidade e alcance sem precedentes na história. E nesse processo, novas configurações e práticas são incorporadas às experiências de homens e mulheres, alterando e misturando os campos de atividades, em que comportamentos se redefinem e tornam menos nítidas as marcações que definem as atribuições e os papéis de cada sexo.

Considerando tal cenário e na certeza de que as instituições escolares são afetadas diretamente por essas transformações, ficou evidente nessa pesquisa que o exercício da docência também passa por mudanças e exige adequações para se sintonizar com a contemporaneidade. Tal constatação nos permite indagar: ainda que historicamente a educação infantil no Brasil permaneça associada à figura feminina e à maternagem, o ingresso de professores homens no cargo de educador infantil, legitimamente assegurado por concursos públicos, tem produzido mudanças na representação da e sobre a docência nessa etapa da educação básica?

É notório que mudanças não acontecem sem confrontos e tensões. A legitimidade do concurso não garante, por si só, o lugar desse sujeito no universo da educação infantil. Para atuar como docente, esses homens, especialmente quando ainda não são conhecidos pela comunidade escolar, precisam “da aprovação” dessa comunidade. Até que isso ocorra, eles ficam sujeitos e, de certa forma, reféns do olhar “enviesado”, da vigilância constante e do estranhamento dos adultos que participam do cotidiano escolar.

Ao assumir uma função marcadamente feminina no imaginário social, o profes-

sor homem passa por deslocamentos “para dentro” e “por dentro” da educação infantil. Para alguns, significa a necessidade de sair do “lugar de homem” e entrar para o “lugar de mulher” e isso implica, em certo sentido, vivenciar uma situação de rebaixamento social, já que se encontra dentro de uma profissão que, como sabido, exige ter que executar ações localizadas em um nível social diferenciado daquelas cabidas aos outros níveis de escolarização da criança. Nesse raciocínio, dar banho e limpar cocô de criança representa “descer mais ainda” na profissão docente. Diferentemente, para outros professores, assumir a docência na educação infantil representa uma importante inserção numa carreira profissional com possibilidades de ascensão social, como foi o caso de Natan.

De maneira geral, a pesquisa constatou que todos os professores homens entrevistados passaram por uma espécie de *período comprobatório* junto aos diferentes segmentos da comunidade escolar e de *adaptação* ao próprio espaço institucional. O que implica esse *período comprobatório*? Durante um tempo, esses docentes precisaram provar e comprovar que possuíam as habilidades necessárias para educar essas crianças pequenas e cuidar delas com competência, sem machucá-las ou violentá-las sexualmente. Esse período de adaptação e de afirmação profissional constitui, para esses professores do sexo masculino, fator determinante para a permanência (ou não) nas instituições nas quais atuam.

Acredito, ainda, que os dados da pesquisa oferecem muitos elementos para a maior compreensão das interações e subjetividades desses homens “fora do lugar”. Os cenários desenhados ao longo dos capítulos permitem muitas outras indagações e inferências que não foram trazidas ou aprofundadas nesse artigo. São dados que apontam para a necessidade de novas investigações que envolvam a temática da presença de professores homens no exercício do magistério com crianças pequenas, considerando as dimensões relacionadas ao cuidado e à educação.

Para finalizar, ressalto que o período de desenvolvimento desta pesquisa e de permanência no curso de Mestrado contribuiu para redimensionar meu entendimento da infância e da educação infantil numa perspectiva de professor homem que atua nessa e em outras etapas da educação básica. Esses estudos certamente contribuirão para outras pesquisas e outros sujeitos. O exercício da investigação em educação é formativo e permite expandir a compreensão de questões referentes à docência e às instituições educativas. No presente artigo, apesar de não ter conseguido fornecer as respostas para inúmeras questões aqui presentes, foi possível ampliar o número de indagações e de inquietações sobre o tema central dessa investigação e contribuir, de uma maneira ou de outra, para olhares futuros sobre o tema aqui discutido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Janaína Rodrigues. **Relações de gênero na educação infantil: um estudo sobre a reduzida presença de homens na docência**. 2006. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARIËS, P. *História social da criança e da família*. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 311 p.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 9394 de 24 dez, 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial, Brasília, 1996.

CARDOSO, Frederico Assis. **A identidade de professores homens na docência com crianças: homens fora do lugar?** 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

FERREIRA, José L. **Homens ensinando crianças: continuidades-descontinuidades nas relações de gênero na escola rural**. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa, UFPB, 2008.

FORMENTI, Lígia. CFM abre caminhos para que gays tenham filhos por reprodução assistida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=79&data=06/01/2011>> Acesso em 21 de janeiro de 2011.

GROSSI, Miriam (Org.). **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista** nº 46, dez 2007. Belo Horizonte: FaE/UFMG.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001, 177 p.

NILCHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, vol. 8, nº 2, 2000. P. 9-42.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889 – 1970). In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Org.). **A escola e seus atores**. Belo Horizonte: Autêntica. 2005, p. 13-28.

RAMALHO, Maria Nailde. **Bendito é o fruto entre as mulheres**: um estudo sobre professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental na região Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação), Belo Horizonte: PUC/MG, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 96, p. 58-65, fev, 1996.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creches. 2005. 273 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, (2), jul/dez. 1995.

SILVA, Wesley Lopes da. **Homens na roda**: vivências e interações corporais nas séries iniciais da educação. 2006. 337f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Editora Plano, 2002.

CONSTRUÇÃO CIVIL - É ISSO É COISA DE MULHER?

Mayra Rachel da Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professora Orientadora: Maria do Socorro Ferreira Osterne

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, ao percorrermos as ruas de Fortaleza, podemos perceber um aumento significativo no número de obras em execução nessa cidade. Deparamo-nos com obras de mobilidade urbana, de construção de equipamentos públicos, de estádios e de condomínios residenciais. Nesse contexto, a verticalização urbana e a especulação imobiliária têm se apresentado de forma intensa nessa capital.

Em meio a tantas edificações, uma cena, antes pouco observada e, há algumas décadas, impossível de ser imaginada, passou a fazer parte desse cenário – a presença das mulheres trabalhando na execução das obras. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza (SITCCRMF)¹, a inserção feminina nesse ramo aconteceu de forma mais intensa a partir do ano de 2010. Entretanto, os informantes também registram a participação de mulheres no setor na década de 1990, mais precisamente entre os anos de 1994 e 1995. Segundo o dirigente sindical Lucas²,

as mulheres eram convocadas pra trabalhar na construção civil pelo simples fato de ter que limpar os apartamentos, ou seja, os homens aprontavam todo o apartamento, deixavam sujos lá e as mulheres iam pra limpar os apartamentos. Elas começaram a limpar e o serviço que o homem fazia, por exemplo, pra dar uma noção pras pessoas, que é levantar alvenaria, rebocar, assentar cerâmica e fazer o emassamento, ele ganhava por tudo isso e a mulher vinha, em seguida, pra limpar o apartamento (LUCAS, DIRIGENTE SINDICAL).

1. Informações obtidas através de entrevista realizada pela pesquisadora

2. Este é um nome fictício a fim de resguardar a identidade do informante. Ressaltamos que utilizaremos nomes bíblicos sempre que precisarmos fazer referência às falas dos entrevistados e das entrevistadas desta pesquisa. A escolha por nomes bíblicos se deu em decorrência da forte religiosidade expressa pelos trabalhadores das obras analisadas.

Posteriormente, conforme explicam os informantes, na intenção de reduzir os custos nas obras e tendo em vista a falta de mão de obra que se apresentava ao setor, os empresários encontraram na força de trabalho feminina a solução para parte de seus problemas. Nessa perspectiva,

Os empresários perceberam que estavam gastando além do normal³. Então, o que eles fizeram? Começaram a contratar mulher para, além da limpeza do apartamento, fazer o emassamento da cerâmica, ou seja, elas faziam uma dupla função e ganhavam um salário só. Então, elas começaram a partir daí. De 2010 pra cá, teve uma inserção maior, por que elas fazem o emassamento, tem umas delas que assenta tijolo, tem umas delas que fazem reboco, tem pedreira. Então, houve uma inserção maior do ano de 2010 pra cá. Por exemplo, hoje tem obra que tem 80 mulheres trabalhando (TIMÓTEO, DIRIGENTE SINDICAL).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego – PME (IBGE,)⁴, de março de 2012, no ano de 2011, as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais de idade, em média, 53,7%. No entanto, elas eram minoria, aproximadamente, 45,4%, na população ocupada.

No tocante à presença feminina na construção civil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2011)⁵ nos mostram que, no Brasil, o número de trabalhadoras nesse setor cresceu 65% em uma década⁶. No ano de 2000, elas eram pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas pelo setor. Em 2008, esse número subiu para 137. 969. No primeiro bimestre do ano de 2010, 5.258 mulheres conseguiram emprego na construção civil, ocupando 5,9% das vagas geradas no setor nesse período.

Pelo descrito, podemos verificar a crescente participação feminina nesse segmento, espaço social e culturalmente destinado aos homens. Tão logo, consideramos fundamental o desenvolvimento de estudos que ajudem na compreensão dessas novas configurações que se colocam ao mundo do trabalho, pois, sob nosso entendimento, essas

3. Refere-se, neste caso, ao gasto com os homens para construção dos prédios e com as mulheres para executar a limpeza dos mesmos.

4. A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, implantada em 1980, produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa domiciliar urbana realizada através de uma amostra probabilística, planejada de forma a garantir os resultados para os níveis geográficos em que é realizada.

5. Informação divulgada em site especializado na Internet: <http://blog.mte.gov.br/?p=965>.

6. Período referente ao intervalo de tempo entre 2000 e 2010.

mudanças que se apresentam a esse ramo produtivo são geradoras de tensões e conflitos e repercutem, mais intensa e negativamente, sobre o trabalho feminino.

Contudo, apesar desse tema encontrar-se em voga na mídia cearense, não encontramos nenhum estudo científico referente à presença das trabalhadoras nesse ramo produtivo. Fato que torna evidente a importância deste estudo para as discussões relacionadas ao gênero e ao trabalho.

2. OBJETIVOS

No intuito de responder às questões que nos instigavam em relação ao nosso objeto de estudo, definimos como objetivos do nosso estudo as seguintes intenções:

- Investigar como se expressam as relações de gênero e trabalho no desempenho das atividades de homens e mulheres no âmbito da construção civil de Fortaleza (objetivo geral).
- Perceber se existe diferenciação, em função do sexo, nas atividades desenvolvidas por homens e mulheres no setor (objetivo específico).
- Desvendar as motivações apresentadas pelas mulheres para justificar sua entrada na construção civil (objetivo específico).
- Contextualizar a inserção das mulheres nesse ramo produtivo, em Fortaleza. (objetivo específico).

3. O PERCURSO METODOLÓGICO - ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS E AS PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Após delimitarmos o nosso objeto de análise, inúmeros questionamentos surgiram, principalmente no tocante aos procedimentos metodológicos necessários para pôr em prática a investigação. Nesse momento, nos demos conta de que estávamos diante de um grande desafio – pensar sobre uma questão pouco discutida pela comunidade científica: a presença das mulheres na construção civil.

A pesquisa de natureza qualitativa apresentou-se como a mais adequada para o conhecimento da realidade que nos propusemos estudar, sendo a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica os tipos utilizados para o desenvolvimento desta análise.

Quanto à pesquisa de campo, buscamos, conforme sugestão das professoras da banca de qualificação, obras diferenciadas de acordo com o tipo de construção. Sob essa lógica, escolhemos uma obra da construção pesada e duas do ramo de edificações. As últimas se diferenciavam entre si pelo fato de uma ser a constituição de um equipamento público e ter mulheres pedreiras e serventes, e a outra, a execução de um condomínio residencial e ter somente serventes, que fazem serviços específicos – limpeza da obra e rejunte de cerâmica.

Com relação ao último critério, consideramos importante porque, após visita a uma determinada obra, acompanhados do sindicato dos trabalhadores do setor, nos deparamos com um número significativo de mulheres serventes desempenhando apenas a limpeza e o emassamento da cerâmica - aproximadamente 100 mulheres. Posteriormente, ao contarmos outras construtoras também indicadas pelo sindicato, percebemos que essa realidade se repetia. Portanto, avaliamos ser conveniente analisá-la.

A partir de nossa entrada em campo, optamos pela observação nos espaços em que a investigação estava sendo realizada. Assim, observamos, de maneira espontânea, os fatos, prestando atenção, principalmente, aos sujeitos, ao cenário e ao objeto de análise em seu contexto, levando sempre em consideração a ressalva das construtoras de não nos mantermos por um período muito prolongado nas obras.

Para a coleta dos dados, devido ao nosso entendimento quanto à importância das expressões da experiência e dos atores sociais, realizamos entrevistas com homens e mulheres que, no período de desenvolvimento da pesquisa, entre março de 2011 e dezembro de 2012, trabalhavam na construção civil de Fortaleza.

Buscamos a proporcionalidade entre o número de trabalhadoras e trabalhadores entrevistados. Com base nessa decisão, entrevistamos o número total de funcionárias presentes nas obras - dez mulheres: cinco na edificação de um equipamento público municipal, duas na obra de construção pesada, três na construção de um condomínio residencial. Tendo como referência o número de mulheres entrevistadas por obra, fizemos, também, entrevista com 10 trabalhadores que atuam profissionalmente com as mulheres. Sob essa lógica, entrevistamos pedreiros, serventes, pintores e eletricitas.

Para a realização das entrevistas, tivemos que nos adequar aos espaços em que a pesquisa de campo aconteceu. Na maioria das vezes, os depoimentos eram embalados pelo

barulho emitido pelas máquinas, tratores, caminhões e batidas de martelo. Tivemos que improvisar os lugares para que as entrevistas pudessem acontecer. Ora estávamos no meio do nada, apenas com duas cadeiras, muita poeira e a presença do entrevistado, ora fazíamos das escadas já concluídas nos canteiros o nosso espaço para coletar as informações.

Entrevistamos os encarregados das obras, pois eram eles que, diariamente e de modo mais próximo, acompanhavam e avaliavam o desempenho dos profissionais, homens e mulheres, alocados nas frentes de serviços. Além disso, eram eles que vivenciavam mais de perto as relações que se estabeleciam entre as trabalhadoras e os trabalhadores dentro das obras.

Além disso, através da entrevista concedida pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores, foi possível elucidar outra inquietação nossa: contextualizar, minimamente, a inserção feminina nesse setor, já que não encontramos documentos ou qualquer outro registro que demarcasse o período de entrada delas para atuar na construção civil. Foi possível, também, conhecer um maior número de obras que contavam com a mão de obra feminina na produção.

As entrevistas aconteceram com base em um roteiro semiestruturado, com o intuito de que nosso diálogo com os entrevistados acontecesse de forma fluente, mas sem a perda dos objetivos da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, utilizamos uma câmera fotográfica para registro dos momentos vivenciados e um gravador de voz, no qual armazenamos os diálogos estabelecidos durante as entrevistas sem que ocorresse a perda de detalhes contidos nas falas dos depoentes. Fizemos um diário de campo, nele escrevemos descrições, observações e impressões que não puderam ser captadas pelo gravador de voz e pela câmera fotográfica.

Com relação aos dados obtidos em campo, para melhor analisá-los, realizamos a transcrição das entrevistas. Essa tarefa foi densa, pois tivemos que transcrever 28 entrevistas, totalizando 385 minutos de gravação e 109 laudas de entrevistas transcritas. Essa, portanto, foi uma etapa que demandou muito tempo e uma escuta apurada das entrevistas realizadas. Nesse momento, o uso do diário de campo foi importantíssimo, pois ajudou a reconstruir o cenário e as condições em que ocorreram as entrevistas.

Por fim, é importante mencionar que a pesquisa bibliográfica também foi um tipo de pesquisa utilizado para efetivação deste estudo. Através dela, tratamos do desdobramento teórico das categorias e concepções que envolviam o objeto de estudo. Para tanto, fizemos uma análise da categoria gênero, enfatizando os principais estudos relacionados a essa temática. Trouxemos à discussão a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as marcas da divisão sexual do trabalho, sempre articulando a produção bibliográfica existente com os dados expressos na realidade e apreendidos por meio da pesquisa de campo.

4. POR ENTRE OS CANTEIROS – RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 QUEM SÃO ESSAS TRABALHADORAS?

Iniciaremos essa discussão pontuando algumas considerações sobre o perfil das trabalhadoras inseridas na construção do equipamento público municipal, cujos aspectos foram retratados na seção anterior.

Das cinco mulheres contratadas para o setor de produção da obra, duas são pedreiras, enquanto as outras três exercem a função de servente. A idade dessas funcionárias situa-se entre 40 e 54 anos. Quanto à escolaridade, somente uma concluiu o ensino médio, uma delas possui o ensino fundamental completo e as demais declararam não ter finalizado o ensino fundamental.

Segundo as informantes, essa é a primeira experiência no ramo. Duas, inicialmente, já haviam feito curso de pedreira, promovido pelo poder municipal, sendo, posteriormente, inseridas na obra. As outras fizeram o caminho inverso - primeiro tiveram sua inserção na obra, por indicação de outras trabalhadoras e, no decorrer da execução do serviço, fizeram o curso profissionalizante.

Quando tratamos da atuação profissional dessas mulheres antes de seu ingresso na construção civil, é interessante observar que três delas atuavam no setor informal – uma era babá e recebia 230 reais por mês; outra vendia produtos de uma revista de cosméticos e ganhava, em média, 400 reais; e a última era cozinheira em uma barraca de praia e ganhava 100 reais semanalmente. As outras trabalhadoras, antes de atuar na construção civil, estavam desempregadas, mas o último trabalho delas foi no setor formal – uma era auxiliar de

serviços gerais e recebia um salário mínimo; a outra, por fim, era operadora de máquinas numa indústria de plástico e ganhava 800 reais por sua mão de obra.

Marta, coordenadora do projeto, registra que, inicialmente, as mulheres apresentaram muita dificuldade para conciliar suas atribuições produtivas com suas responsabilidades domésticas. Era comum elas faltarem ao trabalho, bem como chegarem atrasadas, por conta de problemas familiares. Algumas, inclusive, chegaram ao ponto de querer desistir do trabalho pelo fato de ter uma pessoa da família doente e sentirem-se na obrigação de dedicar-se ao cuidado desse ente.

Além disso, levando em consideração algumas nunca terem trabalhado formalmente no mercado, a adaptação à rotina do trabalho formal - que apresenta horários mais rígidos e exige maior responsabilidade e comprometimento por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras - não aconteceu de forma fácil.

Ao longo da caminhada, houve a desistência de parte das mulheres, até mesmo, pelo valor que recebiam após a rescisão contratual. De acordo com Marta, algumas trabalhadoras chegaram a se emocionar no banco quando receberam seu primeiro salário, pois era a primeira vez que recebiam dinheiro em troca do seu trabalho.

No tocante à presença feminina na construção pesada, apenas duas trabalhadoras permaneceram nessa frente de serviço. A conclusão da obra encontrava-se próxima, ocorrendo, portanto, uma redução natural no quadro de funcionários. As duas mulheres eram pedreiras; contudo, apenas uma desempenhou, de fato, as tarefas inerentes a essa função. A outra operária teve a sua atuação mais direcionada à limpeza da obra e aos acabamentos. Segundo ela:

Aqui na obra, eu fiquei mais na parte da limpeza junto com o pessoal. Porque aqui na obra, agora, tem mais é a parte da limpeza. Quando eu comecei, eu não fiz serviço de pedreira, eu comecei numa turma que assentava cerâmica, mas eu passei pouco tempo. Aí, fiquei na turma de limpeza, passei uns três meses cuidando das chaves de um setor. Fiquei cuidando das chaves, porque foram colocando as portas e eu fiquei cuidando das chaves. Agora, to na limpeza. O pessoal faz o acabamento, depois, a gente vai, limpa tudo e tranca (ESTÉR, PEDREIRA, 50 ANOS).

A situação acima descrita não foi especificidade da obra em discussão. Na edificação municipal também foi possível registrar a presença desse tipo de fato, conforme indica a fala de uma trabalhadora:

Na realidade, quando eu iniciei aqui, comecei fazendo alvenaria, depois eu passei para o ar condicionado. Hoje, eu não sei se sou pedreira ou trabalho com ar condicionado (risos), porque nesse tempo todo, eu trabalhei com ar condicionado, montando o ar-condicionado, fabricando peça, ajudando, na realidade, eu ajudo os meninos do ar condicionado – montando, fabricando dutos, quer dizer, é uma coisa bem interessante. Então assim, esses dois anos e meio foi com ar-condicionado e, agora, neste momento, eu estou cuidando das chaves da obra, eu estou trancando tudo (risos) (DORCA, PEDREIRA, 41 ANOS).

Com relação à idade e à escolaridade, uma delas tinha 34 anos e não completou o ensino fundamental. A outra tinha 50 anos e concluiu o ensino médio. Ambas são casadas, mas apenas uma tinha filho ainda criança em sua composição familiar. É importante registrar que as duas eram oriundas da obra do município também analisada neste estudo.

Antes de ter trabalhado na construção civil, uma delas nunca havia exercido qualquer atividade remunerada; ou seja, sua vida inteira foi dedicada ao trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos. Contudo, consideramos conveniente destacar que essa funcionária, desde a infância, executa serviços na construção civil, pois seu pai⁷ é pedreiro e ela sempre o auxiliava em suas ações. Assim relata a entrevistada:

Meu pai é pedreiro, eu já cresci vendo ele com as ferramentas. Eu pequeninha, com 8 anos, já sabia bater nível. Ele já mandava eu segurar os pontos de nível. Então, quando eu fiz o curso, eu já sabia, tinha noção, então ficou mais fácil pra mim. Eu sempre gostava de ficar botando armador em casa, se meu pai “tava puxando piso”, eu queria puxar com ele. Eu já fazia o serviço da construção civil, né? (ANA, PEDREIRA, 34 ANOS).

A fala da entrevistada, agregada aos elogios decorrentes de sua boa atuação na obra, ratifica a proposição de que o bom desempenho de determinadas funções no

7. Curioso observar que o pai e o avô da depoente trabalharam, durante a década de 1970, mais precisamente no ano de 1971, na mesma obra em que está alocada a trabalhadora.

mundo do trabalho, seja por homens ou por mulheres, encontra-se fortemente relacionado à divisão sexual do trabalho com a qual foram familiarizados os indivíduos.

A outra trabalhadora era empregada doméstica, ganhava apenas R\$ 220 reais por mês e não era protegida pelas leis trabalhistas, em função de não ter o registro em sua carteira de trabalho. Vale ressaltar que essa é uma realidade vivenciada por muitas mulheres, apesar dos avanços na legislação que ampara as empregadas domésticas.

Feitas as considerações em relação à mão de obra feminina na construção pesada, nos dedicaremos a descrever alguns aspectos referentes ao perfil das três trabalhadoras que atuam na edificação de um condomínio residencial. Inicialmente convém assinalar que duas concluíram o ensino fundamental e uma conseguiu completar o ensino médio. A idade dessas funcionárias varia entre 23 e 38 anos. Duas são casadas e têm filhos ainda criança em sua composição familiar, e uma é solteira. Destacamos, ainda, que essa é a primeira vez que trabalham na construção civil.

Anterior à entrada para atuar nesse ramo produtivo, uma trabalhava no setor formal como auxiliar de serviços gerais e ganhava um salário mínimo. No tocante às demais, uma era empregada doméstica e recebia R\$ 320 reais por mês, e a outra nunca havia exercido qualquer atividade remunerada; essa foi, portanto, sua primeira oportunidade de trabalho.

Nenhuma delas tem curso na área da construção civil. Fato que para nós era plenamente compreensível, já que elas executavam apenas a limpeza da obra e faziam o rejunte da cerâmica.

Nas três obras analisadas, quando questionamos as mulheres sobre os aspectos que motivaram sua entrada na construção civil, significativa parte delas aponta a melhor remuneração paga pelo setor e o vínculo empregatício como os principais fatores propulsores.

Algumas trabalhadoras afirmam que sua decisão de trabalhar nesse segmento não foi isenta de conflitos. Lamentam, inclusive, a falta de apoio por parte de seus familiares, conforme expressa a fala de uma das entrevistadas:

A única pessoa que foi contra foi a minha mãe. Por conta de eu, como mulher, trabalhar no meio de muito homem. Já a minha filha me acha uma mulher guerreira. (A entrevistada emocionou-se e chorou). Eu não senti preconceito em relação a outras pessoas, só em relação a minha mãe e é

até hoje. Até foto que nós tiramos quando nós chegamos aqui eu botei lá em cima e ela fez eu tirar. Ela não aceita. Eu fiz o curso, quando eu cheguei com todo o material que eu ganhei, ela não quis nem ver. Isso me entristece muito, mas não me faz pensar em desistir. Eu sei muito bem o que eu quero (MIRIAN, SERVENTE, 48 ANOS).

Outra dificuldade expressa pelas mulheres relaciona-se a não aceitação dos seus companheiros e maridos quanto a sua escolha profissional. Segundo as informantes, não os agrada o fato de elas se encontrarem em um espaço composto, majoritariamente, por homens. O discurso de uma trabalhadora confirma essa afirmação:

No início, meu marido dizia: o que é que tu vai fazer lá no meio daquele ‘monte’ de homem? Aí, eu dizia: vou trabalhar. Ele dizia: mas vai te aquietar, arruma outro trabalho. Aí, eu falei: Não, eu quero é esse! Mas aí o tempo passou, aí ele acabou aceitando, viu que não tinha jeito mesmo (risos). (DORCA, PEDREIRA, 41 ANOS).

O discurso dos trabalhadores das obras analisadas também ratifica essa não aceitação dos homens em relação ao trabalho feminino em ambientes considerados masculinos. Eles, contraditoriamente, foram unânimes ao dizer que acham válida a presença das mulheres nas obras e que as respeitam, mas que não aceitam o ingresso de suas esposas ou companheiras no setor. Conta um dos operários:

Vixe...(risos)...trabalhar mais um monte de homem, é? Ela até pediu pra eu arrumar um emprego aqui pra ela. Mas aí eu fiquei, pensei...aí, eu não arrumei não (FELIPE, PEDREIRO, 52 ANOS).

Em algumas justificativas, percebemos o ciúme como principal motivador para a rejeição em relação à ideia de suas mulheres se inserirem nos canteiros. O medo da traição está presente, mesmo que de forma implícita, em, praticamente, todas as respostas:

Eu não aceitaria, porque a construção civil é aquele negócio. Eu “tô” há muito tempo na construção civil e sei como é e como funciona. Falando de um modo bem popular, peão é complicado. Se der chance, você já sabe... eles dizem logo: “vamo” tomar uma cervejinha? Então, pra evitar, eu não aceitaria (SAMUEL, ENCARREGADO, 33 ANOS).

Apesar das dificuldades inerentes a toda inserção de mulheres em ramos tradicionalmente masculinos, as entrevistadas sentem-se muito orgulhosas por realizarem as tarefas que até pouco tempo, segundo expressou uma delas, os homens não as queriam por perto nem para ajudar.

Começar a trabalhar na construção civil proporcionou a essas trabalhadoras mudanças significativas em suas vidas. Favoreceu a elevação de sua autoestima e lhes possibilitou a aquisição de bens materiais. Fato confirmado na seguinte fala:

Eu tenho orgulho de ser servente da construção civil. Tudo que eu quero, estando no meu limite, eu compro. Tudo que me dá vontade de comer, eu compro. Hoje, eu posso ir pra uma churrascaria. Engraçado que quando eu trabalhava na churrascaria, eu não tinha condições de sentar lá e, com o dinheiro que eu ganhava lá, me alimentar. Agora, eu posso sentar em qualquer restaurante, qualquer churrascaria. Posso comer e beber o que eu quero (MARIA, SERVENTE, 42 ANOS).

É interessante percebermos que a maioria delas aponta como grande ganho decorrente de seu trabalho a independência financeira em relação aos seus maridos. Afirmam, ainda, que utilizam a remuneração, principalmente, para gastos com a casa e, também, para com os filhos. Entretanto, elas também destacam a aquisição de bens e produtos para uso pessoal, que anteriormente não era possível adquirir em função da ausência de (ou má) remuneração.

4.2 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Para discutir a presença das mulheres na construção civil, pensamos ser indispensável analisar muito além dos aspectos positivos e negativos decorrentes dessa inserção. Acreditamos ser necessário partir do entendimento de que a presença feminina no âmbito desse setor precisa ser situada no contexto das relações de gênero, ao levarmos em consideração que, social, cultural e historicamente, as obras civis não são reconhecidas como um espaço para a atuação das mulheres. Nesse sentido, tendo como referência a literatura existente e os dados empíricos desta pesquisa, buscamos evidenciar como se mostram as questões de gênero no âmbito desse setor produtivo.

De acordo com Scott (1990), a noção de gênero possui duas partes e várias subpartes que se encontram interligadas. A primeira parte refere-se à ideia de que *o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos*; enquanto a segunda vincula-se à premissa de que *o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder*.

Para Louro (1992), enfocar o caráter fundamentalmente social da categoria em epígrafe não significa negar sua dimensão biológica. Na realidade, esse tipo de compreensão enfatiza a construção social e histórica produzida em decorrência das características biológicas que, frequentemente, se convertem em desigualdades, expressas nos papéis sociais direcionados aos homens e às mulheres.

No desenvolver da pesquisa de campo, escutamos, frequentemente, discursos que associam homens e mulheres a trabalhos diferenciados, a partir da concepção que os sujeitos da investigação têm em relação às características inerentes a cada um dos sexos. Ao questionarmos, por exemplo, sobre as atividades que as trabalhadoras desenvolvem melhor pelo fato de serem mulheres, a maioria delas e também os homens apontam as tarefas que requerem cuidado, dedicação e zelo como as melhor executadas por elas, conforme expressam algumas falas:

No que elas se identificam mais é na limpeza, no emassamento e nesses serviços que são mais pra mulher – os detalhes, o acabamento, “né”?[...] Na verdade, a mulher, ela é mais atenciosa. Tem mais aquele carinho pela profissão. Ela se dedica mais, o homem também se dedica, mas o homem já é um pouco bruto desde que foi gerado. Elas não, já “é mais delicada”. Já bota uma massa, já coloca um tijolo, já bate um esquadro, já tem aquele detalhe de olhar para o acabamento e fazer bem. Nisso elas são bem perceptivas (SILAS, PINTOR 30 ANOS).

Algumas coisas aqui na obra facilita o fato da gente ser mulher, pois sai com mais qualidade. Vamos supor: a vidraça com tinta. O homem não quer saber se vai arranhar, ele quer saber se tira a tinta. Nós já vamos com cuidado de não arranhar a vidraça, de não arranhar o alumínio. A gente tem aquele gosto. A gente faz de conta que é da nossa casa. Sempre a gente coloca na nossa mente um faz de conta, um faz de conta que é meu (SARA, SERVENTE 38 ANOS).

Saffioti (1987), ao refletir sobre as relações de gênero, as compreende como construções sociais e históricas constituintes de um sistema simbólico que valoriza e cria hierarquias, tendo por referência o sexo e os aspectos culturais de um determinado período histórico. Para a autora, os seres humanos nascem machos ou fêmeas, mas é através da educação que se tornam homens e mulheres. Segundo ela, a identidade social dos indivíduos é socialmente construída.

Faria e Nobre (2007), ao apontar alguns subsídios para a discussão sobre as relações de gênero, indicam que, a partir da consolidação do capitalismo, foi disseminada a ideia de que existe uma divisão entre as esferas pública e privada. Por conseguinte, levando em consideração a referida divisão, a esfera privada passou a ser considerada um lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade e do cuidado. Já a esfera pública passou a ser vista como um espaço dos homens, dos iguais, da liberdade e do direito.

As autoras em destaque acreditam que a perpetuação dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres costuma ser justificada pela ideia de que esses papéis são naturais, ou seja, homens e mulheres já nascem para ser de um determinado jeito. Logo, essa naturalização é o principal mecanismo de justificativa dessa situação.

Tal naturalização dos papéis de gênero pode ser percebida, inclusive, na fala de um dos trabalhadores que utilizam a religião para ratificar a vinculação das mulheres ao âmbito doméstico. Para ele, o trabalho das mulheres, mesmo o remunerado, deve acontecer em casa, pois, caso contrário,

como é que fica a casa? Como é que fica a família? Fica à mercê? As mulheres devem trabalhar em casa. Não é discriminação não. Essa doutrina eu trago da igreja. Eu obedeco à palavra de Deus, eu não posso distorcer os preceitos bíblicos, “né”? A bíblia diz que a mulher cuida da casa e o homem do sustento da família, do trabalho (JÓ, PEDREIRO, 50 ANOS).

Puleo (1999), por sua vez, considera que a categoria gênero sugere uma teoria da construção social das identidades sexuadas, bem como das relações de poder entre os sexos; isto é, trata-se de uma relação dialética entre os sexos. Para essa estudiosa, discutir sobre a categoria gênero significa, ainda, falar de um conceito elaborado pelas ciências sociais a fim de analisar a constituição social/histórica das identidades masculina e feminina. Supõe, desse modo, considerar a existência de discursos que legitimam e justificam a hierarquização dos homens e do masculino em relação às mulheres e ao feminino.

Bourdieu (2001), por sua vez, defende a existência do poder simbólico, através do qual os campos dominantes são beneficiários de um capital simbólico que, por sua vez, é disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilita exercer o poder. Trata-se, portanto, da teoria da dominação simbólica que se expressa, por exemplo, na sobreposição do sexo masculino ao feminino.

Bourdieu (2001) compreende os símbolos como instrumentos, por excelência, da integração social. Sob essa lógica, relata que o trabalho de reprodução da divisão dos gêneros, até recentemente, esteve garantido por três instâncias principais que se encontravam em consonância com os princípios do Estado (que veio ratificar e reforçar os preceitos do patriarcado privado com as de um patriarcado público presente em todas as instituições responsáveis por gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica), são elas: a Família, a Igreja e a Escola. Essas, sincronicamente, possuem a característica de agir sobre as estruturas inconscientes.

O referido estudioso evidencia que a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas e é percebida como algo tão natural ao ponto de ser inevitável. Alerta, também, sobre a necessidade da relação entre os sexos estar reinserida na história com vista a esclarecer como as diversas instituições atuam para ratificar a dominação masculina, pois, para ele,

aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo (...) (BOURDIEU, 2007, p. 8).

No entendimento de Bourdieu (2007), o mundo é socialmente sexuado. A sociedade assume o papel de construir o corpo feminino e o masculino com base numa ordem de oposição, marcada por uma visão androcêntrica, que resulta, na maioria das vezes, em um apreço maior às características atribuídas aos homens.

A lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina só pode ser compreendida quando levados em consideração os efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre mulheres e homens. A força simbólica, segundo o autor em epígrafe, *é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física, mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos* (BOURDIEU, 2007, p. 50).

A dominação masculina, nessa compreensão, se estabelece de forma sutil e encontra maior eficácia na medida em que a maioria das mulheres não tem ciência de sua condição de dominada. Essa situação acaba contribuindo para que as mulheres aceitem e, até mesmo, colaborem para efetivação da dominação.

De acordo com Bourdieu (2001), o *habitus* é, concomitantemente, um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído (p.158).

No setor produtivo em análise, percebemos que as construções simbólicas sobre o que é ser mulher e as características inerentes a essa condição, em muitos casos, determinam as atividades que podem ou não ser desenvolvidas pelas mulheres nesse ramo produtivo. Às mulheres, na maioria das obras pesquisadas, cabem as atividades vinculadas à limpeza e aos serviços que requerem maior destreza, cuidado e sutileza, características cultural e socialmente vinculadas às mulheres.

Em decorrência desse tipo de pensamento, muitas vezes, as mulheres inseridas nesse setor têm seu campo de atuação profissional limitado. Inclusive, em alguns casos, contraditoriamente, serviços que requerem do trabalhador ou trabalhadora características que foram culturalmente vinculadas às mulheres - tais como o cuidado e a atenção - são realizados pelos homens. A título de exemplo, podemos citar o trabalho em altura⁸. Apesar de em sua regulamentação não existir restrição para sua execução por mulheres, na prática, alguns discursos construídos socialmente legitimam a incapacidade das mulheres para esse tipo de serviço:

O trabalho em altura é um trabalho muito delicado, que exige, realmente, mais atenção e, por elas serem mulheres, a gente coloca elas para trabalhar em locais mais baixos, em locais que não seja para subir em andaime. (SAMUEL, ENCARREGADO, 33 ANOS).

Em contraposição a essa ideia, convém trazer à discussão o pensamento de Blay (2002). Essa estudiosa assevera que, no que se refere ao aspecto biológico, os seres

8. De acordo com a NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego, o trabalho em altura é toda atividade executada acima de dois metros do nível inferior, onde haja risco de queda. A NR-35 estabelece que o empregador deverá promover um programa para capacitação dos trabalhadores para a realização de trabalho em altura. Trabalhador capacitado para o trabalho em altura é aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas. O conteúdo deve, no mínimo, incluir normas e regulamentos aplicáveis, dentre eles ao trabalho em altura; análise de risco e condições impeditivas; Equipamentos de Proteção Individual e condutas em situações de emergência.

humanos assemelham-se aos outros mamíferos, ou seja, podem ser machos ou fêmeas, sendo que a diferença entre ambos é restrita.

Segundo a autora supracitada, no concernente aos *imperativos biológicos* relacionados, de um modo geral, aos homens e às mulheres, existem apenas quatro aspectos de diferença entre ambos, a saber: somente o homem tem a capacidade de fecundar; só a mulher pode menstruar, gestar e amamentar. Além dessas quatro funções reprodutoras básicas, segundo a estudiosa em epígrafe, nenhuma outra diferença existente entre os sexos estaria posta de forma imutável de acordo ou segundo as linhas sexuais.

Nesse sentido, a falta de habilidade ou impossibilidade para execução de alguns serviços não necessariamente encontram-se atreladas ao sexo. Tão logo, acreditamos ser plenamente possível, por exemplo, um homem apresentar dificuldade para trabalhos em altura, enquanto uma mulher o executa de forma exitosa.

Na altura, elas já têm um pouco de dificuldade para trabalhar. Hoje, se eu colocar elas pra trabalhar no telhado, eu acho que elas não têm coragem de ir lá não, assim como tem homem que também não vai (JOSUÉ, ENCARREGADO, 26 ANOS).

Já fiz trabalho em altura, a gente põe o cinto e faz. Eu fiz acima de dois metros, usei o cinto e fiz. Tem até foto eu usando o cinto de segurança. Eu fazia as mesmas funções dos homens (ANA, PEDREIRA, 34 ANOS).

Através da pesquisa de campo, percebemos, ainda, que algumas mulheres desempenham com louvor tarefas que, na construção civil, são majoritariamente atribuídas aos homens. O depoimento de um contratante entrevistado sobre o desempenho de uma pedreira contratada para uma de suas obras ratifica essa premissa:

Essa mulher, eu nunca vi essa mulher parada. Esta aí, essa mulher é um exemplo do serviço braçal masculino. Ela “trepou” em andaime, fez massa, ela foi uma mulher que, aqui na obra, atingiu o patamar de 150 horas de tarefa, coisa que poucos homens ganharam. Então, o salário dela que é coisa de 800 reais, mais ou menos, passou para 1200, 1300 reais. Por quê? Porque ela participava de tarefas que eu só dava para homens (MOISÉS, CONTRATANTE, 54 ANOS).

Um aspecto interessante suscitado no depoimento de uma das entrevistadas refere-se ao desgaste físico causado pelo trabalho doméstico e pelas tarefas tidas femininas, tais como cozinhar e lavar roupa. Relata a trabalhadora:

Trabalho pesado foi quando eu trabalhei em trabalho de mulher. Até hoje, eu tenho pesadelo com as panelas pesadas, eu levantando as panelas pesadas. Porque cozinheira é cozinheira, não tem esse privilégio de dizer: “essa panela tá muito pesada, tá muito quente”. De jeito nenhum, a cozinheira tem a obrigação de fazer (MARIA, SERVENTE, 42 ANOS).

As falas supracitadas nos inspiram a fazer outras reflexões quanto à divisão do trabalho em função do sexo existente na construção civil.

4.3 AS MARCAS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Lobo (1991) afirma que a divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica, que produz e reproduz a assimetria entre as práticas femininas e masculinas, constroi e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produzindo e reproduzindo a subordinação das mulheres e seus trabalhos.

Ao tecerem considerações sobre a divisão sexual do trabalho, Brito e Oliveira (1997) asseveram que essa não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas, por sua vez, recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Complementam as autoras:

Portanto, a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (p.252).

Carloto (2002) afirma que, apesar das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da família, principalmente nos aspectos referentes à maternidade, à sexualidade e às relações familiares, esses fatores continuam influenciando o modo como a mulher se coloca

no mercado de trabalho e a forma como os patrões e os homens, de uma maneira geral, tratam as mulheres. Essa visão apresenta repercussões no acesso, no tipo e nas condições em que se desenvolve o trabalho feminino.

Aos poucos, contudo, o papel das mulheres na sociedade vem sofrendo alterações e elas, cada vez mais, estão ampliando seu espaço na economia nacional. Nas últimas décadas, presenciamos um aumento significativo na participação das mulheres no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE (2010), em 1950, somente 13,6% das mulheres em idade ativa⁹ participavam do mercado de trabalho. Em 2009, esse percentual era de 52,7%¹⁰.

Ao tratar das áreas de maior concentração da força de trabalho feminina, Cunha (2000) faz referência ao pensamento de Abramo (1999) que enfatiza a vinculação do trabalho feminino à divisão sexual do trabalho que, por sua vez, favorece a inserção das mulheres em ocupações consideradas tradicionalmente femininas, limitando seu acesso a outras profissões ou também a outras qualificações.

Brumer (1987), ao discorrer sobre a segmentação profissional em decorrência do sexo, pontua alguns aspectos da inserção feminina no mundo do trabalho. Segundo ela, existe uma divisão no mercado de trabalho que promove a concentração de homens e mulheres em determinadas profissões e que destina às trabalhadoras, de um modo geral, ganhos inferiores aos dos homens, mesmo quando exercem uma mesma função. Aponta, ainda, que a participação delas na força de trabalho, nos últimos anos, apresentou variação quantitativa (proporção de mulheres ocupadas) e qualitativa (tipos e setores de emprego) e que muitas mulheres sofrem discriminações no trabalho pelo simples fato de serem mulheres.

A construção civil, nesse contexto, constitui-se um exemplo dessa mudança que vem ocorrendo em relação à participação feminina no mercado de trabalho, pois, apesar do referido setor ao longo da história não ter se apresentado como um espaço para atuação profissional das mulheres, a inserção das mulheres nesse ramo encontra-se em ascensão.

É válido destacar que, mesmo quando as mulheres ingressam em ramos tidos como masculinos, as atribuições que são direcionadas a elas trazem implícitas características vinculadas à construção social do feminino, ou seja, elas são chamadas para

9. No Brasil, define-se a população em idade ativa a partir dos dez anos de idade. Em países desenvolvidos, a idade ativa começa aos 15 ou 16 anos. Neste trabalho, será usada a idade ativa a partir dos dez anos para estatísticas do Brasil e, quando o dado se referir a uma faixa etária diferente para fins de comparabilidade, será explicitado.

10. Esse número expressa que, entre todas as mulheres residentes no Brasil, com idade a partir de dez anos, 52,7% estão empregadas ou procurando emprego.

desempenhar tarefas mais leves, que precisam de cuidado, zelo e paciência, por exemplo. Na construção civil, essa assertiva é uma marca, quando se trata do trabalho destinado às operárias. A fala a seguir confirma essa proposição:

O trabalho pesado é dos homens e o trabalho mais leve, mais maneiro, é das mulheres. Quando a gente pega um serviço que tem dificuldade, eles vêm e “ajuda” a gente. Agora, a gente tá limpando as telhas de alumínio, mas eu já fiz tudo, rejunte, limpar cerâmica, ajeitar os banheiros, limpar vidraça (DÉBORA, SERVENTE, 54 ANOS).

Convém ressaltar que as profissões social e culturalmente tidas como femininas apresentam caráter subalterno, de menor prestígio e remuneração em relação às atividades exercidas pelos homens. Ao analisarmos esses aspectos no setor produtivo em estudo, percebemos que, realmente, as mulheres desempenham funções de menos prestígio e reconhecimento. Elas geralmente executam os serviços que requerem menos qualificação técnica e mais habilidade manual, tais como o acabamento das obras. São, em sua maior parte, serventes e, por isso, recebem a menor remuneração paga aos trabalhadores dos canteiros de obra.

Acreditamos ser necessário problematizar que, nos espaços analisados, nenhuma operária se encontra no cargo hierárquico mais elevado da produção: encarregada da obra. O maior nível que elas conseguiram atingir foi o de pedreira. Tal constatação nos leva a refletir sobre as considerações de Santos e Ribeiro (2006) quanto à existência do efeito conhecido em vários países e apelidado de *glass ceiling* ou teto de vidro. Esse termo é utilizado para evidenciar a suposta existência de uma barreira invisível que impede o acesso de mulheres a postos e ocupações com melhores rendimentos.

Quando questionamos os contratantes sobre a promoção da mão de obra feminina, fomos informadas que esse processo não chegou a ocorrer. Alguns alegaram a falta de tempo hábil para uma melhor avaliação e, consequentemente, classificação das operárias. Outros referiram existir a possibilidade em um momento futuro.

É interessante atentarmos que a inserção das mulheres em atividades nas quais os homens predominam, como é o caso da construção civil, não elimina, necessariamente, a discriminação sexual que elas enfrentam. Elas, em muitos momentos, são vítimas de brincadeiras que, por exemplo, colocam em questão a sua presença nesses espaços,

demarcam o setor como espaço masculino e as submetem a situações de constrangimento, conforme relatam algumas trabalhadoras:

Tem uns homens aqui que têm é raiva da gente. Tem uns que até entende, mas tem outros que diz que não sabe por que a gente veio pra cá, porque diz que lugar de mulher é na cozinha, é lavando roupa. Um dia, um carpinteiro falou desse jeito pra mim: por que você não vai atrás de uma lavagem de roupa? Eu disse: se desse dinheiro, eu estava lá, te garanto! Eles têm preconceito com a gente, acha que a gente é só para lavar roupa, varrer casa, passar pano. Não, isso aí pesa também! Pensa que uma trouxa de roupa não pesa? (ESTER, PEDREIRA, 50 ANOS).

Ao tratarmos da inserção feminina no mercado de trabalho, a diferenciação salarial em decorrência do sexo da mão de obra constitui-se uma marca. Entretanto, na construção civil, nos locais analisados, a remuneração é a mesma para homens e mulheres que exercem uma mesma função. Mas precisamos atentar que, conforme expressam os representantes do Sindicato dos Trabalhadores do setor, as melhores remunerações são direcionadas aos homens se levarmos em consideração que as mulheres são, em sua grande maioria, ajudantes de pedreiro (a) e recebem uma remuneração bem inferior ao que é pago aos pedreiros ou mestres de obras, por exemplo.

A remuneração igual para funções iguais é um dos aspectos de conflito que permeiam a entrada das mulheres no ramo produtivo em destaque. Parte dos trabalhadores não concorda que as trabalhadoras recebam o mesmo salário que eles, mesmo que elas exerçam a mesma função. Essa problemática foi suscitada em dois dos três canteiros pesquisados e pode ser confirmada na seguinte fala:

No início, eu andei recebendo umas reclamações. Porque, assim, como elas eram mulheres, tinham alguns dos homens que ficavam criticando. Criticando por quê? Porque “eram mulher” e “tavam” fazendo o mesmo serviço deles. Aí começavam aquelas críticas até questão mesmo sobre pagamento. “Tinham uns” que reclamavam muito pra mim: é, “nós trabalha”, trabalha, trabalha e “as mulher” não trabalha quase nada aí. Tem umas que não fazem quase nada e “fica” ganhando a mesma coisa (SAMUEL, ENCARREGADO, 33 ANOS).

Portanto, pensamos que a discordância dos trabalhadores com relação à igualdade salarial para homens e mulheres nesse setor ultrapassa o aspecto da divisão desigual do trabalho. Acreditamos que o mote da questão está no preconceito que se expressa na desvalorização do trabalho feminino.

Outro aspecto que requer discussão quando falamos sobre a presença das mulheres no mundo do trabalho é a precariedade da presença delas nos segmentos menos organizados da economia, em que existe uma maior incidência de contratos de trabalho informais e, portanto, uma menor atuação das organizações sindicais.

Apesar de a construção civil ser um setor organizado da economia e com forte atuação das organizações sindicais, registramos que algumas empresas conseguem burlar a legislação e convencer os trabalhadores e as trabalhadoras a se sujeitarem ao trabalho sem garantias trabalhistas. Convém ressaltar que essa precarização nas relações de trabalho incide mais fortemente sobre a mão de obra feminina, conforme relata um dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores do segmento:

Hoje, uma coisa que nós notamos é que as mulheres sofrem muito é com o descumprimento dos deveres dos contratantes. Em alguns casos, as mulheres são de uma terceirizada, de uma empresa terceirizada, que essa terceirizada, na maioria das vezes, não cumpre o que a empresa que contratante contratou para os trabalhadores. Às vezes, a carteira não é assinada. Às vezes, eles dão um jeito de não pagar algum benefício que tá na convenção e que os trabalhadores têm direito e eles sempre dão um jeitinho de convencer as mulheres a não receber ou até abrir mão daquilo. Eles acabam ganhando também com isso (LUCAS, DIRIGENTE SINDICAL).

Ainda de acordo com o Sindicato, não formalizar o registro de trabalho na carteira profissional é uma das denúncias mais recorrentes quando se trata da má conduta das empresas terceirizadas que atuam no ramo. As mulheres são as que mais sofrem com essa problemática, embora já tenham ocorrido avanços significativos no combate a essa prática ilícita. A fala a seguir confirma essa premissa:

[...] e aí tem a questão da carteira assinada. Hoje, por conta de algumas fiscalizações, as empresas “tão madura” e já obrigam, minimamente, as outras, as terceirizadas, a assinar. Mas, antigamente, já foi pior, nem a carteira

era assinada, “eles dizia” que o contrato era um serviço temporário, por pouco tempo, “né”? A lavagem do prédio e tudo, e eles, como pretexto, diziam para as trabalhadoras: “não vamos assinar sua carteira, porque é pouco tempo, vai só sujar sua carteira”. E a trabalhadora, obviamente, precisando do trabalho, aceitava essa condição. Hoje não, como elas fazem outros serviços, não é só a lavagem, como se fazia antes, “né”? Agora é com mais força essa história de assinar a carteira. (LUCAS, DIRIGENTE SINDICAL)

O assédio sexual também se constitui um dos obstáculos que se apresentam à trajetória da mulher trabalhadora, tendo sua origem e sustentação na cultura machista e discriminatória em relação à condição feminina. Assim,

pode-se definir assédio sexual como atentado à liberdade sexual da empregada e promovido por superior hierárquico, por meio de chantagem. Essa chantagem tem de ser tal que crie na mulher receio por seu emprego, cargo ou função e, portanto, reduza sua capacidade de resistência. A posição de poder do assediante não precisa advir necessariamente de um cargo superior no organograma da empresa, mas que, de fato, ele exerça comando sobre a assediada (CALIL, 2007, p.74).

Ao situarmos esta discussão no âmbito da construção civil, percebemos muita resistência por parte dos trabalhadores e, principalmente, das trabalhadoras para falar sobre o assunto. Nas obras analisadas, em apenas uma foi registrada a ocorrência desse tipo de crime. No caso, uma pedreira foi assediada sexualmente por seu encarregado.

Apesar de nos espaços pesquisados ter sido registrada apenas uma situação de assédio sexual, através do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil obtivemos o esclarecimento de que essa prática ilícita é mais comum do que imaginamos. Para ilustrar, é pertinente expormos a fala de um dos dirigentes:

Teve uma denúncia que foi a seguinte: a operária para entrar lá (refere-se à obra em que ocorreu o caso), tinha que sair com o encarregado. Esse era como se fosse um critério de seleção. Aí, uma das operárias veio aqui no sindicato, nós fomos ao canteiro de obra, denunciemos e a construtora tomou todas as providências, ou seja, demitiu o cara,

certo? Não era critério de seleção da construtora, era, simplesmente, um ato da cabeça dele. Ele achou de se aproveitar da fragilidade da mulher (ISAAC, DIRIGENTE SINDICAL).

Na fala supracitada o informante afirma que o agressor se aproveitou da “fragilidade da vítima”, uma característica socialmente atribuída à condição feminina, embora seja nítido que essa questão ultrapassa esse aspecto. Acreditamos que alguns homens do setor, aproveitando-se de sua posição hierárquica, bem como de sua condição masculina, tentam tirar proveito da situação de “desvantagem” na qual se encontram as mulheres que, por sua vez, são recém-chegadas ao ramo, constituem uma minoria na composição da mão de obra e não têm sua permanência consolidada no segmento produtivo.

Na ocorrência registrada pelos profissionais de uma obra analisada, conseguimos perceber discursos que evidenciam a naturalização dessa prática ilegal, diminuindo, de certa forma, a gravidade desse crime, dando a ele o sentido de mal-entendido, de uma brincadeira de mau gosto ou, apenas, de um flerte, tendo em vista que não houve o ato sexual. Essa constatação é confirmada por meio das falas que se seguem:

Houve assédio sexual de um encarregado meu. O que aconteceu: cantou a pedreira, falou besteira pra ela. Aí, ela foi para a pessoa responsável pela contratação das mulheres na obra. Inclusive teve um desgaste pesado aqui e eu tive que dispensar o encarregado. Ela continuou. Foi um caso isolado, mas aconteceu. Infelizmente, a gente é obrigado a conviver com isso (MOISÉS, CONTRATANTE, 54 ANOS).

Foi uma cantada, não foi nada físico, foi uma cantada (TIAGO, CONTRATANTE).

É conveniente contextualizar que, no ambiente em que o caso aconteceu, a inserção das mulheres se deu de modo conflituoso. A empresa contratada para executar o serviço, no período em que o crime ocorreu, ainda não via com bons olhos a presença feminina no canteiro e fez, mesmo que indiretamente, com que a mulher passasse de vítima à culpada pela situação, insinuando, algumas vezes, que as roupas que as mulheres vestiam após o expediente para ir embora, shorts e blusas mais justas, eram a motivação para que ocorresse aquele tipo de situação.

É necessário registrar que, quando ocorreu o assédio sexual na obra pesquisada, conforme explica a responsável pela contratação das mulheres, não só os homens, mas também algumas mulheres associaram à mulher a culpa pelo fato ocorrido. Essa situação, de certa forma, acabou minando a relação estabelecida entre as mulheres, deixando de lado o sentimento de classe e de solidariedade feminina. Além disso, os homens acabaram isolando as mulheres sob a afirmativa de que era melhor não manter contato, inclusive não falar com elas, para não correrem o risco de serem autuados pelo mesmo crime.

Pelo exposto, é possível perceber que a inserção das mulheres na construção civil constitui-se um processo permeado por tensões e que tem como marca a divisão sexual do trabalho e o preconceito. Nessa perspectiva, a participação política das trabalhadoras desse setor seria, em potencial, uma forma de enfrentamento às desigualdades que se expressam nesse ramo produtivo, mas, como evidenciaremos a seguir, essa participação política ainda é muito fragilizada.

4.4 QUANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SE FAZ NECESSÁRIA

Na construção civil, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores, não há mulheres sindicalizadas, muito menos participando da diretoria da instituição¹¹, composta por 24 membros operários do setor, escolhidos nos canteiros de obras, através de eleições que ocorrem a cada três anos.

Atualmente, o sindicato tem, em média, 12 mil associados. Apesar de ser um número significativo, os dirigentes acreditam que poderia haver uma quantidade maior de sócios, porém a opressão existente nas obras, a rotatividade inerente ao processo de produção do setor e o caráter não assistencialista das ações sindicais dificultam a associação do operariado. Explica um dos dirigentes:

Não é obrigado sindicalizar. Você vê que nós não temos assistencialismo, ou seja, a maioria dos sindicatos de Fortaleza, do Ceará, do Brasil eles têm ou oferecem alguma coisa para os trabalhadores – ou médico, dentista, um oculista. Tem uns que têm até cabeleireiro pra cortar os cabelos dos trabalhadores. No caso do sindicato da construção civil, não tem nada disso; o que os trabalhadores da construção civil têm é uma sede, que é esse prédio

11. Dados referentes ao período de realização deste estudo – dezembro (2012)

onde nós estamos fazendo a entrevista; três carros de som; uma subsede, em Maracanaú, com carro; a direção e os funcionários que atendem os trabalhadores aqui. Então, não é obrigado se sindicalizar, mas mesmo assim a gente vai tentando. Mesmo assim, devido à opressão, quando a gente vai fazer sindicalização num canteiro de obras com 300 pessoas, a gente sindicaliza 250. Porém, a mulher fica mais reservada por conta da pressão que existe dentro dos canteiros de obras (TIMÓTEO, DIRIGENTE SINDICAL).

Salientamos que a opressão vivenciada pela classe trabalhadora do ramo, ao mesmo tempo em que se apresenta como um dos fatores de estímulo para sindicalização dos operários, também constitui-se um entrave para associação das mulheres, pois elas, segundo informações obtidas no sindicato, acreditam estar mais vulneráveis às demissões tendo em vista seu recente ingresso no setor.

Os dirigentes do sindicato, ao considerar o aumento da mão de obra feminina no segmento e a ausência delas no espaço que as representa, promoveram o Seminário Mulheres da Construção Civil de Fortaleza com o objetivo de estimular a participação política feminina. Esse primeiro encontro aconteceu no dia 1º de setembro de 2012 e contou com a presença de, aproximadamente, 40 mulheres. Na ocasião, algumas resoluções foram aprovadas, dentre elas a criação da comissão de mulheres, que estará diretamente ligada ao sindicato, informando todas as dificuldades vivenciadas pelas trabalhadoras nos canteiros. Essa comissão será formada no primeiro semestre de 2013.

Contudo, é importante registrarmos que as mulheres não estarem vinculadas ao sindicato não significa passividade frente à opressão vivenciada por sua categoria de trabalho. Elas, por exemplo, participaram ativamente da greve do setor que ocorreu entre os meses de maio e junho de 2012 e que se estendeu por, aproximadamente, 28 dias. Esse movimento contribuiu, inclusive, para que se estabelecesse uma aproximação entre o Sindicato e as operárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado, buscamos evidenciar os principais aspectos das relações de gênero e trabalho que permeiam o trabalho de homens e mulheres na construção civil de Fortaleza.

Percebemos que a força de trabalho feminina, anteriormente utilizada apenas para limpeza das obras após sua conclusão, ganhou novas atribuições. Elas passaram a realizar alguns serviços antes indicados aos homens, que são de fácil execução, mas que demandam tempo e habilidade manual, tais como assentar e rejuntar a cerâmica. Essa mudança na produção favorece a redução do período de execução e dos custos das obras e, ainda, o aumento da qualidade do serviço, pois as atividades que as mulheres passaram a desempenhar, recebendo o mesmo salário antes pago apenas pela limpeza da obra, quase sempre requerem cuidado, atenção e minúcia, características socialmente relacionadas ao feminino.

Para as mulheres, o ingresso nesse ramo é motivado, principalmente, pela oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal e pela melhor remuneração paga por esse segmento. A maioria delas sente orgulho por exercer uma atividade que, até pouco tempo, era estritamente vinculada ao universo masculino.

O trabalho na construção civil viabilizou o acesso dessas trabalhadoras aos bens e aos serviços que, em um passado bem próximo, constituíam-se inalcançáveis para elas. Muitas delas destacam, ainda, a independência financeira que tiveram em relação aos seus maridos e companheiros.

No decorrer desta investigação, pudemos constatar que a maioria das mulheres encontra-se na função de servente, executando, principalmente, serviços de acabamento. Mas nos deparamos, também, com mulheres pedreiras, realizando as mesmas tarefas que os homens e tendo o seu trabalho muito bem visto e aceito por parte de seus contratantes.

Não constatamos diferença salarial em decorrência do sexo, contudo a maioria das mulheres, conforme expresse anteriormente, encontra-se na função cuja remuneração é a menor do setor, ou seja, elas são classificadas como serventes. Concernente a esse aspecto, existe, ainda, a não aceitação de alguns trabalhadores em relação à política de remuneração igual para funções iguais. Parte dos homens não acha justo que as operárias, que exercem sua mesma função, recebam o mesmo salário, pois, sob o ponto de vista deles, elas não executam as mesmas atividades que eles.

Percebemos que, no processo de terceirização de serviços que ocorre no setor, as mulheres são as maiores vítimas das irregularidades realizadas por empresas terceirizadas. Essas empreiteiras, em alguns casos, utilizam-se de alguns artifícios para não registrar o trabalho feminino ou para fazer com que as mulheres abram mão de alguns

dos seus direitos. Um fato recorrente são as obras de curto prazo nas quais a empresa terceirizada “aconselha” as mulheres a não reivindicar o registro na carteira para não “sujá-la” com um serviço de curta duração.

Destacamos que o trabalho feminino nesse ramo é marcado pela divisão sexual do trabalho. A constituição social do que é ser homem e do que é ser mulher influencia, diretamente, na diferenciação das atividades delegadas aos trabalhadores e às trabalhadoras nos canteiros. Geralmente, às mulheres são direcionados os trabalhos considerados mais leves e que requerem características atribuídas ao feminino, como, por exemplo, a colocação e rejun-tamento da cerâmica e a limpeza. Já os homens são requisitados para trabalhos que necessitam de mais força física e coragem, tais como escavações, concretagem e trabalho em altura.

Com relação à participação política, constatamos que nenhuma mulher encontra-se associada ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. A opressão imposta aos operários do ramo, motivo da sindicalização masculina, apresenta-se como um dos fatores que dificultam a sindicalização das mulheres, tendo em vista que elas sentem-se mais vulneráveis às demissões por serem minoria e não terem sua permanência consolidada nesse setor.

O assédio sexual também foi um fato observado durante este estudo. Percebemos que alguns homens, utilizando-se de sua posição hierárquica no trabalho, de sua condição masculina e da situação de ‘desvantagem’ na qual se encontram as mulheres nesse segmento, buscam obter vantagem ou favorecimento sexual.

Porém, o que mais nos chamou atenção foi que, nesses casos, os homens, apesar de serem os agressores, acabam sendo vistos, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, como vítimas da situação, vinculando, desse modo, às mulheres, consideradas provocadoras, a culpa por essa prática criminosa.

Por fim, compreendemos que na construção civil, espaço culturalmente destinado aos homens, a presença das mulheres não é isenta de conflitos e de questionamentos. Todavia, sob nosso ponto de vista, os canteiros de obras são sim lugares para atuação profissional das mulheres. Contudo, reconhecemos que muitas mudanças precisam acontecer para que elas possam exercer de forma digna sua profissão. Nesse sentido, acreditamos serem necessárias alterações nas práticas e nos valores dos atores sociais, além de serem repensados os papéis que foram social e historicamente atribuídos aos homens e às mulheres com base na hierarquia de gênero.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: **Revista Proposta**. São Paulo, n. 88/89 Março/Agosto de 2001, p. 76-93.

BLAY, Eva Alterman. (Org.) **Igualdade de oportunidade para as mulheres: um caminho em construção**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRITO, Jussara; OLIVEIRA, Simone. Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade nos Espaços de Trabalho. In: **A Danação do Trabalho: relações de trabalho e o sofrimento**. Rio de Janeiro, Te Corá Editora, 1997.

BRUMER, Anita. **Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho**. Paris: Université de Paris X, 1987.

_____. Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. In: **Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. GT População e Gênero Nepo/Unicamp, São Paulo, 1998 a.

_____. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995** / São Paulo: FCC/DPE, 1998b.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher - aspectos históricos-sociológicos do início da república ao final deste século**. São Paulo: LTR, 2000.

_____. **Direito do Trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática**. 1ª Edição. São Paulo: LTR, 2007.

CARLOTO, Cássia. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.149-156.

_____. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. In: **Serviço Social em Revista**, V.4, N.2, Jan/Jun. 2002.

CUNHA, M. A. Gênero no trabalho: desemprego exclusão e precariedade. In: **Revista Nete**, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. **O trabalho das mulheres**. Tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999.

_____. **O que é ser mulher? O que é ser homem?** Subsídios para uma discussão das relações de gênero. 1º Módulo do Curso Regional Centro-Oeste de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção e Prática Sindical e em Metodologias – Brasília (DF), 06 a 12 de agosto de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais – 2009** (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27). Rio de Janeiro: 1990.

_____. **Síntese de indicadores sociais – 2009** (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27). Rio de Janeiro: 2010.

_____. **Pesquisa mensal de emprego** (Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas – boletim especial –Dia Internacional da Mulher). Rio de Janeiro: 2012.

LOBO, E. S. **A Classe Operária tem dois sexos**. São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, pp. 1992, p. 53-67.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Promoção de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho**. Brasília: 2009.

_____. **Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Trabalho**. Brasília: 2011.

PULEO, Alicia H. **Filosofia, gênero y pensamiento crítico**. Série Filosofia. España: Universidad de Valladolid, 1999.

_____. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto do futuro. In: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia da(orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p 13-34.

SAFFIOTI, H. I. B. Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982. Rio de Janeiro: In: **XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia**, 1986.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma Questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

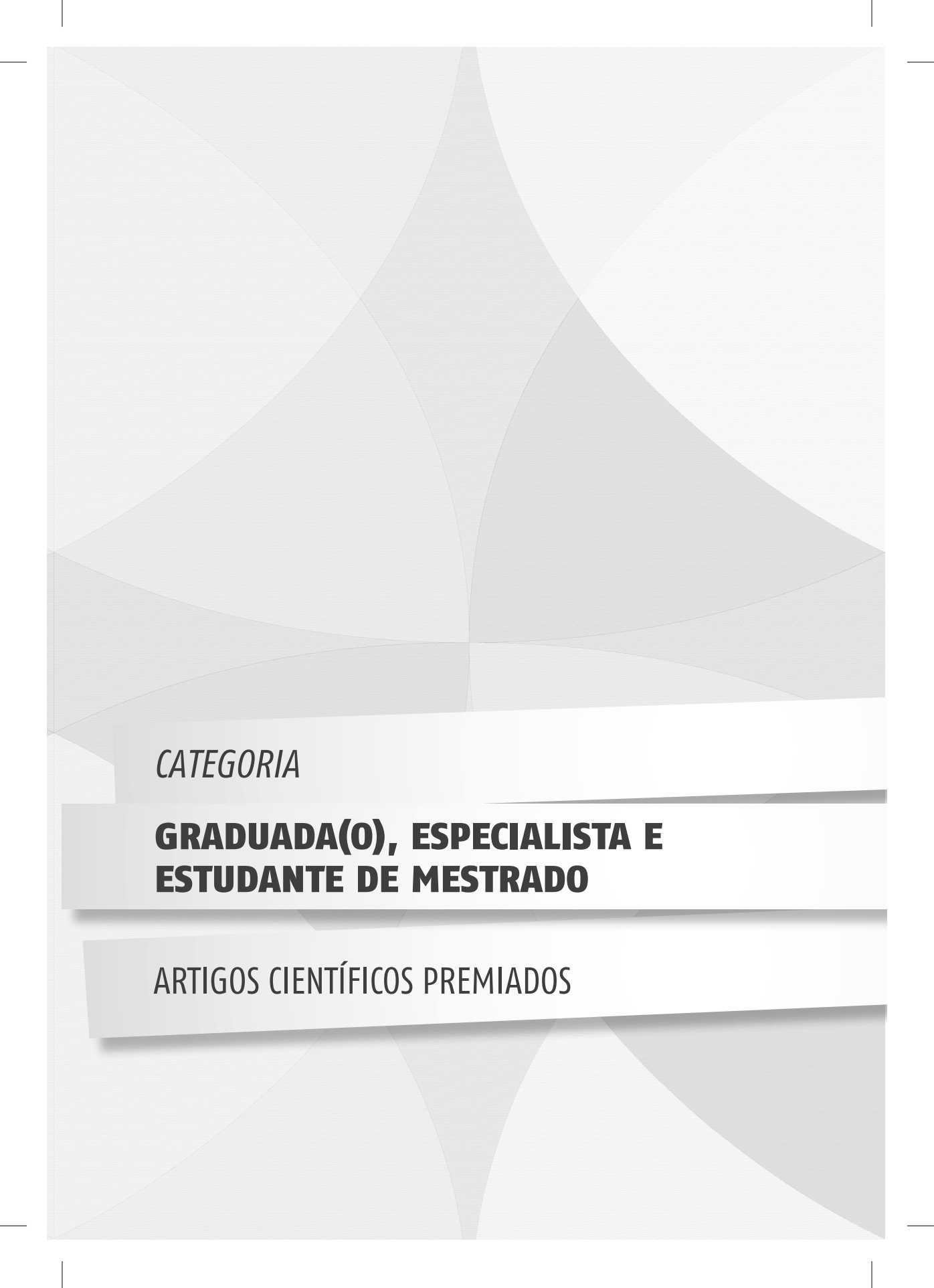
SANTOS, R. V.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o “Teto de Vidro”. In: **Seminários de Pesquisa**, 2006.

SCOTT, Joan W. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, n.2, 1990.

_____. Género: una categoría útil para los estudios históricos? In: LAMAS, M. (Org.). **El género**: la construcción cultural de la diferencia sexual. Cidade do México: PUEG, 1997, p.265-302.

_____. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.





CATEGORIA

**GRADUADA(O), ESPECIALISTA E
ESTUDANTE DE MESTRADO**

ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO

As inscrições para a categoria *Graduado, Especialista e estudante de Mestrado* do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* somaram 230. Considerando a variável sexo, observa-se que há predominância de inscrições femininas nessa categoria.

8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, inscritos segundo o sexo, categoria Graduado, Especialista e estudante de Mestrado

Sexo	Quantidade	%
Feminino	187	81,30%
Masculino	43	18,70%
Total	230	100,00%

Fonte: CNPq/SPM, 2014.

Trabalhos premiados:

SUELEN SIQUEIRA JULIO, da Universidade Federal Fluminense (UFF), da área de História, tendo como orientadora a Profa. Elisa Frühauf Garcia, com o artigo científico: “Além do esperado: a trajetória da índia Damiana da Cunha (Goiás, c. 1780-1831)”.

SINARA GUMIERI VIEIRA, da Universidade de Brasília (UNB), da área de Direito, tendo como orientadora a Profa. Débora Diniz, com o artigo científico: “Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar: ambiguidades de um acionamento feminista do direito penal”.

ALÉM DO ESPERADO: A TRAJETÓRIA DA ÍNDIA DAMIANA DA CUNHA (GOIÁS, C. 1780-1831)

Suelen Siqueira Julio

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Orientadora: Elisa Frühauf Garcia

1. INTRODUÇÃO

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho¹. (Gilberto Freyre)

Objeto dos desejos sexuais dos europeus; vítimas de estupro, de exploração e de toda sorte de abusos; mães, esposas, concubinas; seres desavergonhados e de sexualidade exacerbada. Muitos foram os epítetos e papéis atribuídos às mulheres indígenas por agentes coloniais e também autores acadêmicos mais ou menos recentes. Nas curtas passagens dedicadas à contribuição das índias para a formação da sociedade brasileira, no clássico *Casa-Grande e Senzala*, Gilberto Freyre ressalta o papel de mães, esposas/concubinas, e donas de casa. Em Freyre as índias aparecem como base física da família e como enriquecedoras da cultura material brasileira. O papel de reprodutoras se encaixaria bem a tais mulheres, disponíveis para o sexo com os recém-chegados portugueses. Tal disponibilidade iria ao encontro dos desejos dos fogosos colonizadores².

O que muitas investigações têm demonstrado nas últimas décadas é que a experiência histórica dessas mulheres passou muito longe de se resumir ao lugar de vítimas e de meio de reprodução dos europeus. Assim, análises como a de Freyre refletem muito mais o que a sociedade colonial e patriarcal esperava das mulheres do que o papel que elas exerceram.

1. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 (1933), p.161.

2. Ver: FREYRE, Gilberto. "O indígena na formação da família brasileira". In: *Op.cit.*, pp. 156-263.

Não só a escrita sobre a história das mulheres indígenas passou por uma série de revisões, como a própria historiografia apresentou nas últimas décadas modificações consideráveis. No caso da historiografia brasileira as mudanças têm se dado no sentido de, sobretudo a partir da década de 1980, dar relevância e visibilidade a grupos pouco valorizados pelas abordagens mais tradicionais, acompanhando as discussões internacionais vigentes na área. Assim, indígenas, populações de origem africana e mulheres não só têm passado a frequentar mais assiduamente os trabalhos acadêmicos, como também tendem a aparecer como sujeitos históricos. Para o caso dos indígenas, sublinhar a sua historicidade significa ir além de estereótipos ainda muito fortes – e não apenas no senso comum – que os apresentam como meras vítimas dos processos de colonização: sempre manipulados, fadados ao extermínio e, no limite, inferiores, incapazes de compreender o mundo dos brancos.³

Tais estereótipos incidem com mais força ainda sobre as mulheres indígenas, que continuam objeto de poucos estudos, principalmente historiográficos. Apesar de um maior volume de pesquisas nesse sentido ter começado a aparecer em meados da década de 1990⁴, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que imagens estereotipadas das índias cedam lugar a um quadro mais complexo, no qual apareçam como seres históricos, ligadas a um contexto espaço-temporal específico. Quando me refiro a estereótipos, tenho em mente representações que associam as mulheres indígenas a tempos remotos da história da colonização, nos quais teriam exercido, sobretudo, o papel de procriadoras por serem sexualmente disponíveis ou por sofrerem abusos, como tão bem exemplificado pela obra de Freyre acima citada.

A crescente presença de mulheres e homens indígenas na historiografia, sobretudo a partir das décadas finais do século 20, não se deu por razões estritamente internas ao campo da historiografia, mas relaciona-se também com o contexto político dos países da América Latina. A maior parte desses aprovou reformas constitucionais que caminharam no sentido do reconhecimento das especificidades culturais e do estabelecimento de direitos diferenciados, quer para indígenas, quer para comunidades quilombolas⁵. Esse contexto vem impulsionando uma nova leitura do passado e uma reescrita da história,

3. Ver discussão em: GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, pp. 13-25.

4. TILLY, Louise A. "Gênero, História das Mulheres e História Social". Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu03.03.pdf>. Acesso em 20 set. 2013. Ver também: MARTÍN, Maria Tereza Díez. Perspectivas historiográficas: mujeres indígenas en la sociedad colonial hispanoamericana. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, t. 17, 2004, pp. 215-253.

5. GIRAUDO, Laura. "Entre rupturas y retornos: la nueva cuestión indígena en América Latina". In: _____ (ed.). *Ciudadanía y derechos indígenas en América Latina: poblaciones, estados y orden internacional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. Cuadernos y Debates, n.179. Ver também RAMOS, Alcida Rita (org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

uma vez que a ação dos movimentos indígenas ganhou visibilidade e questionou a ideia dos povos nativos como incapazes de inovação e essencialmente passivos⁶.

Contudo, o papel exercido pelos indígenas no processo histórico brasileiro e americano ainda contrasta com a sua tímida projeção na historiografia. Creio então que trabalhos acerca da temática indígena e, mais especificamente, os que abordam a questão do gênero são de extrema relevância. Ao levantar discussões sobre o papel dos homens e mulheres indígenas na história, tais estudos realizam uma pesquisa cujos resultados têm impacto não apenas na academia, mas na sociedade como um todo, especialmente através das atividades de ensino. Essas discussões contribuem para a superação de ideias, fortes particularmente no Brasil, que ligam os índios a um passado remoto, dando-os como exterminados ou em vias de desaparecimento. Cabe lembrar que semelhantes ideias são frequentemente usadas para deslegitimar as mobilizações dos índios em defesa de suas terras ou de outros direitos, pois questionam a existência de “índios puros”. As recentes abordagens do estudo da história dos índios, em diálogo com a Antropologia, são fundamentais, pois permitem questionar essa essencialização dos povos indígenas, cujas culturas são um produto histórico e dinâmico, não existindo uma pureza a ser mantida ou perdida⁷.

No caso das índias, como já mencionado, há um grande trabalho de contextualização histórica a ser feito. Isso significa que, para compreendermos a história dessas mulheres, é preciso levar em consideração o contexto no qual estavam inseridas: tempo, lugar, relação com a sociedade colonial – habitantes locais, autoridades – são aspectos importantes para a abordagem. As relações de gênero se mostram igualmente importantes: ainda que nem sempre seja possível mapear quais os papéis desempenhados pelas mulheres nas diversas sociedades indígenas anteriores ao contato com os brancos, ao tratarmos das situações coloniais, devemos ter em conta que as mulheres estavam se inserindo numa sociedade patriarcal. Sendo assim, elas enfrentavam uma situação de dupla subalternização, enquanto indígenas e mulheres. Isso, porém, não significa que elas não encontraram espaço para traçarem estratégias de sobrevivência e mesmo de atuação política, como veremos abaixo.

Neste artigo, o caráter histórico da experiência das mulheres indígenas será analisado através do caso da caiapó Damiana da Cunha, que estava entre os cerca de

6. BOCCARA, Guillaume, “Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización”. *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, revista eletrônica, Paris. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>. Acesso em 30 set. 2012.

7. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “História e antropologia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 151-168.

600 caiapós que foram recebidos pelo governador da capitania de Goiás, Luís da Cunha Meneses, entre 1780 e 1781, e que passaram a viver aldeados.⁸ O momento era de preocupação da Coroa com o povoamento e com a prosperidade econômica da capitania. Na percepção da administração portuguesa, tais objetivos só seriam atingidos se fossem aldeados os indígenas que “hostilizavam” os habitantes locais.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Ao abordar o caso de Damiana, pretendo demonstrar como a situação de contato com a sociedade colonial forneceu oportunidades para a atuação política dos indígenas, aproveitadas por uma mulher. Busco também fornecer um elemento para complexificar a imagem da contribuição das mulheres indígenas para a história do Brasil. Os contatos foram marcados, sem dúvida, pela violência (física, simbólica, sexual), mas não anularam a sua capacidade de agir politicamente. Trabalho com a ideia de que a aquisição dos códigos culturais da sociedade envolvente permitiu a Damiana atuar como mediadora entre a política de aldeamento e os interesses dos caiapós. A sua trajetória está profundamente ligada à história do aldeamento do seu povo, cujos interesses procuro levar em consideração. Tal história nos permite colocar algumas questões, como: quais condições permitiram a uma mulher indígena – Damiana da Cunha – exercer um papel político importante? Qual contribuição esse caso pode fornecer para as discussões de gênero?

O interesse em valorizar a história do ponto de vista dos indígenas é dificultado pelas fontes, produzidas pelos agentes coloniais e portadoras da sua visão, mas o aporte teórico fornecido pelos historiadores e antropólogos que, em diálogo, vêm valorizando o ponto de vista dos sujeitos históricos indígenas possibilita outros caminhos de interpretação⁹. Como os trabalhos recentes têm demonstrado, é possível fazer a leitura das entrelinhas dos documentos – buscando mapear quais os interesses dos indígenas ao traçarem alianças com a sociedade colonial e, em nosso caso, ao aceitarem as propostas de aldeamento. Afinal, em alguma medida, as fontes eram fruto de um diálogo, ainda que assimétrico. Ouvir a voz das mulheres torna-se ainda mais complicado numa sociedade patriarcal, mas a projeção obtida por Damiana demonstra que elas não foram anuladas enquanto seres históricos e, portanto, políticos. As fontes – escritos de autoridade

8. Sobre os aldeamentos em Goiás, veja-se: CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 (1974).

9. BOCCARA, op.cit.; POLONI-SIMARD, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC – Biblioteca de Autores del Centro, 2005, [Online]. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/651>. Acesso em 29 set. 2012; GARCIA, op.cit.; MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada ao concurso de livre docência no departamento de antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

des publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondências entre as autoridades portuguesas – foram lidas, sistematizadas e cruzadas com a bibliografia. Esses documentos fornecem informações valiosas sobre a capitania, e depois província, de Goiás, tais como: as ações implementadas pelos governantes no sentido de conter os ataques dos grupos indígenas; as atividades econômicas desenvolvidas, para as quais buscou-se atrair a mão-de-obra indígena; as expedições enviadas para procurar a paz com os índios e os resultados obtidos¹⁰.

3. O CONTEXTO DE DAMIANA

A região do Brasil Central começou a receber expedições que buscavam metais preciosos – as bandeiras – já no final do século 16. Mas a ocupação efetiva do território só se daria com a mineração aurífera do século 18. Em 1749, a Capitania de Goiás adquire autonomia, pois até então era subordinada a de São Paulo. Tal autonomia está associada com a descoberta e a exploração do ouro, que levaram à necessidade de prover Goiás de uma organização própria. A nova capitania abrangia uma área semelhante à atual, exceto o Triângulo Mineiro, que posteriormente passaria a pertencer a Minas Gerais, e a região do Rio das Mortes, que hoje faz parte do Mato Grosso¹¹.

Goiás era habitada por diversos grupos indígenas, como os akroás, xacriabás e xavantes, que habitavam a região setentrional, e arachás, crixás e caiapós, que ocupavam a parte meridional. A descoberta do ouro na região pelos bandeirantes, na década de 1720, intensificou o contato e os conflitos entre indígenas e brancos. Em um levantamento da história daquela região, Pereira de Alencastre, presidente da província de Goiás entre 1861 e 1862, descreveu os conflitos entre os mineradores e os povos indígenas da seguinte maneira: “As hordas selvagens, insaciáveis de ódio e de vingança, traziam os povos em continuados receios, e não poucas vezes levavam diante de si populações inteiras, que, aterradas, abandonavam seus trabalhos e suas casas, para se irem refugiar nos arraiais mais populosos”¹².

A presença e a atitude violenta dos bandeirantes e mineradores suscitavam, por diversas vezes, reações também violentas por parte dos indígenas. Tais conflitos dificultavam a

10. Ver, por exemplo: Ofício do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes] José de Vasconcelos [de Soveral e Carvalho] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a prosperidade de suas diligências com os índios (...). Vila Boa, 12 de fevereiro de 1776. AHU_ACL_CU_008, Cx.28, D. 1830.

11. Para mais informações sobre Goiás e seu processo de povoamento, ver: CHAIM, Marivone. “A capitania de Goiás”. In: *Op.cit.*, pp.15-42. Ver também: CHAVES, Edilson Aparecido. “Ocupação e colonização do território: o processo de constituição do estado de Goiás”. Disponível em: http://web.videoaulasonline.com.br/aprovaconcursos/demo_aprova_concursos/historia_do_estado_de_goiás_01.pdf.

12. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. “Annaes da Província de Goyaz”. In: *Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil* 27 (1864), p.77. O português da citação foi atualizado, sem prejuízo do sentido original.

mineração e ameaçavam a estabilidade dos núcleos de povoamento que iam sendo formados em torno das minas. Entre os “selvagens” vistos como mais hostis estavam os caiapós. Eles habitavam o território que compreendia o “sul e sudoeste do atual estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, parte do norte de São Paulo, o leste do atual estado do Mato Grosso e o leste e sudeste do Mato Grosso do Sul”¹³. John Hemming aponta que, por algum tempo, os caiapós ameaçaram destruir a povoação de Goiás ou cortar as comunicações com o litoral atlântico. Diante de tal ameaça, os mineradores responderam com mais brutalidade, materializada nas expedições de bandeirantes como Antônio Pires de Campos, que atuou na década de 1740, auxiliado por centenas de bororós, inimigos dos caiapós¹⁴. Raymundo da Cunha Mattos apontou, no final de 1824, a atuação dos sertanistas Pires de Campos e João de Godoy como causa da redução do número de caiapós, “nação em outro tempo mais numerosa”¹⁵.

Sobre os grupos indígenas mencionados, especialmente os caiapós, que nos interessam diretamente, é importante esclarecer que não são aqui entendidos enquanto uma essência, como povos com certas características imanescentes, mas como grupos com determinadas relações estabelecidas com a sociedade envolvente. Relações que, por sua vez, variaram conforme o contexto histórico. Essa compreensão sobre os povos indígenas acompanha as mudanças de perspectiva construídas no diálogo entre História e Antropologia, sobretudo a partir da década de 1980. Como já mencionado acima, os trabalhos acadêmicos mais recentes tendem a preocupar-se em inserir as mulheres e os homens indígenas, como sujeitos históricos, em seu contexto – ao invés de buscar características que seriam próprias de tal ou qual grupo¹⁶.

Nesse sentido, Fredrik Barth aponta as insuficiências da definição de grupo étnico que foca como aspecto principal o compartilhamento da mesma cultura, pois tal abordagem pressupõe que a manutenção das fronteiras étnicas depende do isolamento entre os diferentes grupos. Outro problema dessa definição reside no fato de que ela leva a distingui-los por uma lista de traços culturais, nem sempre vistos como tão importantes pelos seus membros. Barth propõe outra forma de ver os grupos étnicos, ao focar a autoatribuição e a atribuição pelos demais. Nessa perspectiva, os atores passam a formar

13. GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 57.

14. HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. Trad. Antônio de Padua Danesi. São Paulo: EdUsp, 2009 (1978). Sobre os conflitos com os caiapós e a expectativa em torno de resolvê-los através de ações violentas, ver: “Carta do [governador e capitão general de São Paulo] D. Luis de Mascarenhas ao rei [D. JoãoVI]”. Vila Boa, 30 de março de 1742. AHU_ACL_CU_008, Cx.2, D.179.

15. MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Corographia histórica da Província de Goyaz”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 37 (1874), p.306.

16. Sobre tais mudanças de perspectiva, ver: BOCCARA, Guillaume. *Op.cit*; MONTEIRO, John. *Op.cit*; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “História e antropologia”. *Op.cit*.

grupos étnicos quando usam identidades étnicas para categorizar a si e aos outros em processos de interação social, sobretudo políticos¹⁷. As categorias que as fontes atribuem aos indígenas são coloniais, construídas pelos agentes sociais dominantes. Não nos interrogarmos o suficiente sobre certas categorias que aparecem nas fontes é prolongar o etnocentrismo. Os caiapós, por exemplo, assim chamados pelos bandeirantes, se auto-denominavam *panariás*, segundo J. Norberto de Sousa e Silva¹⁸. Como foi afirmado por Barth, a identidade étnica não se constroi no isolamento, mas nas relações com outros grupos. No caso dos caiapós, essa afirmação se materializa no fato de que, apesar da interação desses índios com outros grupos no espaço do aldeamento, das transformações pelas quais passaram ali e da intenção, desde a aplicação das medidas pombalinas, de apagar as diferenças entre os indígenas e os demais súditos, eles entram no século 19 se reconhecendo e sendo reconhecidos enquanto caiapós.

Voltando à região de Goiás, nas últimas décadas do século 18, tornou-se urgente selar a paz com os índios, que passaram a ser vistos como úteis ao povoamento e mão de obra em potencial para atividades produtivas – agricultura e pecuária – que garantissem a prosperidade da economia, já que a mineração estava em decadência. Entre as instruções recebidas pelo governador José de Vasconcelos estava a de procurar agradar os índios, atraindo-os para o seio da sociedade colonial, visto que eles eram “uma das mais importantes riquezas para a capitania de Goiás, da mesma sorte que para todo o Estado do Brasil”¹⁹.

Seguindo tais diretrizes, Vasconcelos enviou o alferes José Pinto da Fonseca para a margem oriental do Araguaia, com cem praças e alguns intérpretes, entre eles uma índia. Essa expedição conseguiu negociar a paz com os carajás. Segundo José de Alencastre, as propostas de paz foram transmitidas pelos lábios da índia intérprete. Anos mais tarde, em 1813, no governo de Fernando Delgado, quando se procurava conter os ataques coligados dos chavantes e carajás, mais uma vez a intérprete das negociações foi uma mulher, uma índia xacriabá²⁰. A recorrência de mulheres atuando na importante função de intérprete parece se relacionar com o fato de elas, juntamente com as crianças, constituírem a maioria dos cativos de guerra²¹.

17. BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, pp. 25-67.

18. SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. “Biographia: Damiana da Cunha”. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil* 24 (1861), p. 536. O autor aponta que, segundo Saint Hilaire, os caiapós passaram a se chamar assim para distinguir-se dos negros e dos brancos.

19. Instrução dada pelo secretário de Estado para o Ultramar, Martinho de Mello e Castro, em 1771; citada por José Martins Pereira de Alencastre, *op.cit.*, p. 258.

20. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Op.cit.*, pp.65-97.

21. Há números para duas ocasiões: em 1751, dos 32 caiapós, apanhados por uma das expedições de Pires de Campos, “quase todo esse numero”

A adoção de políticas indigenistas pacíficas relacionava-se às medidas decretadas na década de 1750 pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal. Entre essas medidas estava o bom tratamento a ser dispensado aos índios, visando torná-los súditos “civilizados” e “úteis”, que povoassem o território pertencente à Coroa. Vale lembrar que as políticas pombalinas referentes aos índios relacionam-se ao contexto de redefinição de fronteiras nos domínios ibéricos na América, após a assinatura do tratado de Madri (1750)²². O traçado das fronteiras considerava a ocupação efetiva do território como um elemento importante na definição da soberania. Logo, compreende-se a necessidade de ter os índios como vassalos. Em Goiás, a legislação pombalina ganhará força mais tarde, quando a paz com os índios se reveste do duplo significado: os novos vassalos não iriam mais promover ataques e ainda auxiliariam a prosperidade da capitania.

As iniciativas de Luís da Cunha Menezes, governador de Goiás entre 1778 e 1783, para aldear os caiapós também se inserem nesse contexto da política de atração dos índios. Em 1780, ele enviou uma expedição ao Sertão do Rio Claro para fazer contato com os nativos. O resultado foi um acordo de paz, selado com o estabelecimento de mais de 600 deles no aldeamento Maria I e em São José de Mossâmedes, ambos próximos da capital de Goiás. Entre esses caiapós estava a pequena neta do cacique Angrai-oxá²³. A menina, que recebeu o nome cristão de Damiana da Cunha, foi apadrinhada pelo próprio governador e criada na sua casa. Já vimos o que o governo português esperava desses índios, mas por que esse grupo de caiapós resolveu aceitar as propostas de paz?

Longe de ser apenas objeto das intenções dos colonos, os caiapós tinham os seus próprios objetivos e naquele momento aceitar as propostas de paz parecia uma boa saída para as dificuldades nas quais se encontravam. Regina Celestino assinalou que as petições escritas por indígenas, em negociação sobre os termos de colaboração com os portugueses, indicam algumas das suas expectativas quanto ao aldeamento: “solicitavam terras, o direito

era de mulheres e crianças. Ver: “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José”. Lisboa, 27 de outubro de 1751. AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 492. Em 1757 foram aprisionadas 6 índias e 25 crianças pelo capitão-mor da conquista do gentio caiapó, João de Godói Pinto da Silveira. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a carta do [governador e capitão general de Goiás] Conde de São Miguel [D. Alvaro José Xavier Botelho de Tavora]”. Lisboa, 5 de fevereiro de 1757. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829. Cynthia Radding escreve que a guerra proporcionava mão de obra servil para a sociedade de fronteira de Santa Cruz (Bolívia). Assim, mulheres, adolescentes e crianças estavam no grupo principal dos cativos que trabalhavam nas casas, nos campos de cana e estâncias de gado. RADDING, Cynthia. “Introducción” & “Mosaicos étnicos e identidades de género”. In: *Paisajes de poder e identidad*. Sucre: Fundación Cultural del Banco Central de Bolivia, 2005. pp.11-42 e 177-234.

22. GARCIA, *op.cit.*

23. Ofício do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, 20 de julho de 1781. AHU_ACL_CU_008, Cx.32, D. 2019; Carta do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, à rainha [D. Maria I]. Vila Boa, 10 de janeiro de 1783. AHU_ACL_CU_008, cx. 34, D. 2079.

de não serem escravizados e de trabalharem para quem quisessem, cargos, aumentos de salários, ajudas de custo e destituição de autoridades não reconhecidas por eles”.²⁴

Os caiapós foram conduzidos a um aldeamento construído para eles, onde teriam segurança e alimentação garantidas, num momento em que seus territórios de caça estavam sendo ocupados por criadores de gado e os ataques à sociedade colonial tinham resultados cada vez mais incertos. Além disso, a região de Goiás passara por uma seca de quase três anos. Mary Karasch aponta mais um motivo, sugerindo que selar a paz com os agentes coloniais dava oportunidade a esses índios de aprenderem a manejar as armas dos forasteiros e, eventualmente, reiniciar os ataques²⁵. Os aldeamentos materializavam a intenção do Estado de expandir suas fronteiras e aumentar a quantidade de súditos através da inserção dos indígenas. A proposta do espaço do aldeamento era ensinar aos índios um novo modo de viver, que os capacitasse a integrar a sociedade envolvente, contribuindo para expandi-la e mantê-la. Isso deveria ser feito através do ensino da religião católica e da educação para o trabalho.

Incluídos no mundo colonial como súditos livres, sob a categoria “índios”, eles tinham obrigações e direitos. Sendo assim, podemos observar que os próprios indígenas se apropriaram da categoria, utilizando-a para requerer tais direitos. Segundo Jacques Poloni-Simard, sob tal estatuto jurídico subalterno, existem condições sociais diferentes, que não devem escapar aos estudiosos. Esses devem atentar para a existência de canais de mobilidade social, se quiserem ir além da intenção das políticas coloniais ao classificar os nativos como índios²⁶. Entre as distinções estão as relativas ao gênero, ou seja, ao papel social atribuído a homens e mulheres indígenas pela sociedade colonial. Outra diferença que não pode ser desconsiderada é a que separava os chamados principais, que tinham poder de influência em seus povos, dos índios comuns. Assim, os caiapós ingressam numa sociedade que possibilitava oportunidades variáveis de acordo com o gênero e com outros fatores, como a proximidade em relação aos chefes principais do grupo.

A realidade do aldeamento nem sempre era a esperada. Ao se perceberem submetidos a um regime de trabalho monótono na agricultura, vigiados por militares e explorados pelos administradores da aldeia, muitos indígenas fugiam. Mas, para outros,

24. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 101.

25. KARASCH, Mary. “Damiana da Cunha: catequista e sertanera (Goiás, séculos XVIII e XIX)”. In: SWEET, David G.; NASH, Gary B. (orgs.). *Lucha por la supervivencia en la América colonial*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987 (1981), pp. 85-97. Ver também: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Op.cit.*

26. POLONI-SIMARD, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”. *Op.cit.*

principalmente os que haviam sido criados desde pequenos na aldeia, a vida “selvagem” já não parecia atrativa. Era o caso de Damiana.

4. ENTRE CAIAPÓS E BRANCOS

Neta do cacique e afilhada do governador, Damiana da Cunha usufruía de uma boa posição tanto na sociedade colonial quanto no seu povo. Durante o tempo que passou na casa do governador, recebeu uma educação que lhe permitiu criar laços com a sociedade envolvente. Casou-se sucessivamente com dois militares. Seu primeiro marido, de acordo com a tradição local, era um soldado português do regimento de dragões de Goiás. Após a sua morte, casou-se com o cabo de milícia Manuel Pereira da Cruz²⁷.

Naquela época, os casamentos entre índias e brancos, chamados de mistos, eram incentivados a fim de apressar a integração dos nativos aos costumes de origem portuguesa. Em 1755, a lei dos casamentos mistos já havia decretado que não caberia nenhum estigma aos brancos que casassem com índias, assim como os filhos dessas uniões não deviam ser discriminados. Outro incentivo era que esses homens “deveriam ter preferência no acesso a terras e profissões de acordo com sua ‘graduação’”²⁸. Tais diretrizes foram posteriormente sistematizadas no Diretório dos Índios, promulgado em 1757 pelo governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro marquês de Pombal. O Diretório ia ao encontro das aspirações do governo português de tornar os índios súditos iguais aos demais, atraindo-os, através da negociação e do “bom tratamento”, para o modo de vida colonial. No ano seguinte à sua promulgação, o Diretório foi estendido para toda a América portuguesa²⁹.

Segundo Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Damiana cresceu “à sombra da cruz”³⁰, expressão que revela algo sobre seus vínculos com o mundo dos brancos. Vínculos não apenas religiosos, mas culturais, sociais e políticos. Visitada por Auguste de Saint-Hilaire e Johann Emanuel Pohl no início do século 19, impressionou os viajantes por sua inteligência, conhecimento do idioma português e piedade cristã³¹. Raymundo José

27. KARASCH, Mary, *op.cit.*

28. SOMMER, Barbara A. Adquirindo e defendendo os privilégios concedidos pela coroa no norte do Brasil. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno et al (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.630. Sobre os casamentos mistos ver também: GARCIA, *Op.cit.*, capítulo II.

29. HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: EdUSP, 2009 (1978).

30. SOUSA E SILVA, J. Norberto de. *Op.cit.*, p.528.

31. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975; POHL, João Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil Empreendida nos Anos de 1817 a 1821*. 2 vols. Rio de Janeiro: Ministério da Educação

da Cunha Mattos, por sua vez, escreveu na época que a “índia Dona Damiana”, quando necessário, “põe-se nua, pinta-se e sai ao campo, e conduz os índios como lhe parece”³². Ou seja, a figura de Damiana suscitava diferentes impressões nos observadores. Ao mesmo tempo em que mostrava conhecimento da religião católica e de outros códigos da sociedade colonial, podia ser descrita em outras situações com um comportamento mais próximo dos caiapós. Será que ao dominar o idioma português e passar ensinamentos católicos para seu povo, ela deixava de ser indígena? Ao contrário, pelo que as fontes indicam, era justamente a sua posição privilegiada que lhe permitia negociar uma situação melhor para o seu povo.

A posição de Damiana permitiu-lhe exercer um papel diferente do esperado do gênero feminino, associado, na sociedade colonial, às atividades domésticas, ao domínio privado e à subordinação social. Foi assim que, no início do século 19, Damiana encabeçou diversas expedições de descimento, passando a exercer uma liderança política no âmbito público, reconhecida enquanto tal por vários agentes coloniais. Essas expedições tinham o objetivo de ir para fora da fronteira colonial, para o chamado sertão, a fim de trazer de lá índios que tivessem fugido dos aldeamentos ou atrair os que não haviam sido ainda contatados³³.

A situação de fronteira contribuía para o estabelecimento de relações de gênero peculiares, diferentes da expectativa da sociedade colonial – e, mais tarde, imperial –, que reservava às mulheres as atividades relacionadas ao lar³⁴. Apesar dessa expectativa, houve mulheres que exerceram funções políticas importantes, como a de intérpretes, exercidas no espaço público e muito valorizadas em situações de contato, como já mencionado acima.

A situação em questão se refere a uma fronteira interna; à ocupação tardia de uma área no interior da América portuguesa. Hal Langfur encontrou uma situação semelhante ao analisar o Sertão Leste no século 18, uma região coberta por florestas, compreendida entre Minas Gerais e Espírito Santo, para a qual os habitantes de alguns centros mineradores de Minas Gerais se dirigiram quando a atividade começou a apresentar si-

e do Desporto, 1951.

32. MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Op.cit.*, p.305.

33. O termo sertão descrevia, no período colonial, as regiões no interior do Brasil onde os portugueses não estavam estabelecidos. Ver: LANGFUR, Hal. “Áreas proibidas e hierarquias contestadas: resistência indígena à incorporação colonial na mata atlântica setecentista”. Trad. Adelaine La Guardia. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno et al (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 589-615.

34. Para essa divisão de papéis, com a valorização das atividades destinadas ao gênero masculino em detrimento das reservadas ao feminino, ver: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (1998).

nais de declínio. Tal área fronteira se expandiu não na direção oeste, rumo ao interior, mas na direção leste e sudeste, a partir de cidades e vilas de Minas Gerais, de volta à costa atlântica. O autor ressalta a dimensão violenta dos contatos entre os botocudos e os colonos no Sertão Leste, mas o faz sem desprezar os processos de adaptação cultural pelos quais ambos os lados passaram, ou seja, Langfur encontra, nas ações violentas dos nativos e dos colonos, elementos que expressam esse aprendizado mútuo³⁵.

Entre 1808 e 1830, Damiana partiu várias vezes para a região dos rios Araguaia e Camapuã, retornando das expedições com dezenas de caiapós, adquirindo assim o respeito das autoridades de Goiás. Em certa ocasião, após cometerem “roubos, depravações e assassinatos” no final de 1829, os caiapós fugidos da repressão apareceram na região do rio Claro, aterrorizando os moradores. E foi Damiana a quem o presidente da então província de Goiás, marechal Lino de Moraes, recorreu para contornar a situação. Ela partiu em 1830, levando consigo presentes para esses índios e apoiada por seu marido, Manuel Pereira da Cruz, e pelos índios José e Luíza. Retornou com 32 índios e foi recebida com danças e muita alegria pelos aldeados. O presidente da província e outras autoridades também a esperavam³⁶.

Nesse retorno, em 1831, Damiana chegou doente, consumida pelas condições físicas do Sertão. Morreu após cumprir a última missão que lhe foi dada. Enquanto vivia, buscou utilizar sua posição para atender às necessidades do seu povo. A projeção política alcançada pela neta do cacique parece ter sido potencializada pelas características fronteiriças daquela região. Seu prestígio ante os brancos dependia do seu sucesso com os caiapós e podemos dizer que o contrário também é verdade: ser acompanhada por índios fugitivos ou não aldeados relacionava-se com a capacidade obtida por Damiana de negociar condições toleráveis de vida no interior do aldeamento. Após sua morte, as condições de vida, já deterioradas, decaem mais ainda na aldeia – acelerando o processo de esvaziamento do local. Para a maioria dos indígenas a vida aldeada já não oferecia benefícios.

Ao longo do século 19, sobretudo na segunda metade, assiste-se a uma nova etapa no tratamento dispensado aos índios. A política indigenista, ao ser considerada pelo Império como uma atribuição dos governos provinciais, será ainda mais marcada pelos interesses locais do que no período anterior. Se aos agricultores interessava obter muita mão de obra, o mesmo não ocorria com os criadores de gado. Sendo assim, enquanto os

35. LANGFUR, Hal. *Op.cit.*

36. SOUSA E SILVA. J. Norberto de. *Op.cit.*, pp.531-534.

agricultores desejavam políticas de trabalho forçado, os criadores de gado não hesitavam em desconsiderar as leis vigentes e promover o extermínio de índios, se esses atacassem os animais ou habitassem terras favoráveis ao pastoreio³⁷.

5. CONCLUSÃO

O esforço empreendido pelas autoridades da capitania de Goiás para aldear os caiapós nos fornece uma ideia da importância dos povos indígenas, sobretudo numa região como a de Goiás, ocupada pela sociedade colonial mais tarde do que outras áreas da América portuguesa. A prosperidade da capitania, tanto em termos econômicos quanto populacionais, dependia da negociação com os índios – então considerados povoadores e trabalhadores em potencial. A legislação pombalina, que, como já dito, buscava integrar os índios como vassallos, fora estendida para toda a América portuguesa, o que revela a importância dessa população não apenas no Grão-Pará e Maranhão – local inicial de sua aplicação –, mas no conjunto do Brasil, inclusive em Goiás. É nesse contexto que devemos situar Damiana da Cunha. As relações que estabeleceu com membros da sociedade envolvente capacitaram-na para atuar como mediadora entre a política de aldeamento e os interesses dos caiapós.

É nessa situação de fronteira que podemos compreender de que forma uma mulher conseguiu obter visibilidade política a ponto de ser reconhecida por homens ilustres como o presidente da província de Goiás, Pereira de Alencastre. Esse atribuiu a Damiana, e não às autoridades, às quais frequentemente dirigiu críticas, o fato de a aldeia de São José de Mossamedes ainda estar povoada na década de 1810. Quando escrevem sobre Damiana, tanto os viajantes Saint-Hilaire e Pohl, quanto Alencastre ou Joaquim Norberto de Sousa e Silva veem uma figura política importante. Damiana é reconhecida não pelas virtudes esperadas de uma mulher por aquela sociedade – mãe, esposa, dona de casa –, mas por exercer uma função política essencial para o governo daquela região. Tal papel, diferente do destinado ao gênero feminino, não apenas não lhe rendeu represálias, mas lhe trouxe um considerável reconhecimento social, o que é compreensível no contexto no qual se encontrava: era preciso ter aqueles índios como povoadores e Damiana podia – e queria – ajudar. A neta do cacique aproveitou essa oportunidade e obteve uma projeção política e um prestígio perante as autoridades quase impensáveis para uma mulher.

37. KARASCH, Mary. "Catequese e Cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889". In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp: 2008, pp.397-412.

Não percamos de vista, portanto, que os índios não eram agentes meramente receptores das políticas indigenistas coloniais ou imperiais. Para que essas tivessem sucesso, era preciso que, em alguma medida, contemplassem seus interesses. Sendo assim, os indígenas tiveram atuação política, negociando, dentro do possível, condições mais favoráveis de sobrevivência. Podemos encontrá-los aceitando o aldeamento ou fugindo de tais espaços, quando a situação lhes parecia insuportável ou desvantajosa. Também vemos os índios utilizarem contra os colonos as armas conseguidas através de acordos temporários com os brancos. Por fim, encontramos os que adquirem os códigos culturais da sociedade envolvente, ficando em condições de atuar politicamente, como Damiana da Cunha. Reconhecida pelos índios e pelas autoridades de Goiás, a figura de Damiana nos mostra a complexidade da situação dos indígenas na História. Uma história que não se reduz ao extermínio ou à escravidão, tampouco à “aculturação” ou à “resistência”. No meio desses termos existe a atuação de indivíduos e grupos indígenas capazes de compreender quais eram suas possibilidades de negociação, mesmo que numa posição desfavorável.

Embora haja memorialistas locais que valorizaram a atuação de indígenas, como os cronistas de Goiás que atentaram para Damiana, a tendência que prevaleceu na memória oficial da nação foi a do apagamento dos índios. Acredito que os trabalhos que têm se dedicado à história dos povos indígenas possam contribuir para que seja revertido o processo de invisibilização pelo qual os índios – sobretudo as mulheres – passaram³⁸. Tais pesquisas oferecem uma contribuição valiosa não apenas para a escrita da História dos índios, mas também para a reescrita da História do Brasil e da América.

Neste momento, no qual as diferenças são valorizadas, é de extrema importância trazer à discussão a atuação dos povos indígenas, que de forma alguma se restringe a um passado remoto, mas a todo período colonial e além do que a atual mobilização indígena nos dá prova. Outro tópico que assume cada vez mais notoriedade é o da igualdade de gênero. Tal ideia certamente não fazia parte do horizonte da sociedade colonial e imperial, mas mesmo aquela época nos rende atuações femininas como a de Damiana. A caiapó nos lembra de que a capacidade de traçar estratégias e se mover no contexto político vivido não é algo restrito a determinado gênero, etnia ou período histórico.

38. Tal processo de invisibilização se refere à ação dos Estados nacionais construídos na América após as independências. Em linhas gerais, as elites tinham em mente uma ideia de cidadania homogeneizadora que extinguisse a diversidade étnica e cultural características das sociedades coloniais de Antigo Regime. Assim, para que um país fosse considerado moderno, voltado para o progresso, era preciso que sua população fosse homogênea – partilhasse os mesmos costumes, a mesma memória, a mesma língua – e ocidentalizada. Os povos indígenas foram dados como extintos, por terem sido exterminados ou por estarem misturados ao conjunto da população. Ver: QUIJADA, Mónica. “El paradigma de la homogeneidad”. In: QUIJADA, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd (coord.). *Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: CSIC, 2000, pp. 15-55.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “História e antropologia”. In: CARDO-SO, Ciro Flamarion; & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 151-168.

_____. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. pp.25-67.

BOCCARA, Guillaume, “Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización”. *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, revista eletrônica, Paris. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (1998).

BOURGEAULT, Ron Roce. “Class and Gender: colonial domination of indian women”. In: MCKAGUE, Ormond (org.). *Racism In Canada*. Saskatoon, Saskatchewan: Fifth House Publishers, 1991, pp 129-149(129).

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 (1974).

CHAVES, Edilson Aparecido. “Ocupação e colonização do território: o processo de constituição do estado de Goiás”. Disponível em: http://web.videoaulasonline.com.br/aprovaconcursos/demo_aprova_concursos/historia_do_estado_de_goiias_01.pdf.

FREYRE, Gilberto. “O indígena na formação da família brasileira”. In: *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 (1933).

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

GIRAUDO, Laura. “Entre rupturas y retornos: la nueva cuestión indígena en América Latina”. In: _____(ed.). *Ciudadanía y derechos indígenas en América Latina: poblaciones, estados y orden internacional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. Cuadernos y Debates, n.179, pp. 7-57.

HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. Trad. Antônio de Padua Danesi. São Paulo: EdUsp, 2009 (1978).

KARASCH, Mary. "Damiana da Cunha: catequista e sertanera (Goiás, séculos XVIII y XIX). In: SWEET, David G. & NASH, Gary B. (orgs.). *Lucha por la supervivencia en la América colonial*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987 (1981), pp. 85-97.

LANGFUR, Hal. "Áreas proibidas e hierarquias contestadas: resistência indígena à incorporação colonial na mata atlântica setecentista". Trad. Adelaine La Guardia. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno et al (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 589-615.

LASMAR, Cristiane. "Mulheres indígenas: representações". *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.7, n.1 e 2, 1999. Disponível em: <http://150.162.1.115/index.php/ref/article/viewFile/11989/11264>.

MARTÍN, Maria Tereza Díez. "Perspectivas historiográficas: mujeres indias en la sociedad colonial hispanoamericana". *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, t. 17, 2004, pp. 215-253.

MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada ao concurso de livre docência no departamento de antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

POLONI-SIMARD, Jacques. *El mosaico indígena: movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*. Quito: Abya-Yala, 2006.

_____. "Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC – Biblioteca de Autores del Centro, 2005, [Online]. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/651>.

QUIJADA, Mónica. "¿Hijos de los barcos o diversidad invisibilizada? La articulación de la población indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX)". *Historia Mexicana*, vol. 53, n.2, 2003, pp. 469-510.

_____. "El paradigma de la homogeneidad". In: QUIJADA, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd (coord.). *Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madri: CSIC, 2000, pp. 15-55.

RADDING, Cynthia. "Introducción" & "Mosaicos étnicos e identidades de género". In: *Paisajes de poder e identidad*. Sucre: Fundación Cultural del Banco Central de Bolivia, 2005. pp.11-42 e 177-234.

SCOTT, Joan W. “El género: una categoria útil para el análisis histórico”. In: LAMAS, Marta (org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. PUEG, México, 1996, pp.265-302. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/scott.pdf>.

SOMMER, Barbara A. “Adquirindo e defendendo os privilégios concedidos pela coroa no norte do Brasil”. Trad. Ana Letícia Fauri. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno et al (orgs.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 619-638.

TILLY, Louise A. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu* (3), 1994, pp. 29-62. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu03.03.pdf>

ZAMBRANO ESCOVAR, Marta. *Trabajadores, villanos y amantes: encuentros entre indígenas y españoles en la ciudad letrada*. Santa Fe de Bogotá (1550-1650). Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2008.

DISCURSOS JUDICIÁRIOS SOBRE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: AMBIGUIDADES DE UM AÇIONAMENTO FEMINISTA DO DIREITO PENAL

Sinara Gumieri Vieira

Universidade de Brasília (UNB)

Professora Orientadora: Débora Diniz

1. INTRODUÇÃO

Em diversos países e culturas, a casa não é um lugar seguro para as mulheres. Estudos nacionais e internacionais mostram que, embora a maioria das vítimas de homicídio seja homem, os homicídios de mulheres apresentam padrões bastante específicos quanto ao local de ocorrência das mortes e a relação entre agressores e vítimas: em 2008, 35% das mulheres vítimas de homicídio na Europa ocidental foram assassinadas por companheiros, e 17%, por outros parentes (já entre os homens vítimas de homicídio, 15% foram mortos por esposas, ex-esposas e familiares) (UNODC, 2011). No Brasil, segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade - SIM, da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS do Ministério da Saúde - MS, em 2010, 68,8% dos homicídios de mulheres aconteceram na residência das vítimas; em 42,5% dos casos, o agressor era parceiro ou ex-parceiro da vítima (Waiselfisz, 2011).

Esses dados remetem às considerações de Lia Zanotta Machado (2000) ao destacar a importância da categoria analítica e política de gênero para o reconhecimento das especificidades da violência que vitima mulheres em suas casas, pelas mãos de seus maridos, pais, filhos e outros familiares, sem, no entanto, supô-la inerente às relações entre mulheres e homens. Nesse sentido, a perspectiva de gênero propõe uma ruptura com narrativas biologizantes, que pretendem explicar assimetrias e desigualdades a partir de supostas naturezas feminina e masculina, binárias e opostas. Assim, o presente trabalho adota a perspectiva de gênero e reconhece sua motivação feminista nesta incursão na temática da violência doméstica.

Nos últimos anos, os debates a respeito de homicídios de mulheres a partir de uma abordagem de gênero têm dado destaque à categoria femicídio ou feminicídio, que ganhou proeminência nos estudos relativos à Juarez, cidade mexicana dominada pelo tráfico de drogas e onde desde a década de 1990 mulheres têm sido sistematicamente violentadas, torturadas, desaparecidas e assassinadas impunemente. Rita Segato (2006) defende a importância da categoria específica do feminicídio para dar inteligibilidade, inclusive jurídica, a esse tipo de violência, que seria equiparável a um genocídio, uma vez que dirigida não a sujeitos específicos, mas às mulheres como grupo. Wânia Pasinato (2011), por sua vez, ao discutir seu uso no contexto brasileiro, questiona a utilidade de tal categoria homogeneizante para a compreensão de mortes de mulheres em contextos complexos e diversos entre si, como são os casos da violência doméstica, praticada por conhecidos, e o da criminalidade urbana.

Coincidindo com esse último entendimento, o presente trabalho resistirá ao apelo retórico de tal categoria e não a adotará. A categoria parece ser de pouca utilidade analítica no presente trabalho, que concebe a violência doméstica não como uma prática despersonalizada de eliminação de mulheres, mas sim como reflexo de negociações de poderes desiguais dentro de espaços domésticos e afetivos íntimos. Diferentes formas de violência de gênero têm diferentes estruturas, e o esforço de agrupá-las retoricamente pode contribuir para invisibilizar suas dinâmicas específicas.

1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER SOB O OLHAR DO JUDICIÁRIO: JULGANDO ESTEREÓTIPOS

Conferir visibilidade e criar políticas de combate à violência contra a mulher tem sido uma das pautas mais fortes e unificadoras dos movimentos feministas brasileiros. Desde a década de 1980, as lutas feministas vêm inspirando pesquisas sobre a temática da violência doméstica e homicídio de mulheres. Nesse cenário, destaca-se o trabalho pioneiro de Mariza Corrêa (1983). Ao analisar processos judiciais relativos a homicídios e tentativas de homicídio ocorridos entre casais entre 1952 e 1972 em Campinas - São Paulo, a autora observou que os julgamentos e eventuais condenações ou absolvições dependiam de juízos quanto à adequação ou inadequação de réus e vítimas às performances dominantes de gênero atribuídas

a homens – trabalhadores e bons provedores – e mulheres – boas mães e esposas recatadas – na sociedade. Assim, as decisões judiciais atribuíam a violência que resulta em morte a fracassos pessoais de homens e mulheres no cumprimento dessas performances, restando inquestionada e resguardada a normatividade do casamento e das relações familiares construídas nesses termos.

Nas últimas décadas, várias outras pesquisas sobre o tema vêm destacando essa persistência do uso de estereótipos de gênero como chaves interpretativas da violência doméstica (Ardaillon; Debert, 1987; Pimentel; Pandjarian; Belloque, 2006). São esses estereótipos que embasam o histórico brasileiro de decisões jurisprudenciais acolhedoras da tese da legítima defesa da honra (do marido) ultrajada pela infidelidade conjugal (da esposa), que subentende que, quando homens matam suas companheiras em função de ciúmes ou para impedir o término do relacionamento, o fazem em defesa do amor, da família, da fidelidade; nesse sentido, não seriam considerados perigosos nem ameaçadores à ordem jurídico-moral, uma vez que seu comportamento apenas reforçaria valores socialmente prezados.

Estereótipos são visões generalizadas sobre os atributos ou características dos membros de um grupo em particular ou sobre os papéis sociais que devem cumprir, de modo a criar uma preconcepção de tais pessoas. Embora seu uso não seja sempre negativo, os estereótipos de gênero tendem a operar de forma a apagar características, necessidades, desejos e habilidades individuais das pessoas que eles designam, negando-lhes direitos e reforçando hierarquias de gênero. Os prejuízos decorrentes da estereotipação de gênero são variados: vão desde a negação de benefícios até a degradação, marginalização e desrespeito à dignidade das pessoas alvos de estereótipos. No que diz respeito especificamente à violência, a estereotipia que legitima os atos de agressão (como nos casos de legítima defesa da honra) impõe uma carga injusta às mulheres, ao reduzir a probabilidade de que os agressores sejam legalmente responsabilizados, contribuindo, assim, para aumentar sua vulnerabilidade à violência doméstica (COOK; CUSACK, 2010).

Embora a tese de legítima defesa da honra esteja em franco declínio nos tribunais brasileiros (PIMENTEL; PANDJIARJIAN; BELLOQUE, 2006; BLAY, 2008), sinalizando uma mudança na cultura de impunidade de homens que matam suas

companheiras, o debate sobre a atuação do Poder Judiciário na reprodução de estereótipos de gênero segue incipiente. Já no plano internacional, importantes passos têm sido dados. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (ONU, 1979; art. 5º) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Erradicar e Punir a Violência Contra a Mulher (OEA, 1994; art. 8º), ratificadas pelo Brasil em 1984 e 1995, respectivamente, estabelecem expressamente a responsabilidade dos Estados-partes no sentido de tomar providências para modificar os padrões socioculturais de homens e mulheres com o objetivo de eliminar preconceitos e práticas baseadas em papéis de gênero estereotipados.

1.2 A LEI MARIA DA PENHA ENTRE O ANDROCENTRISMO DO DIREITO E O APELO À FORÇA SIMBÓLICA DO DIREITO PENAL

Os estudos sobre homicídios de mulheres mencionados acima revelam aportes jurisprudenciais ao controle dos corpos e da sexualidade das mulheres por meio de estereótipos. Essa função, no entanto, não se limita às decisões dos tribunais: na disciplina do Código Civil de 1916, revogado em 2002, esposas e filhas estavam submetidas ao pátrio poder do marido, que, segundo dispunha o art. 233, era o “chefe da sociedade conjugal”. Até 2005, o Código Penal condicionava a punição a crimes como posse sexual mediante fraude e rapto violento ou mediante fraude, conforme tipificados então, à condição de “honestidade” da vítima mulher, o que remetia à virgindade e a comportamentos considerados adequados em relações heterossexuais e monogâmicas. Ainda hoje, interpretações doutrinárias defendem a impossibilidade jurídica do estupro conjugal, já que a mulher estaria submetida ao marido por um dever carnal (COSTA JUNIOR, 2005).

As críticas à legislação, à doutrina e à jurisprudência apontam o androcentrismo constitutivo do direito, a despeito de sua pretensão de imparcialidade e do compromisso do constitucionalismo moderno com a igualdade. Esse androcentrismo reverbera um problema comum às ciências sociais, apontado pela crítica feminista da ciência por meio do questionamento do sujeito social e epistemológico que se pretende genérico e universal, mas que se baseia na universalização de pontos de observação e experiências específicos – tradicionalmente, os de homens brancos, heterossexuais e burgueses (BANDEIRA, 2008).

Nesse sentido, Catharine MacKinnon (1989) entende que o legalismo de tradição liberal, influente ótica da filosofia do direito, é meio capaz de tornar a dominação de homens invisível e legítima, na medida em que adota o ponto de vista masculino no direito e, ao mesmo tempo, o reproduz na sociedade. A sofisticação desse mecanismo faz com que o androcentrismo prescindia de leis que o assegurem – embora a subordinação legal das mulheres em termos formais tenha sido e ainda seja amplamente empregada em diversos sistemas jurídicos. Para tanto, basta apenas que o direito não se preste a questionar as desigualdades de gênero cotidianamente reproduzidas.¹ Assim, o direito opera para que o gênero seja vivido como ontologia e não como epistemologia, como produto de construção sociocultural.

No âmbito do direito penal, as críticas feministas somam-se àquelas feitas pela criminologia crítica, quanto à generalizada incapacidade resolutória e preventiva do sistema penal.² A função de tal sistema não é tanto a de combater a criminalidade quanto a de geri-la seletivamente, de acordo com os interesses morais e econômicos dos setores hegemônicos, capitalistas e patriarcais da sociedade. Assim, não só tem se mostrado ineficaz para solucionar conflitos sociais e proteger os bens jurídicos de que pretensamente se ocupa, como também a linguagem do castigo, desigualmente aplicada, tem gerado estigmatização, fomento a novas violências e insatisfação das vítimas (ANDRADE, 2003; LARRAURI, 1992).

O panorama das críticas feministas ao direito como um todo e ao direito penal em especial abre espaço para uma importante controvérsia. Por um lado, a estrutura fundamentalmente androcêntrica do direito lança dúvidas sobre sua idoneidade enquanto meio de transformações em favor da emancipação feminista. Por outro lado, a compreensão da força prescritiva do discurso jurídico tem inspirado tentativas internas de

1. Conforme MacKinnon (1989, p. 329): “Nenhuma lei dá aos homens o direito de estuprar mulheres. Isso não tem sido necessário, uma vez que nenhuma lei de estupro jamais conseguiu afetar seriamente os termos do pretenso direito de homens de acesso sexual às mulheres. (...) Nenhuma lei garante que as mulheres permanecerão sempre desiguais aos homens. Isso não é necessário, porque a lei que garante a igualdade sexual requer, em uma sociedade desigual, que antes de ser legalmente igual, o indivíduo seja socialmente igual. Desde que o poder reproduzido pela lei reflita em forma e substância o poder reproduzido por homens sobre mulheres na sociedade, o direito será objetivo, aparentará basear-se em princípios, se tornará apenas as coisas como elas são. Desde que homens dominem mulheres com eficiência suficiente na sociedade sem o apoio de leis positivas, nada de constitucional pode ser feito a respeito disso.” (Tradução livre de texto originalmente em inglês).

2. A criminologia crítica tem se destacado em seus esforços teóricos para rechaçar o paradigma etiológico da Criminologia clássica, que trata o crime/criminoso como fenômeno ontológico, deslocando o objeto de seus estudos da criminalidade para as condições de criminalização. Nesse sentido, tem contribuído para revelar a criminalização seletiva não como um efeito colateral do sistema penal, mas sim como seu real propósito: “O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações legalmente definidas como crime. A conduta criminal não é, por si só, condição suficiente deste processo. Pois os grupos poderosos na sociedade possuem a capacidade de impor ao sistema uma quase total impunidade de suas próprias condutas criminosas. (...) A clientela do sistema penal é constituída de pobres não porque tenham uma maior tendência a delinquir, mas precisamente porque tem maiores chances de serem criminalizados e etiquetados como criminosos.” (ANDRADE, 1995, p. 32).

subversão de seus fins: de instrumento de dominação, poderia ser convertido em meio de legitimação de demandas feministas.

Os principais argumentos da aposta de alguns movimentos feministas na ressignificação do direito penal se concentram nos efeitos simbólicos negativos decorrentes da ausência de respostas penais para suas demandas. Isso porque a renúncia de intervenção estatal relegaria mulheres e suas reivindicações por justiça a uma condição inferior, não merecedora de atenção legislativa, e contribuiria para a manutenção das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Assim, as demandas feministas por criminalização se baseariam predominantemente não na dimensão do castigo, reconhecidamente falho, mas sim na publicização da violência e da dominação dos homens, e na declaração oficial de que tais comportamentos e desigualdades são socialmente inaceitáveis. A aposta na força simbólica do direito penal diz respeito à necessidade de disputa do senso comum, da formação de opiniões e da socialização que, mantidas como estão, apenas reproduzem as desigualdades de gênero.

Em resposta, autoras céticas quanto às possibilidades de um acionamento feminista do direito penal entendem a proposta de ressignificação como uma perigosa relegitimação do direito penal para lidar com conflitos sociais, a despeito de seu funcionamento seletivo e estigmatizante. Além disso, o recurso ao direito penal seria um desvio de recursos e esforços feministas na busca de outros meios, mais radicais e eficazes, de transformação (LARRAURI, 1992; ANDRADE, 2003).

Nesse sentido, a crítica de Elena Larrauri (1992) é categórica: recorrer ao direito penal não só é ineficaz, dada a sua incapacidade de cumprir as funções de prevenção geral e específica que o fundamentam, como também se baseia em uma má apreciação da relação entre direito penal e sociedade. Concebida a partir de um modelo causal linear excessivamente simplificado e ingênuo, essa apreciação suporia que o direito penal é capaz de fixar novos valores e difundi-los socialmente, além de traduzi-los em diretivas de ação. Com efeito, esse tipo de narrativa do funcionamento do sistema penal ignora o que Michel Foucault (1999) denomina de economia do poder de punir, na medida em que a racionalidade do direito penal se orientaria não por uma elevação moral da sociedade, mas sim pela manutenção de um regime disciplinar difuso e de uma gestão produtiva e despolitizante das ilegalidades.

A compreensão do androcentrismo constitutivo do direito e das consequentes ambiguidades de um acionamento feminista do direito penal emolduram a leitura da Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006) –, na qual se baseia este trabalho. Sancionada em 2006, fruto de lutas e debates dos movimentos feministas, a Lei Maria da Penha criou mecanismos específicos de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar de não ter criado novos tipos penais, alguns dispositivos da Lei Maria da Penha (arts. 20, 43 e 44) geraram reflexos punitivos. Foram criadas: uma qualificadora para o crime de lesão corporal ocorrido no contexto de violência doméstica e familiar - aumentando, assim, sua pena em abstrato; e uma agravante genérica para crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher - o que pode implicar, na prática, a aplicação de penas mais longas. Além disso, a Lei previu expressamente a possibilidade de prisão preventiva do agressor. Grande parte das avaliações a respeito da Lei dá enfoque a esses aspectos punitivos, embora o faça geralmente sem debater as ambiguidades do acionamento do direito penal como instrumento emancipatório para as mulheres.

Assim, a leitura exclusivamente punitivista da Lei Maria da Penha é incompleta. A Lei criou as diretrizes de uma política pública com perspectiva de gênero, por meio de um sistema jurídico autônomo, composta por diversos mecanismos majoritariamente extrapenais, como as medidas protetivas de urgência e a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dessa maneira, conforme aponta Carmen Hein de Campos (2011), visou produzir deslocamentos discursivos, redefinindo a abordagem jurídica da violência doméstica a partir de outros conceitos e propósitos, de modo a fomentar disputas argumentativas e políticas.

Ao criar, por exemplo, a categoria normativa da violência de gênero e conferir ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher status de compromisso estatal voltado à proteção dos direitos humanos das mulheres, a Lei pretendeu localizar o problema não mais em um plano individual e impassível de intervenção, mas sim em um complexo sistema de construção e reprodução de normatividade de gênero. A transformação desse sistema requer tanto o atendimento emergencial a mulheres em situação de violência quanto medidas de médio e longo prazo relativas à educação, capacitação profissional, sensibilização e reflexão crítica sobre representações sociais e midiáticas feitas a partir das ideias de masculino e feminino. Tratando desse último ponto, o capítulo legal referente às medidas integradas de prevenção trouxe a proposta de um processo

pedagógico coletivo, institucional e cultural, que tente responder à violência também em sua dimensão de disciplinamento de corpos femininos, operada por meio da vigilância e da normalização de performances de mulheres realizadas na casa, na escola, na mídia, no mercado de trabalho, no casamento.

Ao adotar a Lei Maria da Penha como instrumento legal relevante para a investigação de discursos judiciais relativos à violência doméstica homicida praticada contra mulheres, o presente trabalho parte de duas condições. A primeira é o reconhecimento da insuficiência e das contradições de uma abordagem meramente punitivista da Lei, e a consequente assunção de uma postura crítica quanto às possibilidades de apelos feministas à força simbólica do direito penal. A segunda condição é a da leitura da Lei Maria da Penha a partir do sistema jurídico com perspectiva de gênero por ela criada, e seu reconhecimento como marco de disputa discursiva do direito das mulheres a uma vida sem violência.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é descrever e analisar como estão sendo caracterizadas e julgadas as mortes de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridas no Distrito Federal entre 2006 e 2011, após a elaboração do marco legal da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir tal tipo de violência.

Os objetivos específicos do trabalho são: conhecer o contexto de aplicação da Lei Maria da Penha nos julgamentos de processos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, considerando especialmente as peças e fases processuais em que ocorre e os atores jurídicos que o fazem; e identificar possíveis estereótipos de gênero – que, por exemplo, reforçam a associação simbólica de mulheres à maternidade, castidade e cuidados com a casa, e, de homens, à virilidade, sexualidade agressiva e papel de provedor da casa – que orientem a valoração dos comportamentos de réus e vítimas.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste trabalho consistiu em pesquisa qualitativa documental de caráter descritivo, realizada por meio da análise de 35 processos judiciais com trânsito em julgado relativos a homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ocorridos no Distrito Federal entre 2006 (após a sanção da Lei Maria

da Penha) e 2011. A seleção dos processos, obedecendo a uma amostragem não probabilística de conveniência, foi feita a partir de processos arquivados no contexto da pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”, realizada pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em 2012, no âmbito do edital de pesquisas “Pensando a Segurança Pública”, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENAS-P-MJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, investigação da qual participei como pesquisadora de campo.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário eletrônico, isto é, um instrumento estruturado, com quesitos fechados e abertos, cujas respostas foram registradas em uma planilha. Os quesitos do questionário foram divididos em blocos temáticos, e a fonte (documento processual) de onde os dados foram coletados foi a mesma em todos os processos. Os blocos temáticos permitiram o registro de dados relativos ao processo (vara do Tribunal do Júri de tramitação, data de trânsito em julgado), ao crime (data e local de ocorrência), ao julgamento (teor da decisão transitada em julgado), ao perfil da vítima, ao perfil do réu, à aplicação da Lei Maria da Penha (registro de todas as peças processuais em que os atores judiciais mencionaram a Lei no enquadramento legal da conduta criminosa) e à caracterização dos motivos dos crimes (transcrição dos argumentos do Ministério Público, da defesa e do Judiciário a respeito das motivações da violência homicida, com a finalidade de identificar o possível uso de estereótipos de gênero).

Os dados coletados relativos aos processos, ao crime, ao julgamento, aos perfis da vítima e do réu e à aplicação da Lei Maria da Penha foram submetidos a uma análise documental, de modo a permitir uma representação condensada das informações dos processos (BARDIN, 2011). Já os argumentos referentes à caracterização e aos motivos dos crimes foram interpretados por meio da técnica da análise de conteúdo, com enfoque mais qualitativo, com o objetivo de possibilitar descrições analíticas e inferências sobre a produção das mensagens, seus emissores e suas consequências (BARDIN, 2011).

A escolha de processos judiciais como unidades de análise indica que o foco deste trabalho não é a violência doméstica homicida como realidade complexa e ambígua da vida de muitas mulheres, mas sim suas versões judiciais. Importa investigar, assim, a escrita disciplinar (FOUCAULT, 1999), isto é, o processo de seriação

documental, tradução, classificação e categorização de eventos violentos mediado pela linguagem e códigos jurídicos, em um esforço interpretativo de identificar ausências e presenças que compõem os discursos.

Embora não tenha envolvido pesquisa direta com seres humanos (DINIZ, 2008), mas sim com dados disponíveis em processos públicos (nos termos da Constituição Federal, art. 93, inciso IX, e do Código de Processo Civil, art. 155), o projeto da pesquisa “O impacto dos laudos periciais no caso de mulheres assassinadas por violência doméstica ou familiar no Distrito Federal” foi submetido à revisão do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas - CEP-IH, da Universidade de Brasília - UnB, em 2011 (ANIS, 2012). O projeto foi aprovado, conforme parecer de número 09-10/2011 (Anexo A). Como cuidado ético visando à proteção dos sujeitos mencionados nos processos, todos os dados coletados foram protegidos por anonimato e sigilo. Assim, sempre que for necessário fazer referência a um processo específico, a menção será feita apenas pela indicação de um número de 1 a 35, atribuído a cada processo durante a coleta de dados, de acordo com a ordem cronológica de ocorrência dos crimes.

Para traçar um brevíssimo perfil da amostra dos casos analisados, vale destacar que: os 35 processos judiciais analisados provêm de 11 das 13 varas do Tribunal do Júri atualmente em funcionamento no Distrito Federal; a maioria das vítimas (19 mulheres - 54%) tinha entre 15 e 29 anos; 30 delas (86%) eram pardas; 27 vítimas (77%) eram mães; quanto à natureza da relação entre vítima e réu, em 18 casos (51%), as informações dos processos tratavam-nos como ex-namorados ou ex-companheiros; em 15 casos (43%), vítima e réu eram casados, companheiros ou namorados; e, em dois casos (6%), tratava-se de mãe e filho.

Dentro do tempo máximo de cinco anos entre a data do homicídio e o trânsito em julgado do processo, 29 réus (82%) foram condenados e sentenciados a penas privativas de liberdade com durações variando entre sete e 37 anos. Em dois casos (6%) houve extinção de punibilidade por morte do réu (Código Penal, art. 107, I); em outros dois casos (6%) houve impronúncia (Código de Processo Penal, art. 414) dos réus; em um caso (3%) houve condenação com perdão judicial (Código Penal, art. 107, IX); e em um caso (3%) houve absolvição sumária por legítima defesa (Código Penal, art. 25).

Os dados relativos ao desfecho e tempo de tramitação dos processos analisados sinalizam que o tratamento judicial de casos com mulheres mortas em situação de violência doméstica e familiar parece estar se distanciando dos contextos de impunidade e morosidade que o caracterizaram em décadas passadas. Além de simples informações sobre a responsabilização dos agressores nos casos analisados, interessa saber, no entanto, como essas responsabilizações foram construídas. Assim, para adentrar o foco desse trabalho, que são os discursos judiciais desenvolvidos em tais casos, serão apresentados a seguir dados relativos à aplicação da Lei Maria da Penha e ao uso de estereótipos de gênero nos julgamentos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Uma vez que busca justamente evitar violências mais graves, homicídios não são objeto expresso da Lei Maria da Penha. Isso não significa, no entanto, que a Lei não deva ser aplicada a esses casos. Todos os crimes e contravenções penais cometidos em contexto de violência doméstica devem ser processados de acordo com a Lei Maria da Penha.

No caso do Distrito Federal, a competência para julgamento de homicídios em situação de violência doméstica é exclusivamente do Tribunal do Júri, em função do que determina a Lei de Organização Judiciária local (Lei n. 11.697/2008, art. 19).³ O Tribunal do Júri deve, portanto, aplicar todos os comandos da Lei Maria da Penha a esses casos.⁴ Com o intuito de avaliar essa aplicação em detalhes, foram registradas, nos 35 processos analisados, todas as vezes em que a Lei foi mencionada, usada no enquadramento legal das condutas processadas ou aplicada em sentenças e acórdãos na forma da agravante genérica de violência contra a mulher prevista no Código Penal, art. 61, II, alínea “f”.

3. Logo após a criação da Lei, houve uma controvérsia sobre se homicídios em situação de violência doméstica deveriam ser julgados por Juizados de Violência Doméstica e Familiar ou por Tribunais do Júri, que têm competência constitucional para julgar todos os crimes dolosos contra a vida (Constituição Federal, art. 5º, XXXVIII). Alguns juízos entenderam que esses crimes deveriam ser processados, até a decisão de pronúncia, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar; após a formação da culpa, com o réu pronunciado, os autos iriam para o Tribunal do Júri (Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus nº 73.161-SC.). Em 2009, o Superior Tribunal de Justiça (Habeas Corpus nº 121.214-DF) pacificou o entendimento de que a competência para o julgamento do sumário de culpa de homicídios deveria ser estabelecida pela Lei de Organização Judiciária de cada Estado, devendo a fase de juízo de julgamento ser realizada no Tribunal do Júri, em observância à previsão constitucional.

4. Nesse sentido: “Esclareça-se, porém, que o Tribunal do Júri deverá aplicar todos os comandos da Lei Maria da Penha, inclusive as medidas protetivas de urgência. Não importa que Juízo processa a matéria, mas a natureza da violência e a qualidade de sua vítima.” (LIMA, 2011, p. 272).

Dentre os dados coletados, destaca-se que em 21 dos 35 casos analisados (60%) a Lei Maria da Penha não foi sequer mencionada. Em cinco processos (15%), a Lei foi mencionada em algumas peças processuais (como boletins de ocorrência, representações de prisão preventiva e outras peças do inquérito, além de apelação do Ministério Público), mas não foi aplicada nas decisões. Nos demais nove casos (25%), a Lei foi aplicada em sentença ou acórdão, por meio da agravante de crime praticado com violência contra a mulher, gerando reflexos no tempo das penas privativas de liberdade cominadas, mas sem que tenha havido reflexões a respeito da caracterização da violência homicida nos termos da Lei. A aplicação da Lei pelos atores judiciais mostrou-se, portanto, assistemática e descontínua, na medida em que não foi possível identificar razões para a aplicação em apenas uma pequena seleção de casos, feita sob diferentes critérios para a autoridade policial, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

A baixa ocorrência de aplicação da Lei Maria da Penha observada sugere que a Lei não tem sido considerada um marco legal relevante para o julgamento de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Isso pode indicar a existência de controvérsia quanto aos marcos legais e interpretativos considerados adequados para o enfrentamento da violência doméstica no âmbito do sistema judicial, a despeito da política pública abrangente que a Lei buscou criar e implementar.

Não identificar homicídios decorrentes de violência doméstica como tal pode ser um entrave à implementação da política de enfrentamento à violência criada pela Lei Maria da Penha. Nos termos do art. 8º da Lei, essa política requer uma compreensão ampliada do fenômeno da violência doméstica, a ser desenvolvida por meio da sistematização de dados relativos a suas causas, consequências e frequências (inciso II), além de exigir a sensibilização e capacitação permanentes de profissionais do sistema de justiça que lidam com esse tipo de caso (inciso VII). Essas medidas podem ser dificultadas pela exclusão de homicídios de mulheres praticados por companheiros e familiares dos marcos interpretativos vigentes relativos à violência doméstica e familiar.

Além disso, a baixa aplicação da Lei Maria da Penha pode gerar prejuízos reais para mulheres em situação de violência. No Distrito Federal, o Tribunal do Júri tem competência para julgamento não só de homicídios cometidos em situação de violência doméstica, mas também de tentativas de homicídio, uma vez que esses também são crimes

dolosos contra a vida. Nesses casos, em que muitas vezes são observados riscos contínuos às vidas das mulheres, a importância de identificação imediata do contexto de violência doméstica e da aplicação da Lei da Penha, com acionamento de medidas protetivas de urgência, por exemplo, se mostra ainda maior.

4.2 ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Embora, conforme anteriormente ressaltado, não se tenha observado um contexto de impunidade nos casos analisados, o uso de argumentos que buscam culpabilizar as vítimas e legitimar a violência sofrida mostrou-se muito expressivo. A principal evidência está nas teses de defesa: em mais da metade dos casos (18 processos - 52%), a defesa dos réus baseou-se na confissão da prática delitiva seguida da apresentação de outras circunstâncias atenuantes da pena (conforme Código Penal, art. 65, III). Tais circunstâncias (notadamente a violenta emoção após injusta provocação da vítima e defesa de relevante valor moral) diziam respeito a estereótipos de gênero que, uma vez desafiados pelo comportamento das vítimas, justificariam ou minimizariam a ação violenta dos réus.

Submetidos a uma análise temática, observou-se que, dentre esses 18 casos, em seis processos (17%) os argumentos justificadores da violência remetem a suposta traição das vítimas como atos desencadeadores da agressão. Em três casos (8,5%), a defesa alegou agressão anterior da vítima contra o réu. Em outros três casos (8,5%), a defesa alegou que a violência foi desencadeada pelo descumprimento de tarefas de mãe/esposa da vítima. Em dois casos (6%), a alegação de injusta provocação da vítima se referia à rejeição manifestada em relação ao réu. Em dois casos (6%), a defesa alegou que o réu reagiu a provocações da vítima quanto a sua virilidade, desafiada por meio da afirmação de que o réu não seria pai das filhas do casal. Por fim, em dois casos (6%), a defesa aponta como provocação da vítima supostos questionamentos quanto à virilidade do réu por meio de críticas a respeito de seu desempenho sexual. Essas teses não foram aceitas pelas/os juradas/os em nenhum dos casos.

Para uma melhor compreensão da categorização feita quanto aos argumentos apresentados pelas defesas dos réus para a motivação dos crimes, serão apresentados a seguir alguns exemplos de cada categoria. Assim, o seguinte trecho destaca-se como argumento da categoria Traição:

O Ministério Público, bem como a assistência de acusação, visando tão somente a vontade de condenar a pessoa do acusado, não mostram o outro lado da história do casal, ou seja, o amor, a paixão, o noivo da vítima, as insistentes investidas amorosas da vítima contra a pessoa do acusado, ou seja, não quis analisar a devida participação de cada pessoa do formado triângulo amoroso. (...) Demonstra ainda que a própria vítima não sabia como reagir entre aqueles 2 (dois) homens, o acusado e seu noivo, pois mesmo já namorando com o acusado a mesma também não se afastava do noivo. (Trecho de alegações finais da defesa no processo 2).

Na categoria Agressão, vale citar o seguinte trecho:

Não ficou comprovado que o réu agiu por motivo fútil, entendendo que a vítima o provocou, o insultou, e até mesmo o agrediu, conforme demonstrou a defesa, em plenário. (Trecho da apelação do réu no processo 11).

Para a categoria Descumprimento de papel de mãe/esposa, o trecho a seguir é ilustrativo:

Qual a futilidade no ato de um marido ensandecido pelo ciúme, com um histórico matrimonial de sofrimento, após inúmeras vezes tentar contatar com sua mulher no telefone, ela não o atender, enquanto encontra-se em um bar bebendo, sabe-se lá com quem, em plena madrugada? Tal motivo é insignificante, desarrazoado, despropositado, ínfimo, mínimo? (Trecho de apelação do réu no processo 28).

Na categoria Rejeição, são exemplos os seguintes argumentos:

No dia dos fatos, o acusado se encontrou com a vítima tentando a reconciliação, uma vez que sentia fortes emoções pela mesma. No entanto, ao confessar-lhe que a havia visto com outra pessoa, a mesma respondeu: “Não é da tua conta, você não tem nada a ver com isso e eu saio com quem eu quero.” Ora, Meritíssimo, para uma pessoa apaixonada tais palavras equivaleriam a uma facada em seu coração. O desprezo sofrido pelo acusado foi demais pra ele, que reagiu sem pensar por causa das duras palavras da vítima, que já o rejeitava há muito tempo,

caracterizando o homicídio emocional. (Trecho de alegações finais da defesa no processo 8).

O acusado agiu sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, consistente na vítima ter juntado suas roupas e ter lhe mandado ir embora da casa dela? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 5).

Quanto à categoria Questionamento de paternidade, destaca-se o argumento assim expresso:

O acusado agiu sob domínio de violenta emoção, após injusta provocação da vítima, ao ser chamado de corno e ter falado que a filha do casal não era dele? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 34).

Por fim, são exemplos de argumentos da categoria Questionamento de desempenho sexual:

O acusado praticou o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, consistente em comparações feitas pela vítima quanto ao desempenho sexual do acusado e terceira pessoa com quem mantinha relacionamento amoroso? (Quesito formulado pela defesa e apresentado às juradas para votação no processo 32).

Não estando demonstrado que o réu agiu de forma possessiva, ou mesmo no sentido de frustrar a separação, sendo pego de surpresa por um bombardeio de mensagens, nas quais informavam que o acusado estaria sendo traído e ainda que “o pau do interrogando era pequeno, que já tinha encontrado um homem com um pau maior e mais grosso”. (Trecho de alegações finais da defesa no processo 20).

As teses de defesa que buscaram culpabilizar a vítima pela violência sofrida baseiam-se na reprodução de estereótipos sexuais e de papéis sexuais (COOK; CUSACK, 2010). Estereótipos sexuais contêm prescrições a respeito de comportamentos sexuais e afetivos

masculinos e femininos considerados aceitáveis e esperados. Os argumentos relativos à traição e rejeição supõem que mulheres são propriedades sexuais dos homens e não têm qualquer agência sobre suas relações, de modo que, se elas se relacionam sexualmente com outras pessoas (independentemente de se relacionarem concomitantemente com os réus ou não) ou se decidem interromper um relacionamento, sujeitam-se à violência disciplinadora dos homens.

Por sua vez, as teses que minimizam a violência homicida enquanto resposta ao descumprimento do papel de mãe/esposa das mulheres e a ameaças à virilidade dos homens – seja na forma de questionamento da paternidade das filhas que sustentam ou de menosprezo a sua performance sexual – fundamentam-se em estereótipos de papéis sexuais (COOK; CUSACK, 2010). Nesse contexto, os comportamentos apropriados seriam organizados em torno da relação entre homens sexualmente agressivos e provedores de famílias legítimas e mulheres recatadas e sem iniciativa sexual que são mães e esposas.

Quando defesa e acusação discutem sobre se a agressão fatal sofrida por uma mulher foi propiciada por um ato seu, debatem normatividade de gênero e relações de poder entre homens e mulheres. A mulher que decidiu interromper um relacionamento e se relacionar sexualmente com outra pessoa foi apresentada, no discurso da defesa, como alguém que deu causa à violência sofrida ao “ofender a união estável” que deveria manter com o réu (trecho de alegações finais da defesa no processo 21); a mulher que decidiu sozinha a que horas voltar para a casa era, segundo a defesa do réu, “pessoa acostumada a não dar importância às obrigações de esposa, muito menos de mãe” (trecho de alegações finais da defesa no processo 28). Na medida em que os julgamentos são mediados por estereótipos, que atualizam nos indivíduos regras, características e atributos de grupos aos quais supostamente pertencem, fica mais evidente que não se limitam a atos e fatos do caso específico.

No recurso das teses de defesa ao argumento da violenta emoção por injusta provocação da vítima, a normatividade do direito se aliou à normatividade de gênero. A fórmula da violenta emoção supõe que uma agressão homicida pode ser desencadeada por uma ofensa da vítima ao agressor, e que a devida apreciação dessa condição é necessária para uma decisão justa. Nos casos analisados, a justiça foi debatida no sentido da avaliação de até onde mulheres podem desafiar a autoridade masculina: um dos réus alegou ter matado a vítima porque ela teria feito declarações

que “abalavam a sua hombridade e a sua masculinidade” (trecho de quesito relativo à tese de violenta emoção por injusta provocação da vítima, formulado pela defesa no processo 20); em outro caso, o réu afirmou que sua conduta não teve motivo fútil, já que a vítima teria dado “causa ao ocorrido, quando sabendo que o réu estava no seu direito [sic] de obter uma resposta sobre as perguntas por ele feitas [supostamente sobre aborto que a vítima teria realizado], a vítima não apenas negou as respostas, como também o insultou” (trecho de alegações finais da defesa no processo 26). Esteve em jogo, em alguns processos, se as mortes das vítimas foram resultado de ofensas a suas vidas ou de ameaças ao subjugo cotidiano de seus agressores.

Nos 18 processos (52%) em que foram apresentados argumentos de defesa legitimadores da violência, as alegações do Ministério Público quanto aos motivos dos crimes foram as seguintes: em dez casos (28%), inaceitação de rompimento de relacionamento; em cinco casos (15%), desentendimentos domésticos entre réu e vítima; em três casos (9%), ciúmes do réu em relação à vítima. Em nove desses casos (25%), o Ministério Público defendeu a tese de homicídio qualificado por motivo torpe (conforme Código Penal, art. 121, §2º, I), que foi aceita em votação pelas juradas em sete casos (20%); em outros seis casos (17%), o Ministério Público alegou tratar-se de homicídios cometidos por motivo fútil (conforme Código Penal, art. 121, §2º, II), o que foi aceito pelas juradas em todos os casos alegados (17%).

A comparação entre os motivos alegados pelas defesas e pelo Ministério Público pode indicar contextos implícitos da violência homicida. Em alguns casos em que o réu afirmou ter agido sob a comoção da descoberta de estar sendo traído, a acusação sustentou que vítima decidiu se separar (ou já se separara) do réu, mas ele não se conformou, reagindo com violência ao encontrá-la vivendo outros relacionamentos. Em outros casos, a defesa alegou que o réu teria agido sob o efeito do sofrimento de ser rejeitado pela vítima, enquanto o Ministério Público apresentou o ciúme como motivação do crime. Essas comparações permitem ver, muitas vezes, a relação entre violência homicida contra mulheres e controle da sexualidade e dos corpos femininos. A abordagem da violência sob a perspectiva de mecanismos de sujeição cotidiana das mulheres, no entanto, não apareceu nos debates processuais.

A maioria das sentenças não teceu considerações sobre os motivos dos crimes cometidos em situação de violência doméstica. Isso se deve ao fato de que em muitos

casos as/os juízas/es destacaram que motivos e circunstâncias já estavam abrangidos pelas qualificadoras (de motivo torpe ou fútil) do homicídio submetidas à apreciação das juradas. Ainda assim, as sentenças não estão isentas da reprodução de estereótipos sexuais e de performance de gênero. Em três processos (9%), trechos das sentenças lançaram mão de argumentos legitimadores da violência. Em um caso, ao concluir que a vítima em nada contribuiu para o episódio violento, a sentença destacou que ela era “mulher honesta”, remetendo a um julgamento da moral sexual feminina que ainda hoje precede o julgamento de crimes cometidos contra mulheres, porque em primeiro lugar seria necessário avaliar se a mulher em questão é realmente passível de ser vítima. Em outro processo, a sentença discorreu sobre que tipo de violência seria aceitável diante dos supostos xingamentos proferidos pela vítima ao réu, sugerindo que uma agressão física seria uma resposta razoável. Por fim, em um processo, a sentença desconsiderou a decisão negativa do Júri quanto à tese de homicídio cometido por violenta emoção em razão de injusta provocação da vítima e reconheceu tal argumento, aplicando-o. Esses três trechos estão reproduzidos abaixo:

Com relação ao comportamento da vítima, em nada contribuiu para seu fim trágico: tratava-se de uma mulher honesta, que conviveu com o réu por dezesseis anos e com ele teve um filho. (Trecho da sentença do processo 6).

A despeito de o réu ter dito que a vítima o ofendera gravemente - chamando-o de veado [*sic*], de corno e ter dito que a filha não era sua - não há prova efetiva de tal circunstância e, ainda que houvesse, não deveria levá-lo à prática do fato, máxime quando se tratava de companheira de 6 (seis) anos, que disse amar muito. Quando muito, poderia ser admitida até uma agressão física ou uma discussão maior. Mas desferir 28 facadas, como reação a tal circunstância, apaga qualquer mal que a vítima tivesse lhe causado. (Trecho da sentença do processo 7).

Por fim, verifico que, em que pese os jurados não terem reconhecido ter agido o réu sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, nada impede que o magistrado reconheça a circunstância atenuante prevista no art. 65, III, “c”, do Código Penal. No caso presente, inegável que ao se deparar com a sua companheira no leito de outro homem em trajes típicos de quem se encontrava mantendo relação sexual,

agiu o réu sob influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima. (Trecho da sentença do processo 21).

Para além desses casos de argumentos flagrantemente estereotipados apresentados em sentenças, o que se destaca em uma análise das atuações do Ministério Público e do Poder Judiciário é que, em geral, esses atores judiciais caracterizaram a violência de maneira individualista, isolada e despolitizada, atribuível a desentendimentos domésticos, relacionamentos disfuncionais ou ciúmes exagerados. Essas concepções obscurecem a interrelação entre práticas cotidianas de subordinação feminina e discursos judiciais que, como tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), articulam poderes e saberes na produção de regimes jurídicos de verdade legitimadores da violência de gênero, de um lado, e de corpos e subjetividades femininos violáveis, de outro.

5. CONCLUSÕES

Criada em meio às controvérsias inerentes às tentativas de acionamento feminista do direito penal, a Lei Maria da Penha busca, entre outras coisas, produzir um deslocamento do discurso na abordagem jurídica da violência doméstica contra a mulher, a partir de uma perspectiva crítica de gênero. Nos 35 processos de homicídios de mulheres em situação de violência doméstica ocorridos no Distrito Federal entre 2006 e 2011 analisados nesse trabalho, no entanto, essa mudança discursiva pareceu limitada. Por um lado, as decisões transitadas em julgado determinaram, na maioria dos casos, medidas de responsabilização dos réus; a tese da legítima defesa da honra, que até tempos atrás chegava a garantir a impunidade de agressores, teve pouca relevância nos casos analisados (foi alegada em um único caso – 3% - e rejeitada pelas/os juradas/os). Por outro lado, na maioria dos casos, a Lei não foi considerada um marco normativo relevante, e os debates processuais estiveram permeados de argumentos legitimadores da violência, com uma alta frequência de teses de defesa baseadas em estereótipos de gênero e em interpretações despolitizadas da violência (como decorrente de conflitos afetivos singulares) feitas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

A multiplicidade de versões judiciais do fenômeno da violência remete à complexidade da construção dos discursos judiciais, dificilmente racionalizáveis em uma única leitura coerente e totalizante. O presente trabalho não tem, assim, elementos suficientes para explicar as ambivalências observadas. Ainda assim, na perspectiva ora adotada, o esforço de desconstrução crítica permanente desses discursos

e de disputa de seus sentidos permanece importante. Não por uma crença simplista em possibilidades emancipatórias feministas decorrentes do recurso ao direito penal, sabidamente seletivo e androcêntrico, mas sim como resposta à percepção de que o silêncio pode contribuir para a reprodução dos efeitos do poder jurídico na manutenção da desigualdade de gênero. Além disso, investigar a construção dos discursos judiciais e identificar as contradições entre o que é dito e como é dito é, sob uma perspectiva crítica de gênero, um exercício coerente com a política pública criada pela Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Sequência**, n. 30, vol. 16, jun/1995, p. 24-36.

_____. **Sistema penal máximo X Cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ARDAILLON, Daniele; DEBERT, Guita. **Quando a Vítima é Mulher: Uma Análise dos Processos de Espancamento, Estupro e Homicídios de Mulheres**. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008, p. 207-228.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

CAMPOS, Carmen Hein de. Razão e sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: (Org.). **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 01-12.

COOK, Rebecca J.; CUSACK, Simone. **Estereótipos de gênero. Perspectivas legais transnacionais**. Traducción Andrea Parra. Colombia: Profamilia, 2010.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições. Graal, 1983.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Direito Penal Comentado**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13(2), 2008, p. 417-246.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

LARRAURI, Elena. La crisis de la criminología crítica. In: **La herencia de la criminología crítica**. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1992. p. 192-244.

LAURETIS, Teresa de. The technologies of gender. In: **Technologies of gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. London: Macmillan Press, 1989. p. 1-30.

LIMA, Fausto Rodrigues de. Dos procedimentos – artigos 13 a 17. In: CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.p. 265-287.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia**, Universidade de Brasília, n. 284, 2000. p. 1-20.

MACKINNON, Catharine. **Toward a feminist theory of state**. Cambrigde: Harvard University Press, 1989.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n.37, Campinas: Unicamp, 2011. p. 219-246.

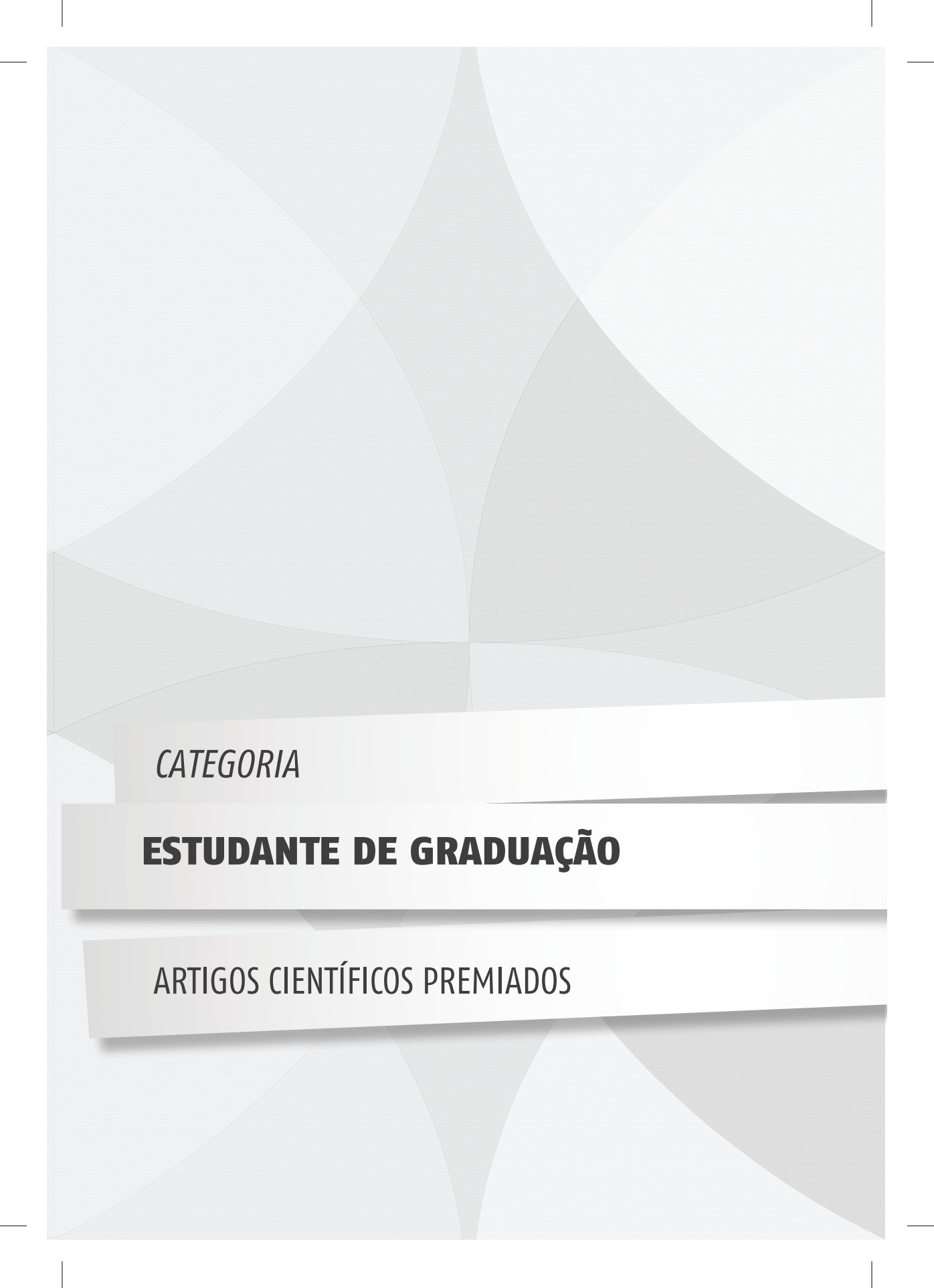
PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. ‘Legítima defesa da honra’: ilegítima impunidade dos assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2006. p. 65-134.

SEGATO, Rita Laura. ¿Qué es un feminicidio? Notas para un debate emergente. **Série Antropologia**, n. 401, Brasília: UnB, 2006. p. 1-11.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. **2011 Global Homicide Study: trends, contexts, data**. Vienna: UNODC, 2011. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf>. Acesso em 03 dez. 2012.

WALSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em 03 dez. 2012.





CATEGORIA

ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO

Na categoria *Estudante de Graduação* foram inscritos 196 artigos, sendo a maior parte desses produzidos por mulheres, conforme mostra a tabela abaixo:

9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, inscritos segundo o sexo, categoria Estudante de Graduação

Sexo	Quantidade	%
Feminino	140	71,43%
Masculino	56	28,57%
Total	196	100,00%

Fonte: CNPq/SPM, 2014

Trabalhos agraciados

NATIENE RAMOS FERREIRA DA SILVA, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo como orientadora a professora Ilka Dias Bichara, com o artigo científico: “Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro: uma análise étnico-racial”.

BRUNO SILVA KAUSS, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), tendo como orientadora a professora Renata Ovenhausen Albernaz, com o artigo científico: “A questão LGBT através das decisões dos Tribunais Superiores do Brasil”.

REPRESENTAÇÕES DA CULPABILIZAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE ESTUPRO: UMA ANÁLISE ÉTNICO-RACIAL

Natiene Ramos Ferreira da Silva

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Orientadora: Ilka Dias Bichara

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte da pesquisa “Culpabilização social: a responsabilidade atribuída à vítima de estupro levando em consideração o aspecto racial”¹. Esse estudo foi fundamentado na teoria das representações sociais de Jodelet – entre outros teóricos que abordam as questões raciais e de gênero. O conceito de raça aqui abordado fundamenta-se nas concepções de Munanga (2003), que a legitima como realidade social e política, por ser considerada construção sociológica e categoria social de dominação e exclusão.

2. GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL

Os estudos de gênero tiveram seu início com as feministas americanas e europeias no começo do século 20, com os chamados “estudos de mulheres”. Desde sempre suas temáticas estiveram ligadas à luta política de igualdade entre os sexos e, neste contexto, compreender a violência sexual em suas mais variadas práticas e motivações tornou-se um campo importante de estudo dentro das discussões de gênero.

As relações que se estabelecem em um estupro estão além dos sujeitos envolvidos no crime, no qual está implicada uma relação de poder, que, por sua vez, pode estar atrelada a situações econômicas, de gênero, entre adultos e crianças etc. O estupro, sob essa perspectiva, vitimiza não apenas mulheres, mas também homossexuais, travestis, crianças de ambos os sexos e outros grupos de vulneráveis. Brownmiller (1975, p. 256 apud Vitto, Gill e Short, 2009) aborda o estupro como um mecanismo de controle historicamente frequente, mas amplamente ignorado, mantido por instituições patriarcais e relações sociais que

1. Pesquisa realizada por graduandos em Psicologia (Alexandre Pereira dos Santos, Natiene Ramos Ferreira da Silva, Sâmela de Jesus Alves, Victória Santana Silva, Tiago Ferreira da Silva) orientada pela professora doutora em Psicologia Experimental Ilka Dias Bichara, como requisito de conclusão da disciplina pesquisa IV do currículo de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa teve como objetivo verificar as implicações do racismo no imaginário social que se tem de mulheres vítimas de estupro.

reforçam a dominação masculina e a subjugação feminina. Saffiot (1995) apud Coulouris (2010) destaca que, mesmo que a supremacia masculina possua graus e formas distintas de acordo com o período histórico, ainda vivemos um período marcado pela sua dominação. Assim, ainda que o crime de estupro se imponha a outros grupos de vulneráveis, é nas relações de gênero que claramente observa-se a representação socialmente construída da posição do homem dominante sobre a mulher submissa e dominada.

Segundo Coulouris (2010, p.16), no Brasil, o crime de estupro era caracterizado apenas como “constranger a mulher à conjunção carnal, mediante violência grave ou ameaça”, ou seja, qualquer outro tipo de violência sexual – tal como através de sexo oral e anal, estavam enquadrados como “atentado violento ao pudor”. A partir da alteração feita no dia 17 de agosto de 2009, o ato criminoso passou a ser mais abrangente, tendo sido inserido em seu texto no Código Penal o termo “outro ato libidinoso” para representar qualquer outra modalidade de violência além do coito vaginal, possibilitando também que homens sejam percebidos como vítimas de estupro. A construção legal do crime de estupro perpassa pela influência que o machismo exerceu e ainda exerce em todos os âmbitos sociais, delegando à mulher a condição de submissa nas relações de poder no que tange às questões de gênero. Prova disso está na natureza do indício criminal do ato, antes limitado apenas às marcas físicas, ou seja, a ausência dessas descredibilizaria completamente o relato da vítima, reafirmando seu lugar inferiorizado.

2.1 O LUGAR SOCIAL DA MULHER NEGRA

Ao analisar os dados trazidos pelo Dossiê Mulher 2010, que discorre sobre a situação das mulheres pretas e pardas no Rio Janeiro, é possível perceber que o processo de exclusão e violência contra a mulher negra, que teve seu início na sociedade escravocrata, ainda é bastante presente no século 21. Essas mulheres são maioria entre as vítimas de homicídio doloso – aquele em que há intenção de matar – (55,2%), tentativa de homicídio (51%), lesão corporal (52,1%), além de estupro e atentado violento ao pudor (54%). As mulheres brancas eram maioria apenas nos crimes de ameaça (50,2%), segundo o dossiê supracitado. Nos casos mais específicos de violência sexual sofrida por essas mulheres, os números são alarmantes e têm aumentado em todo país. Conforme os dados do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual da Bahia – VIVER (2013), que atende em média 70 mulheres por mês, as principais vítimas atendidas têm entre 15 e 29 anos, são pardas ou pretas e moram em bairros da periferia de Salvador e Região Metropolitana.

O fato de as mulheres negras se encontrarem em uma situação social mais vulnerável pode aparecer como justificativa por elas estarem expostas a mais situações de riscos. No entanto, isso nos leva a questionar por que essa população ocupa os lugares menos privilegiados na escala social. Desse modo, faz-se necessário compreender também o processo de elaboração da representação dessa mulher negra, para que não se tenha uma visão simplista desse panorama.

O Brasil, país fortemente marcado pelo patriarcalismo e pelo preconceito contra a raça negra (Rufino, 1988 apud Vaz, s.d.) ainda é um país em que se estende com orgulho a bandeira da “democracia racial” – democracia essa que só é vista e defendida por uma elite branca, que acredita no processo de exclusão como fruto das disparidades econômicas e da pouca força de vontade dos indivíduos. Para analisar essa questão, este estudo é construído sob a teoria das Representações Sociais – que engendra espaço para a discussão de determinadas falácias ainda persistentes nesta sociedade. Para Jodelet (1989, p.4), “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ou seja, as representações são formadas por conjuntos de saberes socialmente construídos, dotados de linguagem, conceitos e crenças compartilhadas por um dado grupo social e que orientam suas ações em decorrência dessas construções. A forma de investigação de Jodelet propicia a ampliação do espaço de discussão do papel da mulher negra, dentro de uma sociedade machista e racista em que se constitui o Brasil. Assim, para o questionamento das representações da população negra na sociedade brasileira é necessário apontar e destacar sua inserção nesse espaço.

Segundo Silva (2011, p.78), o negro inserido como escravizado no Brasil tem sua imagem construída a partir de elementos altamente negativos, sendo caracterizado como criatura inferior, primitiva, preguiçosa, de baixo intelecto e instintiva, sendo colocado à margem da história como sujeito e visto apenas como objeto, literalmente, mesmo após o regime escravista. Nesse contexto, a mulher negra era vista como objeto não apenas de trabalho, mas também como ama-de-leite e objeto sexual. A primeira era descartada após alimentar o filho do senhor em detrimento do seu próprio e era representada como portadora de doenças; já a segunda, tal como ocorria principalmente com as mucamas, era representada como sedutora, provocante e imoralmente incitadora de práticas sexuais. Young (2005) afirma que a criação dessa

representação sexualizada da mulher negra, sendo vista como altamente desejosa de sexo e dotada de “atributos” como um erotismo primitivo e desenfreado, contribuiu fortemente para o estupro de mulheres negras no período da escravidão. Isso é constatado na permanência de alguns estereótipos, como a extrema sensualidade, reforçada pela mídia - através, por exemplo, da venda da imagem da mulata, da negra, durante os carnavais, como símbolo sexual, reafirmando o que diz Carneiro (2001) quando coloca que as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (*ontem a serviço de senhores de engenho tarados...*).

O objetivo principal desta pesquisa foi averiguar se há diferença na atribuição de responsabilidade pelo estupro, levando-se em consideração a raça da vítima, verificando se quando a vítima for uma mulher negra haverá uma responsabilização individual mais intensa quanto ao estupro perpetrado contra ela do que quando for uma mulher branca. Tem-se como objetivo específico verificar as representações ainda presentes na sociedade soteropolitana sobre a mulher negra e o impacto desta representação nas relações sociais.

Sendo assim, o problema desta pesquisa foi identificar a existência da diferença de representação na atribuição de responsabilidade pelo ato do estupro quando a vítima é negra ou branca.

3. MÉTODO

3.1 AMOSTRA

Participaram da pesquisa 181 sujeitos, sendo 90 homens e 91 mulheres, com idades entre 18 e 83 anos, moradores da cidade Salvador, Bahia, tendo como único pré-requisito para participação do estudo serem maiores de 18 anos.

Os participantes assinaram o termo de consentimento, indicando sua livre participação na pesquisa, que atende aos critérios éticos e científicos determinados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa com seres humanos. Dos 181 sujeitos, 86,19% se declararam negros - incluindo pretos e pardos -, 7,73% brancos, 3,86% indígenas e 2,20% não informaram a raça. A maioria é de religião católica, 32,04%, seguidos de pessoas que declararam não terem religião, 25,41%, e evangélicos, 17,12%. Quanto à escolaridade, 2,76% da amostra possuíam

nível fundamental incompleto, 4,41 % fundamental completo, 35,36% nível médio completo, 14,36% médio incompleto, 25,41% superior incompleto, 16,57% superior completo e 1,1% não informou a escolaridade.

3.2 INSTRUMENTO

Foi elaborado um questionário composto de uma narrativa fictícia sobre a ocorrência de um estupro, seguida por uma imagem de uma mulher, sendo que foram utilizadas duas imagens distintas em cada questionário: uma mulher negra e uma branca. Além disso, o instrumento foi composto por uma evocação, uma questão aberta e dezesseis itens relativos aos estímulos apresentados, em formato de escala likert (cinco pontos). Os itens foram divididos em cinco categorias: culpabilização pela vestimenta, pela sexualidade, pelo comportamento e submissão feminina à vontade masculina. À parte da escala, constava um questionário sociodemográfico contendo seis perguntas: a idade do participante, o gênero, a cor, classe social, religião e escolaridade.

Foram utilizadas duas imagens diferentes para que posteriormente fosse estabelecida uma comparação da influência da raça da vítima nas respostas apresentadas pelos participantes. As imagens foram utilizadas com propósito de serem disparadores de estereótipos, *priming*. As fotografias foram validadas por uma análise de cinco juízes por meio de uma entrevista composta de quatro questões, que tinham como objetivo avaliar a compatibilidade de idade, simpatia e características que faziam das voluntárias representantes das raças que estavam sendo identificadas.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados em diferentes bairros da cidade de Salvador e de Região Metropolitana, entre os meses de julho e agosto de 2013. Os aplicadores trabalharam individualmente, observando as seguintes recomendações para os sujeitos: que o questionário fosse respondido seguindo a ordem em que ele é apresentado, não sendo recomendável que o sujeito tenha acesso aos itens antes que respondesse à evocação de palavras e à questão aberta; que os sujeitos estivessem sozinhos ou mesmo em grupo, porém evitando o diálogo para que as respostas não fossem enviesadas pela opinião de outras pessoas.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A etapa analisada neste artigo é a questão aberta: “Comente sobre o fato apresentado e como ele poderia ser evitado”. A questão aberta foi investigada a partir da análise de conteúdo e foram criadas categorias a partir das respostas encontradas. Assim sendo, as categorias não foram formuladas a priori com base na teoria, mas seguiram um caminho inverso, em que a partir da articulação dos resultados foram buscadas bases teóricas que apoiassem os achados. As respostas dos sujeitos foram divididas em unidades de registro diferentes por conterem ideias distintas e em muitas vezes opostas. Para Bardin (1996, p.47, apud Freitas, 2000) a Análise de Conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visa obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, após a divisão das unidades de análise e sua alocação em diferentes agrupamentos, foi possível inferir sobre as respostas dos sujeitos referentes aos estereótipos ativados por cada questionário, permitindo uma análise quantitativa comparativa sobre a culpabilização da vítima de estupro em relação à raça.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da questão aberta foram distribuídos em duas grandes categorias:

1. *Culpabiliza a vítima* e 2. *Não culpabiliza a vítima*. Essas categorias foram divididas em subcategorias como dispostas nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - **Categoria *Culpabiliza a vítima*: definição e exemplos de frases**

Drogas	Expressões que consideram o fato de a vítima ter ingerido bebida alcoólica ou usado outro tipo de droga como justificativa pelo ocorrido. Ex: “Não sei. Acho que se ela não confiasse tanto no cara, e não tivesse bebido”.
Julgamento moral	Assertivas que consideram as atitudes e comportamentos da vítima como inadequados ou incompatíveis para a situação, utilizando valores mais conservadores que depreciem ou estereotipem negativamente. Ex: “Ela deveria se dar o respeito e não saísse com vários homens para uma festa...”.

Roupa	Expressões que consideram o fato de a vítima usar roupa curta ou provocante como um ponto que influenciou a ocorrência do estupro. Ex: "Não ter usado uma roupa tão curta poderia ter evitado o estupro..." .
Privação de Liberdade	Expressões que limitam o direito da vítima transitar livremente por espaços e horários específicos desacompanhada, que consequentemente contribuem para a ocorrência do fato. Ex: "Isso poderia ser evitado se ela não fosse para essa festa" .
Provocação	Expressões que consideram que a vítima incitou propositalmente o sujeito que cometeu o ato. Ex: Algumas mulheres se insinuam para os homens e depois dizem que não querem nada..."
Ingenuidade	Expressões que coloquem a vítima como um sujeito não consciente dos supostos perigos e situações de risco no ambiente e justifiquem o ocorrido através dessa falta de consciência. Ex: "Nem todas as pessoas que conhecemos podemos confiar" .
Imprudência	Reúnem as expressões que colocam a vítima como responsável pelo ocorrido por ter consciência dos supostos riscos, expondo-se a situações que poderiam ser evitadas, por vezes, creditando malícia ao comportamento da vítima. Ex: "O autor do delito deixou sintomas de anormalidade de comportamento e mesmo assim a vítima ignorou..." .
Deslegitima a palavra da vítima	Expressões que coloquem a palavra da vítima em dúvida, através de declarações que consideravam o depoimento da vítima insuficiente para chegar a alguma conclusão no caso. Ex: "... a mulher dá e depois inventa história para posar de santinha, a cara dela não nega..." .
Desresponsabilização do estupro	Expressões que atenuam a responsabilidade do estupro em relação ao crime através de fatores relacionados a situações que explicitam alterações de consciência ou ideias que naturalizam o ato do estupro, atribuindo-o essencialmente a um comportamento sexualmente masculino. Ex: "... mas quando o homem tá com o psicológico alterado , seja por álcool ou por qualquer outra substância, não sei se foi o caso, e no calor das emoções daquele momento, pode vir a cometer certas loucuras como esta..." .

Tabela 2 - Categoria *Não culpabiliza a vítima*

Confiança na amizade	Expressões que explicitem uma não responsabilização da vítima por conta de não lhe parecer possível que um amigo a violentasse, ou seja, que não lhe tenha sido interpretado como uma situação de risco por não ver o amigo como ameaça. Ex: "A moça não teve culpa em nenhum momento. Ela apenas confiou em um amigo, o que é natural, a situação infelizmente não tinha como ser evitada. Pois ela jamais esperava essa atitude de um amigo".
Violência urbana	Expressões que direcionam o fato ocorrido a um contexto geral de violência no mundo, não direcionando especificamente a situação às pessoas envolvidas. Ex: "... poderia ser morta... O mundo de hoje que nós vivemos, entrega nas mãos de Deus".
Cultura do estupro	Problematizam o contexto cultural e as representações acerca da violência sexual contra a mulher, tanto nos aspectos mais gerais quanto especificamente nos casos de estupro, explicitando os fatores sociais que refletem a complexidade do fenômeno na atualidade. Ex: "... vivemos em uma sociedade machista, onde o homem muitas vezes sente-se no direito de impor seus desejos sem respeitar o direito e a vontade do outro..."
Culpa do estuprador	Expressões em que o autor do crime é diretamente culpabilizado, sem que a vítima também o seja em qualquer grau. Atribui apenas ao estuprador o ato, independente de qualquer fator. Ex: "Não tem nem o que falar, pois se ele era amigo dela ele não tinha que ter feito isso não, ele é um mau caráter".
Distancia o estuprador	Expressões que afastam o estuprador da relação de proximidade da vítima, descaracterizando a amizade com a colocação desse no lugar de estranho, desconhecido ou apenas um colega distante, mas nunca um amigo. Ex: "Ela deveria não sair sozinha com um desconhecido".

As categorias foram criadas a partir da leitura das respostas dos questionários. Com a existência de dois relatórios com *primings* diferentes, se fez necessário que as análises fossem realizadas separadamente, ocasionando disparidades entre a subcategoria do questionário que continha a imagem da mulher negra e o que continha a imagem da mulher branca. Como exemplo, tem-se a categoria *Julgamento moral* que apareceu apenas no questionário da mulher negra. Além disso, pontua-se também que existem respostas que aparecem em mais de uma categoria e subcategoria - a distribuição foi realizada dessa maneira porque a mesma resposta trazia aspectos multivariados a respeito dos motivadores e/ou ações preventivas para a situação ocorrida. Notou-se que, além da imagem, a palavra festa também influenciou na ativação dos estereótipos, visto que no texto narrativo não se fazia alusão à bebida alcoólica ou outros tipos de drogas. Mas nas respostas o termo apareceu com uma frequência relevante.

Através da análise da categoria *Culpabilização da vítima*, a mulher, branca ou negra, foi mais culpabilizada pelo estupro do que não culpabilizada. Do total de 181 respostas presentes nos dois questionários, sendo que algumas respostas foram alocadas em mais de uma categoria e/ou subcategoria, totalizando 260 unidades de registro (UR), 174 responsabilizaram a vítima, equivalendo a 66,92% UR. Quando se estabelece uma comparação entre a mulher negra e branca, a mulher negra foi mais culpabilizada. Dentro do total de respostas coletadas nas categorias presentes nos dois questionários (N=260), 96 dessas culpabilizavam a mulher negra pelo ato, o que representa cerca de 36,9%, enquanto os questionários que tinham como imagem a mulher branca dentro da categoria *Culpabilização da vítima* foram 78, o que representa cerca de 30%.

Proporcionalmente, as expressões que *Não culpabilizam a vítima* foram 86, representando 33,1% do total das UR. Dessas respostas, 48 estavam presentes no questionário com a imagem da mulher branca, representando 18,46% das respostas, enquanto, sob o mesmo critério, o questionário com a imagem da mulher negra continha 38 respostas, representando 14,61%.

5. EXISTE DIFERENÇA DE REPRESENTAÇÃO NA ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ATO DO ESTUPRO QUANDO A VÍTIMA É NEGRA OU BRANCA?

Foram elencadas por ordem de frequência as quatro primeiras subcategorias de cada questionário. A partir disso, nota-se que em relação à *Culpabilização da vítima* não houve uma diferenciação das subcategorias selecionadas (ver tabela 3). Entretanto, duas delas apareceram em ordem diferente: *Imprudência e Ingenuidade*. Sendo que a primeira subcategoria apresentou a maior frequência no questionário MN, enquanto *Ingenuidade* aparece com a terceira maior frequência. No que se refere à mulher branca, *Ingenuidade* aparece em primeira posição e *Imprudência* aparece na segunda. Já as subcategorias *Liberdade* e *Drogas* apareceram, respectivamente, na terceira e quarta posição. Enquanto isso, no questionário da mulher negra, *Liberdade* aparece em segunda posição e *Drogas* em última.

Na categoria *Não culpabiliza a vítima*, foi aplicado o mesmo critério de alocação da categoria anterior. Entretanto, houve uma diferenciação nas subcategorias que apareceram com maior frequência em cada questionário. No questionário da mulher negra, as quatro primeiras subcategorias foram: *Violência urbana*, *Culpa do estuprador*, *Confiança na amizade*, *Cultura do*

estupro. Enquanto isso, no questionário da mulher branca, as subcategorias que apareceram com maior frequência foram: *Cultura do estupro*, *Culpa do estuprador*, *Distancia o estuprador*, *Violência urbana* (ver tabela 4). Nota-se que três subcategorias foram semelhantes, no entanto *Violência urbana* apareceu em primeira posição no questionário mulher negra (MN) e em quarta posição no questionário mulher branca (MB). Já a subcategoria *Culpa do estuprador* apareceu na mesma posição nos dois questionários, tendo em ambos a segunda maior ordem de frequência.

Quando comparados os dados dos questionários, na subcategoria *Cultura do estupro*, a representação da mulher branca como objeto de satisfação sexual é mais criticada em relação a essa mesma representação na mulher negra. Considerando a frequência das respostas da subcategoria *Ingenuidade*, pôde-se reafirmar a visão da mulher branca como um ser frágil e ingênuo, contrapondo-se à ideia da negra hipersexualizada, o que pode ter contribuído para a indignação identificada nas respostas para a objetificação da branca e maior aceitação dessa mesma objetificação quando referente à mulher negra. Isso condiz com a colocação de Carneiro (2001) de que as negras são mulheres com identidade de objeto e isso se apresenta de forma naturalizada na sociedade - e a imagem de uma mulher altamente sexualizada, leviana, não dá margem para uma intensa indignação contra a violação do seu corpo.

Tabela 3 - Quatro subcategorias que apresentaram maior índice de frequência no Questionário Mulher Negra

<i>Subcategorias Culpabilização</i>	Questionário MN	<i>Subcategorias Não culpabilização</i>	Questionário MN
Imprudência	29	Violência urbana	11
Liberdade	19	Culpa do estuprador	09
Ingenuidade	15	Confiança na amizade	08
Drogas	09	Cultura do estupro	06

Tabela 4 - Quatro subcategorias que apresentaram maior índice de frequência no Questionário Mulher Branca

<i>Subcategorias Culpabilização</i>	Questionário MB	<i>Subcategorias Não culpabilização</i>	Questionário MB
Ingenuidade	23	Cultura do estupro	14
Imprudência	22	Culpa do estuprador	12
Liberdade	18	Distancia o estuprador	09
Drogas	05	Violência urbana	07

Já os resultados da subcategoria *Violência urbana* apontam que mulheres negras são entendidas como mais vulneráveis a contextos de violência, caracterizados principalmente pela impotência da vítima diante da banalização da violência, como também da sensação constante de insegurança. No entanto, mesmo diante desse contexto, a mulher negra parece não estar isenta da culpa pela violência que sofre, visto que, segundo as frequências das respostas obtidas, enquanto a mulher branca é culpada em sua *Ingenuidade*, a mulher negra é julgada por sua *Imprudência*, aquela que tem consciência dos riscos e se expõe a situações que poderiam ser evitadas. Cabe ressaltar que, como demonstram os dados, a mulher branca foi também fortemente culpabilizada na subcategoria *Imprudência*, o que mais uma vez traz à cena a já notável responsabilização que a sociedade imprime a todas as mulheres pela violência que sofrem (Coulouris, 2010). No entanto, a mulher branca parece ser colocada como ingênua e imprudente, de forma a se equilibrar entre inocência e malícia, e ser tratada paternalmente como frívola, pueril, irresponsável – como já discutia Beauvoir em 1970, porém de forma generalizada, sem especificar as diferenças étnico-raciais. Na contracena, a mulher negra é imprudente e não se vê nela ingenuidade suficiente para equilibrar seus atos irresponsáveis.

Apesar de a categoria *Culpa do estuprador* ter ocupado a segunda posição, nos dois questionários, entende-se que sua frequência, mesmo quando contabilizados os questionários juntos, foi pequena frente à quantidade de participantes que responderam a pesquisa. Das 260 unidades de registro, apenas 21 delas consideraram o estuprador como culpado, o que contabiliza apenas 8,07% das respostas. 9 dessas estavam no questionário da mulher negra e 12 no questionário da mulher branca. Ou seja, ainda encontram-se dificuldades na identificação do estuprador como culpado, sendo a vítima, a maior parte das vezes, quem ocupa esse lugar. Ao mesmo tempo, não foi possível perceber uma diferença de culpabilização da vítima relacionada ao gênero dos participantes: tanto homens como mulheres tenderam a responsabilizar as mulheres pelo estupro, o que corrobora com o que diz Saffiot (apud Santos e Izumino, 2005): a ideologia machista socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter a ele. Esse tipo de socialização possibilita que determinados comportamentos sejam vistos como naturais como quando o homem se sente no direito de agredir sua esposa ou de estuprar uma mulher. E o machismo não é perpetuado apenas nas práticas e discursos masculinos, mas também nas práticas e discursos femininos, através de comportamentos tidos como adequados para as mulheres. Quem desvia de tal conduta passa a ser considerada “criminosa” frente à transgressão das regras sociais.

A subcategoria *Confiança na amizade* apareceu com a terceira maior frequência no questionário MN, enquanto *Distanciamento do Estuprador* aparece na terceira posição no questionário MB. Uma análise possível seria que essa diferença deve-se a uma representação social a respeito do círculo de convivência da mulher negra ou branca, admitindo-se, portanto, que a mulher negra, devido a sua posição na pirâmide social, estaria mais sujeita a companhias potencialmente violentas, relacionando-se à subcategoria *Violência urbana* que apareceu com a maior frequência no questionário da mulher negra. Alguns dados do projeto Viver na cidade de Salvador trazem informações sobre os bairros com maior ocorrência de casos de estupro. Bairros pobres como Paripe, Calçada, Alto do Coqueirinho (Viver, 2013) e outros bairros periféricos aparecem com maior índice desses casos. É possível identificar uma relação que as pessoas fazem sobre as informações que circulam sobre os bairros populares e a imagem que se tem de seus moradores, em maioria negros, e todo o estereótipo que se tem sobre essa população marginalizada, aproximando o estuprador à vítima, mesmo que não culpabilizando-a. Em contrapartida, o estuprador é afastado do círculo de amizade da personagem da história no questionário da mulher branca, reforçando mais uma vez as representações racistas que a sociedade brasileira reproduz desde seu período escravocrata.

Privação de liberdade é uma subcategoria emblemática sobre a representação que a população em geral tem acerca dos espaços que a mulher deve ocupar na sociedade. Os dados dos questionários trouxeram, de forma intensa, a ideia de que a mulher, branca ou negra, evitaria estupros se estivesse no espaço doméstico e não nas vias públicas – reforçando o ideal de que o ambiente da rua, no imaginário social, é privativo dos homens. Chartier (1995) e Arán (2003), dentre diversos autores e autoras, afirmam que as noções normatizadoras e idealizadas que compõem o universo mental e as noções valorativas a respeito das relações entre os gêneros naturalizam e essencializam o papel social da mulher, identificada ao espaço doméstico/privado em oposição ao homem e sua gerência do espaço público. Até mesmo a mulher negra, em sua particularidade de ganhar a rua desde a época da escravidão - como coloca Carneiro (2001), *mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas* -, não é reconhecida como ocupando, na rua, um lugar que lhe pertence. Que seja um espaço de trabalho marginalizado é tolerado, mas não lugar de trocas, relações pessoais e muitas vezes de poder, como afirma Arán (2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher, neste artigo sendo problematizada especificamente através da violência sexual representada pelo estupro, consiste um fenômeno de enorme complexidade e de raiz ainda muito forte dentro da estrutura social, principalmente no que tange aos ditames da chamada “Cultura do estupro”, estrutura que é fortemente disseminada e, muitas vezes, caminha nas entrelinhas das relações sociais. A descrença na versão da vítima, a naturalização de comportamentos dos agressores, a relativização do ato, de sua gravidade e consequentemente do prejuízo causado a quem sofre a agressão são algumas das características que ilustram o *modus operandi* de uma cultura que subjuga a mulher e lhe impõe um lugar de inferioridade. Contudo, a análise do fenômeno não se faz apenas através do recorte de gênero, mas também de raça e etnia. Ao transversalizar esses dois fatores dentro do fenômeno, pode-se perceber que existem diferenças na forma com que a violência é sofrida, a depender do grupo étnico-racial em que a mulher está inserida, tal como problematizam.

A violência contra a mulher não “escolhe alvo”. O problema atinge a mulher, seja negra ou branca, pois ambas são vistas como mero objeto de satisfação masculina - e a representação existente pela sociedade quanto à responsabilidade da ocorrência do ato criminoso recai fortemente sobre a mulher. Aproximadamente 67% das assertivas sobre o caso fictício de estupro culpabilizavam a vítima pelo ato. Não obstante, a mulher negra terminou por ser (levemente) mais culpabilizada em detrimento da mulher branca, tendo para a primeira cerca de 36,9% das assertivas responsabilizando-a pela situação de violência e 30% para a segunda. Cabe ressaltar que não foram observadas diferenças significativas no que se refere às classes sociais dos participantes – a tendência a culpabilizar a mulher vítima de estupro foi observada nos diversos níveis socioeconômicos em que se encontram os sujeitos da amostra.

Como já mencionado, a violência contra a mulher ocorre na sociedade atual de forma a atingir todas as classes e contextos étnico-raciais, o que faz com que muitas das opiniões acerca do fenômeno se repitam para os dois grupos apresentados. Contudo, os diferentes resultados obtidos também explicitam que existem fatores que modificam as condições em que a mulher negra e a mulher branca são culpabilizadas, uma com maior intensidade do que a outra, ou de diferentes estereótipos sobre cada uma, o que evoca representações que permeiam questões de raça e etnia. Este artigo realiza uma tentativa de investigar mais a fundo essas diferenças mencionadas e de subsidiar novas pesquisas acerca da temática proposta, que é ainda pouco explorada.

REFERÊNCIAS

ARÁN, M. *Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea*. Rev. Estud. Fem., vol.11, no. 2, p.399-422, 2003. ISSN 0104-026X.

ARRUDA, A. *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, 2002.

BARRETO, R. A. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

CARNEIRO, S. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Revista Lola Press n. 16, 2011.

CHARTIER, R. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. Cadernos Pagu, Fazendo história das mulheres, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, n. 4, 1995.

COULOURIS, D. G. *A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro*. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20092010-155706/pt-br.php>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2013.

DOSSIÊ MULHER. Rio de Janeiro. Maio, 2010. Disponível em: <http://www.eco-debate.com.br/2010/05/25/pesquisa-identifica-que-mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-violencia-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

FREITAS H; JANISSEK R. *Análise léxica e análise de conteúdo: Técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzato, 2000.

JODELET, D. *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, pp. 31-61, 1998. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Uso escolar, proibida a reprodução.

OLIVEIRA, M. J. *Os femininos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas*. Universidade de Minho, 2010.

SANTOS, C.M; IZUMINO, W. P. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. Revista E.I.A.L. Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, 2005.

SILVA, S. R. *A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola*. Revista Negra, ano 14, n. 19, 2011.

SILVA, J. O. *A formação da mulher negra na sociedade brasileira*. 2011. Disponível em: < https://docs.google.com/file/d/0B3gKJMAG37nPYTg0ZGQ1ZDktMzU5ZC00O-GRhLTlmY2ItYmMyYmI3YWVmZDZm/edit?hl=pt_BR>. Acesso em: 04 de Abril de 2013.

VAZ, Z. M. N. (s.d) *Consciência feminina, étnica e cultural na obra de Alzira Rufino*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autores/alzirasantos/alziracritica01.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

VIVER. Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual da Bahia. *Estatística de Janeiro a Maio de 2013*. Acesso em 20 de agosto de 2013.

YOUNG, R. J.C. *Desejo colonial - hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

A QUESTÃO LGBT ATRAVÉS DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES DO BRASIL

Bruno Silva Kauss¹

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Professora Orientadora: Renata Ovenhausen Albernaz²

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o movimento que reúne lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, ou LGBT³, nasce, enquanto movimento social organizado, na década de 1970 (FACCHINI, 2003). Facchini e Simões (2009) dividem o movimento social LGBT brasileiro em ondas ou momentos. A primeira onda seria marcada pelo fim do regime militar no Brasil, também chamado de período de “abertura política”; a segunda estaria situada no período de redemocratização em fins da década de 1980; e, por fim, a terceira onda teria ocorrido durante os anos 1990, quando se inicia um conjunto de relações com instituições estatais e não estatais.

Em pleno período de ditadura Militar, o movimento LGBT desenvolveu um caráter antiautoritário e comunitário. O Grupo Somos foi a primeira proposta de politização das questões relacionadas à população LGBT. Fundado na cidade de São Paulo, em 1978, e de caráter contestatório e antiautoritário, o Somos era inspirado no movimento argentino *Nuestro Mundo da Frente de Liberación Homossexual* (FLH), que tinha como ideia inicial discutir a sexualidade a partir da vivência dos seus integrantes. Facchini (2003) afirma que essa primeira fase constitui-se revolucionária, não somente pelas pautas políticas, mas também por visar uma igualdade que aos poucos ajudou a construir uma identidade do movimento social LGBT.

Na segunda fase do movimento, de 1984 a 1992, o “Grupo Gay da Bahia” (1980), liderado pelo antropólogo Luiz Mott e o Grupo “Triângulo Rosa” (1977-1998), liderado pelo

1. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC – CNPQ). Estudante na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: kauss.bruno@gmail.com.

2. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008. Professora da (UFPEL) nos curso de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (Mestrado e Doutorado) – PPGMP; e na Faculdade de Direito.

3. A opção pelo termo “LGBT” no presente trabalho apresenta-se como referência à população de lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e se justifica por ser usualmente utilizado. Porém, não se pretende aqui excluir aqueles que de alguma forma se sentem integrantes dessa população.

militante João Antônio Mascarenhas, foram fundamentais para a passagem do movimento LGBT de uma ênfase antiautoritária para uma de garantia do direito à diferença e no estabelecimento de organizações de caráter formal. Nesse período, o movimento LGBT criava as suas bases políticas e apontava para as suas principais demandas. Porém, com a expansão da epidemia de AIDS⁴, considerada como “peste gay”, o movimento LGBT acabou por se dispersar devido às discriminações que surgiram e às perdas que se ocorreram.

A AIDS alimentou discriminações odiosas contra uma população LGBT, culpa da pelo surgimento da doença. Durante a década de 1990, a população LGBT era definida pelos órgãos de saúde como “grupo de risco”, o que acirrou o cunho discriminatório. O trabalho incessante contra a expansão da AIDS se iniciou com a ajuda dos movimentos locais LGBT, difusores de cuidados com a saúde e com o corpo. Essa atitude possibilitou que vários grupos passassem a ser financiados por agências de cooperação governamental e de âmbito internacional. Assim, paulatinamente, o movimento foi recobrando as forças abaladas pela AIDS.

Em meados da década de 1990, o movimento LGBT teve como marco a criação da maior associação LGBT da América latina, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (ABGLT), fundada em 1995 na cidade de Curitiba, com o objetivo de conquistar direitos e fortalecer o combate às discriminações contra pessoas LGBT. Outros movimentos LGBT foram surgindo com o passar dos anos, outros desaparecendo. Importa ressaltar que a mobilização entrou na luta pela discussão pública de direitos e garantias.

Nesse momento, garantir o reconhecimento de direitos e liberdades fundamentais à população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros passa a se apresentar como um desafio ao Estado brasileiro. Isso porque este Estado se defronta com um cenário nacional e internacional fortemente discriminatório a dificultar o reconhecimento de direitos legais à população LGBT, e, por outro lado, com a pressão organizada de movimentos LGBT e de Organizações Internacionais de Direitos Humanos para que direitos e políticas públicas sejam criados.

As violações dos direitos a esse grupo de pessoas são gritantes. Discriminações e violências motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero foram denunciadas

4. AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Doença do sistema imunológico humano causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/>>. Acesso em 11 de junho de 2013.

no *Discriminatory Laws and Practices and Acts of Violence Against Individuals Based on their Sexual Orientation and Gender Identity*. Nesse relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado no final de 2011, constatou-se que, globalmente, em função da orientação sexual e identidade de gênero, pessoas LGBT são alvo de discriminações no trabalho, na escola, no ambiente familiar e comunitário, sofrendo punições em função da condição que assumem, sendo condenadas em certos países à prisão, à tortura e à morte. O relatório apontou como causa da discriminação e da violência a ação de extremistas religiosos, militares, neonazistas e de intolerantes à diversidade sexual e de gênero. Segundo o relatório, predomina, no pensamento global, a visão de que as diferentes expressões das sexualidades e manifestações de gênero representam uma ameaça à estrutura social sedimentada na norma heterossexual, no machismo e na homofobia.

Em face disso, em termos de proteção contra formas injustificadas de discriminação geral, nos quais se enquadram as impetradas contra as pessoas LGBT, essa proteção já estava prevista em todas as Declarações e Convenções Internacionais de Direitos Humanos ratificadas pelo Brasil, notadamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1992); o Pacto São José da Costa Rica (OEA, 1992), e ainda outros tratados internacionais mais específicos, como a Declaração e Programa de Ação do Cairo (ONU, 1994) e a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (ONU, 2001). Nesta última, aliás, o governo brasileiro foi um dos suscitadores da questão contra a homofobia, mas esta acabou sendo tratada no documento final, também, na forma geral de discriminação violenta.

No cenário LGBT brasileiro, o específico das conquistas, no âmbito jurídico, tem ocorrido por meio da crescente judicialização dos conflitos, e, consequentemente, de decisões judiciais e administrativas, cujo escopo tem se valido da interpretação de princípios jurídicos fundamentais e de normas de direitos humanos. Nesse sentido, a interpretação principiológica tem contribuído para o debate sobre direitos sexuais⁵ e para o livre exercício responsável da sexualidade, mais até que a ação legislativa.

Isso tem sido permitido em virtude da própria hierarquia e lógica da Constituição Federal Brasileira de 1988, que atribuiu aos princípios a qualidade de normas

5. Considerados um direito reprodutivo, os direitos sexuais são uma categoria jurídica que busca problematizar fenômenos e relações sociais dos indivíduos no âmbito da sexualidade em suas diferentes expressões: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, travestialidade, entre outras (RIOS, 2006).

embasadoras e informativas de toda a ordem jurídica (SARLET, 2009). Dessa forma, é notadamente com base nos princípios jurídicos constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da proibição de discriminações odiosas (art. 3º, inciso IV), da igualdade (art. 5º, *caput*), da liberdade (art. 5º, *caput*), e da proteção à segurança jurídica que os anseios da população LGBT têm podido ser articulados. E isso tem sido feito em virtude dos tribunais e órgãos público-administrativos estarem, gradualmente, aderindo a certas discussões teóricas do direito que permitem a derivação de direitos fundamentais positivos a partir de regras e de princípios, sendo ambos vinculantes e com carga suficiente de positividade para serem exigidos e aplicados.

E mais, segundo Humberto Ávila (2009), os princípios instituem o dever de adotar comportamentos necessários à realização de um estado de coisas ou, inversamente, instituem o dever de efetivação de um estado pela adoção de comportamentos necessários. Sendo ainda que a base dessa derivação de direitos a partir de princípios se dá segundo uma hierarquia que, nos Estados Democráticos e Liberais de Direitos, segundo Dworkin (2011), tem como princípio maior o da “Igual Consideração e Respeito”.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Nesta linha de defesa jurídica, que possibilita a derivação de direitos concretos a partir de princípios, e tomando como marco teórico a “luta por reconhecimento” de multiculturalistas como Iris Marion Young, Charles Taylor e Nancy Fraser, analisaram-se, no presente trabalho, os conflitos judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos últimos dez anos (2003-2013), envolvendo gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros a fim de construir uma interpretação crítica das demandas e dos direitos suscitados em relação aos LGBT, sob a ótica da luta por reconhecimento, da não discriminação e da justiça.

A metodologia de pesquisa se constituiu na investigação empírica de casos levados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, nos últimos dez anos (2003-2013), envolvendo gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, através da coleta de documentos encontrados nas ferramentas de busca dos respectivos Tribunais. Além disso, foi utilizada a análise do discurso e a da hermenêutica, atravessada por um viés metodológico dedutivo-crítico sobre as decisões judiciais relacionadas à proteção e ao reconhecimento das demandas à população LGBT.

Este trabalho nasceu a partir do projeto: “Pluralismo Jurídico, Multiculturalismo e Democracia Latino-Americanos: seus reflexos na legalidade, nas políticas públicas e na jurisprudência superior do Estado brasileiro atual (2006-2012)”, que objetiva investigar os efeitos já alcançados na legalidade, no teor das decisões judiciais, e nas políticas públicas das propostas teóricas e práticas multiculturalistas e pluralistas no ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, o presente trabalho constitui uma parcela do que foi proposto no projeto. No mais, agradece-se, desde já, ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), que possibilitou a execução deste trabalho.

Na primeira parte serão problematizadas as intersecções entre justiça, reconhecimento e sexualidade, a partir dos marcos analíticos desenvolvidos por Nancy Fraser em sua *Justiça Redistributiva e de Reconhecimento*, por Charles Taylor em sua *Política do Reconhecimento*, e por Iris Marion Young em sua *Política da Diferença*. A segunda parte abordará os conflitos judiciais dos tribunais superiores a respeito dos LGBT, a fim de verificar o alcance da interpretação dos tribunais e órgãos administrativos para o reconhecimento e o combate às discriminações contra essa significativa parcela da população.

3. INTERSECÇÕES ENTRE JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E SEXUALIDADE

As intersecções entre justiça, reconhecimento e sexualidade podem ser analisadas de acordo com o marco teórico desenvolvido por autores como Nancy Fraser, Iris Marion Young e Charles Taylor, que se enquadram no movimento teórico denominado Multiculturalista.

Multicultural, para Hall (2003), é a qualidade de sociedades nas quais diferentes comunidades culturais tentam construir uma vida comum sem perder, de modo absoluto, os fatores de sua cultura original. Multiculturalismo, por sua vez, são as estratégias e políticas adotadas para governar e administrar os problemas gerados por essa diversidade em sociedades multiculturais.

Analisando o multiculturalismo, Semprini (1999) destaca o *Movimento pelos Direitos Cívicos*, nos Estados Unidos da década de 1960, em seu objetivo de por fim à segregação racial nos Estados do Sul, como o ponto de partida das recentes propostas multiculturalistas, tendo sido tal movimento “um dos catalizadores das forças de renovação da sociedade em um período de elaboração de um novo contrato social” (SEMPRINI, 1999, p. 32-33).

O multiculturalismo teve como seus primeiros efeitos um expressivo aumento da base social do país pela inclusão de muitos, antes segregados, ao mercado de trabalho, ao consumo e ao gozo dos serviços públicos. Ocorre, adverte Semprini (1999), que só essas inclusões não foram suficientes, pois as crises do petróleo na década de 1970 e a política econômica neoliberal dos anos 1980 modificaram a estrutura socioeconômica dos Estados Unidos, gerando uma concentração de renda nas mãos de uma classe média especializada e, em contrapartida, uma acentuada pauperização de uma extensa classe média sem qualificação. Isso tudo, somado a uma contínua degradação nos serviços públicos e previdenciários, fez cair por terra o mito da mobilidade social, da igualdade de oportunidades e do progresso material acessível a todos - direitos conquistados na década anterior. Daí a relevância de um segundo movimento multiculturalista, que venha discutir sobre as diferenças e a política, esta como mediação entre as diferenças e como ponto de sustentação de suas conquistas. Nesse novo momento, o multiculturalismo, continua Semprini (1999), na sua ênfase na problemática da diferença, acentua tanto a afirmação de identidades e de seu reconhecimento quanto o “lugar dos direitos das minorias em relação à maioria” (SEMPRINI, 1999, p.43).

Há, assim, uma interpretação política e outra cultural do multiculturalismo. Na primeira, a análise se centra nas reivindicações das minorias para conquistar direitos sociais e políticos existentes em uma determinada estrutura social e estatal; e a face culturalista que acentua a luta pelo reconhecimento de grupos, em movimentos sociais, “estruturados em torno de um sistema de valores comuns, de um estilo de vida homogêneo, de um sentimento de identidade ou pertença coletivos, ou mesmo de uma experiência de marginalização” (SEMPRINI, 1999, p. 44).

Nessa corrente multiculturalista, Nancy Fraser (2007) procura compreender o reconhecimento como questão justa. Para a autora, na luta de grupos através dos movimentos sociais de negros, mulheres, deficientes físicos, LGBT, entre outros, o “reconhecimento da diferença” emergiu como o principal conflito contra a dominação cultural do século 21 (FRASER, 2006). Nesse novo cenário, a autora concebe ao menos duas formas para compreender a injustiça⁶: a primeira seria a injustiça econômica, radicada na estrutura política e econômica da sociedade; e a segunda, a injustiça cultural ou simbólica,

6. Apesar de tratar apenas de duas formas de compreender a injustiça, Fraser não limita a possibilidade de haver outras. Para melhor compreender o sentido de injustiça desenvolvido pela autora, ver: FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

radicada nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. O remédio para a injustiça econômica estaria na reestruturação político-econômica, através de mecanismos igualitários e universalistas, como a redistribuição de renda e o controle democrático do investimento. Doravante, a autora se refere a esses remédios pelo termo genérico “redistribuição”. Já o remédio para a injustiça cultural estaria numa espécie de mudança cultural ou simbólica, envolvendo o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural – a esses remédios, ela refere-se pelo termo genérico de “reconhecimento”.

Redistribuição e reconhecimento são categorias fundamentais para a compreensão dos paradigmas de injustiça socioeconômica e cultural ou simbólica, segundo Fraser (2006). Enquanto a injustiça econômica reclamaria a redistribuição de bens materiais, apontando para esquemas igualitários e universalistas, a injustiça cultural ou simbólica exigiria o reconhecimento de grupos estigmatizados numa dinâmica diferenciadora. Surge, então, o dilema e a complementaridade entre reconhecimento e redistribuição: enquanto o primeiro tende a dissolver diferenciações, o segundo tende a produzi-las.

Young (2000) também defende que, em casos de grupos historicamente tão oprimidos, como são os LGBT, direitos diferenciados de proteção e de benefício podem ser necessários e, de certa forma, legitimados no intento de equilibrar desigualdades historicamente constituídas, a fim de propiciar uma condição de voz pública real e de acesso aos bens sociais. Tal como reconhece Young (2000), esses direitos diferenciados se justificariam em um novo sentido de justiça, esta que, intimamente correlacionada com uma política verdadeiramente democrática, ao invés de se concentrar apenas em questões distributivas, supostamente neutras e imparciais, deveria começar a abrir ensejo a que sejam discutidas e, assim, dissolvidas as condições de dominação e opressão institucionalizadas⁷ - condições essas que, inclusive, orientam tais distribuições, tornando-as injustas. Assim, conforme Young (2000),

la política de la diferencia a veces implica ignorar el principio de igual tratamiento a favor del principio que postula que las diferencias de grupo deberían ser reconocidas en las políticas públicas y en las políticas y procedimientos de las instituciones económicas, con el objetivo de reducir la opresión real o potencial. (...) sostengo que, a veces, reconocer derechos especiales

7. A dominação e o poder são institucionalizados quando estão sustentados por uma série de condições e de agências de outros sujeitos. Young (2000) exemplifica que o poder de uma juíza sobre um prisioneiro só existe porque há um arcabouço de outros agentes (guardas, policiais, funcionários, etc.) que garantem que suas ordens sejam cumpridas por esse prisioneiro de tal modo que elas lhe sejam quase que inescapáveis.

a los grupos es el único camino para promover una participación completa. (...) El reconocimiento de la diferencia de grupo requiere también un principio de toma de decisiones políticas que aliente la organización autónoma de los grupos en la sociedad. Esto significa establecer procedimientos para asegurar que la voz de cada grupo sea oída en la sociedad a través de instituciones con representación de grupo (YOUNG, 2000, p. 43).

Sem se pensar em romper com o ciclo reprodutivo da desigualdade, sustentando-se em uma noção de justiça baseada em uma equalização meramente individualista e formal, em casos de realidades coletivas tão marcadas pela desigualdade de fato, não há condições existenciais humanamente possíveis de se criar um cenário de participação democrática autêntica que inclua esses grupos vulneráveis, pois seria igual a colocar na mesma arena pessoas com condição de voz e de ação muito diferenciadas.

Taylor (2009), por sua vez, em sua *Política do reconhecimento*, também traz elementos essenciais para justificar direitos de igualdade e de justiça a grupos como os LGBT. Ele admite a tese de que a nossa identidade se molda em parte pelo reconhecimento, em parte pela ausência dele. Isso porque o falso reconhecimento ou a sua falta podem vir a causar danos à identidade de alguém, motivando sua opressão, e embutindo, nos próprios oprimidos, uma imagem depreciativa de si mesmos, fazendo-os sofrer a dor de uma pobre autoestima. Daí que o reconhecimento que se deve aos outros não é só uma questão de cortesia, mas é uma necessidade humana vital. Apesar de Fraser (2007) tecer críticas a respeito do caráter subjetivo com que Taylor trata a questão do reconhecimento, sua contribuição é imprescindível.

Taylor questiona o caráter monológico da identidade e do reconhecimento modernos, gerados em torno do individualismo e utilitarismo. Já pela autenticidade, ou autonomia, o ser humano foi erigido como ser moral, capaz de avaliar o bem e o mal segundo seus sentimentos e a se dirigir conforme este entendimento. Nesse cenário moderno, Taylor (2009) critica que o individualismo moderno colocou a pessoa, ao menos em potencial, como aquela centrada em si, excluindo os demais. Com isso, a sua tese é a de que existe um estreito vínculo entre as diferentes condições de identidades, ou do sentido de vida, o que se expressa da seguinte maneira: visto não podermos deixar de nos orientar para o bem, determinando nossa posição em relação a ele (nossa direção de vida), temos que compreender a vida em forma de narrativa – como busca – e, além disso, em relação

aos demais (TAYLOR, 2009). Ambas as direções são, para Taylor, “exigências estruturais inescapáveis do agir humano” (TAYLOR, 2009, p. 76).

Nessa formação dialógica da identidade, os LGBT também têm sofrido de um reconhecimento altamente pejorativo pelo olhar do outro. Guacira Lopes Louro (2009) argumenta que as práticas discriminatórias contra pessoas LGBT surgiram a partir da produção e reiteração compulsória da norma heterossexual, desconsiderando as diversas expressões da sexualidade e manifestações de gênero. Dessa forma, a imposição da heterossexualidade como a única expressão sexual e afetiva legítima engendraria práticas individuais e comportamentos de constante negação às demais formas de expressão sexual, tidas como ilegítimas e imorais. Louro (2009) aborda que essa negação das pessoas com “sexualidades desviantes” ocorre na escola e na universidade, quando transexuais são impedidas de serem chamadas pelo nome social, nas relações de trabalho, quando travestis sujeitam-se involuntariamente ao mercado de sexo, no acesso à justiça, quando direitos são negados aos LGBT, entre outros casos nos quais a violação aos direitos e liberdades fundamentais de pessoas LGBT é recorrente. Quanto ao acesso à justiça, cabe um questionamento específico: qual tem sido a relevância das decisões do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal no acesso a direitos para a população LGBT nos últimos dez anos (2003 a 2013)? A fim de encontrar uma resposta para essa questão, passa-se ao próximo ponto.

4. A QUESTÃO LGBT NOS TRIBUNAIS SUPERIORES DO BRASIL

Na análise dos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), entre os períodos de 2003 e 2013, a primeira constatação é a de que a maioria dos conflitos judiciais em que figuram gays, lésbicas, travestis, transgêneros e transexuais se referem a ações de reconhecimento de união estável, o que revela o afastamento da necessidade do caráter “diversidade entre os sexos” para configurar uma união estável⁸. Os Tribunais têm afastado o impedimento e permitido a possibilidade jurídica do pedido de reconhecimento da união estável de mesmo sexo. Para tanto, consigna-se ser necessário demonstrar a presença de certos elementos essenciais à caracterização da união estável – entidade que serve de parâmetro diante da lacuna legislativa -, exceto o da diversidade de

8. Informativo nº 0366, do STJ, que afastou o impedimento jurídico ao admitir a possibilidade jurídica do pedido de reconhecimento de união estável entre homossexuais.

sexos, quais sejam: convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituir família, e ausência dos impedimentos do art. 1.521 do CC/2002 (salvo o do inciso VI em relação à pessoa casada separada de fato ou judicialmente).

A partir dos anos 2000, foram feitas reformas normativas (mais de cunho administrativo, que propriamente legislativo) em algumas questões de interesse para casais de mesmo sexo, entre elas, cita-se:

- a) o reconhecimento das uniões de mesmo sexo como família teve início na migração da competência das ações dos juizados cíveis para os juizados especializados em Direito de Família, iniciativa do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. A partir disso, diversas decisões se apoiaram em princípios constitucionais na tentativa de estender tanto a união civil quanto o casamento civil aos casais de mesmo sexo⁹;
- b) para o registro de uniões estáveis entre casais de mesmo sexo era possível, a partir de 2004, constituir um Contrato de Convivência Estável, em virtude de norma de algumas Corregedorias Gerais de Justiça de Estados, a exemplo de Rio Grande do Sul e São Paulo. As Corregedorias entendiam que o art. 127 da Lei de Registros Públicos não impedia o registro das uniões homoafetivas, o que facilitava a prova da união estável, haja vista ainda não ser possível o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A decisão do Supremo de maio de 2011, através da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4277 (ADI 4277/2011), e a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 (ADPF 132/2011) estenderam o regime jurídico da união estável às uniões homoafetivas a todos os estados da federação brasileira.

Para essa inclusão, a ADI 4277/2011 e a ADPF 132/2011 se fundamentaram em princípios constitucionais afirmando que o não reconhecimento da união entre

9. Desde os anos 2000, são competentes para julgar as ações envolvendo relações homoafetivas as varas de família e também as câmaras especializadas em direito de família conforme se observam os seguintes precedentes: Conflito de Competência nº 70000992156, Oitava Câmara Cível, TJ/RS, relator: José Ataídes Siqueira Trindade, julgado em 29/06/2000; Recurso Especial 827962/RS, STJ, Recurso Especial 2006/0057725-5, relator (a): Ministro João Otávio de Noronha (1123), julgamento: 21/06/2011, órgão julgador: T4 - Quarta Turma, publicação: DJE 08/08/2011; Medida Cautelar nº 19.512 - RJ (2012/0119669-0), STJ, relator (a): Ministro Luís Felipe Salomão, publicação: 01/08/2012; Agravo em Recurso Especial nº 757 - DF (2011/0035435-9), STJ, relator (a): Ministra Maria Isabel Gallotti, publicação: 07/08/2012; Agravo de Instrumento nº 1.247.549 - MT (2009/0214352-4), STJ, relator (a): Ministro Luís Felipe Salomão, publicação: 25/05/2010; Recurso Especial 465688/RN - RN, STF, relator (a): Ministro Dias Toffoli, julgamento: 02/02/2010, publicação DJE-040, divulgado em 04/03/2010, publicado em 05/03/2010. Além disso, destaque o informativo nº 0484, STJ, que trata da competência da vara de família para o julgamento de ações sobre união estável entre pessoas de mesmo sexo.

pessoas do mesmo sexo implicaria violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da proibição de discriminações odiosas (art. 3º, inciso IV), da igualdade (art. 5º, *caput*), da liberdade (art. 5º, *caput*), e da proteção à segurança jurídica. Nessa interpretação, as discriminações odiosas foram tidas como vedadas no texto constitucional pelo art. 3º, inciso IV, que estabelece, entre os objetivos fundamentais da República, “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” (CF/88). Em relação ao sexo¹⁰, a decisão englobou tanto as discriminações em função do gênero quanto as relativas à expressão sexual.

O princípio da segurança jurídica, também chamado de princípio da proteção à confiança, foi citado na ADI 4277/2011 para conferir a possibilidade de usufruir de direitos e garantias constitucionais com tranquilidade e estabilidade¹¹. Dessa forma, procura-se proteger a segurança jurídica como princípio basilar no estabelecimento e exercício das relações jurídicas. No momento em que os indivíduos que compõem uma união homossexual procuram o reconhecimento desta pelo instituto do casamento civil, por exemplo, eles perseguem a segurança quanto a direitos patrimoniais e familiares, como partilha de bens, os direitos sucessórios, alimentícios, de assistência mútua ente outros.

Além disso, há flagrante violação do princípio da segurança jurídica no caso das decisões judiciais conflitantes envolvendo o casamento civil para homossexuais. Após a decisão da ADI 4277/2011 e ADPF 132/2011, expandiram-se o número de cartórios do Brasil que passaram a regulamentar a lavratura de escritura pública de declaração de união civil entre pessoas de mesmo sexo. Contudo, a divergência permaneceu, pois apenas em alguns Estados os cartórios autorizavam o registro das uniões como união estável. Além disso, autorizada a união estável, havia insegurança quanto à possibilidade de conversão no instituto do casamento civil. Tais conflitos foram superados pela Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, aprovada durante a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu que os cartórios de todo o País não mais poderiam recusar a celebração de casamentos civis de casais do mesmo sexo ou deixar de converter em casamento união estável. Caso

10. Apesar de haver diferenças conceituais entre gênero, sexo e sexualidade, a Constituição não faz quaisquer distinções, sendo majoritário o entendimento de que sexo engloba essas categorias. Cumpre salientar que o fato de a norma trazer em seu texto a proibição a outros tipos de discriminação é determinante na extensão do artigo 3º, inciso IV (CF/88), a quaisquer outros casos.

11. STF. Recurso Especial nº 598.099, Relator Ministro Gilmar Mendes, Plenário, com repercussão geral. Julgado em 10/8/2011.

algum cartório não cumpra a Resolução do CNJ, o casal interessado poderá levar o caso ao juiz corregedor daquela comarca para que ele determine o cumprimento da medida. Além disso, poderá ser aberto processo administrativo contra o oficial que se negou a celebrar ou reverter a união estável em casamento.

Além do reconhecimento da união estável, constata-se o número expressivo de ações a respeito da dissolução das uniões homoafetivas e a consequente meação dos bens. Frisa-se, ademais, que, uma vez comprovada essa união, devem ser atribuídos os efeitos jurídicos dela advindos. Reconheceu-se, na maioria dos julgados, o direito à meação dos bens adquiridos a título oneroso na constância do relacionamento, ainda que eles tenham sido registrados em nome de apenas um dos parceiros, não se exigindo a prova do esforço comum, que, nos casos em análise, está presumido¹².

Em relação a decisões referentes a direito previdenciário envolvendo pensão por morte, o próprio Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) regulou, através da Instrução Normativa nº 25 de 07/06/2000¹³, os procedimentos com vista à concessão de benefício ao companheiro ou companheira homossexual, para atender a determinação judicial expedida pela juíza Simone Barbasin Fortes, da Terceira Vara Previdenciária de Porto Alegre, ao deferir medida liminar na Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0, com eficácia *erga omnes*¹⁴. A Instrução Normativa do INSS nº 45, de 2010, em seu art. 25, ratificou, definitivamente, essa situação, proclamando que “por força da decisão judicial proferida na Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0, o companheiro ou a companheira do mesmo sexo de segurado inscrito no Registro Geral da Previdência Social integra o rol dos dependentes e, desde que comprovada a vida em comum, concorre, para fins de pensão por morte e de auxílio-reclusão, com os dependentes preferenciais de que trata o inciso I, do art. 16, da Lei 8.213/91, para óbito ou reclusão ocorridos a partir de 5 de abril de 1991, conforme o disposto no art. 145 do mesmo diploma legal.

12. Recurso Especial 1.085.646-RS, STJ, relator (a): Ministro Nancy Andrighi, julgamento: 11/5/2011, órgão julgador: T3 - Terceira Turma, publicação: DJE 26/09/2011; Recurso Especial 930460/PR, Recurso Especial 2007/0044989-0, STJ, relator (a): Ministra Nancy Andrighi, julgamento: 19/05/2011, órgão julgador: T3 - Terceira Turma, publicação: DJE 03/10/2011; Recurso Especial 1085646/RS, Recurso Especial 2008/0192762-5, STJ, relator (a): Ministra Nancy Andrighi, julgamento: 11/05/2011, órgão julgador: S2 - Segunda Seção, publicação: DJE 26/09/2011. Além disso, destaque para o Informativo nº 0472, STJ, a respeito do direito à meação dos bens adquiridos a título oneroso na constância da união estável de mesmo sexo, ainda que eles tenham sido registrados em nome de apenas um dos parceiros. A respeito da exigência da prova do esforço comum na aquisição do patrimônio amealhado, cita-se: Recurso Especial 648763/RS, Recurso Especial 2004/0042337-7, STJ, relator (a): Ministro Cesar Asfor Rocha, julgamento: 07/12/2006, órgão julgador: T4 - Quarta Turma, publicação: DJ 16/04/2007 p. 204 RSTJ vol. 206 p. 336; Recurso Especial 773136/RJ, Recurso Especial 2005/0131665-6, STJ, relator (a): Ministra Nancy Andrighi, julgamento: 10/10/2006, órgão julgador: T3 - Terceira Turma, publicação: DJ 13/11/2006 p. 259 RNDJ vol. 86 p. 86.

13. A Instrução Normativa do INSS/DC Nº 57, de 10 de outubro de 2001, em seu Art. 20, reconheceu ao companheiro ou a companheira homossexual de segurado inscrito no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como integrante do rol dos dependentes para fins de recebimento de benefícios previdenciários, tais como a pensão por morte e o auxílio-reclusão.

14. Recurso Especial 395904/RS, STJ, relator (a): Ministro Hélio Quaglia Barbosa, julgamento: 13/12/2005, órgão julgador: T6 - Sexta Turma, publicação: DJ 06/02/2006.

A possibilidade de adoção por casais de mesmo sexo também tem sido suscitada no Superior Tribunal de Justiça. Durante o período objeto desta pesquisa, nenhum desses pedidos fora julgado improcedente pelo Tribunal supracitado¹⁵.

A manutenção da possibilidade do registro de adoção a um casal de mulheres gaúchas pelo STJ¹⁶, em abril de 2010, constituiu fato marcante na conquista de direitos pela população LGBT. Nesse caso, a habilitação para a adoção havia sido conferida em 2006 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (RS), todavia, o Ministério Público Federal gaúcho exigia a sua anulação. Como primeiro caso de reconhecimento da possibilidade de adoção por um casal de mesmo sexo, abriu precedentes para que outros casais ingressassem na justiça e pleiteassem o mesmo direito. Contudo, a adoção por casais de mesmo sexo é um dos direitos mais cerceados atualmente. Há inúmeros casais, em que apenas um dos companheiros conseguiu entrar com pedido de adoção, enquanto a criança ou adolescente permanece desassistida juridicamente pelo outro companheiro ou companheira, sem direito a visita em caso de separação, pensão alimentícia, herança, entre outros. A lei ainda é um obstáculo ao reconhecimento da adoção por casais de mesmo sexo no Brasil.

Vale ressaltar que não foram encontradas decisões com a mesma matéria no Supremo Tribunal Federal no mesmo período. A comprovada ausência de prejuízo aos adotados e a existência de milhares de crianças necessitadas de um lar são fatores que têm afastado a discussão se a homossexualidade gera ou não algum prejuízo para o adotado. Nessa questão, destaca-se o Recurso Especial nº 1199667/MT (STJ), Relatora: Ministra Nancy Andrighi, julgado em 19/05/2011 pela Terceira Turma (T3), referente à Ação de Reconhecimento de União Homoafetiva *post mortem*, na qual havia filho adotado pelo parceiro falecido, sendo que a criança estava crescendo abandonada numa instituição. Consta na decisão que o futuro da criança, portadora de vírus HIV, seria crescer numa instituição. Mas a criança conseguiu uma família substituta que lhe concedia direitos básicos como amor, carinho, atenção, saúde, escola e tudo o mais que toda criança deve ter. Além disso, consta na decisão que “a dor gerada pela perda

15. A respeito do reconhecimento de adoção entre pessoas de mesmo sexo, vale citar as seguintes decisões procedentes: Recurso Especial 1281093/SP, STJ, Relator (a): Ministra Nancy Andrighi, julgamento: 18/12/2012, órgão julgador: T3 - Terceira Turma, publicação: DJE 04/02/2013; Recurso Especial 1199667/MT, Recurso Especial 2010/0115463-7, STJ, Relator (a): Ministra Nancy Andrighi, julgamento: 19/05/2011, órgão julgador: T3 - Terceira Turma, publicação: DJE 04/08/2011; Recurso Especial 889852/RS, Recurso Especial 2006/0209137-4, STJ, relator (a): Ministro Luis Felipe Salomão, julgamento: 27/04/2010, órgão julgador: T4 - Quarta Turma, publicação: DJE 10/08/2010 RT vol. 903 p. 146. Cuida-se do Informativo nº 0432, STJ, que trata da adoção de menores por casal de mesmo sexo.

16. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 2006/0209137-4, Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Julgamento em 27 de abril de 2010.

prematura do pai adotivo, consideradas as circunstâncias de abandono e sofrimento em que essa criança veio ao mundo, poderá ser minimizada com a manutenção de seus referenciais afetivos [...]” (fls. 564-565).

A respeito da possibilidade de alteração do prenome de transexuais, o STJ, através de interpretação conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei n. 6.015/73, tem conferido amparo legal para que transexuais operados obtenham autorização judicial para a alteração de seu prenome, substituindo-o por apelido público e notório pelo qual são conhecidos no meio em que vivem¹⁷. No Rio Grande do Sul, a partir do Decreto nº 49.122 de maio de 2012, travestis e transexuais do Estado podem usufruir de seu nome social nos órgãos e entidades do Poder Executivo¹⁸.

A emissão das carteiras se iniciou em agosto do mesmo ano, quando o Instituto Geral de Perícias (IGP), por meio de uma parceria das Secretarias da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) e da Segurança Pública (SSP), dentro do *Programa RS Sem Homofobia*, passou a confeccionar as carteiras de identidade com o nome social. Contudo, essa possibilidade ainda é restrita ao Estado do Rio Grande do Sul e revela a lacuna legislativa federal. Enquanto isso, travestis, transexuais e transgêneros são submetidos ao constrangimento de ser identificados por uma identidade diversa da que mantêm no convívio social. Não se trata simplesmente de um prenome, pois a questão atravessa um conjunto de relações construídas paulatinamente entorno da identidade assumida pelo sujeito. A questão sobre o processo transgenitalização ou cirurgia de mudança de sexo é outra importante demanda que envolve a população LGBT. Atualmente o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece a cirurgia de transgenitalização àqueles que possuem incompatibilidade com o sexo anatômico ou sentimento de pertencimento ao sexo oposto ao de nascimento. Além disso, o SUS garante em todo o processo de transgenitalização o respeito ao nome social do paciente e acompanhamento terapêutico¹⁹.

17. A respeito da possibilidade de alteração do prenome de transexuais e transgêneros: Recurso Especial 737993/MG, Recurso Especial 2005/0048606-4, STJ, Relator (a): Ministro João Otávio de Noronha, julgamento: 10/11/2009, órgão julgador: T4 - Quarta Turma, publicação: DJE 18/12/2009, RBDJ vol. 14 p. 116; Recurso Especial 1008398/SP Recurso Especial 2007/0273360-5, STJ, relator (a): Ministra Nancy Andrighi, julgamento: 15/10/2009, órgão julgador: T3 - Terceira Turma, Publicação: DJE 18/11/2009 RMP vol. 37 p. 301 RSTJ vol. 217 p. 840; REsp 876672, STJ, relator (a): Ministro João Otávio de Noronha, publicação: 05/03/2010; Sentença Estrangeira nº 2.149 - IT (2006/0186695-0), relator (a): Ministro Barros Monteiro, publicação: 11/12/2006. O Informativo nº 0415, STJ, traz a discussão sobre a possibilidade de retificar registro civil no que concerne a prenome e a sexo, tendo em vista a realização de cirurgia de transgenitalização.

18. SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Notícia disponível em: <<http://www.sjdh.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=1&id=1177&pg>>. Acesso em 13 de maio de 2013.

19. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Informação disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=34017&janela=1>. Acesso em 08 de setembro de 2013.

As pressões dos movimentos sociais LGBT e o compromisso assumido pelo Brasil na Ordem Internacional têm levantado a gravidade do problema da homofobia no país. Na busca em empreender um combate à discriminação aos LGBT, o governo tem se valido de algumas estratégias, entre as quais se podem citar:

a) em 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), através da Medida Provisória 2216-37/01. O Decreto n. 7.388/2010 especificou as ações desse conselho às questões LGBT, afirmando que o CNCD-LGBT teria por finalidade “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013);

b) a exemplo de política local, em 2012, uma Audiência Pública realizada na Escola Superior da Magistratura (ESM), em Porto Alegre/RS, marcou o lançamento do Observatório Contra a Homofobia - uma iniciativa da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), em defesa da diversidade sexual. O ato reuniu entidades da sociedade civil, Governo e simpatizantes da causa pelo fim da violência contra a população LGBT. O Observatório Contra a Homofobia foi criado a partir da notícia envolvendo o duplo homicídio de um casal de lésbicas no Rio Grande do Sul. Reunindo entidades governamentais e da sociedade civil, seu objetivo é o de acompanhar a apuração de práticas delitivas e ações discriminatórias envolvendo o grupo LGBT, além de fiscalizar e fomentar as ações do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia, que será criado pelo Governo do Estado gaúcho²⁰.

Valendo-se da acepção de Daniel Borillo (2010), a homofobia é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais. Enquanto umas correntes salientam a dinâmica subjetiva desencadeadora da homofobia (medo, aversão, rejeição), outras sublinham as raízes sociais, culturais e políticas discriminatórias, em virtude da institucionalização da heterossexualidade como parâmetro de normalidade na nossa sociedade. Neste trabalho, interessa a questão da homofobia ou discriminação odiosa contra LGBT enquanto fenômeno social, no qual gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros sofrem algum tipo de violência em função de expressar seu gênero ou sua sexualidade.

20. ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL (AJURIS). Notícia disponível em: http://www.ajuris.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2850:observatorio-incrementara-luta-contr-homofobia&catid=54:destaques&Itemid=50. Acesso em 27 de maio de 2013.

A criminalização da homofobia foi alvo do Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006 (PLC 122/06), apresentado pela Deputada Federal Iara Bernardi em 2001 como Projeto de Lei nº 5003 de 2001. O objetivo do projeto é alterar a Lei nº 7.716 (Lei do Racismo), de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, estabelecendo tipificações e delimitando as responsabilidades do ato e dos agentes. Se aprovado, além das discriminações já previstas em razão da cor de pele, etnia, origem e religião, estariam também incluídas as discriminações por expressão sexual e de gênero, além daquelas decorrentes da idade e de necessidades especiais. Atualmente, discriminar alguém por força da sua orientação sexual, identidade de gênero, condição de pessoa idosa ou condição da pessoa com deficiência não constitui crime específico no Brasil.

Em 17 de abril de 2009, instalou-se no Recife, no Estado de Pernambuco, a primeira Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PE), para elaborar um projeto legislativo com o objetivo de criar e estender direitos à população LGBT, além de capacitar os advogados do Brasil perante o novo cenário fruto do acesso dos LGBT à justiça. Em agosto de 2011, a Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB apresentou o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual. Na II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, em dezembro de 2011, aprovou-se moção de apoio ao Estatuto da Diversidade Sexual por diversos ativistas, movimentos sociais, entre outros agentes políticos, decidindo também pelo envio do projeto à Câmara Federal através de iniciativa popular.

O projeto do Estatuto da Diversidade Sexual foi elaborado por mais de sessenta Comissões da Diversidade Sexual das Seccionais e Subseções da OAB no Brasil, além de diversos movimentos sociais e ativistas políticos. Com 109 artigos, além de consagrar princípios, o projeto traz regras de direito de família, direito sucessório, previdenciário e de criminalização da homofobia e alterações na legislação infraconstitucional. Além disso, aponta políticas públicas para aplicação nos níveis municipal, estadual e federal.

Apesar de não existir tipificação legal da conduta homofóbica, esse tipo de comportamento tem merecido apreciação dos Tribunais²¹ ao qualificar certos crimes

21. Decisões acerca de violência homofóbica são encontradas nos Tribunais em análise, a saber: Habeas Corpus 110903, Medida Cautelar/DF, STF, relator (a): Ministro (a) Luiz Fux, julgamento: 17/11/2011, publicação: DJE-225, divulgado em 25/11/2011, publicado em 28/11/2011; e Habeas Corpus 219101/RJ, Habeas Corpus 2011/0223835-1, relator (a): Ministro Jorge Mussi, julgamento: 10/04/2012 Órgão Julgador: T5 - Quinta Turma, publicação: DJE 08/05/2012.

devido à sua gravidade, a exemplo do julgamento de Medida Cautelar no Habeas Corpus nº 110903 MC/DF pelo Supremo Tribunal Federal. No caso em questão, o denunciado, um militar do Exército Brasileiro, estava a serviço no dia dos fatos, no Forte Copacabana, local que faz divisa com o Parque Garota de Ipanema. O denunciado, juntamente com outros militares, dirigiu-se ao referido Parque onde havia uma considerável concentração de LGBT, passando a expulsar, ofender e humilhar os casais que ali estavam. Ao abordar a vítima, o denunciado solicitou-lhe o telefone de seus genitores para informá-los da orientação sexual deste, obtendo como resposta que os pais da vítima tinham ciência dos fatos e se orgulhavam do filho. Então, o demandado empurrou a vítima, que veio a cair no chão, e, ato contínuo, sacou a arma, apontou na direção da vítima e disparou, vindo a atingi-la. Antes, porém, ainda disse: “você ainda me afronta. Você ainda tem coragem de falar isso”²². O denunciado tornou impossível a defesa da vítima, que estava sob a mira de uma arma de fogo. Indefesa e subjugada, sem meios de repelir a violência contra si praticada. Assim agindo, consciente e voluntariamente, entendeu-se que o denunciado praticou o crime de tentativa de homicídio duplamente qualificado.

5. CONCLUSÃO

Reconhecimento como união estável e casamento de uniões de mesmo sexo; direito à adoção; direito ao reconhecimento de nome social; direitos previdenciários; busca pelo combate à discriminação odiosa, entre outros, são demandas suscitadas dos movimentos sociais LGBT ao longo da história. Neste trabalho, investigaram-se as demandas suscitadas nos Tribunais Superiores pela população LGBT, o que não excluiu da apreciação outras questões relevantes, também alvo do trabalho de ativistas e movimentos sociais LGBT.

Os movimentos sociais LGBT, desde as suas primeiras organizações na década de 1970, têm conquistado maior visibilidade a partir da sua união com outros atores sociais e também através de parcerias com instituições governamentais e não governamentais, revelando que a sua atuação, situada hoje na arena pública, vem se construindo através de uma rede com outros agentes sociopolíticos.

22. Habeas Corpus 110903, Medida Cautelar/DF, STF, relator (a): Ministro (a) Luiz Fux, julgamento: 17/11/2011, publicação: DJE-225, divulgado em 25/11/2011, publicado em 28/11/2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=110903&classe=HC-MC&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em 22 de março de 2013.

Constata-se que, se há casos em que as decisões refletem um despertar de órgãos administrativos e judiciais para as questões LGBT, de outra monta, evidenciam a total inércia e insensibilidade do Estado perante a garantia e fomento de direitos a essa população. A inércia do Estado reflete-se claramente no caso do Projeto Escola Sem Homofobia, que por pressões de setores conservadores e religiosos da sociedade foi vetado pela Presidenta Dilma Rousseff.

Além disso, apesar de avanços legislativos para grupos como mulheres, negros e indígenas, é interessante observar que as demandas LGBT ainda são invisíveis para o Poder Legislativo. Nesse sentido, são pertinentes, dada essa ainda quase invisibilidade, os sentidos de reconhecimento e de justiça apregoados por Fraser (2007), Taylor (2009) e Young (2000) como base para medidas de reconhecimento real (e não apenas discursivo) de medidas práticas de alcance geral (e não no caso a caso de decisões judiciais e administrativas). Isso porque, sem dúvida, a maneira mais eficaz de, a médio e longo prazo, promover esse reconhecimento e justiça é no processo de desconstrução de uma cultura sedimentada no preconceito e na discriminação aos LGBT. Nesse intento, um programa de educação pública, sólido e consistente, além de outras ações emergenciais de proteção e cidadania são possibilidades que se apresentam no combate à discriminação odiosa.

Também é de se constatar que a simples garantia de direitos aos LGBT não encerra uma luta de décadas. A discriminação contra LGBT perpassa inúmeras esferas, o que exige um trabalho incessante do Estado em parceria com a sociedade civil. A importância de instituições criadas pelo Estado em parceria com a sociedade civil a fim de garantir o acesso à cidadania e o combate às discriminações odiosas contra a população LGBT é inquestionável. Fortalecer as instituições democráticas deve ser outra meta de ampliação de participação representativa, no sentido apregoadado por Young (2006), a fim de vencer as barreiras que limitam o reconhecimento da população LGBT.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*; trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**; trad.

TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12 de junho de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>, acesso em 12 de fevereiro de 2013.

CORNWALL, Andrea, JOLLY, Susie. Introdução: A Sexualidade é Importante. In: CORNWALL, Andrea e JOLLY, Susie (Orgs.). *Questões de Sexualidade: ensaios trans-culturais*; trad. Jones de Freitas. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

FRASER, Nancy. Reconhecimento Sem Ética; trad. Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era “Pós-socialista”; trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, nº 14/15, p. 1-382, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ONU. *Discriminatory Laws and Practices and Acts of Violence Against Individuals Based on their Sexual Orientation and Gender Identity*, 2011, p. 1-4. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/19session/A.HRC.19.41_English.pdf>. Acesso em 15 de março de 2012.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **O arco-íris (des)coberto**. Santa Maria: UFSM, 2009.

RIOS, Roger Raupp. Para um Direito Democrático da Sexualidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n° 26, p. 71-100, jul/dez. 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais*. 7ª Ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Apresentação CNCD-LGBT*. Disponível em <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/conselho/cncd>, acesso em 28 de maio de 2013.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**; trad. Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 1999.

SOUZA, J. A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

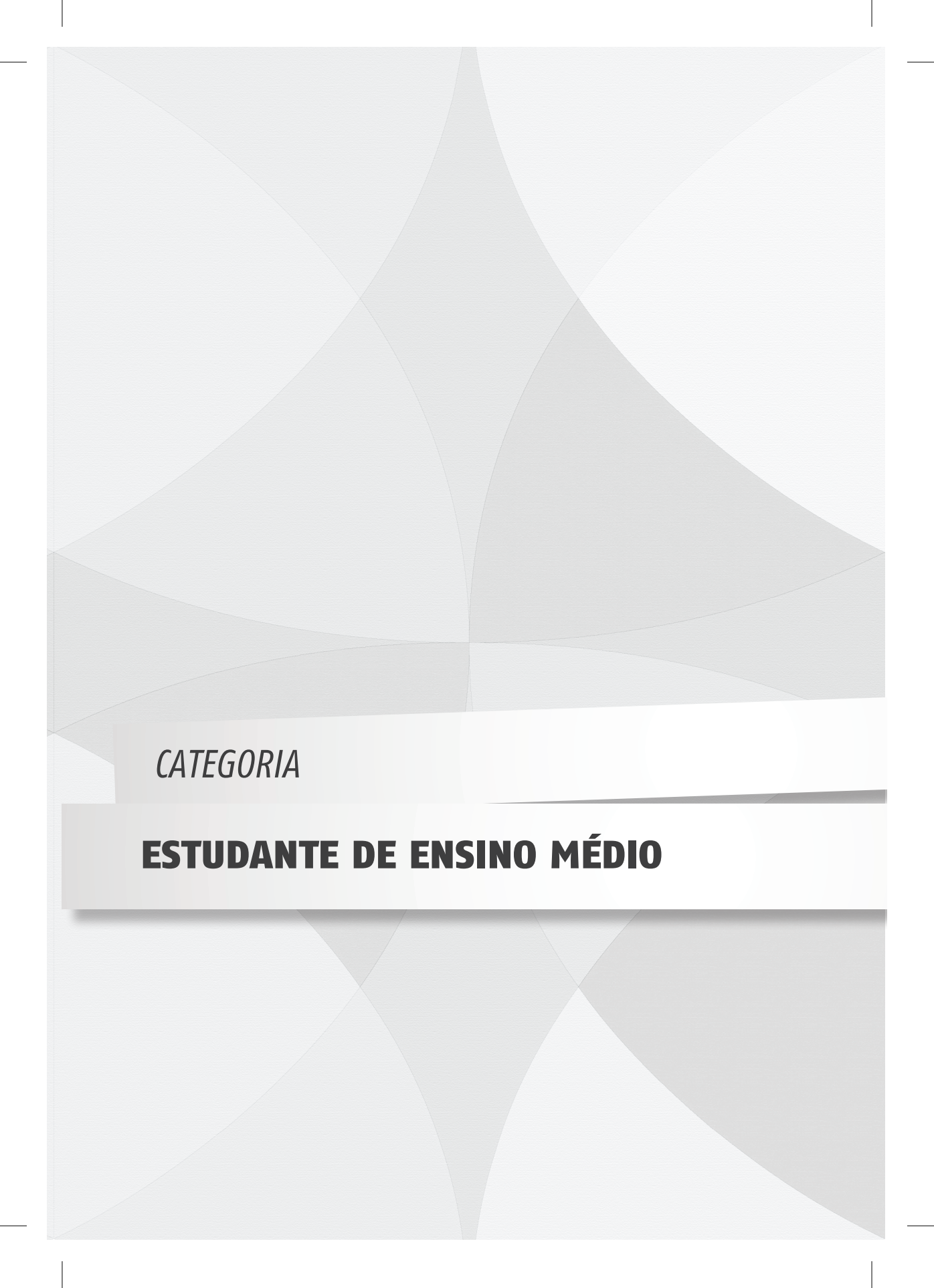
TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. La Política Del Reconocimiento. In. TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo e “La Política Del Reconocimiento”**. 2º ed. México D.F. : FCE, 2009.

YOUNG, Iris Marion. La justicia y la Política de la diferencia. Madrid: **Cátedra**, 2000.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias; trad. Alexandre Morales. **Lua Nova**, São Paulo, n° 67, 139-190, 2006.





CATEGORIA

ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO

INTRODUÇÃO

A categoria *Estudante de Ensino Médio* tem duas etapas: a primeira escolhe as três melhores redações de todo o país, e a segunda premia a melhor redação de cada Unidade da Federação participante do certame, caso essas apresentem mérito.

Foram inscritos 1430 trabalhos. A Comissão Julgadora selecionou 17 deles como os melhores. Três para a etapa nacional: Pará, Paraíba e São Paulo. Na etapa Unidades da Federação, foram 14 os Estados agraciados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Com relação à variável sexo, temos a seguinte distribuição do número de inscritas(os):

9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: inscritos segundo o sexo, categoria Estudante de Ensino Médio

Sexo	Quantidade	%
Feminino	926	64,76%
Masculino	504	35,24%
Total	1430	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2014

TRABALHOS PREMIADOS

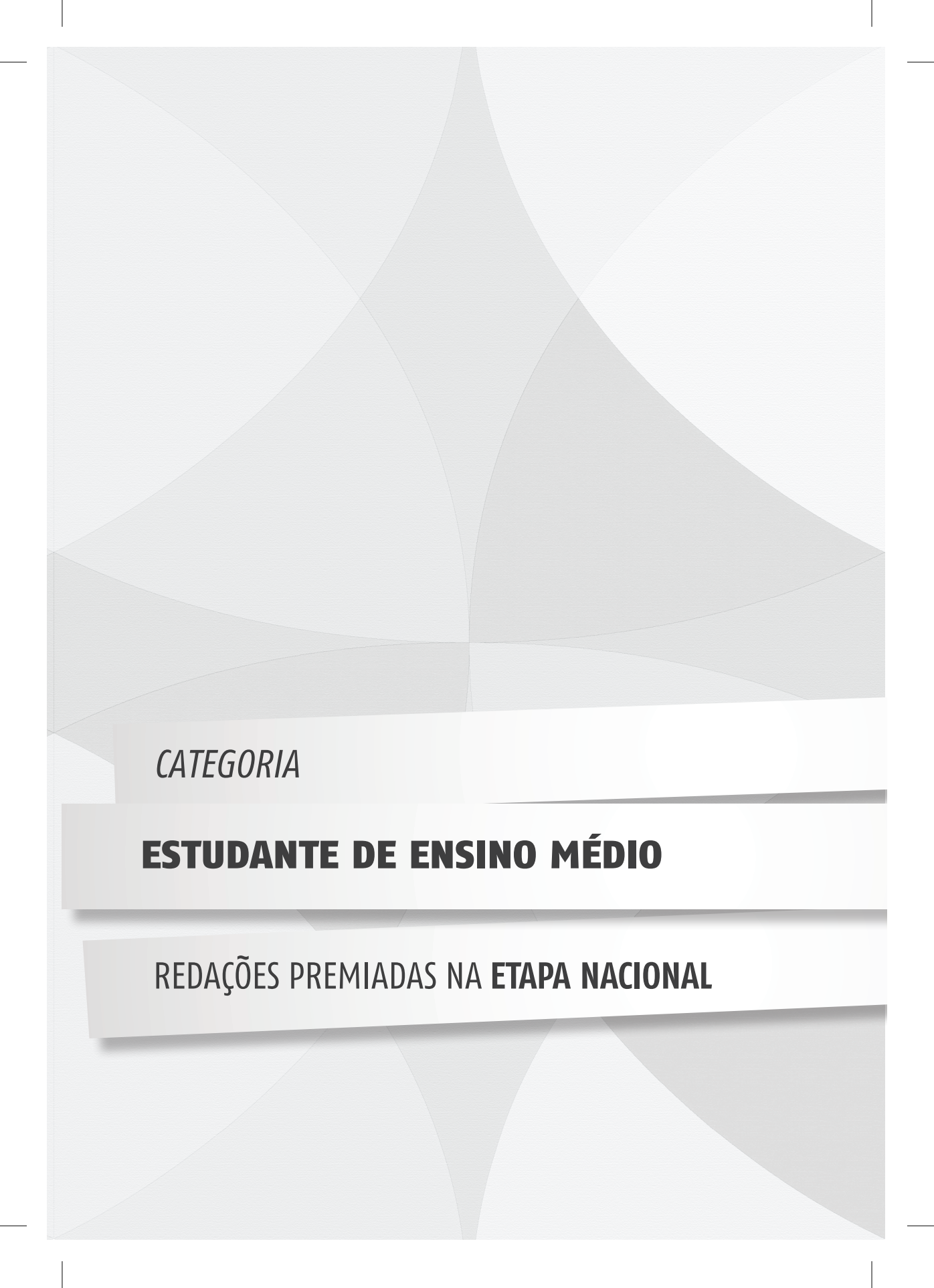
Etapa Nacional

UF	Nome da(o) agraciada(o)	Título da redação	Escola	Orientadora(or)
PA	Nayara Matos de Araújo	Araguaci – um coração indígena da Amazônia em um jaleco de “Homem Branco”	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Tucuruí	Miranilde Oliveira Neves
PB	Nadine Oliveira Cabral	Carta em Vermelho	Século Colégio e Curso	Arthur Gomes
SP	Nathalya Lomonaco Macchia	“Mas era só brincadeira” - um estudo de caso da violência contra a mulher	Colégio Santa Maria	Bernardo Fonseca Machado

Etapa da Unidade da Federação

UF	Nome da(o) agraciada(o)	Título da redação	Escola	Orientadora(or)
AL	Paula Lima dos Santos	Igualdade de gênero: um direito negado ao longo da história da humanidade	Escola Estadual Lucilo José Ribeiro	Cristóvão Pereira Lira
BA	Vitória Batista Calmon de Passos	Às vezes dói ser mulher	Centro Educacional Moranguinho	Maria Guimarães Alcântara
CE	Giovanna Carvalho Fernandes Figueirêdo	Rosa do Agreste	Escola de Ensino Infantil e Fundamental e Médio O Autêntico	Romão Alisson de Almeida Morais
DF	Mariah Sá Barreto Gama	A luta feminista e a busca pela igualdade de gênero	Colégio Militar de Brasília	Edgleuba de Carvalho Queiroz de Andrade
MA	Pedro Luan Alves Crispim Cirilo	Da mídia para as cabeças e vice-versa	Colégio Universitário – COLUN/Universidade Federal do Maranhão	Raquel Pires Costa
MG	Paula DeMaria Corrêa Rocha	A “Bela” Opressão	Colégio Sagrado Coração de Maria	Rosana Aparecida de Paula Firmiano
MT	Sabrina Bianca Marchetti	Gritos femininos abafados	Centro Educacional Piaget	Maria do Carmo M. M. de Souza
PE	Daniela Novaes Xavier Moraes	Diferente e igual é o que sou	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Floresta	Robson Arruda de Araújo
PI	Brenda Santiago Gomes da Silva	Por mim, por você e pelas mulheres	Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI	Valdenia Pinto Sampaio Araújo
PR	Ana Júlia Rocha Bauer	A mulher que eu conheci	Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas	Márcia Beraldo Lagos
RJ	Isadora Poeys da Fonseca	Flores para uma peregrina	Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças	-
RS	Amanda Ferreira Meurer	A redenção de Inês	Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Sapucaia do Sul	Graziela Rinaldi da Rosa
SC	Natan Schmitz Kremer	O crime do professor de Geografia	Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães	Margarete da Rosa Vieira
TO	Samilla Ellen Silva Sena	Encontrada a roupa para o domínio do mundo?	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins	





CATEGORIA

ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO

REDAÇÕES PREMIADAS NA ETAPA NACIONAL

PARÁ – TUCURUI

ARAGUACI – UM CORAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA EM UM JALECO DE “HOMEM BRANCO”

Nayara Matos de Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus TUCURUI

Professora Orientadora: Miranilde Oliveira Neves

O Sol se levanta todos os dias bem cedo, e, como em uma dança, sigo seus movimentos, me pondo de pé também. O som da natureza me chamando é o combustível que me impulsiona para viver. Aqui na aldeia, eu posso ser quem realmente sou: uma jovem indígena, Araguaci – um Pássaro Bonito.

Dentro da nossa aldeia, os Parakanãs, o meu povo, executam várias atividades, porém a que eu mais prezo é a hora de estudar, pois desde pequenos começamos a aprender não só o que a vida tem pra ensinar, mas também o que os livros e os professores têm a oferecer. Isso não acontece em todas as aldeias, que ainda não tiveram seus direitos atendidos, como determina a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional em seu art. 3º, quando ressalta a importância de serem edificadas escolas capazes de atender às necessidades das comunidades indígenas, valorizando o âmbito sociocultural desses povos.

Certo dia, depois de uma palestra sobre profissões, convenci-me de que iria cursar uma faculdade. Na verdade meu objetivo sempre foi fazer algo para ajudar meu povo, só não tinha descoberto como, e agora eu tinha certeza, eu iria ser médica. Imagine você... Uma menina, índia, no meio da Amazônia sonhando em ser médica. Por incrível que pareça, eu acreditava que poderia acontecer, mas bastou eu dar a notícia para minha família que o sonho logo se tornou um pesadelo.

Meu pai olhou no fundo dos meus olhos e exclamou: “ – Filha minha não vai seguir os passos de ‘homem branco’, de homem mau, porque, quando um de nós sai da aldeia, o coração é puro, tem boas intenções, mas quando volta já não se pensa no povo, se pensa no dinheiro!”. Com os olhos encharcados, eu ouvi cada palavra. Sabia que ele tinha razão, mas também sabia que eu era diferente e dentro de mim havia esperança que nem todo “homem branco” era mau.

Depois do episódio, fiquei ainda mais determinada, porém tinha que manter meu objetivo em sigilo. Dia após dia eu lia, calculava, escrevia, analisava e absorvia o máximo de conhecimento que os professores da aldeia repassavam para nós.

Estava chegando a hora, eu iria fazer o vestibular para medicina, mas, quando a notícia se espalhou na aldeia, aconteceu algo inesperado: o Cacique convocou uma reunião com minha família e com nossos líderes mais antigos. Eu tremi quando ouvi sobre a tal reunião, pois lá no fundo sabia que a minha história seria decidida ali, e realmente foi o que aconteceu.

Quando a reunião se deu por encerrada, saí correndo, chorando, sem rumo. Minha mãe ainda tentou amenizar a situação, me explicando sobre nossas tradições, mas naquele momento a palavra que melhor se encaixava era na verdade “maldições”. O que foi acordado naquela reunião é que uma índia não poderia ter uma profissão considerada por eles como sendo masculina. Foi então que percebi que não se tratava de ser algo de “homem branco”, se tratava de quem eu era – uma mulher.

Naquele ano, perdi o vestibular. Foi como ver meu sonho passar do outro lado do rio e eu não podia atravessar para encontrá-lo. Os tempos se passaram e, mesmo ainda estando triste, não conseguiram me convencer a desistir.

Dias depois, Pedro e Ester, meus professores, pediram para conversar com minha família, que felizmente atendeu a esse pedido. Foi uma longa conversa, da qual eu não participei, e por isso cada minuto que se passava me deixava mais apreensiva. Quando terminou, meu pai e meus mestres pediram para falar com o Cacique, e no outro dia isso aconteceu.

Foi uma batalha difícil, porém Ester e Pedro haviam conseguido de forma bem estratégica mostrar que ser médica não era algo apenas de “homens brancos”, ou simplesmente uma atividade masculina. O fato de se considerar que “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 1999, p.23) foi finalmente extirpado naquele dia.

Tudo ficou esclarecido e meus pais perceberam que ser médica não iria ferir nossas tradições, pois foi proposto que eu estudaria medicina e assim que me formasse voltaria para casa, a fim de cuidar dos meus irmãos Parakanãs.

Como eu havia perdido o vestibular daquele ano, teria que aguardar o próximo. Durante esse tempo estudava dia e noite, e, sempre que podiam, meus professores me davam aula extra. Os dias se passaram e logo os meses também, e eu continuava minha jornada sem fraquejar. Na minha terra eu sabia o valor de uma vitória, e era isso que eu desejava: vencer os obstáculos e ser um coração indígena em um jaleco branco.

Durante a preparação para o vestibular, recebi a notícia de que o governo tinha aberto cotas para indígenas, essa foi a porta de acesso para o meu sonho. Inscrevi-me e então fiquei revisando os conteúdos. Faltavam apenas alguns meses, e, quanto mais se aproximava, meu coração parecia dançar uma música agitada dentro de mim.

Fiz a prova, e, sinceramente, estava difícil. O medo de não passar me aterrorizou durante a espera do resultado. E se eu não passasse? Teria que me conformar com um sonho perdido? Várias especulações invadiram minha mente, mas ainda existia em mim algo chamado fé.

Quando o resultado saiu, a professora Ester veio até a aldeia divulgar a lista. Naquele momento eu estava ansiosa, mas ao mesmo tempo com medo. Então ela começou a ler a relação de aprovados, e o primeiro nome era o de uma jovem índia da Amazônia, que sonhava em ser médica. Não me controlei, gritei para a Terra e para os bichos ouvirem: “– Eu passei, passei!”. Nesse instante senti um turbilhão de emoções, algo realmente inexplicável.

Depois de uma longa despedida, parti rumo à cidade grande. A professora Ester cuidou de tudo para mim, conseguiu moradia, uma bolsa do governo e até me incluiu em um programa de “Aprendiz” da própria universidade. Além disso, era ela quem lia as cartas que eu escrevia para minha família e me mantinha a par de tudo que ocorria na aldeia, pois me visitava constantemente.

O meu primeiro dia na universidade foi assustador, devido a eu nunca ter entrado em contato com tanta gente diferente. Nesse mesmo dia conheci minha turma e parte dos professores. O tempo foi passando e eu estava empolgada com a medicina, entretanto, percebi que alguns alunos me evitavam e outros iam mais além, zombavam de mim. Eram poucos os que podiam ser chamados de amigos. Essa situação me deixou abatida, o que refletiu nas minhas notas do primeiro semestre. Tive receio de contar os fatos para a Ester, para que isso não chegasse à aldeia, então achei melhor manter o silêncio.

Meu silêncio teve um preço, pois a cada dia que se passava eu me sentia mais humilhada, contudo eu sabia que se contasse para minha família teria que abandonar o curso e voltar para casa, ou poderia até mesmo causar mais um conflito entre “índios” e “brancos”. A história atingiu um nível de gravidade maior quando descobri que alguns professores estavam tramando para me deixarem reprovada, e tudo porque para eles uma índia não era capaz de ser médica. Foi aí que senti na pele o preconceito.

Estava na hora de acabar com tudo aquilo, já havia aguentado o sofrimento por muito tempo, agora eu entendia por que no meu lar “homem branco” era sinônimo de “maldade”. Em contrapartida, uma filha de “homem branco” revelava-se cada vez mais valorosa, a professora Ester, em quem confiei para contar o que vinha ocorrendo. Ela guardou o segredo e não disse nada lá na aldeia, mas não se conformou com a injustiça, denunciou a discriminação que sofri e os culpados tiveram suas punições.

Os anos se passaram e eu já estava concluindo o curso, enfim, o tão almejado sonho se tornara real. Costumo dizer que o dia da minha formatura foi o dia mais feliz da minha vida. Lá estava eu, vestida numa beca, com um diploma nas mãos e com minha família e meus antigos professores ao meu lado. Assim que me formei, fui contratada pelo governo para trabalhar na minha própria aldeia e também atender às comunidades vizinhas. Então, voltei para casa e para minha surpresa fui recebida com festa.

E quem diria que aquela jovem índia parakanã poderia fazer a diferença? Posso dizer que fiz, superei o machismo, a pobreza e até mesmo a desigualdade étnica. Provei que as palavras de Madre Teresa em relação às mulheres eram verídicas: “Nós mesmos sentimos que o que estamos fazendo é apenas uma gota no oceano. Mas o oceano seria menor se faltasse essa gota”.

Ainda há muito que conquistar, ainda há numerosos obstáculos a serem superados, sei que devem existir várias “Araguacis” espalhadas pelo Brasil, e tudo que precisam é de oportunidade para mostrarem que “pássaro bonito” também sabe voar.

PARAÍBA – João Pessoa

CARTA EM VERMELHO

Nadine Oliveira Cabral

Século Colégio e Curso

Professor Orientador: Arthur Gomes

Deitada na cama, embalava-se com sonhos, que aparentavam infantilidade, os quais nunca havia se permitido ter. Olhava para o teto, nada via, o que não importava realmente, apenas relembrava tudo o que havia acontecido e, baseada nisso, planejava seus futuros dias. Sua cama era macia, com sedosos lençóis carmim, aparentando serem novos. Sua irmã, que antes desse dia só a tinha visitado duas vezes em dez anos, gentilmente a maquiara para essa ocasião especial. Ao olhar-se no espelho, constatou que estava belíssima, como as bonecas que dominaram as vitrines da sua infância, que ela tanto admirara, porém nunca tivera. Ainda aconselhou-a a descansar, e, pensou, deveria estar certa. Aquele tempo seria um pouco longo, talvez cansativo.

A roupa escolhida para a ocasião era branca, um vestido simples, também de cetim. Não usava sandálias, nunca gostara muito delas, e agora não eram necessárias, não enquanto estivesse deitada. Lembrava-se de sua mãe (dentre todos da família, ela sempre fora mais próxima), que outrora reclamara sobre o quanto se esquecia da manutenção da aparência, porém a verdade é que nunca ligara muito para isso, o que só piorou depois de entrar para a polícia.

Acontece que Ágata sempre foi curiosa, o que foi motivo para muitos dos castigos que sofrera por parte do pai. Tal curiosidade levou-a ao Departamento de Investigação de Homicídios, uma subdivisão policial que contava com pouquíssimas mulheres. Depois de algum tempo, sua razão e o dom de resolver casos observando provas chamaram a atenção do Supervisor Geral do lugar, que a promoveu a Chefe do Departamento. Não foi à toa a repercussão que a decisão provocou; nunca antes uma mulher tinha ocupado um cargo tão alto lá.

No campo militar, a coragem é altamente valorizada, virtude que, se relacionada às armas, segundo os homens, muitas damas não têm. Talvez a força física também fosse importante, mas, como ela sempre se perguntava, de que isso adiantaria sem um bom

cérebro para raciocinar? O que, comprovadamente, nunca faltou a elas, Marie Curie e seu *Nobel* são provas (mortas, infelizmente) disso. Com alguns meses de trabalho, os comentários cessaram. Ela provou, repetidas vezes, que era merecedora do cargo e que sua competência era inquestionável, até que cometeu um mísero equívoco.

Em um caso, as digitais foram cruzadas erradamente no sistema, e o réu, vítima de sua acusação, foi preso inocentemente. A descoberta da situação foi seguida pela reclamação do Estado, que, obviamente, fez pesar a responsabilidade sobre seus ombros. Juízes, promotores, supervisores, todos a julgaram incompetente; não aceitaram suas desculpas ou sequer ouviram a explicação sobre o defeito que afetara o sistema. Engraçado, quando perguntara a Heitor, seu assistente do escritório, se aquilo ocorrera com algum chefe antes, ele respondeu: “É claro, com o último aconteceu umas dez vezes, mas nem reclamaram”.

Com aquela resposta, notou a repetição do velho machismo que começara a enfrentar desde a sua formação na Academia de Polícia. A falta de confiança dos policiais em mulheres é notável; jamais deixariam suas vidas nas mãos de uma policial. Mas, para a felicidade de Ágata, Heitor provou-se diferente. Ele lhe creditava confiança inabalável, e ainda era eficiente e atencioso, virtudes que logo chamaram-lhe a atenção. Entre saídas para tomar um café, nos intervalos do expediente e jantares, um sentimento mais forte que amizade instalou-se entre os dois. Sete meses depois estavam morando juntos e nunca misturavam trabalho e vida pessoal.

Apesar da proximidade que tinham, os textos dele eram como segredos exclusivos, até mesmo para ela. Dizia-lhe que eram apenas seus pensamentos ruins passando para o papel. “O velho ditado já diz: de médico e louco todo mundo tem um pouco. Eu só estou passando um pouco do louco para o papel, amor”, e ela se conformava com a explicação. Após o caso das digitais, ainda aconteceram outros, mas o apoio de Heitor restaurava-lhe a força para ultrapassar aquelas barreiras. Enquanto a crise passava e a confiança com seus patrões era restaurada, no trabalho não lhe faltavam críticas.

“Por que obedecer a uma mulher que nem tem os meus vinte anos de carreira aqui?” ; “Essa aí não vai durar aqui, só faz besteira, nem sabe acusar alguém direito!”. Aqueles comentários a aborreciam, ela sabia pensar tão bem quanto qualquer homem. Anos de carreira não significam experiência, apenas marcam a persistência em exercer sempre as mesmas funções, sem importar-se com melhoras. Caso contrário, estaria em

um cargo acima daquele, que, naquelas circunstâncias, era dela e que, equivocadamente, era reivindicado por tantos deles. Notara agora que se esquecera do conselho da sua irmã, aquele referente a descansar, mas não acreditava que isso incluísse sua mente, então seguiu com seu intenso fluxo de memórias.

Na noite do dia 13 daquele mês, Heitor saía mais cedo do trabalho — seu expediente, às vezes, era mais curto que o dela. Ágata voltou para casa. Ao entrar, estranhou a escuridão, normalmente as luzes estariam acesas por causa dele. Ligou-as e logo viu o recado que se encontrava sobre a mesa de centro. Lia-se o seguinte: “Amor, sei que sempre quiseste saber o que minhas cartas continham, te dou agora a oportunidade de sabê-lo. Encontre-me na nossa praia, aquela do primeiro beijo. Te esperarei enquanto vejo essa lua cheia que tanto me lembra você”.

Ela rumou para o local marcado. Quando chegou, viu que a saudava com o sorriso que sempre a transformava de Chefe do Departamento para uma adolescente apaixonada. Ele não tinha o rosto muito marcado pelo tempo, como era de se esperar, na verdade era lindo. Seus olhos o eram ainda mais, coloridos por um tom de verde, a cor preferida dela. Não falou nada, apenas entregou-lhe uma carta, que leu com concentração e curiosidade tão grandes que foi capaz de esquecer-se do mundo ao redor. Estava escrito o que se segue.

“Querida Ágata,

Sua doçura e encantamento sempre me intrigaram. O que uma pessoa como aquela poderia querer num lugar como a polícia? Sua capacidade de raciocínio e a forma como encontra culpados são incríveis, confesso que demorei muito tempo para entender os métodos que usava, mas creio que agora os domino tão bem quanto você. Obrigada por ensinar-me com tal excelência, mesmo que nunca note. Quando ultrapassei os limites do profissionalismo com você, não tinha ideia do que estava fazendo, mas sabia que havia um plano traçado para minha vida, e que você faria parte dele. Não me arrependo disso, nem por um momento, não tenho do que reclamar sobre ti, tens seguido os passos que tão cuidadosamente planejei. Espero que entenda o que farei agora. Veja, sempre fui altamente ambicioso, tudo o que almejo consigo, eu quis você e olhe no que deu. Sempre quis seu cargo e o terei. Conheço seus métodos, portanto nada me impede. Desculpe, a loucura da minha ambição consumiu o que me restava de sanidade. “De médico e louco todo mundo tem um pouco”, lembra? Novamente, me desculpe, amor, mas agora só me resta o louco.”

Ela levantou o rosto. O cano da arma apontava para seu coração, aquele que antes disparava ao vê-lo, mas que naquele momento parara com o medo, temor que só piorou ao notar que os lindos olhos verdes pareciam cruéis agora. Não possuía a própria arma consigo naquele momento para lhe dar coragem.

— Sinto muito, amor. Você é, ou melhor, era uma parte da minha vida; um pedaço necessário, porém eliminável. — sua voz não possuía a doçura anterior. Era cruel e fria.

— Nunca duvidei da sua capacidade como policial, mas quanto à chefia, sejamos sinceros, um homem é sempre mais adequado que uma mulher para comandar. Não quero que isso se inverta como acontece ultimamente, não no meu trabalho. Eu serei melhor chefe, inclusive graças a você e a seus ensinamentos, assim como dizia na carta.

— Você não faria... — ela começou a dizer, mas foi interrompida.

A arma disparou. O sangue que manchara as roupas era tão carmim quanto o cetim da cama.

— Eu já fiz.

Foram as últimas palavras que ouviu. “É, machismo mata mesmo”, ela pensou debilmente, pois aquela era uma frase que lera diversas vezes e que estampava o muro da casa vizinha à que antes fora sua. Lembrava-se dos dados que lera durante uma pesquisa sobre assassinato de mulheres, tão altos no Brasil. Agora seria mais um número, apenas para chocar as pessoas. Faria parte de mais um milhar de casos de assassinatos, que, nem mesmo as leis julgadas mais severas foram capazes de mudar.

Sua cama carmim fechava-se agora. Daqui a pouco estaria abaixo das injustiças, leis e da própria terra. O seu tempo acabara, mas ao menos provara que era capaz, superior a críticas e preconceitos seculares, assim como sabia que tantas outras mulheres fariam. Sem perder a feminilidade, provariam que o ‘punho forte’ não é privilégio masculino. Nada do que Ágata fez foi em vão, não será esquecido. Mas tudo ficava escuro agora. Ela seguiria o conselho da irmã. Um descanso para sempre. Sem o feliz, mas, ainda assim, eterno.

SÃO PAULO – São Paulo

“MAS ERA SÓ BRINCADEIRA” – UM ESTUDO DE CASO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nathalya Lomonaco Macchia

Colégio Santa Maria

Professor Orientador: Bernardo Fonseca Machado

No estudo de meio proposto pela escola, Roberta, estudante de 13 anos, estava usando uma regata, com a camiseta da escola por cima e um casaco. Após passar o dia inteiro com o moletom embaixo do sol, ela decidiu trocar a camiseta por outra limpa. Como estava com a regata, não achou que seria necessário ir até o banheiro do ônibus apenas trocar de blusa. Roberta conversava com dois garotos, seus colegas de sala. Nesse momento, o motorista pediu para o professor responsável ir até a cabine para resolver a parada no trajeto, ou algo assim. Então, os dois garotos com os quais Roberta conversava chamaram outros colegas gritando: “NOSSA, VEM AQUI VER”. Os quatro meninos, juntos, encurralaram-na na parede e tentaram segurar seus seios, tentando tirar sua blusa e o sutiã. Roberta resistiu, pedindo para que eles parassem e, após algum tempo, assim o fizeram. Durante um período, ela ficou muda, sem conseguir entender o que havia acabado de acontecer. Quando se deu conta, começou a chorar e foi acolhida por uma amiga no banheiro. Tudo aconteceu muito rápido e o episódio já havia terminado quando o professor chegou, perguntou o que havia acontecido e, indignado, ligou imediatamente para o orientador responsável.

Esse incidente, verídico, que chamarei de primeira violência, ocorreu no ônibus, voltando de um estudo no interior de São Paulo planejado por um colégio privado na Zona Sul da capital paulista. Além de se tratar de um episódio extremamente violento, o que aconteceu nas semanas seguintes, já na escola, serviu como exemplo para todos que acompanharam como a violência contra a mulher (neste caso, uma pré-adolescente) é tratada como algo rotineiro, sem importância e até mesmo inevitável. Ficará mais claro.

Chegando em casa após o incidente, foi direto para seu quarto, passando sem falar com a família. Sua mãe, Patrícia, percebeu que algo estava errado e, ao entrar no quarto, viu que ela chorava. Após muita insistência, Roberta contou o ocorrido, ainda

se sentindo muito constrangida. Como o professor responsável já havia se prontificado a falar com o coordenador, Patrícia esperou 24 horas por uma resposta do colégio. Como não houve, ligou e foi atendida pela auxiliar de ensino Carla, que informou que todos estavam abismados com o ocorrido e que providências já haviam sido tomadas (nesse momento, informaram que os alunos envolvidos haviam recebido suspensão de um dia). Ainda assim, Patrícia insistiu e pediu que o coordenador Felipe a recebesse. Foi marcada uma reunião que aconteceria em três dias. Felipe começou por reiterar que as providências já haviam sido tomadas e que as famílias dos alunos haviam sido chamadas. Patrícia se declarou chocada com o ocorrido, principalmente por ter acontecido em ambiente escolar. O coordenador disse que usaria o evento para montar um trabalho com os professores da série com o objetivo de conscientizar os alunos de quão inadmissível havia sido tal comportamento e que daria um retorno. A reunião foi encerrada e Patrícia ficou satisfeita.

No dia seguinte, Roberta foi chamada sozinha na sala do coordenador. Este disse à menina que tudo não passava de brincadeira. Continuou, explicando que esse tipo de comportamento era absolutamente normal nessa idade (13-14 anos) e que, se fosse para ele tomar conta de todos esses casos, ficaria sobrecarregado. Contradizia, portanto, tudo o que havia falado para a mãe da aluna e naturalizava por completo o ato de violência que aconteceu. Aqui faço uma pausa, é importante que lembremos: com esse tipo de discurso, não conseguimos provocar reflexão e uma consequente mudança. Aqui temos a segunda violência: Felipe opta por tentar “abafar o caso” e, pior que isso, reduzir o fato a algo comum e natural.

Desde que tudo havia começado, Roberta não se sentia mais confortável em estar na mesma classe que os garotos e dizia que, ao ouvir suas vozes, sentia vontade de chorar. Não usava mais shorts como antes e vestia sempre o casaco – ignorando as altas temperaturas. Passava noites em claro, apagando quaisquer sinais que houvesse nas redes sociais que indicassem a amizade que um dia teve com os envolvidos, demonstrando quão traumática uma experiência como essa pode ser. A mãe chegou à conclusão então que seria muito melhor para Roberta mudar de sala e interromper o convívio com os garotos.

Mais uma reunião foi marcada. Felipe então informou que o colégio não costuma mudar os alunos de classe a não ser que se trate de uma ocorrência grave envolvendo

violência. A mãe da aluna reagiu: não admitiria que o acontecido fosse tratado de maneira leviana, sem considerar o fato como um ato de violência física e moral. Mesmo reafirmando que seria quase impossível, Felipe afirmou que marcaria uma reunião com a diretora do colégio, mas que, para isso, teria que pensar em uma “desculpa melhor, plausível e pedagógica”, pois aquela não era suficiente. Terceira violência: mais uma vez, a agressão contra a mulher é naturalizada e dada como algo comum, que não serve de justificativa para “grandes mudanças”.

Roberta foi chamada na sala do coordenador na semana seguinte – sem sua mãe coagindo a aluna e usando sua posição para tal. O homem lhe disse que aquela experiência deveria servir para fortalecê-la, ele não contaria nada para a diretora da escola e assim o caso seria esquecido. Quarta violência: Felipe não só volta a naturalizar todo o ato de agressão sofrido, mas evidencia que não comunicou à direção, como havia indicado para a mãe de Roberta, e, por último, indica que a menina deveria se sentir aliviada por ele “esconder” o caso, evitando que ela fosse exposta. O discurso oculto é: ela deveria se sentir envergonhada e não os agressores.

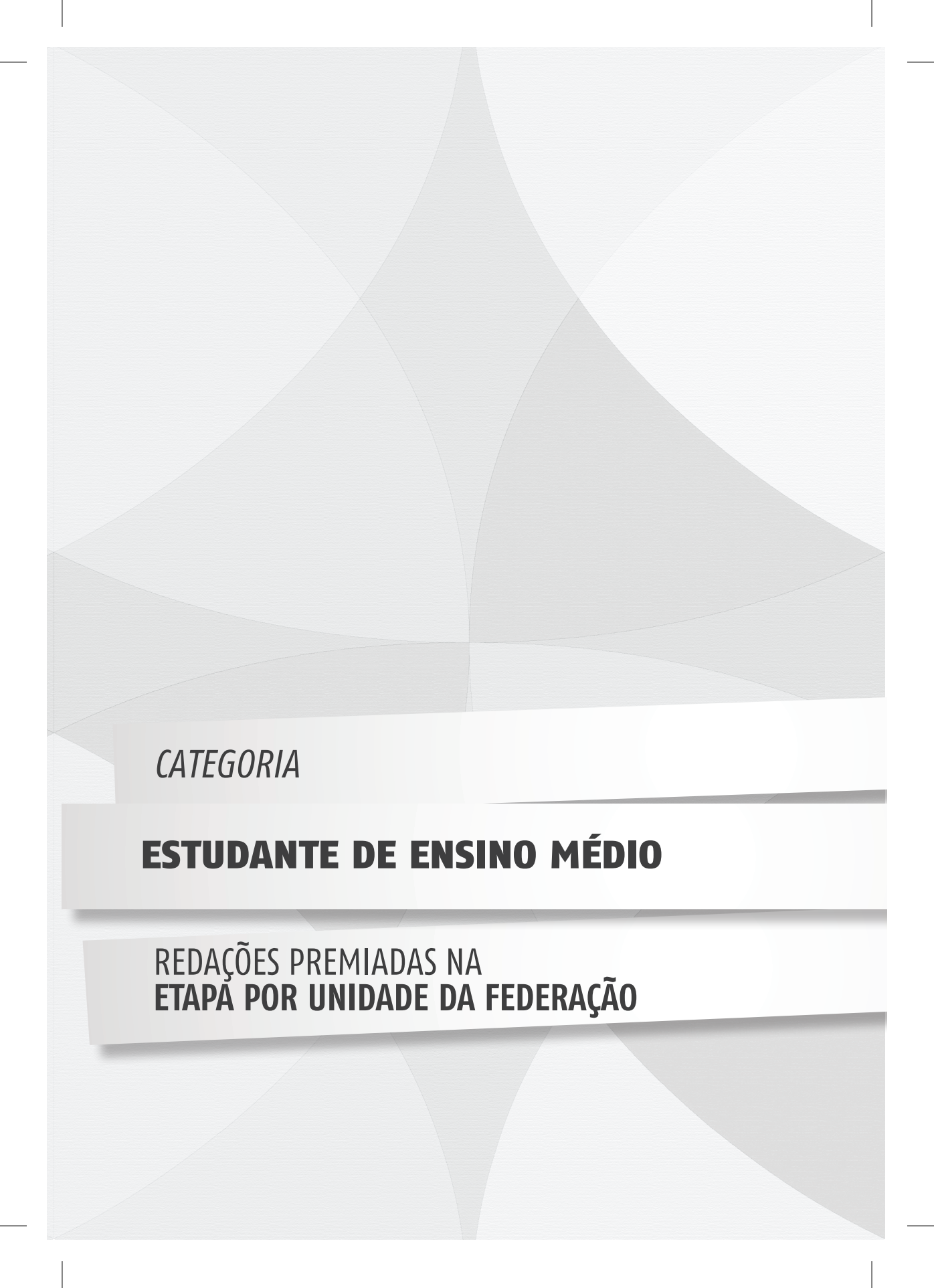
Houve outras discussões e reuniões até que Roberta foi mudada de sala. Felipe usou o critério de que ela deveria ir para uma “sala mais imatura”, fazendo uma aproximação entre maturidade e respeito à mulher: como se fosse normal que a partir de certa idade os homens desenvolvessem sua sexualidade, tornando-se incapazes de controlar seus desejos. Em uma sala com meninos mais imaturos (portanto, “não sexualizados”) ela estaria mais protegida. Ainda assim, o coordenador fez questão de reafirmar que Roberta estava desperdiçando uma oportunidade excelente de aprendizagem: não aprendeu a lidar com “o probleminha” e, por isso, não cresceria.

Após esses episódios relatados de violência não só física, mas moral, através do descaso e banalização dessa moral, podemos constatar algumas coisas. Primeiramente, quão traumática essa experiência pode ser. A agressão, que começa no assédio e chega até níveis exorbitantes como o estupro ou espancamento, é extremamente nociva para a vítima. Em segundo lugar, percebemos como mais uma vez a mulher é rebaixada: um ato como esse é tratado como banal (“tenho vários casos desses e não posso cuidar de todos”, como disse Felipe); a vítima é colocada como culpada pelo que lhe aconteceu (“mas você tem certeza de que eles não queriam só brincar?”, como se houvesse qualquer diversão para alguém que tem seu corpo invadido). Além disso, percebemos que, mesmo em um

colégio de alto padrão, onde as pessoas têm um elevado nível de instrução, a mulher continua por ser rebaixada e culpada por o que quer que lhe aconteça. A violência de gênero não faz distinção etária ou de classe.

Tive acesso a todos os detalhes sobre esse acontecimento porque Roberta, a garota que passou por tudo isso com apenas 13 anos de idade, é minha irmã mais nova. Assim, acompanhei esse processo por inteiro: observei o orientador tentando das mais diversas formas descaracterizar o que havia acontecido como agressão (dizendo que se tratava de brincadeira ou de um “momento de aprendizagem”) e vi a minha irmã em casa aceitando essa culpa, se martirizando pelo que ocorreu. Nunca antes tive uma visão tão clara da imensa necessidade de movimentos feministas. É comum que, em outros casos, geralmente distantes, sempre se busquem justificativas para a agressão, geralmente atribuindo a responsabilidade à mulher: a roupa da vítima, o horário e o local onde tudo o ocorreu. Esse tipo de atitude, em última instância, acaba por acalmar outras mulheres que poderiam estar na mesma situação, dando uma falsa sensação de controle. Por exemplo: *ela* só foi estuprada porque estava bêbada – *Eu*, que não bebo, não corro esse risco; *ela* só foi agredida porque estava vestida de modo inapropriado – *Eu*, que me visto “normal”, estou tranquila. A violência de gênero não possui esse tipo de controle: é algo que está perto, não necessariamente em atitudes físicas, mas em frases, comentários, toques. Nesse sentido, eu, ao presenciar a violência sendo cometida tão perto, com minha irmã, não pude me calar. A responsabilidade é minha, e nossa, para encerrar e desnaturalizar todas essas formas de violência.





CATEGORIA

ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO

**REDAÇÕES PREMIADAS NA
ETAPA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO**

ALAGOAS – São José da Tapera

IGUALDADE DE GÊNERO: UM DIREITO NEGADO AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Paula Lima dos Santos

Escola Estadual Lucilo José Ribeiro

Professor Orientador: Cristóvão Pereira Lira

Ao longo da história humana sempre se conviveu com o homem ocupando os primeiros lugares, em detrimento das mulheres que de forma singela pouco protagonizavam algum papel social. Os tempos foram mudando, as dificuldades continuavam a querer barrar a atuação feminina de forma reconhecida, até chegar um dado momento em que o processo foi inevitável e finalmente se pôde reconhecer publicamente as qualidades e potencialidades femininas que em muitos acontecimentos históricos serviram para enriquecer a atuação de muitos chefes de família. O contexto social e político no século 21 se configura diferente do que foram os demais séculos passados, no entanto se faz necessário ainda discutir o espaço da mulher na sociedade e se de fato existe uma igualdade entre homens e mulheres no campo prático das profissões, da família, nos ambientes e na sociedade.

Não é preciso fazer uma viagem ao século 15 ou 16 para poder conhecer a desigualdade entre os gêneros e para perceber que ideologicamente foram estabelecidos os limites para a vida das mulheres. Palavra esta, mulher, que culturalmente se transformou em sinônimo de fragilidade e dependência ao sexo oposto que protagonizava os melhores papéis no âmbito social. As lutas foram constantes e passo a passo as mulheres foram se impondo até provocar o surgimento de diferentes visões quanto ao espaço e aos limites antes impostos às ações femininas.

Com as discussões sobre a desigualdade gritante que se apresentava entre os gêneros até o século 18, quando o assunto era um tabu, vieram diferentes atores sociais que, buscando a igualdade entre os gêneros, se transformaram em verdadeiros mártires. Basta lembrar as mulheres que morreram queimadas no histórico 8 de março, nos Estados Unidos, e tantos outros personagens, inclusive homens, como o próprio Martin Luther King, que lutou também em defesa da mulher negra, que além do preconceito com o sexo sofria também a dor do racismo.

Esses fatos citados servem para mostrar que a desigualdade entre os gêneros se nutre a partir de outros fatores, como o racismo, a violência contra as mulheres, a desigualdade entre as classes e tantos outros problemas de ordem social e política que provocam questionamentos quanto à igualdade de gêneros que parece estar maquiada, socialmente falando, com alguns casos que parecem ser muitos, quando na verdade são poucos se considerarmos o quantitativo de mulheres que estão à mercê de uma oportunidade para mostrar as suas competências ou mesmo daquelas que se encontram marginalizadas e dão continuidade ao ciclo vicioso de se limitar a servir de objeto, servindo apenas para as atividades domésticas.

O fato de países como o Brasil, a Argentina e mesmo a Inglaterra terem mulheres como chefes de Estado não significa dizer que essas nações já oportunizaram a igualdade entre os gêneros, pois, se o Brasil atualmente é tão mencionado por ter a presidente Dilma Rousseff ocupando o cargo mais alto no país, deveria, antes de expor esse acontecimento como símbolo da igualdade entre os sexos, analisar quantos anos foram precisos na história política do país para que uma mulher chegasse à presidência, ou mesmo as várias tentativas ocorridas para barrar o nome da Dilma na chapa que concorreria à eleição.

Pensando no campo profissional, é possível enxergar a presença feminina em diferentes campos antes destinados somente aos homens. Esse fato serve para a construção do entendimento de que se começa a construir a igualdade. No entanto, o significado da palavra igualdade guarda um teor de aprofundamento bem maior do que a forma como atualmente é abordada. O fato de a sociedade vivenciar e, em muitos casos, incentivar a presença das mulheres em muitas profissões e setores não significa dizer que ali se enxerga na sua essência a igualdade.

Basta que se pense no valor dos salários que são pagos. Quantas vezes não foi detectado que mulheres faziam as mesmas atividades e recebiam menos que os homens? Isso se deve a quê? Não basta seguirmos o caminho da superficialidade, é preciso perceber que neste contexto atual, em que tudo é muito dinâmico, as palavras estão tendo seus significados propositalmente modificados, a fim do contentamento com o que aparentam ser.

Ter a discussão de igualdade entre os gêneros sendo fomentada se faz importante para que a luta continue e jamais venha a acabar. A sociedade não está precisando de rivalidade entre os sexos, e sim de oportunidades iguais para ambos os sexos. Pensar em oportunidades iguais é pensar num país que nasceu das diferenças e que deve aprender a

respeitá-las criando condições para que todos os cidadãos e cidadãs possam juntos construir um país melhor e mais justo.

No entanto, só vai ser possível construir a igualdade entre os gêneros quando houver o entendimento coletivo de que é preciso que desde pequenas as crianças e suas brincadeiras não sejam rotuladas, como isso é coisa de menino, enquanto aquilo é para menina. Se não, de nada valerá debater a igualdade entre os gêneros, quando as crianças já nascem para serem rivais ao sexo oposto, ou, em algumas realidades, um sexo manda e o outro obedece.

Não dá para ignorar quantas conquistas se consolidaram ao longo de alguns séculos, quantas mulheres se afirmaram enquanto sexo forte tão quanto os homens. E essa afirmação não diminuiu o espaço masculino. Pelo contrário, proporcionou um diálogo permanente entre ambos os gêneros na construção de uma humanidade mais fraterna. Homens e mulheres devem viver para igualdade e na igualdade. Devem objetivar juntos um mundo melhor e acima de tudo devem viver com sabedoria a diferença que os une.

É preciso que os debates e discussões continuem a existir e que dessa forma possam atingir cada vez mais a sociedade brasileira, para que desse modo o país possa oportunizar e oferecer mecanismos que coloquem seu povo no nível de compreensão de mundo elevado e como prêmio possa ganhar o discernimento de viver a igualdade na sua essência. Quando todos têm oportunidade, não existe possibilidade do desenvolvimento inexistir.

BAHIA – Rio Real

ÀS VEZES DÓI SER MULHER

Vitória Batista Calmon de Passos

Centro Educacional Moranguinho

Professora Orientadora: Maria Guimarães Alcântara

Sempre sonhei com um final feliz para minha vida. Agora, porém, em meus últimos momentos, como sempre vi nos filmes, começam a passar imagens na minha cabeça sobre tudo o que vivi. E o que mais dói é o fato de que não há quase nenhuma lembrança boa a ser recordada.

Minha mãe se chamava Fernanda, mas ela morreu no meu parto. Eu acreditava que tinha sido melhor assim, pois achava que ela não gostaria de criar uma filha “do meu tipo”. Até meu pai sempre me dizia que fui a pior coisa que aconteceu na vida dele. E até hoje não consigo entender por que ele não me largou em algum orfanato.

Tenho um irmão, seu nome é Fábio. Papai o idolatra. Desde que eu era criança, o ouvia falar sobre como tinha orgulho de ser homem e de ter um “filho homem”. Ele dizia que Fábio era seu “garoto de ouro” e eu, sua vergonha. Essas coisas sempre me faziam desejar ter nascido menino.

Em casa, ouvia todos os dias que mulher não tinha direito de pensar, isso era “coisa para homem fazer”. “Mulher tinha mais é que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque”. Jamais compreendi tais coisas, mas, segundo papai e Fábio, as mulheres só serviam para “fazer filhos e cuidar da comida e da casa”.

Eu só pude ir à escola porque Raquel, a assistente social da minha cidade, obrigou meu pai a me permitir. Ela era linda, inteligente e educada, exatamente o contrário do que eu sabia sobre uma mulher. E no meu íntimo, queria, com todas as forças do meu ser, me tornar alguém como ela no futuro, apesar de saber que isso jamais aconteceria.

A escola passou a ser meu refúgio. Lá estava livre de toda a dor que meu pai e meu irmão me causavam. Assim que aprendi a ler, virei uma verdadeira “devoradora de livros”. Sempre que podia, pegava um emprestado na biblioteca. E em casa, depois que eu

terminava todas as minhas “obrigações”, escondida de papai, começava a ler, me “transportava” para os mais diversos lugares e “vivía” as mais incríveis aventuras.

Certa vez, li um livro de que não recordo o título, mas que, entretanto, me marcou profundamente. Era a história de um garoto que perdeu os pais ainda bebê, mas ele não sabia o porquê de ser órfão. Até que descobriu que seus pais haviam morrido para salvá-lo de um assassino. Ao ler aquilo, o invejei com todo meu coração. Por diversos motivos. Mas, principalmente, por ser menino e porque ele, apesar de órfão, tinha algo que eu nunca tive ou teria: amor.

Às vezes meu pai me deixava sair no sábado. E em um desses dias abençoados fui até o parque da cidade. Sentei-me num banco e fiquei observando todas as famílias felizes que ali estavam. O que mais me chamou a atenção foi uma menina aparentemente da minha idade (10 anos). Ela tinha duas bonecas em suas mãos e divertia-se bastante com elas. Enquanto isso, eu imaginava como seria bom me divertir daquele jeito também.

Em determinado momento, a menina fitou-me com o olhar e assim ficamos nos observando por alguns minutos. De repente, ela caminhou em minha direção e fiquei com muito medo de que ela me repreendesse por olhá-la, mas o que aconteceu me surpreendeu. Ela chegou, sentou-se ao meu lado, não disse nada e me deu uma de suas bonecas. Fiquei sem reação. Eu não sabia o que pensar. A bondade, a solidariedade e o carinho eram sentimentos que eu desconhecia. Nesse momento, não me contive e chorei; chorei tudo o que jamais chorara antes.

Naquele simples gesto de uma menina que eu nunca tinha visto, recebi muito mais amor do que em toda a minha vida com meu pai e meu irmão. Agradei a Laura, esse era o seu nome, e nesse momento nós duas estávamos com lágrimas nos olhos. Então, fui embora imensamente feliz com o presente que ganhara.

Ao chegar em casa, como já deveria esperar, acabou toda minha alegria. Quando entrei, Fábio viu o brinquedo, arrancou-o de mim e entregou a papai dizendo que eu havia roubado. Eu neguei, contei o que tinha acontecido, mas não adiantou. Meu pai me chamou de ladra e completou dizendo que eu não deveria perder tempo com bonecas. Dessa forma, em minha frente, quebrou a boneca que eu acabara de ganhar.

Dirigi-me até meu quarto e lá chorei novamente. Dessa vez, porém, de dor e principalmente por um sentimento que eu nunca tinha sentido por minha família: ódio.

Assim permaneci até dormir. E desde o acontecido, muito tempo se passou. Mas apesar de tudo que sofria, continuei convivendo com essa realidade sem questionar nada, e ainda assim amava muito meu pai e meu irmão.

Com 15 anos, ingressei no Ensino Médio. Foi a partir daí que comecei a mudar. Surgiram novos professores e por causa de três professoras que tive - mulheres brilhantes por sinal – eu conheci a história de luta da classe feminina por cidadania e respeito ao longo de todas as civilizações. Deparei-me com o movimento feminista e compreendi que não podia aceitar mais as humilhações de papai e de Fábio. Com isso, refleti sobre minha existência e percebi que as mulheres não eram seres inferiores e eu era capaz de realizar tudo que eu desejasse. Além disso, que neste século, elas, enfim tinham conquistado sua autonomia e comigo não deveria ser diferente.

Decidi que minha vida iria melhorar. Aprofundei-me mais no feminismo. Estava decidida a conhecer e me espelhar entre as incríveis mulheres nele presentes. E os livros que passei a devorar sempre tinham alguma relação com esse tema. E então aconteceu aquilo...

Meu pai trabalhava muito e quando chegava sempre estava bastante cansado e com fome, e era meu dever segundo ele preparar sua comida. Por causa disso, levei a maior surra da minha vida e a que ocasionou o meu fim.

Ao chegar do colégio, diferentemente dos outros dias, aproveitei que não havia ninguém em casa e resolvi ler antes de preparar o jantar. Estava fascinada por minhas descobertas sobre a imensa capacidade do universo feminino e em meio às páginas da nova história perdi a noção do tempo. Não preparei nada e papai chegou quando estava finalizando mais um capítulo deitada no chão da sala.

Quando abriu a porta e se deparou com tal cena, meu pai ficou enfurecido. Como eu, uma “mulherzinha”, poderia me achar no direito de ler alguma coisa? Ao ver o rosto dele, senti tanto medo que podia ouvir meu coração saltar no peito pedindo socorro. E mais uma vez, depois de rasgar o livro que eu estava lendo, ele não me deixou esquecer que eu era “um inseto repugnante, que ele poderia esmagar a qualquer momento”.

Até esse instante, ainda não havia apanhado de fato. Papai apenas me disse tais palavras dolorosas e foi em busca do jantar na cozinha. Foi nesse momento que percebi que não havia nada pronto para ele comer e senti que mais uma vez ele iria me bater. E foi exatamente assim. Quando meu pai se deparou com a cozinha sem a sua refeição, seu ódio só aumentou e ele veio até mim como nunca.

Nos segundos que tive entre a aproximação dele e a minha surra, fechei os olhos, implorei a Deus que papai não me matasse e disse ao meu amado algoz que aquilo era apenas um deslize e que ele não poderia me bater por tal motivo. Isso foi o que faltava para vir o primeiro chute. Seguido de muitos outros, além de socos e tapas. Após muitos deles, desmaiei. Eu desmaiei de tanto apanhar por não cumprir a minha “obrigação de mulher”.

Quando acordei ainda estava no chão, no mesmo lugar onde apanhei. Meu corpo doía como nunca e eu não conseguia me mover. Dessa maneira, permaneci ali, rogando a Deus para me ajudar a levantar, pois meu pai e Fábio, esses eu tinha certeza que não o fariam.

Comecei a pensar no trecho de uma música da banda Rosa de Saron. Ele refletia os meus pensamentos naquele instante: “Nada pode ser melhor do que a verdade e o que existe nela, mas é preciso resistir à dor que vem com ela”. A verdade já era conhecida por mim, mas infelizmente tinha sido tarde demais porque era minha hora de partir. E assim eu morri.

Em vida nunca entendi por que meu pai me odiava tanto, mas acho que ele deveria ter razões que justificassem isso. Eu o perdoei por tudo, pois o meu amor por ele e por meu irmão foi maior que qualquer outra coisa.

Foi devido ao que aconteceu comigo que pude observar todos os crimes cometidos impiedosamente contra a classe feminina. Massacres, assassinatos, estupro, surras. E tudo isso, infelizmente, é real até hoje na vida de muitas mulheres.

Não sei se isso acontecerá de fato, mas espero profundamente que minha morte não tenha sido em vão. Eu desejo que alguém faça algo para modificar essa realidade que não pertence apenas a mim. Diversas meninas, não só nesse país, mas em todos os outros, são subjugadas, humilhadas e violentadas com uma frequência absurda. A partir disso, é mais do que necessário uma mobilização para salvar essas crianças de um fim como o meu.

Portanto, só me resta dizer que me orgulho profundamente de ter nascido MULHER e pedir: “Senhor, livra-as de todo o mal, Amém”.

CEARÁ – Juazeiro do Norte

ROSA DO AGRESTE

Giovanna Carvalho Fernandes Figueirêdo

Escola de Ensino Infantil e Fundamental O Autêntico

Professor Orientador: Romão Alisson de Almeida Moraes

Era um fim de mundo. Nada associado a apocalipses pré-determinados ou não, mas era um final de mundo, como um quintal velho e maltratado. Entretanto, era o seu fim de mundo, seu rancho, seu lar. Era o cantar do velho galo que a despertava todos os dias às cinco horas da manhã. Não reclamava; nunca o fez. Era seu hábito, sua vida, parecia estar sempre disposta para mais uma batalha – com todo o sentido do vocábulo –, e realmente estava.

Os pés rachados pisavam o chão árido e seco da caatinga, cujo clima escasso de chuvas a obrigava a colocar um balde na cabeça e, segurando outro na destra, ia ao poço em busca de água. A mão esquerda estava livre, ou quase isso: punha-a na cintura. Tratava-se de um charme feminino, ou um resquício dele. Pés ao chão, balde na cabeça, outro em uma das mãos, mão esquerda na cintura: era mulher.

Mulher de fibra e coragem, aguentava aquele “rojão” – como se diz no Nordeste – sempre de sorriso no rosto. O poço distava exatos três quilômetros de sua casa. A ida fora rápida, mas o retorno sempre era mais trabalhoso, devido ao peso dos baldes cheios – graças a Deus, pensava, tantas vezes já voltara sem o líquido precioso. Olhava para o alto, como que pedindo respostas da Providência, encontrava um suspiro de esperança no céu limpo de nuvens e caminhava em direção à casa. As crianças já devem ter acordado, imaginava.

Decerto, ao aproximar-se da moradia de barro, que tão graciosa e alegremente chamava de lar, dois curtos bracinhos correram abertos em sua direção. Os olhos brilhantes do pequeno eram mais um ânimo para Maria. Já a filha mais velha estava a varrer os cômodos, a outra, um pouco mais nova, cuidara da criança durante o período em que a mãe esteve fora. Trabalhadeiras, as menores seguiam o exemplo materno, e só esse, pois não havia figura de homem naquela família. Maria era mãe e pai, desde que, desesperado com a situação de flagelo trazida pela seca, o próprio fora embora tentar a vida no Sul. Prometera voltar quando as coisas melhorassem, mas não melhoraram.

Enquanto isso, Maria tomava conta de tudo. Era o seu suor que retirava da terra o sustento dos seus. Comiam o feijão que ceifavam, o restante vendiam por alguns trocados, tentando sobreviver. Magra e um tanto pálida, recorria muitas vezes àquela que inspirara seu nome: Das Dores; Maria das Dores. Não podia haver nome melhor: ambas mulheres fortes, cujo sofrimento calado expressava os gritos de agonia de uma alma caalejada. Devota que era, a sertaneja cria deveras que a Virgem lhe traria consolo; punha também sobre o devocionário a imagem do santo protetor dos pobres e excluídos do Sertão: o “Padim Ciço do Juazeiro”, como o chamava.

Parecia realmente ter sido esquecida naquela província. Não haviam chegado ali ideais revolucionários para fazer cumprir o objetivo milenar de valorização feminina, proposto pela ONU. Eram muitas as “Marias” vivendo nessas circunstâncias de mazela social, aparentando ser o mais característico repúdio da nação. Entretanto, estão aí, sem medir esforços, buscando elas mesmas a concretização de seu próprio zelo, na condição humana de ser gente. Das Dores pensava isso, de forma mais simples, porque não tivera oportunidade escolar e desconhecia o retrato social da população brasileira como um todo; era alheia a tudo que ultrapassava os limites geográficos de sua região. Ela enxergava a sua situação e, de alguma forma, sabia que havia algum desequilíbrio.

É certo que, vindas daquele mesmo chão, pobre de investimentos, muitas conseguiram ganhar espaço no país: a literatura extraordinária de Raquel de Queiroz, inaugurando o ingresso feminino na Academia Brasileira de Letras; a bravura de Maria da Penha, ao denunciar as violências sofridas; a influente atuação política de Bárbara de Alencar, ao encarar a prisão em nome de uma república tão almejada; a caridade e benevolência de Irmã Dulce, missionária de firmeza, indicada ao Prêmio Nobel da Paz; o talento reconhecido e apreciado de Ivete Sangalo e Elba Ramalho, assim como muitas outras “arretadas”, que elevaram essa terra a patamares, de certa forma, respeitados. Porém, o que dizer de Maria das Dores? Qual oportunidade lhe é ofertada para que possa também ter voz ativa dentro da sociedade? Quais investimentos são dados à Maria, à Carolina (piedosamente cantada por Caetano Veloso), à Dona Gertrudes, à “Sinhá Vitória” e a tantas outras sertanejas que sobrevivem dos subsídios que restam das outras regiões?

A indagação assola o pensamento nordestino, mas permanece vazia, sem solução convincente. Sendo assim, o “fim de mundo” continua a ser o palco principal da desigualdade e do descaso político. A vida segue ininterrupta no rancho de Maria. É um

ciclo para o qual é necessária a coragem da mulher. E elas existem, tanto a mulher quanto a coragem, e, de tão unidas, passaram a constituir um único ser, que se encaixa harmoniosamente nos versos de Milton Nascimento, pois, de fato, “ é a dose mais forte e lenta de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta”.

Assim é Maria das Dores, assim são as diversas Marias, repletas de coragem, aguentando todos os desenganos, dando toda a força de seu labor, sendo suficientemente mãe, agricultora, costureira, lavadeira e mulher. Rosas do agreste.

REFERÊNCIAS

VELOSO, Caetano. Carolina

NASCIMENTO, Milton. Maria, Maria

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas

DISTRITO FEDERAL – Brasília

A LUTA FEMINISTA E A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Mariah Sá Barreto Gama

Colégio Militar de Brasília

Professora Orientadora: Edgleuba de Carvalho Queiroz de Andrade

A luta pela igualdade entre homens e mulheres não é recente. Porém, foi a partir do século 20 que a militância feminista ganhou voz e teve seu ápice entre os anos 1960 e 1980, com o movimento de contracultura e as manifestações hippies. No Brasil, ela teve importante participação na luta contra o regime militar, ainda que na clandestinidade, e, com o tempo, foi amadurecendo e se consolidando como importante força político-social.

Inicialmente, é preciso considerar que o mais importante no combate ao patriarcalismo é o empoderamento das mulheres e de todos os interessados na luta feminina contra a desigualdade de gênero. É essencial reconhecer que o machismo não desapareceu, apenas encontrou formas mais sutis de se manifestar. Isso talvez seja o que o torna cada vez mais invisível e, portanto, difícil de combater.

A exploração do homem pelo homem começou com a exploração da mulher pelo homem. O machismo é a opressão mais antiga que conhecemos e, portanto, a mais arraigada. O patriarcado pode ser tido como uma das bases da nossa estrutura social e para quebrá-lo será necessária uma revolução cultural, política, social, sexual e artística. E se quisermos uma revolução em prol do fim da exploração da mulher, teremos que promover o protagonismo da mulher. Não podemos engatar mais uma revolução liderada por homens, afinal, eles já protagonizam tudo. A história é contada sob o ponto de vista dos homens e não das mulheres.

O feminismo veio para empoderar o gênero feminino e colocá-lo no lugar líder da sua própria história. Porém, ao questionar a hegemonia masculina, o movimento feminista fez diversos inimigos. O que se pode perceber hoje é uma preocupante negatização do feminismo principalmente entre os jovens. A palavra recebe frequentemente conotações pejorativas e ofensivas. É um movimento social tido como arcaico, ultrapassado e inútil, como se já tivesse alcançado tudo aquilo que almejava.

É possível observar que essa percepção do feminismo como uma ideia ultrapassada se baseia, em parte, numa naturalização das conquistas feministas. O direito ao voto, à educação, ao divórcio igualitário e outros alvos das primeiras ondas feministas foram simplesmente esquecidos, como se fossem muito antigos. Sinto dizer que não. Apesar de ser o alvo de uma opressão histórica, a mulher só conseguiu ter voz há pouco tempo. A violência contra a mulher, por exemplo, só passou a ser considerada uma violação aos direitos humanos no final do século passado. Até hoje não existe licença-paternidade significativa, comprovando o sexismo dos papéis sociais. O que os jovens precisam entender, especialmente as meninas, é que o patriarcado ainda vive, e, infelizmente, com muita saúde.

A relação da sociedade com a mulher é muito peculiar e contraditória, pois “en-deusa” a figura feminina em alguns aspectos, porém, ao mesmo tempo, inferioriza em muitos outros. Obviamente existe uma correlação entre esses dois tipos de tratamento que só faz confundir aqueles que começam a se questionar. O cavalheirismo é um bom exemplo. Esse conceito é camuflado pela ideia de proteção e de respeito às mulheres para reforçar a concepção da mulher fraca e supersensível.

Simone de Beauvoir, famosa filósofa feminista, afirmava que o homem é tido como ser humano, enquanto a mulher, como fêmea. E toda vez que essa exige ser tratada como um ser humano, é acusada de tentar ser um homem. Na primeira leitura, essa frase pode parecer absurda, todavia, se refletirmos um pouco, poderemos reconhecer a profunda verdade que há nela. As reivindicações femininas são, na maioria das vezes, desqualificadas e desvalorizadas, como se quiséssemos privilégios. É difícil reconhecer que somos uma minoria, mas é imprescindível. Não somos uma minoria numérica, mas constituímos sim uma parcela com poder de voz menor dentro da sociedade. Tomemos como exemplo as comuns abordagens invasivas e desrespeitosas na rua, as ditas “cantadas”. Recentemente, foi feita uma pesquisa que demonstrou a insatisfação da maioria das mulheres com esse comportamento que é, quase exclusivamente, masculino. Muito pelo contrário: se sentem agredidas, ofendidas, com medo e acuadas. No entanto, toda tentativa do movimento feminista de problematizar essa situação é ignorada. Isso mostra que nem mesmo quando a questão diz respeito a como as mulheres (e somente elas) se sentem, nós somos ouvidas com seriedade.

Contudo, é claro, além das suas manifestações que às vezes são consideradas banais, o patriarcado mostra a sua face mais cruel em situações de gravidade ainda maior. As mulheres são a maioria das vítimas em crimes como injúria, difamação, ameaça, chantagem e, logicamente, violência doméstica. No Brasil, uma mulher é violentada a cada 12 segundos. O parceiro ou marido é o responsável pela maioria dos casos de violência, o que mostra que a mulher é o alvo simplesmente pela sua condição feminina. A violência contra a mulher é uma epidemia no Brasil. Faz parte da cultura que foi construída sob valores conservadores e machistas. Por isso, além de uma legislação rigorosa (e que se faça presente), é necessária uma mudança de mentalidade: a desconstrução da ideia da mulher como objeto de posse de algum homem, qualquer que seja ele.

Além disso, há as disparidades no mercado de trabalho: os salários desiguais, os assédios no ambiente profissional e a sub-representação feminina em cargos de decisão. O corpo da mulher ainda sofre uma sexualização exacerbada nas propagandas publicitárias, nos filmes, nas revistas e na televisão. A quantidade dos casos de violência sexual é assustadora. Em 2011, o ABC Paulista teve um estupro reportado por dia. Levando em consideração que nem todas as vítimas denunciam por diversos motivos, o quadro é ainda mais crítico.

É imprescindível lembrar, também, que há inúmeras opressões que potencializam o machismo e a misoginia, como o racismo, o classismo e a homofobia. Uma mulher negra, pobre e lésbica é um alvo ainda maior de preconceitos e estigmas. Portanto, é necessário que se discuta o machismo com todas as suas variações para que não haja exclusão do afro e trans-feminismo, por exemplo.

Ressalte-se ainda que as instituições de ensino, principalmente de nível médio, têm o dever de estimular o engajamento dos alunos em movimentos e interesse pelas causas sociais, promovendo a politização da juventude e incentivando a criação de clubes e sociedades dentro das escolas a fim de promover reflexões, debates e ações que contribuam para a formação de pessoas conscientes das mudanças que o mundo precisa sofrer e munidas de instrumentos intelectuais necessários para concretizar tais mudanças.

As escolas devem assumir o compromisso de desconstruir os papéis estereotipados de gênero, incentivar a participação feminina em programas e atividades tidas como tipicamente masculinas, promover aulas sobre os direitos das mulheres, quebrar

estereótipos e estigmas presentes nos ambientes escolares e estar preparadas para lidar de forma severa com relação a qualquer tipo de violência contra a mulher, seja ela física, psicológica ou sexual. Os professores, apesar de tudo, ainda são formadores de opinião. Ainda são figuras de influência na vida de seus alunos, sejam eles crianças ou adolescentes. Tendo consciência disso, os educadores devem ser mais cuidadosos com o que dizem no ambiente escolar para não reproduzirem preconceitos. Muitas vezes, em sala de aula, movimentos sociais são desvalorizados e desqualificados por professores conservadores e desinformados. O senso comum prevalece quando se fala de direitos das mulheres, marcha das vadias e marcha mundial das mulheres, demonstrando machismo e, muitas vezes, misoginia.

Nas universidades, o ambiente propicia o desenvolvimento de coletivos sociais e organizações não governamentais. Porém, nas instituições de ensino médio, a liberdade é muito menor, pois, apesar da capacidade criativa dos estudantes, o ambiente não é muito hospitaleiro. Entretanto, todas essas questões têm que ser levantadas no âmbito escolar como prioridade, pois são atuais e concretas e precisam ser problematizadas e lembradas com urgência. Afinal, estamos falando de mulheres sendo agredidas, assediadas e exploradas agora.

MARANHÃO – São Luís

DA MÍDIA PARA AS CABEÇAS E VICE-VERSA

Pedro Luan Alves Crispim Cirilo

Colégio Universitário – COLUN/Universidade Federal do Maranhão

Professora Orientadora: Raquel Pires Costa

Há muito tempo vem sendo construída uma imagem, uma ideia, sobre a mulher que não dá o valor que de fato ela tem para a sociedade. Ao longo da história, as mulheres são covardemente oprimidas, menosprezadas, seja por religião ou por valores conservadores que são impostos desde cedo, que fazem elas mesmas acreditarem que não têm valor algum. Por isso, a mulher vem buscando conquistar seu espaço que lhe é de direito nesse mundo machista. E de fato elas vêm conseguindo chegar a lugares ditos antigamente como masculinos. Provavelmente isso está enfraquecendo esses valores conservadores que até hoje são passados por gerações. Mas quando a mulher volta do trabalho é ela quem tem de fazer comida, arrumar a casa; ela fez as mesmas coisas que o homem, quem sabe até mais, mas ainda é dever dela estar a serviço do companheiro. As mídias perceberam esse fato ao longo do tempo e reproduzem, em programas, em músicas e em novelas os mais variados modos de manipular as pessoas. Por consequência, é formado um círculo vicioso entre o que a massa popular pensa e o que é passado pela mídia. Com isso, há um retrocesso na luta das mulheres.

Os comerciais de televisão na segunda metade do século 20 expressavam explicitamente o pensamento de que a mulher era inferior ao homem. Muitos podem se chocar vendo uma propaganda dos anos 1970 e 1980, mas não se devem deixar iludir pelas aparências, pois ainda hoje as propagandas retratam essa mesma ideologia, quicá mais perversamente, já que hoje é de modo implícito que as mentes são manipuladas, principalmente quando o público-alvo é o sexo masculino, como nas propagandas em que se vendem carros, cervejas e nas quais sempre há lindas mulheres. Elas são postas como um acessório, um brinde, que você consegue ao comprar o produto. Essas mulheres que aparecem nesses comerciais são postas como a mulher perfeita, objeto de desejo, e, assim, viram padrão de beleza, o que faz com que as mulheres queiram ser parecidas com as das propagandas, queiram ser essas mulheres “perfeitas”. Acham que sendo como a mulher do comercial serão mais amadas, mais desejadas e, assim, buscam nos

cosméticos essa “perfeição”. Nas propagandas, não aparecem as mulheres de verdade, as que trabalham e estudam. Essa cultura que é reproduzida na televisão, nas revistas e jornais deve ser abolida para que a mulher não seja banalizada.

Quando crianças, os presentes que os meninos ganham são carrinhos e videogame, já os das meninas são bonecas, panelinhas e fogãozinho. Quer dizer: as mulheres são ensinadas desde cedo que os seus deveres devem ser voltados para o lar. Há tarefas que culturalmente são relacionadas quase que naturalmente ao homem e à mulher. Esses vícios que a maioria das pessoas têm de fazer essa divisão é o que alimenta esses comerciais. Durante a infância, adolescência, juventude e até mesmo na vida adulta, os valores que são atribuídos à mulher são totalmente diferentes dos que são aos homens. E mulheres que não seguem esses valores são discriminadas. Por exemplo: um homem que tem relações amorosas com várias mulheres é considerado o maioral, mas quando uma mulher se relaciona com vários homens ela é considerada uma vagabunda. Não é somente em relação a isso, esse fato só é uma ponta do *iceberg*. Por trás disso há muita desigualdade entre como o homem e a mulher são vistos pela sociedade. Isso não se restringe às relações amorosas, acontece também no trabalho, no âmbito familiar, em vários ambientes, porque ser mulher tem que significar ser uma pessoa recatada, obediente ou, *grosso modo*, inferior. Pode até parecer exagero falar assim, mas não é. É assim que muitas vezes a mulher é tratada e é vista.

A mulher é “coisificada” nos comerciais, é posta à venda junto com mercadorias. E o homem aparece representando a força, a segurança, aquele em que as mulheres devem confiar, aquele que deve ser respeitado. Por isso aquele homem que chega do trabalho e quer a comida pronta, roupa e casa limpas se vê desse jeito. E pobre da mulher se não fizer o que ele quer. Essas propagandas ajudam, e muito, a violência doméstica contra as mulheres. O homem, por se ver superior, usa a violência, física ou moral, para impor essa “superioridade”. E elas continuam sofrendo por muito tempo, não por quererem, mas porque já foram humilhadas demais, oprimidas demais, com medo demais para ir embora. A televisão, por muitas vezes, retrata essa violência doméstica com suas novelas, muito embora contribuam para ela. E também comete uma violência ainda maior com as mulheres, uma violência ao psicológico, ao estado de espírito delas. Essas mídias que mostram preocupação com elas na verdade são uma das causadoras da repressão, da violência. Consequentemente, as mulheres começam a se ver pequenas perto dos homens, acabando por não reconhecerem o próprio valor que têm.

Hoje novos meios de repressão, meios sutis, foram adotados pelas sociedades para garantir que cada gênero seja “posto em seu lugar”. Coitadas das bruxas queimadas na Idade Média, coitada de Joana D’Arc, das operárias queimadas no século 19 em Nova Iorque, simplesmente por lutar por seus direitos. Então se diz: coitadas das mulheres que hoje sofrem por quererem ser como as mulheres da televisão, deveriam pelo menos poder ser felizes como elas. Portanto, quem deve mudar: a publicidade ou a sociedade? É evidente que se as mídias espelham os valores socioculturais de determinados lugares, então esses valores conservadores devem ser abominados totalmente. Todas as mulheres merecem, quem sabe até mais que os homens, o respeito e reconhecimento de todos. Nos últimos anos, elas vêm tentando recuperar desfazer essa imagem que foi construída e que menospreza o seu valor. Contudo, ainda há muito a se fazer, pois ainda existe muita desigualdade entre gêneros. Deve-se mudar a forma de as pessoas verem o mundo, mudar a forma como os homens veem as mulheres e como as mulheres olham para si mesmas. Principalmente o olhar delas sobre si, pois quem mais sofre com essa desigualdade são elas próprias. Mulheres, não se mirem no exemplo daquelas mulheres de Atenas.

MINAS GERAIS – Viçosa

A “BELA” OPRESSÃO

Paula DeMaria Corrêa Rocha

Colégio Sagrado Coração de Maria

Professora Orientadora: Rosana Aparecida de Paula Firmiano

É segunda-feira, dia mais corrido da minha semana, mas não resisto e sento em frente ao computador. Abro minhas redes sociais e uma notícia logo me chama atenção:

“Querem que eu use burca na praia! – desabafa Betty Faria.”

Abro e leio. Ao que me parece, a atriz de 72 anos foi xingada após ter fotos de biquíni – em um momento de descontração na praia – publicadas na Internet. Não satisfeita, abro a manchete mais antiga, com as fotos da discórdia. Os comentários mais delicados dizem que Betty é “velha demais para usar biquíni”. Alguns, mais agressivos, xingam-na de feia, gorda e “sem-noção”, mas todos tocam no mesmo ponto: o pecado (!) de uma mulher com a idade da atriz usar um biquíni e se divertir na praia, sob o olhar estupefato dos machistas de plantão!

Gostaria de estar chocada e indignada, mas estou apenas indignada, pois não posso fingir não saber que vivo em uma sociedade muito machista. O episódio de Betty apenas destaca algo que acontece todos os dias neste Brasil varonil. Afinal, quantas mulheres já foram apontadas como “velhas demais para usar biquíni” só no último verão?

Quantas, em qualquer idade, deixaram de ir à praia ou à piscina por não estarem completamente depiladas?

Quantas deixaram de comer a sobremesa por se sentirem gordas?

E mais: quantas já escutaram insultos, em tom brincalhão ou agressivo, sobre sua aparência? Quantas voltaram tristes da escola ou do trabalho após ouvirem que “deviam se cuidar mais” e serem “menos desleixadas”?

Inúmeras. Incontáveis. Várias Bettys, Amandas, Marinas, Anas, Gláucias, Fernandas e Godofredas, de todas as idades, classes sociais, etnias e crenças, já se sentiram inferiorizadas ou humilhadas por sua aparência. Por não se parecerem com modelos exaustivamente retocados e inatingíveis de perfeição.

E quantos Zes, Jacintos, Pedros, Rodrigos, Georges, Carlos, Antônio e Godofredos deixaram de ir à praia ou ao clube por não terem “barriga de tanquinho” ou as axilas depiladas no último verão? Certamente, nenhum. Aliás, é bastante provável que o mesmo fulano que chamou Betty Faria de gorda e velha tenha mais de 50 anos e uma barriga muito maior do que a dela. Mas está tudo bem, afinal, ele é um homem!

Quando eu falo em feminismo, a maioria das pessoas solta risinhos de zombaria, para depois me dizer que estou sendo neurótica e que o machismo acabou faz tempo. Não acabou. Muito pelo contrário. Machismo não é só impedir mulheres de votar, bater na esposa ou arranjar casamento para a filha. Machismo também é achincalhar uma mulher de 72 anos que resolveu usar um biquíni e não ver nada de errado em um homem da mesma idade usar sunga na praia. É uma hipocrisia muito grande dizer que o machismo acabou enquanto a ditadura da aparência afeta muito mais as mulheres do que os homens. 90% das vítimas mortais de transtornos alimentares como a anorexia nervosa são mulheres, as mesmas que são tachadas de fúteis e vazias quando a doença é descoberta. As mesmas que são rejeitadas em entrevistas de emprego porque “não apresentam boa aparência” e que passam horas em salões de beleza cortando e esticando os cabelos, sentindo dor ao arrancar pelos das sobrancelhas e de todo o resto do corpo, enfim, tudo para tentar atingir um ideal inatingível de beleza.

É dito, em tom de piada, que mulheres se arrumam dessa forma para chamar a atenção das outras mulheres. O que poucos sabem é que nós não nos arrumamos para chamar a atenção de ninguém. O objetivo é justamente o contrário: não chamar atenção. Sabemos que, se nos encaixarmos perfeitamente no padrão, seremos tachadas de burras, fúteis e “vagabundas”, mas também sabemos que se estivermos muito fora dele, seremos achincalhadas como Betty. Uma menininha de 5 anos recebe o conselho de “ficar quieta para não sujar a roupinha”, mas um menino da mesma idade é incentivado a brincar e se sujar, como toda criança deveria ser. São conceitos impostos e naturalizados já na primeira infância.

É triste perceber que a maioria das mulheres, na situação de Betty Faria, deixaria de usar biquíni ou sequer iria à praia. Isso demonstra o quanto a gente internaliza, mesmo sem querer, a ditadura da aparência.

Somos mais do que nossos corpos, rostos e cabelos mostram. E a beleza não reside apenas nos padrões rígidos e perfeccionistas impostos, mas principalmente nas

pequenas particularidades que nos fazem ser quem somos. As rugas adquiridas com o tempo não deveriam ser encaradas como marcas inconvenientes de feiúra, e sim como sinais de experiência e beleza, de uma vida que está sendo vivida com prazer e sabedoria, de anos de alegria e agruras vencidas.

É preciso voltar os olhos para essa ditadura de “beleza jovem e magra” para que a igualdade de gêneros possa ser uma realidade mais próxima de nós. O caso Betty Faria foi apenas a expressão de uma discriminação e cobrança que está presente todos os dias, aprisionando mulheres de todas as idades e classes sociais. Espero que o barulho causado pela atriz traga alguma reflexão a respeito dessa ditadura. Espero também, sinceramente, que ela use tantos biquínis quanto quiser e inspire outras mulheres da mesma idade a fazer o mesmo. Se a atenção dada ao caso não foi suficiente para iniciar uma quebra de padrões, nós daremos um empurrãozinho.

GRITOS FEMININOS ABAFADOS

Sabrina Bianca Marchetti

Centro Educacional Piaget

Professora Orientadora: Maria do Carmo M M de Souza

Acordei num sobressalto. Novamente ouvia os horrendos gritos abafados que vinham do outro lado da parede. Sujeito imundo. Outra vez espancava a pobre mulher, outra vez. Peguei o celular. Era meia-noite e cinco. Já nem sabia quantas noites havia perdido por causa deles. Era aquela velha história, o marido chegava bêbado e espancava a infeliz esposa que sempre aparecia com uma mancha roxa aqui ou ali. E de madrugada, eu era obrigada a ouvir aquilo. Foi uma das razões de eu sempre ter odiado apartamentos.

“Lavígnia! Lavígnia!”, a professora de espanhol gritou em meus ouvidos. “Dormindo na sala outra vez?” Fiquei quieta. Sabia que não adiantaria tentar justificar. Apesar de sempre me pegar cochilando, Márcia foi a professora mais querida que já tive. Magra, um tanto alta demais, lábios espessos e pele negra. Por esta última característica, ela sofria. Meus colegas riam e faziam piadas, chamavam-na de “Crioula”, “Marciana Torrada” e outros apelidos absurdos. Eles pensavam que ela não percebia ou achava que não era com ela. Mas ela sempre soube. Sua expressão abatida a denunciava. Sempre achei inacreditável o quanto um ser humano pode ser cruel com o outro e nem mesmo perceber.

Chegando do colégio, lavei as mãos e sentei-me à mesa para comer. Meu pai exigia que almoçássemos todos juntos. Minha mãe, rápida e eficiente, colocou a comida na mesa. Era assim que meu pai gostava, ela sabia. Meu celular tocou, o toque era uma música do AC/DC “Back in Black”, se me lembro bem. Eu tinha me esquecido de colocar no modo silencioso. Papai não suportava que eu ouvisse rock, falava que era música para garotos. Garotos drogados e sem futuro. Mas, quando eu ouvia, entrava em um outro mundo, no qual não existiam homens espancadores, alunos preconceituosos ou pais intimidadores, quanto mais mulheres sofredoras, abatidas ou submissas. Era só eu. Ouvindo aquele barulho que me deixava em um êxtase que apenas eu entendia. Isso me custaria uma surra se meu pai soubesse. E, com certeza, ele diria: “Adolescentes estúpidos, não compreendem a vida”. Esse era meio que seu lema quando se tratava de mim. O engraçado era que meu irmão mais

velho ouvia rock, papai sabia, mas ele não era um “garoto drogado” ou um “adolescente estúpido”. Ele era o orgulho do papai, o segundo homem da casa.

“Que porcaria de barulho é esse?”, rugiu meu pai. Silêncio. Peguei rápido meu celular, desliguei, voltei a almoçar. Papai ficou o tempo todo com seus olhos fulminantes fixos em mim. Mamãe o apoiava, eu só não entendia o porquê. Talvez fosse porque era ele quem tomava as decisões em casa, ela não tinha o direito de opinar. Fora acostumada a ser tratada dessa maneira desde a infância; enquanto seus irmãos estudavam, seu pai a obrigava a costurar e cozinhar com a mãe. Nunca havia sido desobediente, ela esperava que eu fosse assim também, porém sempre achei que o mundo havia reservado algo diferente para mim.

Nesse mesmo dia, voltando do mercado, vi uma rodinha de meninos a alguns metros de mim. Eles estavam fazendo uma algazarra. Estava muito escuro, eles não podiam me ver. Aquela rua estava deserta e mal iluminada, fiquei com medo. Parei de andar. Escondi-me atrás de um murinho que pertencia a um dos lotes baldios. Começou a chuveirar. Droga! Eu precisava ir embora. No meio da roda de moleques, pude ver uma menina. Ah, meu Deus! Era Débora, minha amiga. Fiquei atônita. Ela estava deitada na rua, com as roupas rasgadas e havia um garoto sobre ela. Eu quis gritar quando vi o que estava acontecendo. Eu queria ajudá-la. A chuva ficava mais forte. Débora implorava para que a deixassem ir, ela estava apavorada. De repente ouvi um berro. Comecei a chorar. Chorei por Débora, por não poder ajudá-la, lamentei pela injustiça, pela violência. Pude ver o sofrimento no olhar de Débora. As sacolas que eu carregava estavam encharcadas de água. Ouvi um carro virando a esquina. Os meninos que estavam ali saíram correndo na direção oposta, deixando Débora estirada no asfalto frio. O carro parou, mas já era tarde demais. O que era para ser evitado já havia acontecido. Pude ver alguém saindo do carro. Era uma senhora. Eu não tive coragem para ir ver como Débora estava. A senhora levou-a para dentro do carro, esperei-o sumir, então me levantei. Voltei para casa devagar, a passos curtos. Ainda chuveirava um pouco. Não conseguia pensar em nada, a não ser na cena que havia presenciado. Senti muita pena de Débora.

Depois de tomar um longo banho, sentei-me na varanda e pus-me a observar o céu. A noite estava fria e a lua cheia refletia um brilho claro. Comecei a pensar em Débora. Senti-me culpada por não ajudá-la. Como tudo aquilo era injusto! Por que as mulheres tinham que sofrer assim?

No outro dia na escola, sentei-me sozinha como de costume para lanche, então vi duas colegas de sala. Fiquei com medo. Estava cansada de ser humilhada por aquelas

meninas, elas viviam me chamando de esquisitona, emo, excluída, entre outros apelidos que ninguém gosta de ter. Eu tinha poucos amigos, talvez porque eu fosse diferente das outras meninas. Eu não era delicada, não usava maquiagem e não frequentava festas. Meu pai dizia que eu não me comportava como uma menina deveria se comportar. Eu nunca liguei para isso porque eu não me importava com o que pensavam de mim. Por sorte, as meninas não me viram e foram sentar-se do outro lado do refeitório.

- Olá, disse Priscila. Ela sempre me procurava, acho que se identificava comigo, por ambas sofrermos do mesmo problema: exclusão social. Priscila era pobre, andava com jeans desbotados e moletom surrado, tinha déficit de atenção, por isso era alvo de piadas na sala.

- Oi, disse eu. - Sente-se - indiquei o lugar vazio ao meu lado. Priscila sentou-se e me contou intrigada sobre o novo projeto de ciências do qual estava participando, mas eu nem ouvia, estava com a cabeça em outro lugar. Fiquei a aula toda ouvindo o professor falar sem realmente escutar nada. Há semanas isso estava acontecendo, eu andava pensativa, pensava sobre o que realmente era importante para mim, para minha vida como pessoa, como cidadã. O sino tocou, era hora de ir embora.

As portas do ônibus se abriram, fui a última a entrar. Sentei-me atrás e fiquei ouvindo os meninos do time de futebol conversarem. Eles falavam algo sobre o próximo campeonato, táticas de jogo para vencer o adversário. Era um assunto que pouco me interessava. Nunca gostei muito de praticar esportes, a única vez que tentei foi treinar caratê na sétima série, o que não deu muito certo. Só havia meninos na academia de artes marciais. As amigas de minha mãe começaram a comentar como era feio uma menina lutar, até me sugeriram balé e vôlei. Não demorou muito para minha mãe me tirar das aulas de caratê.

À tarde fui passear no bairro, o tédio em casa me fazia pensar em coisas ruins, me fazia relembrar o que aconteceu com Débora, nada era mais angustiante. As ruas estavam calmas, o céu estava um tanto escuro, o vento chacoalhava as árvores, flores amarelas no canteiro do vizinho murchavam, a natureza parecia entender o que estava se passando comigo. Voltei para casa, jantei e dormi, fora um dia tranquilo.

E acordei num sobressalto. Novamente ouvia os horrendos gritos abafados que vinham do outro lado da parede. Era aquele homem que surrava sua mulher outra vez. Outra vez me tirou dos meus sonhos: lugar onde existia paz, onde não era proibido ser diferente, onde mulheres não apanhavam, não sofriam pela cor de sua pele, não precisavam viver sob as ordens de ninguém e nem tinham seu corpo brutalmente violado.

DIFERENTE E IGUAL É O QUE SOU

Daniela Novaes Xavier Moraes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano –
Campus Floresta

Professor Orientador: Robson Arruda de Araújo

A discriminação já foi membro do corpo social, agora se trata de um câncer difícil de curar. Diversas são as consequências dessa doença, com destaque especial à exclusão, restrição e anulação do reconhecimento da figura feminina. Rebaixada e desvalorizada, a situação se agrava se a mulher for negra. Torna-a descartável, uma pária da sociedade. Se a mulher for lésbica – ou pior, lésbica e negra –, os ataques a sua integridade ganham novo nível, partindo para lesões físicas ou estupro, justificados por uma filosofia anacrônica que transcende a lógica e governa indiretamente as ações dos membros masculinos de nossa sociedade.

São perceptíveis as mudanças em relação às mulheres nas últimas décadas. De simples donas de casa, elas vêm mostrando serem muito mais do que esse rótulo imposto pela sociedade, passando a exercer novos papéis em diversos setores como empreendedoras, mecânicas, médicas, agricultoras, etc. Mas apenas mostrar que é capaz não foi o suficiente para aplacar séculos de crenças a respeito da mulher. Muitos homens não aceitam que suas esposas trabalhem, sendo obrigadas a deixarem o trabalho por seus maridos. E quando não é por causa do companheiro, são os próprios colegas de trabalho que as criticam, falando que não deveriam estar ali, que deveriam estar se preocupando com os filhos ou que se encaixam mais no setor de humanas em vez das exatas. A conselheira do Mulheres na Tecnologia e desenvolvedora de *softwares* Márcia Santos comenta sobre o preconceito que ela já recebeu no trabalho: – Eu trabalho com desenvolvimento de *softwares* e minha equipe é praticamente só de homens. Só somos eu e mais uma mulher, a coordenadora da equipe. São seis homens e duas mulheres. Eu sempre escuto alguma coisa se faço um comentário, por exemplo, porque estou empolgada com o fato de um sistema que não estava funcionando ter começado a rodar. Eu me empolgo e os homens me olham achando que eu estou exagerando, dizendo que é coisa de mulher. Qualquer coisa que eu falo dá margem para brincadeiras do tipo “-vai lavar roupa”. Tudo que falam tem como pano de fundo me mandar para casa fazer tarefas domésticas.

Outra coisa interessante no ambiente de trabalho é que as mulheres precisam constantemente provar que são capazes, muito mais do que o homem. Márcia Santos afirmou, também, que, mesmo a mulher tendo uma capacitação profissional mais elevada do que o homem, como pós-graduação, ela ainda ganha menos do que um homem que tem apenas nível técnico. Outra prova que mostra como a mulher sempre está em segundo plano foi a pesquisa realizada pela empresa de recrutamento Michael Page, dizendo que, hoje, 72% dos contratos para cargos de média e alta gerência ainda são dos homens.

Além de todas as desvantagens sofridas por simplesmente ser mulher, também ser negro diminui muito as chances de arranjar um bom emprego. Mulheres negras geralmente apresentam nível de escolaridade menor do que as outras mulheres, tendo que trabalhar mais para receber um rendimento inferior. De acordo com estudos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o chefe de família não negro recebe um salário médio mensal de R\$ 1.236, seguido pela mulher não negra, que recebe em média R\$ 765. Já o rendimento médio do homem negro é de R\$ 639. O valor pago às mulheres negras é ainda mais baixo, apenas R\$ 412. Esses dados mostram o quanto é difícil para a mulher negra se manter, tendo que trabalhar quase o dobro para receber o mesmo valor que uma mulher não negra.

Ainda convém lembrar que raramente se veem mulheres negras trabalhando como vendedoras no shopping, como médicas ou nos bancos de rede privada, mostrando como o racismo faz com que essas mulheres procurem outros empregos, já que se procurassem esses não seriam contratadas. São poucas as que conseguem passar por essas barreiras, e as que conseguem dificilmente arranjam algum companheiro matrimonial. Várias delas abdicam do lazer e do desejo de ser mãe para permanecer no trabalho adquirido com muito esforço, já que elas sempre têm que lidar com o preconceito, discriminação e racismo, fora o fato que precisam constantemente comprovar suas capacidades.

Uma mulher que não se importou com a discriminação imposta pela sociedade foi Chiquinha Gonzaga (Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1847 — 28 de fevereiro de 1935). Ela era mestiça, filha de pai branco com uma mãe negra, teve uma ótima educação, aprendendo a ler e a escrever, a falar outros idiomas, e também aprendeu o que viera a se tornar as suas grandes paixões, música e piano. Como costume, o casamento foi planejado por seu pai. Casou-se com Jacinto Ribeiro do Amaral, que era contra os caprichos dela. Viviam em constante conflito porque ele queria que ela fosse submissa, que sempre aceitasse suas ordens. Acabaram se separando e ela ficou com apenas um dos seus três filhos, pois os outros dois foram morar com seus parentes. Desde então, ela começou sua carreira musical, mesmo não tendo quase

nenhuma mulher que seguisse a mesma carreira, principalmente por não ser aceitável na época. Compôs partituras para peças teatrais, operetas e revistas com relativo sucesso, e ao longo de sua vida se tornou a primeira pianista de choro do Brasil. Também foi autora da primeira marchinha carnavalesca e a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil.

Outra grande mulher, que não ficava quieta aceitando as decisões alheias, era Nzinga Mbandi Ngola, a rainha Ginga (1581 - 1663). Antes de ela nascer, os portugueses invadiram o território de sua família, buscando escravos para comércio. O rei Ngola Kiluanji, pai de Nzinga, veio resistindo à ocupação do território africano por um longo tempo, passando seu reinado para seu filho, Ngola Mbandi. Esse tentou impedir, como seu pai, que seu território fosse ocupado, e foi nesse período que a sua irmã, Nzinga, ajudou com as negociações com os portugueses, dando-lhes algumas terras em troca de converter Nzinga ao cristianismo. Ela passou a se chamar, então, Ana de Sousa. Porém, eles não cumpriram com o tratado de paz, criando uma situação de desordem no reino de Ngola.

Diante dessa grave situação e da hesitação do seu irmão, Nzinga mandou assassinar seu irmão para assumir o poder e o comando da resistência à ocupação das terras de Ngola e Matamba. Sem conseguir paz com os seus inimigos, abdicou da fé católica, aliando-se aos guerreiros jagas de Oeste, fundando o modelo de resistência e de guerra que constituía o quilombo. Ardilosamente, ela conseguiu fazer a coligação com os estados da Matamba, Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissama, comandando a resistência à ocupação e ao tráfico de escravos no seu reino por cerca de 40 anos, usando táticas de guerrilha e de ataques às colônias portuguesas, incluindo pagamentos com escravos e trocas de reféns. Em 1656, Nzinga assinou um tratado com o governador geral, que incluiu a libertação de sua irmã Cambu, que havia sido convertida como Dona Bárbara e retida em Luanda por cerca de dez anos pelos portugueses. Também renunciou aos territórios de Ngola, voltando uma paz relativa ao reino de Matamba até a sua morte.

Percebemos que, mesmo vivendo em situações diferentes, essas mulheres demonstraram serem inteligentes e indomáveis, buscando atingir suas metas mesmo tendo tantos obstáculos em sua frente. Foi a partir de sentimentos semelhantes que surgiram o feminismo e o desejo de igualdade, estimulando as pessoas a fazerem uma reavaliação de suas crenças, para as pessoas entenderem que as mulheres têm as mesmas capacidades e podem fazer qualquer coisa. Elas não querem ser superiores aos homens, apenas desejam os mesmos direitos que eles recebem. Portanto, a igualdade de gênero pode mudar a sociedade, moldando as instituições, mercados e as normas sociais, fazendo-os dar oportunidades para todos, independente do gênero, raça, etnia, etc.

PIAUÍ – Teresina

POR MIM, POR VOCÊ E PELAS MULHERES

Brenda Santiago Gomes da Silva

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI

Professora Orientadora: Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

“Querido filho, quando ler esta carta já não estarei mais com você, infelizmente o câncer nos separou. Lembro-me de quando você nasceu bem pequenininho com apenas alguns centímetros e não parava de chorar. Lembro estar emocionada quando o segurei em meus braços pela primeira vez da mesma forma como estou agora, pois foi o maior presente que já recebi.

Muitas vezes você me perguntava onde estava seu pai; eu, por vezes, respondia que estava trabalhando, que chegava muito tarde e saía muito cedo; outra vezes dizia que estava viajando e que demoraria voltar. Por fim disse que ele havia morrido para que você se conformasse com sua ausência. Não sei se realmente acreditou em tais mentiras, mas, se acreditou, vou lhe expor nesta carta a verdade. Peço-lhe que não me julgue injustamente sem antes saber o porquê dessa mentira, mas, se fiz isso, foi porque tive minhas razões e peço que procure compreendê-las.

Agora relatarei a você uma parte de minha vida que guardei apenas para mim durante muito tempo, mas agora decidi falar a você, pois esse é um direito seu e não posso privá-lo de saber a verdadeira história entre seu pai e eu, que também diz respeito quem você é.

Conhecemos-nos durante o ensino médio, fazíamos o 3º ano; no início, Carlos era tudo que uma garota queria: divertido, carinhoso e popular. Um ano depois, nos casamos, éramos jovens e inexperientes. Seu pai trabalhava em uma microempresa da família dele, eu ficava em casa fazendo os afazeres domésticos, pois ele não me deixava trabalhar, afirmava que lugar de mulher é cuidando da casa. Às vezes dizia a ele que seria bom aumentar a renda, fugir da rotina, mas ele começava a gritar. Meu pai também dizia que a boa esposa de verdade se dedica apenas para a casa e o marido. A tão propagada teoria de que a única função da mulher é ser a bondosa esposa que cuida do lar, filhos e marido. Decidi que não tocaria mais no assunto. Alguns meses depois, nosso relacionamento já

não era mais o mesmo, Carlos chegava tarde em casa e começou a beber mais do que quando nos conhecemos. Eu fazia de tudo para agradá-lo, sempre deixava a casa limpa, preparava o almoço da melhor maneira possível, satisfazia todos os seus desejos, porém nada tinha significado. Infelizmente, na sociedade machista em que vivemos, as mulheres têm apenas obrigações e não desejos. É descartada a possibilidade de ter autonomia, mudar seu destino ou realizar-se profissionalmente. E, para piorar, essa é a realidade em que muitas acreditam. Digo isso porque um dia também acreditei ingenuamente que era o correto a fazer.

Certa vez, perguntei por que estávamos sem dinheiro e por que todos os dias chegava em casa tão tarde, às vezes de madrugada; ele começou a gritar, me mandou calar a boca e disse que eu não era ninguém para questionar isso. Mais uma vez tentei saber o porquê daquela situação, quando, de repente, ele me jogou contra a parede e socou o meu rosto, me chamando de vagabunda e outros nomes horríveis. Logo em seguida, me bateu ainda mais até que, sem forças, caí no chão e ele começou a me chutar. Impotente, a única coisa que pude fazer foi gritar para ele parar, mas ele afirmava que era um homem e que podia me bater, até que, por fim, ele saiu. Fiquei pensando em como é comum a desvalorização a que a mulher é submetida em relação ao homem. Desvalorização essa sutilmente imposta pela sociedade nos pequenos e até imperceptíveis atos cotidianos como o fato de o homem sempre pagar a conta do restaurante ou o fato de que menina deve brincar de boneca e o menino de carrinho como uma imposição.

Naquele instante me senti horrorizada e percebi o que era ser o tal 'sexo frágil'. Estava sobre o chão caída, vulnerável, em prantos, sem saber o que fazer ou pensar. Essa parte da minha vida que há muito tentei esquecer continua viva nos meus olhos até hoje. Sob o reflexo da janela de vidro, vi meu rosto de uma forma que nunca imaginei, com as marcas da brutalidade. Esse momento da minha vida, que ainda é tão recorrente, não desejo a mulher alguma, pois é injustificável o fato de uma mulher ser agredida por não satisfazer as 'vontades' do seu marido.

Naquele momento, diante daquela situação, de tudo que havia passado, decidi mudar o curso de minha história e fui à delegacia mais próxima registrar uma ocorrência contra seu pai. Não pense que foi a decisão mais fácil que tomei. Doeu-me muito fazer aquilo, ainda mais porque há alguns dias havia descoberto que estava grávida de você e, nesse momento, percebi que se continuasse com ele sua vida estaria em risco. Não me

importei com os comentários que ouviria ou os preconceitos que enfrentaria. Saí de casa naquela mesma noite quando ele não estava e, através da delegacia, fui levada a um abrigo destinado a mulheres em situação de violência doméstica. No outro dia, ainda estava assustada, e me perguntava se minha decisão havia sido realmente correta, como uma mulher grávida, sem marido e sem emprego, sustentaria uma criança e lhe proporcionaria boas condições de vida?

Decidi procurar um emprego. Mesmo aos 22 anos, ainda era jovem e tinha muito que viver. Naquele dia, não consegui nada, mas uma semana depois encontrei uma oportunidade de trabalho e me dediquei ao máximo. Não foi fácil, quando você nasceu, tive que parar, porém pude desfrutar dos melhores momentos que já tive, estava com você em segurança em uma casa só nossa, embora fosse cedida pelo Governo por um programa destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda. Um ano depois, ingressei na universidade, concluí curso e passei em um concurso de apenas meio expediente. Nesse período, fiquei sabendo que seu pai havia sido preso por agredir mais uma mulher. Ele nunca soube da minha gravidez e achei melhor assim, pois posso dizer que, apesar do que passamos, nunca precisei voltar e pedir nada para ele.

Meu filho, se cuidei de você de um modo diferente dos seus colegas, ensinando a ser independente, a lavar, cozinhar, passar, foi porque acho que essas pequenas coisas podem mudar grandes fatos. Sou orgulhosa de ser sua mãe e do filho que você se tornou, pois, ao longo desses 28 anos, você mostrou ser um homem independente que valoriza e não desrespeita uma mulher, que age de forma igualitária não distinguindo gênero ou cor.

Na sociedade em que estamos inseridos ainda há distinção entre os sexos, mas nós não somos o 'sexo frágil'. Somos mulheres independentes com total capacidade de executar as mesmas tarefas do mesmo modo, ou melhor, que os homens. As gerações futuras precisam compreender que as mulheres não buscam serem superiores ou melhores que os homens, mas iguais em direitos e oportunidades. Por que a mulher deve ficar em casa cozinhando enquanto o homem vai trabalhar? E, se os dois trabalham, por que a mulher vai cuidar dos afazeres domésticos enquanto o homem fica no sofá vendo o jornal? Será que só as mulheres têm a responsabilidade de cuidar das crianças? A obrigação de uma mulher é de fato servir a um homem? Essas são apenas algumas das interrogações com as quais as mulheres se confrontam todos os dias. Às vezes me questiono o que teria

acontecido se tivesse continuado com seu pai, se teria me formado e me realizado profissionalmente. Teria viajado tanto? Ou será que ainda estaria em casa apanhando todos os dias e fazendo o papel da nordestina estigmatizada? Será que teria você?

Sei que essa parte da minha vida que você não conhecia pode parecer um tanto comum e até clichê. A mocinha que foge do vilão e vai construir sua própria história ainda é muito comum, mais do que muitos imaginam. Quantas mulheres ainda têm medo do preconceito que irão enfrentar? De como vão prover o sustento de si e de seus filhos? E se elas realmente vão estar seguras longe de seus parceiros, já que não são cumpridas as leis e as medidas de proteção necessárias para as vítimas. A mídia massificada propaga um ‘perfil feminino’, e sua ‘coisificação’, na qual a mulher tem por função ser objeto de prazer e sempre nos reduz apenas a sensualidade. Ignoram a mulher inteligente e capaz que tem dentro daquele corpo. Além de um corpo bonito, as mulheres têm personalidade.

Meu filho, morrerei antes de ver essa sociedade mudar. Espero que outras mulheres se posicionem, mostrem seu potencial muito além da mulher feminina, doce e meiga, mas também a mulher forte e determinada que luta por seus interesses e objetivos. Espero que o mundo presencie homens que possuam discernimento e racionalidade, que respeitem e valorizem as mulheres em seus relacionamentos afetivos, fraternos, profissionais dentre outros. Que sejam parceiros e não rivais. Anseio que as diferenças salariais sejam extintas, valendo uma competitividade justa; quando esse conjunto de fatores acontecer, posso afirmar que nossa sociedade será bem melhor e mais humana.

Se você fizer sua parte, honrar os ensinamentos que lhe ofereci, aos poucos podemos mudar essa triste realidade. Desejo, também, que outras mulheres sejam corajosas o suficiente para mudarem seus caminhos e não deixarem o medo impedi-las de denunciar maus tratos. Espero que a sociedade compreenda quem somos. Somos mulheres e não objetos à mercê dos homens. Você é um homem diferente. Espero que continue assim e passe adiante esses valiosos conselhos. Não sei se de fato compreendeu o que se passou entre mim e seu pai, mas se fiz isso foi por entender que era o melhor para nós naquele momento. Se erreí, desculpe-me, mas o fiz por acreditar que um dia alcançaremos a igualdade de direitos. Sua mãe, Esperança.”

PARANÁ - Palmas

A MULHER QUE EU CONHECI

Ana Júlia Rocha Bauer

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Professora Orientadora: Márcia Beraldo Lagos

A mulher que eu conheci chamava-se Clementine e ela é de 1960. Ela cursou engenharia e foi a única mulher a se formar em sua turma. Ela viajou para a Austrália. E pra Grécia, e pra França, e pro Japão, e pro Irã. E saiu de casa cedo, pois queria encontrar-se... A mulher que eu conheci assistia futebol e tocava em bares os versos que escrevia, e seu pai a chamava de vadia, pois gostava de atuar. Ela era aventureira, não pensava em casar e levava a vida de uma maneira radical, porém não brutal... A mulher que eu conheci escutava Beatles, achava o som “maneiro” e ia a shows de rock. Ela contestava o avô, o pai, o professor. Ela gostava de alpinismo, e gostava de Peck, e queria escalar o Matterhorn. E ela sorria ao ver Lady Hester trajada depois de seu navio chegar ao Egito. Mas ela gostava de homem, e apaixonou-se algumas vezes, e amou, amou intensamente... A mulher que eu conheci não tinha tempo para cozinhar, não aguentava o peso da mala de roupa sujas, mas aguentava o peso da mala com as antiguidades que levava por aí para esbanjar, e tinha orgulho disso. Ela conhecia Daiane, que conhecia Lorraine, que conhecia Anne, que gostaria de convidá-la para um café, e ouvir todas as suas histórias... A mulher que eu conheci transmitia força, determinação, coragem, inspiração e havia quem dizia “mas ela é só uma mulher”. Porém, ela dava de ombros, e não se importava nem um pouco. Ela não era “sapatão”, não queria chamar a atenção, só queria ser fonte de inspiração às mulheres que estavam cansadas do padrão. E tenho certeza de que inúmeras mulheres queriam ser como Clementine. Talvez não aventureiras, nem tão radicais, mas queriam ter coragem para fugir do padrão e driblar a injusta convenção.

A mulher que eu conheci chamava-se Heloísa, e era de Portugal. Ela trabalhava com vendas, e trabalhava com Marcos, que ganhava seus 1000 e ela seus 300, enquanto exercendo o mesmo cargo. Mas nem por isso ela deixava de cumprir seu papel perante sua função. Ela levantava cedo, ia a protestos, e seu patrão dizia que só servia para ser alvo de olhares, mas que era inútil. Ela chegava em casa tarde, assistia à novela, e ia dormir, mas tinha que pintar as unhas, pois seu chefe não gostava de vê-la mal arrumada.

Ela tinha um marido que se chamava Carlos, que não gostava que ela se arrumasse, nem que saísse com as amigas e nem que trabalhasse na lojinha, pois acreditava que ela tinha dever apenas com as funções de casa. E ele a chamava de vadia, e a tratava com violência, e ela gritava, contradizia, e ele se irritava. A situação nunca terminava bem. Ela gostava de arte, gostava de Tarsila do Amaral, e gostava de ler Rachel de Queiroz... A mulher que eu conheci queria ser mais, queria ser alguém capaz de mudar, e não deu o braço a torcer. Encorajava as amigas a sair dessa mesmice, e com força de vontade ela saiu. E foi para bem longe, mostrando que realmente era capaz de ser alguém, neste mundo injusto onde é difícil a uma mulher ter vez. E tenho certeza de que muitas mulheres queriam ser como Heloísa.

As mulheres não querem ser iguais, mas sim tratadas como iguais. Porque para fugir do padrão não é tão fácil assim sequer ser vista como igual. Não importa se ela é Clementine ou se ela é Heloísa, ou se ela é Rita, Ana ou Maria. Quem quer que seja. Não importa se ela gosta de arte, se ela é aventureira, se ela é trabalhadora, se ela é esquisitona ou se ela é meio Leila Diniz. Mulher não nasceu para ser menos que homem. Homem não nasceu para ser melhor que mulher. Nem ao contrário. Todos nascemos com a chance de ser alguém, independente da cor, origem, religião ou sexo. E como já dizia Rita Lee:

Toda mulher quer ser amada
Toda mulher quer ser feliz
Toda mulher se faz de coitada
Toda mulher é meio Leila Diniz.

RIO DE JANEIRO – Miracema

FLORES PARA UMA PEREGRINA

Isadora Poeys da Fonseca

Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças

Será que faz sentido ficar à toa olhando a paisagem detrás da janela embaçada pela chuva? E, se fizesse, que sentido seria esse? O de lembrar o que existe abaixo do seu apartamento de cinco anos, o de ver como as gotas caem sem pressa, o de preencher a solidão? É, talvez esse seja o melhor sentido. Os carros parecem andar mais rápido, as pessoas entram e saem dos mesmos correndo, se abraçando para o compartilhamento do guarda-chuva. Horas dessas sabiam ser solidárias. Mãe e filho, filho e pai. Gente causando tumulto na floricultura como se esse fosse o melhor lugar para se abrigar da chuva. Ver flores, sentir seu cheiro, ter reação alérgica ao pólen. A lugares desses se deve ir a pisadas rápidas, nada pior do que pensar que se comprem flores e não se ganha. Isso soou egoísta, mas é que estou farta de flores, chocolates, papéis de carta não cumprirem seu papel de impedir que eu me sinta só numa sexta-feira chuvosa. E amada. Sento-me na escrivaninha que fica atrás da janela, ainda olhando a paisagem fixa. Qual o meu problema com flores e chocolates? Provavelmente o fato de meus bombons terem acabado e minhas flores murchado sobre a mesa da sala. Ou talvez a hipocrisia que circundou o último ritual que me fez ganhá-los. Levar um tapa na cara para receber um buquê de flores e uma caixa sofisticada de chocolates soou algo considerável. Deturpador. Será que posso ser tão corruptível a ponto de não ceder à minha dignidade em nome de uma convenção? Penso às vezes que mereci a bofetada, e algumas ofensas mais, mas não pelo motivo que “ele” julgou, e sim pela minha obscura passividade de ontem. O hoje é um dia diferente.

Vago pela sala, ponho músicas para tocar, blues em sua essência. Tombo meu corpo sobre o encosto do sofá e acabo por mergulhar nele por completo. Fecho os olhos e começo a pensar o que é ser mulher. Penso que é viver sobre a corda bamba do patriarcalismo, rodeada por punhos fechados, temendo ousar um grito abafado. Recorro à História e percebo que o que o homem entendeu por gênero não passa de uma concepção cultural e antropológica que parte da diferença entre homens e nós, mulheres, adaptada a preceitos cujos alcances são os mais variados - desde os símbolos que caracterizam cada sexo (como o buquê de flores dado a mim), até o papel social dito mais conveniente

a cada um exercer na sociedade. Nesse caso, não deveria eu abrir uma garrafa de vodca que comprei com o suor do meu trabalho, pelo simples motivo de eu ser uma intelectual fadada a receber bem menos que meu colega bem mais medíocre que é homem. Enquanto para mim a bebida revela humor carente e depressivo, para ele garante nada mais que charme e honra do bom homem que venceu na vida.

Em meio a esse tédio de pensar que não revidei uma bofetada de um punho fechado, e que continuei tentando não soltar nenhum grito abafado enquanto esse mesmo punho se abriu para me entregar um buquê de hipocrisia, começo a me indignar. Talvez me inserir em contextos de épocas diferentes possa amenizar minha indignação, afinal, sei que o que vivencio não chega nem perto do que muitas mulheres anteriores a mim já passaram. Começo analisando que, partindo da ótica de que a mulher representa o sexo mais frágil, um patriarcalismo cada vez mais arraigado foi sendo construído, desvirtuando a correta interpretação da dualidade de forças existente entre homens e mulheres. Sou a princípio uma mulher primitiva que vive no tempo das cavernas. A força de meu pai, de meus irmãos, e do homem com quem tive alguns filhos é inegavelmente maior que a minha. Partindo do parâmetro das diferenças físicas e mesmo psicológicas, eles são lançados à “selva” dos animais ferinos, ao trabalho pesado da roça, à defesa da comunidade, enquanto eu e outras mulheres somos retidas ao cuidado do lar, dos nossos filhos, e a pequenas e limitadas atividades fora desse círculo. Um ordenamento nada mais que justo das atividades, em que somos poupadas por nossas limitações físicas e respeitadas por nossa comunidade. Somos prezadas por nossa capacidade de gerar filhos, e daqui a alguns anos, na História Antiga, muitos povos serão conhecidos por consagrar deusas e musas. Mas, à parte disso, somos submissas e já sofremos a projeção do homem que ainda nem aprendeu a falar cognitivamente.

O problema começa a aparecer quando minha comunidade, como muitas outras, começa a se desenvolver sem estar acompanhada de progresso social, com destaque para o nosso papel que pouco ou nada se diversifica, enquanto que vai sendo cada vez mais radicalizado em limitações impostas que transcendem as naturais. Após o advento da escrita – os escribas são em geral homens – o papel do meu sexo vai ganhando a forma renegada, à medida que um registro e uma produção cultural cada vez mais cultuam a figura masculina, focando a humanidade sob a ótica desse sexo, tendo os homens o mérito dos grandes feitos históricos. Viajo para a Antiguidade Clássica, sou uma sábia que gosta de cultuar lendas de guerreiras. Vejo à minha volta sacerdotisas, sábias, filósofas, mas que ainda são subjugadas pela insígnia da família patriarcal. Dou um pulo na Idade Média: nossas projeções que

merecem destaque são na vida religiosa, como teólogas, freiras, dirigentes de conventos, embora também se encontrem casualmente algumas poucas figuras governantes. Ainda somos subjugadas aos nossos pais, aos nossos irmãos e maridos, e além de toda a pressão social, temos medo do Deus que alguém nos disse ser homem.

Mas pela glória da razão, por nomes como René Descartes e John Locke, o advento do Estado moderno muda a concepção de mundo do homem. É certo que as principais correntes exaltam a força do “homem”, mas gostamos de acreditar que também nos incluem. Liberdade, fraternidade e igualdade: gostamos dessas palavras, sobretudo dessa última. Estou no século 19, sou uma cortesã que sonha em um dia poder se libertar. Já dormi com muitos homens, já apanhei de alguns, mas gosto de ler livros. São a esperança que o pão não me dá. Pintores nos pintam em cenas de guerra, lutamos ao lado de nossos pais, irmãos e maridos, e queremos um mundo melhor que nos incluía.

A Revolução Industrial vem a todo vapor, destacando ainda mais o papel do homem como gerente do capitalismo e como empreendedor de tecnologias (lembrando que a nós, mulheres, não é ofertado o direito à educação sistemática), o que acentua a opressão sobre nosso sexo. Agora não tenho mais um cercado para plantar e colher, migro com minha família para a cidade para configurar em um proletariado que, a despeito das dificuldades enfrentadas até por homens, consegue ainda ser mais amargo para seres como eu. Começo a visualizar mais nitidamente a desigualdade entre os gêneros a partir da equiparação de salários e oportunidades. Lembro novamente do meu colega bem mais medíocre que agora deve estar usufruindo do seu salário bem mais alto que o meu. Trabalho como uma escrava, vejo outras tantas proletárias como eu, rasas e oprimidas. Se penso nas crianças, a situação fica pior. Direitos básicos que garantiriam o respeito às nossas limitações físicas não mais existem, e não bastando nossa maior suscetibilidade a exaustões e doenças, não podemos contar com direitos básicos como a licença-maternidade. Viajo mais à frente e estou no Brasil, vendo tal conquista se materializar apenas com as leis trabalhistas de Vargas, já em meados dos anos 1930 do século 20. Onde ficava todo o discurso de que mulher é o sexo frágil, em meio a essa situação? Engavetado pelo comodismo.

Depois de engajar em vanguardas feministas no século 19, de superar a condição de cortesã que lia livros proibidos, e de pousar sobre o proletariado, sou agora uma mulher universitária que já viu outra semelhante votar. Escrevo uma carta ferina a um jornal, na condição de leitora, denunciando os abusos da lei que ainda proibia o divórcio no país,

e sou premiada com uma coluna para falar de feminismo. Muita gente no Brasil nem sabe o que chega a ser isso, pois então explico que sua ideia é defender as potencialidades e particularidades da mulher, sustentado por bases teóricas em torno do objetivo de desmistificar a ideia de superioridade masculina e de promover a igualdade entre os gêneros. Entendo que muitos continuam sem entender, então começo a abrir mão de sociologia, história, psicologia e toda ciência capaz de analisar o papel da mulher nas sociedades para construir meu trabalho. Cada semana é um artigo diferente, as mulheres já me reconhecem nas ruas, os maridos me olham atarracados, e já tenho a iminente sensação de que ficarei para tia. Não importa, tenho minhas leitoras, minha coluna, e ainda alguns simpatizantes que ainda não vedaram meu trabalho. Falo de restrição à propriedade e ao sufrágio, progressivamente sendo superada no país. A Constituição de 1946 comprovaria isso.

O século 20 inaugura extensos progressos técnicos e mesmo teóricos, estendidos em campos diversos como a ciência, a sociologia, a política, e concretiza-se em acontecimentos históricos marcantes na configuração cada vez mais emblemática do capitalismo como o modo de produção que vem para ficar. A ditadura militar nos cala (e aqui incluo muitos homens), mas a tecnologia estampada em produtos a serem consumidos mais e mais pelas famílias provoca uma revolução nos lares e consequentemente isso traz reflexos às nossas vidas como um todo. Sou uma boa dona de casa, esposa de um burguês que prosperou na vida. Faço penteados metódicos de manhã porque sei que pouco se desgastarão. Os equipamentos domésticos parecem uma bênção, ao mesmo tempo em que mais e mais propagandas incentivadoras do consumo voltam seus olhos para mim e tantas outras. Programas de TV, revistas, artigos de moda, de decoração do lar movimentam um mercado feminino cada vez mais expressivo, e se, a julgar pelas aparências, pudesse parecer que tudo isso iria nos calar para nossa condição, acabou mais por fomentar o contrário. Sei fazer a bela imagem da boa dona de casa, a que cozinha sobre sapatos de verniz porque viu em alguma propaganda americana, mas sinto como nunca o vazio de ser apenas uma imagem de perfeição estereotipada. Sou cobrada por homens, por mulheres, por toda a sociedade. Não posso cobrar nada de ninguém, e as únicas coisas que tenho ganhado nesses anos são bens ditos imprescindíveis para a imagem de família feliz que queremos passar. Sou feliz, pode-se dizer que sim, mas isso não significa que se deve parar por aí.

Entedio-me com a função de dona de casa e caio no movimento hippie que, mesmo em menor escala, acabou por afetar a nós, brasileiros. Sou uma daquelas que usam os

cabelos lisos compridos, saias longas e blusas à meia barriga e que chocam os avós e tios pela filosofia transcendental. Estou num quarto protótipo da bagunça, fumando deitada sobre a cama, ouvindo o belo som de Janis. Lembro-me da última passeata em prol da liberdade de expressão, me contorço ao pensar na retaliação dos militares. Estou em terra de estrangeiro, e rapidamente caio em um protesto contra o artificialismo das sociedades, o consumo massificador, a alienação das pessoas acerca das mazelas do mundo. Ergo dizeres de igualdade de gêneros, apoio o cara negro do meu lado que reivindica o fim do preconceito, penso com alívio que a Guerra Fria ainda não havia explodido o mundo. E peço pelo Vietnã, pelas tantas outras mulheres vietnamitas que são corroídas pela guerra.

Gosto de me sentir livre e ter a libertadora sensação de que estou nem aí para as convenções. Posso ser vista como muitas outras consideradas perdidas na vida, mas sei que quem me julga assim só pode ter a vista embaçada. Faço sexo libertador e escolho com quem fazer, as consequências remetem exclusivamente a mim. Fumo o meu baseado discutindo política com camaradas simpatizantes do feminismo, penso que a legalização do aborto é uma questão que não deve deixar de ser discutida, e digo sempre “vá à merda!” quando alguém vem me dizer que amigo negro não é amigo que se preze.

Na última viagem sou uma mulher que perdeu o namorado idealista e caiu num casamento de fachada. Voltei para o Brasil há alguns anos e não fumo mais meus baseados. A Guerra Fria acabou, a ditadura teve fim com os militares crápulas nos sorrindo nas esquinas, o Brasil rasteja na redemocratização. Sou uma mulher tentando galgar a hierarquia corporativa, a desigual equiparação dos salários e oportunidades que geram um abismo entre mim e outros homens como meu marido. Penso na condição das muçulmanas e vejo que tudo pode ser pior. As notícias dizem, os fatos revelam. Leio em algum lugar que a ONU lançou oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, colocando em pauta a promoção da igualdade entre gêneros num debate que vai desde a problemática do trabalho até a violência contra a mulher. Volto ao presente e rio ao pensar que treze anos depois essa condição arcaica ainda não foi superada.

Agora estou chorando em frente a um homem que me oprime e violenta. Tento emitir alguma palavra que amenize sua fúria, mas apenas sou mais espancada. Corro para o banheiro ouvindo os gritos de fora, me convulsiono pensando que o amanhã seria um novo dia, e que provavelmente seria tratada como se nada tivesse acontecido. Alguma amiga veria o olho roxo e tentaria me persuadir a procurar um, como diria, “sistema de

apoio às mulheres vítimas de violência doméstica”. Conheço bem a Lei Maria da Penha, mas ainda assim teria medo. Meu marido, se fosse preso, voltaria rapidamente para casa e me espancaria ainda mais. Penso que talvez pudesse reverter a boca silenciosa, se punições mais efetivas fossem instauradas contra crimes dessa natureza. Provavelmente é o que eu faria, mas enquanto isso fico sentada à porta do banheiro pensando que a essa mesma hora dezenas de congolesas estão sendo espancadas ou violentadas até a morte.

Volto à minha realidade e vejo que se passaram horas. Resolvo tomar mais uma dose de vodca pelo peso dos pensamentos, vejo em cima da mesinha de centro meus livros de engenharia e dou um sorriso. Olho o apartamento à minha volta entregue só aos meus cuidados, sorrio. Vejo uma bagunça de copos e louças na cozinha e lembro com saudade da noite que ficou para trás. Sinto a deliciosa sensação de se aportar em um navio depois de um naufrágio, e constato que, para chegar ao lugar que pretendemos, basta nos conscientizarmos de que somos agentes que tanto constroem preceitos para um convívio mais humano e igualitário da sociedade quanto destroem os que não se adequam à ideia de um mundo mais justo e complacente com todas as diferenças, sejam elas de etnia, de religião, de orientação política, de estrato social ou de sexo.

Mas ainda assim, nem sempre o bem vence o mal. Nem sempre o tudo vence o nada. O nada seria um buraco negro que nos engole? Talvez. Sou a dona do talvez. Acho que nada é fixo, tudo depende de, é relativo a. Por isso vou me perguntando, e questionando até chegar a uma média que me deixe satisfeita. *Satisfeita* não seria o eufemismo de *conformada*? É, o blues não está ajudando. Sento-me na escrivaninha que fica de frente para a janela. Só falta o cigarro. O cinzeiro existe porque decora e socorre algum amigo. Lembro-me novamente da noite de ontem que compartilhei com amigos. Falamos da Síria, da paquistanesa que irritou os talibãs por defender que as meninas também têm o direito à educação, do Brasil em crise política. Mas falamos também de esperança, de cinema, literatura. Dormi ligeiramente bêbada, um leve torpor nos pés e na mente. A ressaca da manhã não condissera com nada, parecera vinda de um porre tremendo que nunca tive. Agora podia estar bebendo, mas ouvi em algum lugar que faz mal à saúde. Saio da cadeira, a chuva parou. Sinto a boa paz que vem depois dos vendavais, a boa paz que se cumpre quando se fez alguma coisa. Fiz reflexões, acabei por levá-las a sério. Visto um casaco, que a chuva deixou o frio, desço as escadas e dou com a rua. O tráfego está tranquilo, continuo caminhando. Chego à outra calçada agradecendo pela graça de estar viva, mesmo que ainda com perguntas e alguma saudade do que não tive.

E olho a floricultura que sorri para mim.

RIO GRANDE DO SUL – Sapucaia do Sul

A REDENÇÃO DE INÊS

Amanda Ferreira Meurer

Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Sapucaia do Sul

Professora Orientadora: Graziela Rinaldi da Rosa

Meu nome é Inês, vem do grego e significa casta ou pura. Coisa que não fui nem terei a chance de me tornar, pois estou morta. Escrevo a vocês para pedir encarecidamente que me perdoem. Eu sinto muito. “Perdoar o quê? Sequer conheci você”, tu debes estar pensando. É verdade, mas mesmo que eu também não tenha te conhecido, seja menino ou menina, moço ou moça, homem ou mulher, sei que meus erros afetaram tua vida.

Durante meu período de vida, milhares de mulheres foram espancadas, violentadas, assassinadas, tiveram seus direitos sociais e a liberdade individual arrancados por um mal muito anterior à cidadania: o machismo. E eu, infelizmente, também sou responsável por todo sofrimento dessas mulheres. Antes de seguir, te peço: não crie ressentimentos para comigo. Assim como toda mulher machista, fui tanto opressora quanto minha própria vítima.

Se achares que me culpo à toa, deixe-me explicar. Em vida – assim como todo mundo – adquiri muitos preconceitos. Esses preconceitos me mantiveram cega à realidade enquanto vivi, mas os abandonei com o plano terrestre e, de alguma forma, fui tomada por uma epifania. Desde então, venho observando o comportamento humano. Percebi que o preconceito em geral, seja sexual, racial ou social, dissemina-se. Ninguém nasce preconceituoso, e isso está claro. As pessoas adquirem conceitos e preconceitos observando o meio em que vivem. No meu caso, observei uma cultura sexista. Durante o passar dos anos, convivi com muita gente: amigos, colegas de trabalho, vizinhos, familiares, meus próprios filhos educados conforme o sexo, minha nora, que tanto ensinei a servir meu filho assim como servi meu marido... A todos eles, eu influenciei. Eles, por sua vez, influenciaram outras pessoas, e assim por diante. Portanto, porque ingenuamente aderi ao machismo e inevitavelmente o disseminei, também fui responsável pelo sofrimento de incontáveis mulheres.

Realmente não fui agressora, mas fui cúmplice do marido violento, ao justificar a agressão dizendo que sua esposa não agia como deveria. Fui cúmplice do estuprador no momento em que duvidei da vítima, me baseando apenas na roupa em que vestia. Questionei a capacidade profissional de moças em qualquer serviço que não fosse como empregada doméstica e, hoje sei, contribuí para o tráfico de mulheres e para a prostituição. Ao ensinar que deveriam ser perfeitas donzelas enquanto estimulava meninos a ter o máximo de relações sexuais possíveis, fui responsável por crimes de violência sexual. Como se não fosse o bastante, brinquei: “Segurem suas cabritas porque meu bode está solto”.

Como já disse, venho observando as pessoas. No dia 29 de agosto de 2013, assisti a um homem torturar e perfurar os olhos da ex-mulher, que havia se recusado a reatar o relacionamento. Para ti, minha querida, que agora vais viver na escuridão de um jeito diferente do que eu vivi, minha sincera admiração por toda força e coragem que tens tido. Gostaria de ter sido parecida contigo, gostaria de ter uma segunda chance. Ser feminista, lutar por igualdade para todos independente de qualquer diferença. No entanto, cada um tem apenas uma chance, e é por isso que venho alertar a vocês para que não desperdicem suas oportunidades como eu desperdicei.

Por mais estranho que pareça, pude perceber que a sociedade sexista não se limita a oprimir mulheres. Qualquer homem que não desejar ter relações sexuais com diversas mulheres como se fossem objetos, casar, ser o núcleo de poder e núcleo econômico de uma família é tido como aquele que falhou. Macho tem que ser forte, insensível, bem remunerado. Não pode ser delicado, não pode chorar, não pode ser vaidoso ou – Deus o livre! – ser ajudado financeiramente por uma mulher. Afinal, o livre-arbítrio não é tão livre assim.

Por falar em ausência de liberdade, não posso deixar de lembrar os homossexuais, que, admito, muito desprezei. Desprezei porque no fundo não entendia como alguém do sexo masculino podia ter o tão indigno gênero feminino, ou como uma mulher poderia ousar buscar sua própria felicidade e – vejam só! – não servir a homem nenhum. Aos héteros, gays, bis, trans: quero que saibam que a luta feminista e a luta contra a homofobia são uma só. Jamais se envergonhem de ser quem são, pois não há razão para isso. Quanto àqueles que os tratam de maneira indigna hoje, estarão envergonhados de si mesmos amanhã... E disso, eu entendo.

Quanto ao machismo feminino que tanto pratiquei e por isso me chocou especialmente quando pude entender sua dimensão, existem diversas formas de manifestação. Há aquelas que compõem a historinha misógina de que mulheres são superficiais, fofoqueiras, fúteis, aproveitadoras e passam a sentir orgulho por serem machistas, pois querem dizer à sociedade “vejam, eu não sou como elas”, sem perceber que na realidade pouquíssimas pessoas são (e têm essas características independentemente de gênero). Riem de piadas machistas para mostrar que elas, sim, têm senso de humor; ressaltam que não gostam de maquiagem, salto alto ou rosa pink. Gostaria que essas atitudes fossem consequência de uma nova liberdade individual para as mulheres, mas é uma tentativa falha de fugir da opressão machista aliando-se a ela.

A mesma estratégia falha de aliar-se ao machismo é adotada por uma surpreendente quantidade de garotas que sentem como se precisassem parecer modernas e liberadas sexualmente, cujo objetivo não é buscar prazer, mas aparentam fazer sexo por uma questão de aceitação social. Considero esse novo tipo de opressão machista tão repugnante quanto o clássico, que foi meu caso.

Fui pressionada a me mostrar pura a vida inteira. Casta e pura, como meu nome. Me senti desprezível e egoísta porque lá no fundo eu queria mesmo é ser feliz e – que ideia absurda! – viver pra mim mesma. Acabei preferindo viver uma farsa do ir contra tudo que havia observado. Fingi ser quem haviam me ensinado a ser, mas não era – podes me entender?

Me chamo Inês, mas o significado do meu nome não influenciou quem fui. Por outro lado, meu sexo, minha raça, opção sexual e, sobretudo, a sociedade ditaram a pessoa que passei a vida sendo, embora não fosse. E quanto a ti, vais deixar que aconteça o mesmo contigo?

O CRIME DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Natan Schmitz Kremer

Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães

Professora Orientadora: Margarete da Rosa Vieira

As curvas, donas das voltas que a vida dá, são as mesmas que me trouxeram até aqui e que levam todos à cidade em que nasci. Curvas que caminham a subida dos montes que formam o vale dentro do qual a cidade se fundou, o vale de minhas lágrimas, as quatorze estações da *via crucis* de meu corpo.

Não é uma gota de água que faz o copo transbordar. Como não é a mão que voa na cara que faz o tapa doer. Esquece-se da submissão que a mão erguida e estabilizada no ar causava em minha mãe cada vez que meu pai gritava. Meu pai, Homem-Mor, Homem-Delta, Homem com H maiúsculo. Dizem alguns que Deus com letra maiúscula é uma das maiores provas de etnocentrismo, acreditar em um ‘D’eu superior aos demais deuses. Um Homem, detentor de uma dose exacerbada de si mesmo, trazendo internalizadas concepções cheias de poderes, que isentam o Macho Potente e Viril de qualquer questionamento, tal como esse Deus maiúsculo, onipresente, onipotente, onisciente.

A primeira vez em que o professor de Geografia entrou na sala de aula, eu tinha 15 anos de idade. Morava em uma cidade pequena, pacata, onde existia apenas uma escola de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Ele era professor das últimas turmas dessa escola. Com 15 anos, estava no oitavo ano. Tínhamos, com ele, três aulas semanais, e logo a primeira aula de segunda-feira foi por ele ministrada. Havia um medo coletivo e, justamente por isso, todos se calavam perante sua figura, em especial as meninas. Nesse tempo, ainda tínhamos aulas de Ensino Religioso, das quais o padre da comunidade era o professor. Aprendíamos com ele os bons e os maus princípios, o certo e o errado, o dever fazer e o dever estar longe de quem faça. E sempre, nos fins das aulas, nos oferecia uma passagem bíblica. Uma delas muito me marcou, ela diz que “Como Cristo é a cabeça da igreja, o homem é a cabeça da mulher”.

Durante o oitavo e o nono ano, a vida mantinha o mesmo fluxo, e, nesse, seguia calando-me, tal como minha mãe, frente a meu pai, e começando também a calar-me frente a meus irmãos, Homens que há pouco passaram a entender o H maiúsculo, donos de uma

vida que eu jamais poderia ter. Ao calar-me diante deles, aprendi a calar-me também diante da vida, frente aos estigmas que hierarquizam. O modelo hierárquico da versão tradicional que opõe masculino-dominância-atividade versus feminino-submissão-passividade. Configuração ainda vigente nos cantos dessa cidade que se diz modernizada.

Na escola, o professor de geografia sempre nos propagou o temor, e eu, que vivia com os medos que carregava sob um fenótipo não ideal de cabelos crespos, calava-me na presença do Homem.

Adentrando o Ensino Médio, outra vez estava o professor de Geografia em frente à turma, dessa vez apenas em duas aulas semanais. O ano correu com as mesmas dores simbólicas por trás de cada gesto. No fim do ano, para meu espanto e surra que levei de meu pai - um Homem negro que havia esquecido o peso de uma chibatada -, tive a primeira prova de recuperação de minha vida. Não mais me bastavam os estigmas de cabelo ruim, beijo gordo, nariz achatado. Agora também era vista pela direção do colégio como a menina burra que, por ser negra, não tinha condições intelectuais de acompanhar os colegas brancos.

No início do segundo ano do Ensino Médio, os primeiros toques em meu braço, enquanto copiava as fórmulas de contas de fusos horários, começaram. Em um princípio, eram toques tolos, sem sentido, como cutucar-me ao passar por entre as fileiras de carteiras dos alunos. Passou-se o primeiro bimestre, o segundo. Na semana após as férias, sentada em minha carteira, foi a primeira vez que ele colocou seu dedo sob minha camiseta de uniforme, por debaixo da alça de meu sutiã, erguendo-a e, em seguida, soltando-a.

Meu corpo, nos últimos anos, por consequência de menstruações, hormônios, idade, havia se transformado. Peitos me haviam crescido, o corpo em desenvolvimento. Perspectivas de sexo, na época com 18 anos, não tinha nenhuma. Havia escutado apenas uma vez uma discussão de meus pais sobre camisetinha, que pensava eu ser falta de dinheiro para que comprassem uma camisetinha para meu irmão mais novo, que já tinha sete anos. Na época, não compreendi o sentido da frase que minha mãe gritou: “use camisetinha ao menos com estas vagabundas de rua para que não tragas a AIDS pra dentro de casa para contaminar teus filhos”, nem o estouro que ouvi em seguida.

Os toques começaram a ser mais contínuos. Com medo deles, me esforçava cada vez mais para não ficar em recuperação. No último dia de aula, a única aluna que pegou exame final, descobri, fui eu. Na prova de recuperação, não havia ninguém mais no colégio, e o professor levou-me ao almoxarifado, com a desculpa de que lá havia um mapa no qual deveria localizar alguns países como parte da avaliação.

Quando entramos, tocou-me a calça na região em que as pernas se encontravam para formar meu tronco. Tocou com força, com a outra mão, meu peito negro de mamilo duro e escuro. Não conhecia meu corpo. Éramos incubadoras que serviam para gerar varões. Minhas irmãs não conheciam o amor, apenas a ilusão de que a maternidade seria a felicidade e que, por isso, todas nós deveríamos casar e submeter-nos a nossos donos, como boas escravas que ainda éramos. Deveríamos, todas, sermos boas amas de leite e servir como provedoras a seus varões enquanto esses não possuíssem suas próprias esposas.

Para meu professor, era eu um animal exótico, uma negra de cabelo duro e arrepiado em plena década de 1990. Antes da excitação sexual, estava ele me desejando apenas para evidenciar o seu status Dominador.

Ele me tocava e cada vez sentia mais nojo de mim mesma por não conseguir gritar para que me soltasse. Colocou sua mão em minha boca, mordi seus dedos e urrei desesperadamente. Meu grito o aterrorizou e, vendo que eu não suportaria mais calada, colocou em minha boca um pedaço de pano usado para a limpeza do chão.

Começou a morder-me os mamilos, volteou-me e seu pênis ereto penetrou-me de uma só vez o ânus. Meus gritos saíram, mas o pano em minha boca abafava-os e, mesmo que conseguisse emitir algum som mais alto, a escola estava deserta. Os professores mais antigos tinham uma cópia das chaves e podiam ficar até mais tarde utilizando a máquina de escrever da secretaria para preparar provas. As turmas de terceiro ano ainda não haviam feito o exame de recuperação.

Enquanto intercalava seu falo entre meu corpo, tirou um dos cabos de vassoura do almoxarifado e bateu em minha cabeça com ele. Desmaiei. E quando acordei já não sabia onde estava; quem era; como era. As partes visíveis de meu corpo, meu rosto, mãos e braços estavam em perfeito estado, porém meu tronco, os peitos, vagina, ânus, estavam em quase decomposição. De meu ânus escorria um líquido misto de fezes, sêmen e sangue. O mamilo esquerdo sangrava por conta das mordidas.

Cheguei a minha casa após o horário de sempre. Meu pai, que trabalhava na roça de cana, levava uma marmita para seu almoço, ele e meus outros irmãos faziam isso nas férias junto aos outros homens negros da cidade. Minhas irmãs, também de férias, estavam trabalhando em casas de pessoas ricas, das quais durante o ano minha mãe lavava as roupas.

Ao chegar a casa, fui ao banheiro, a água começou a cair, era fluxo. Tudo era fluxo e ia-se ao nada, trilhando as curvas do chão de cimento áspero. Banhei-me e senti as

dores de meu corpo. Essas eram demasiado pequenas se comparadas com o que sentia no peito que latejava enquanto não lograva arrancar as imagens de minha cabeça.

Passaram-se dois meses quando me dei conta de que minha barriga começava a crescer.

O terceiro ano do Ensino Médio começou junto a desmaios e enjoos nas aulas de Ensino Religioso. Um dia, à tarde, chegou uma mulher em minha casa. Era a esposa do professor de Geografia. Ela trazia na bolsa agulhas de crochê e disse que me ajudaria a livrar-me do que carregava em mim. Primeiro, fez um chá forte com umas ervas que não conhecia, hoje sei que era uma mescla de carqueja com macela. Após algum tempo, quando o chá começava a fazer efeito, disse que deveria tirar minha roupa e deitar-me na cama. Assim o fiz. Começou a penetrar-me com as agulhas de crochê e as dores que aquele dia senti vieram-me novamente a tona. De dentro de mim saía junto, com o sangue e pedaços de pele, um vazio, um buraco, um abismo não preenchido rodeado por curvas de montanhas, a *via crucis*, e eu, as quatorze estações, a cruz. Por tanto tempo o padre havia ensinado o que era bom e o que era ruim. O padre, a existência que tão bem sabia julgar o certo e o errado, mas jamais entender, apenas julgar.

Após o trabalho com as agulhas, o feto saindo despedaçado, não tinha condições de mover-me. Ela se foi. Pouco tempo depois, a polícia abria as portas de minha casa. Ao sair, ela havia ligado denunciando-me. Minha mãe, Maria, não me teve nos braços na décima terceira estação: da cruz fui direto ao túmulo.

Mergulho nas águas mais fundas que me converteram em tempestade interna e brisa aparente. Mergulho nas águas que têm a mínima capacidade de descongelar o meu eu, que após a prisão por 'cometer um crime contra a vida' fez tornar-me. Foi-se pelos ares o desejo de existir, desejo esse que - hoje, anos depois, dou-me conta - jamais tive dentro de toda aquela comunidade em que a mulher é meramente máquina de reprodução de varões de V maiúsculo, mas nunca V de veado, esse minúsculo, mínimo, prejudicado e à parte da realidade da qual venho. A mulher meramente incubadora de filhos Homens, filhos que são mão de obra da colheita da cana-de-açúcar, que paga os vícios do chefe, a luxúria do rei, o dízimo ao papa.

Mergulho na hemorragia que me escorreu pelas pernas ao entrar em uma ambulância que, após ver o aglomerado de pele e ossos mal formados e despedaçados, trouxe-me para cá. Mergulho no mesmo sangue que, ainda escorrendo, trouxe-me a esta penitenciária que acredita mais na naturalização da violência, do que no direito de uma pessoa que foi violentada e expulsa da própria vida. Penitenciária da transubstanciação, mas não a transubstanciação capaz de converter o pão e o vinho em corpo e sangue, mas, sim, capaz de converter o corpo e o sangue em massa bruta, morta, oca.

ENCONTRADA A ROUPA PARA O DOMÍNIO DO MUNDO?

Samilla Ellen Silva Sena

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins

Diz-se que os piores cegos são aqueles que não querem ver. Conforme o adágio, realmente são cegos os que vedam os olhos e não percebem o crescimento da mulher em áreas inimagináveis há tempos atrás. Um autor desconhecido disse que as mulheres não conquistaram o mundo - ainda- por não terem encontrado as vestes a seus olhos adequadas, porém, descobrem cada vez mais a força residente nelas e os meios de fazê-lo.

A brincadeira de boneca resiste ao tempo, mas também, ao longo dele, começa-se a brincar de arquiteta, presidente, empresária, e refuta-se a ideia de que foram criadas para tão somente estruturar um lar e servir-lhe incondicionalmente em detrimento dos seus desejos e sonhos.

E em nome desses sonhos, a mulher transforma seus anseios em busca, e corre atrás de seus direitos. John Lennon falou que: “A mulher é o negro do mundo. A mulher é a escrava dos escravos. Se ela tenta ser livre, tu (homem) dizes que ela não te ama. Se ela pensa, tu dizes que ela quer ser homem.”, e contra os avanços mundiais, infelizmente, persistem pensamentos como esse descrito, e não apenas por conta de homens, como também de mulheres que caminham no terreno da submissão e não dão ouvidos à luta pela igualdade. Como se não bastasse, esses cidadãos espalhados pelo globo semeiam na mente das futuras gerações tão incongruentes conclusões.

As escravas de um governo que não atendia às necessidades - e muito menos considerava suas cidadãs, privando-as do direito ao voto, à educação e até mesmo àqueles manifestados sobre a gestação - progressivamente tornaram lícitas tais prerrogativas durante as diversas lutas no decorrer da história, com ênfase nas que discorreram durante o século 19, não por serem de maior glamour, mas por demonstrarem a libertação da sociedade e a salvação de conceitos retrógrados de forma mais intensa.

Há aqueles que se utilizam de um ser supremo para justificar tais atitudes, com os mesmo olhos que leem que “... o homem será a cabeça...”(Co. 11:3), ignorando o trecho “Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele”(Gn. 2:22).

Todavia, a causa não perdeu força por motivos de tal linha de raciocínio, pelo contrário, desabonaram-se os preconceitos, e até mesmo um dos grandes pensadores da História, Shakespeare, em sua frase “Fragilidade, o teu nome é mulher!”. Isso também é demonstrado por outros autores. Martin, personagem do livro *Iracema*, de José de Alencar, aprendeu que a mulher é símbolo de ternura e amor. E, anos mais tarde, na mesma escola literária e pelas mãos do mesmo autor, nasceu Aurélia Camargo, em “Senhora”, que não é isenta de amor e ternura, mas, integrada a essas qualidades, apresenta independência e competência que impressionam e que são superiores a de homens que compõem a obra.

A rainha do lar abriu espaço para a profissional, sem deixar a família em segundo plano. Em 2011, 19.206.197 mulheres estavam empregadas com carteira assinada, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do MTE. Elas estão alcançando as mais variadas áreas de trabalho de forma exponencial e com louvor. “As mulheres são atenciosas, detalhistas, cuidadosas ao manusear os equipamentos e se adaptaram bem nesse mercado, que era exclusivamente masculino”, são palavras do diretor de operações da MIP Edificações, Márcio Afonso Pereira, evidenciando pontos positivos na inserção de profissionais do conhecido sexo frágil.

A opinião de Márcio Afonso Pereira não é um caso isolado, o mercado de construção civil recebeu mais de 200 mil trabalhadoras segundo a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), assumindo um âmbito que foi totalmente caracterizado pelos homens ainda neste século.

A expressão do trabalho feminino não se restringiu à construção civil, teve um grande ingresso de funcionárias na metalurgia, infelizmente, não englobadas na igualdade de gêneros, pois, mesmo com 445 mil operárias em 2012, seus salários se mostravam 27,9% menores que o salário masculino, apesar de uma taxa de 15,48% das mulheres terem completado o ensino superior, contra um índice de 9,27% referentes aos homens.

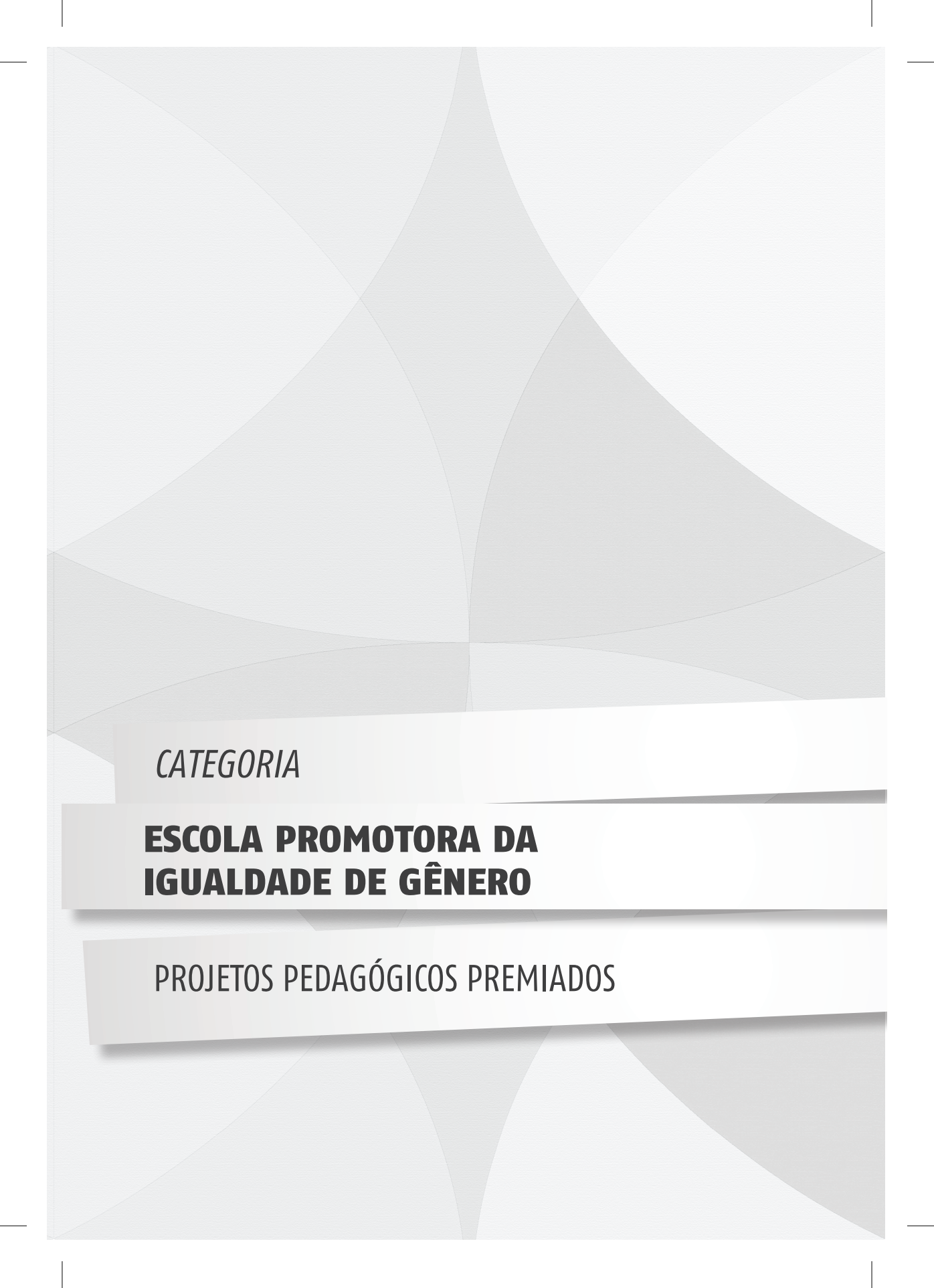
Nada justifica a exclusão da mulher de vários meios sociais. Mostra-se mais que provado que a capacidade de exercer suas funções, seja no emprego, seja no lar, são características presentes nas mulheres modernas. Suas peculiaridades são bônus dentro do seu local de trabalho, tendo um tato que muitas vezes é despercebido (pelo/no) ao homem.

Leis como Maria da Penha, a garantia de exame anual de mamografia e a lei que prevê pensão alimentícia durante gestação devem ser incentivadas, para não só atribuir

conforto e cidadania à mulher, mas também educar a sociedade, que a conhecia como escrava sexual, para olhá-la como cidadã digna de respeito.

Opondo-se à ideia de Luís Fernando Veríssimo, a mulher não quer subjugar o homem a suas antigas funções, nem o considera dispensável. É, no entanto, por já serem consideradas assim que clamam por uma realidade comum, e não mais aquela que é tão menosprezada e muitas vezes declarada que não pode ser executada pelo “sexo forte”.





CATEGORIA

**ESCOLA PROMOTORA DA
IGUALDADE DE GÊNERO**

PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS

INTRODUÇÃO

A Categoria *Escola Promotora da Igualdade de Gênero* recebeu a inscrição de 59 projetos, dos quais foram selecionados 10.

A região Nordeste foi a que apresentou maior número de inscritos (47,46%), seguida pela região a Sudeste, com 22,03%, pela região Centro-Oeste, com 13,56%, e pelas regiões Norte e Sul, com 8,47%, cada.

Projetos vencedores na categoria *Escola Promotora da Igualdade de Gênero*

UF	Nome da escola promotora	Projeto pedagógico
AC	Escola Estadual Georgete Eluan Kalume	Vivia, mas não via. Agora vejo
DF	Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina	Projeto "Diversidade na escola"
GO	Colégio Desafio	A difícil arte de ser considerado diferente
MG	Instituto Ítalo Brasileiro Bicultural Fundação Torino	Mapeando e denunciando a violência contra a mulher na Região Metropolitana de Belo Horizonte
MS	Escola Municipal Neil Fiorante	Estereótipos de gênero: leitura, ludicidade, tecnologia, arte e trânsito como caminhos de intervenção e prevenção
PE	Escola Polivalente de Abreu Lima	Plantas sagradas do Candomblé: a presença feminina nas religiões afro-brasileiras
PR	Colégio Estadual Maria José B. Aguilera	Gênero, diversidade sexual e relações etnicorraciais: a demarcação dos lugares e a produção das diferenças
RJ	CIEP Brizolão 168 Ilda Silveira Rodrigues	A semântica do olhar feminino – Poetisas
SC	Escola de Educação Básica Santa Catarina	Educar para a diversidade: escola promotora de igualdade diante das diferenças
SE	Escola Municipal João Nascimento Filho	Gênero e diversidade: autoafirmação da identidade negra nas séries finais do Ensino Fundamental

ACRE - Rio Branco

Escola Estadual Georgete Eluan Kalume

Título do projeto:

VIVIA, MAS NÃO VIA. AGORA VEJO

Coordenação do projeto

Hélio Sebastião da Silva

O projeto “Vivia, mas não via. Agora vejo” foi realizado na Escola Estadual Georgete Eluan Kalume, Rio Branco – AC, com objetivo de oferecer às mães dos alunos a oportunidade de aumentar seu espaço de atividade social, pois muitas mulheres da comunidade não possuíam ocupação extrafamiliar. A escola elaborou o projeto como forma de oferecer a essas mulheres oportunidades únicas de aprendizado voltado para diminuir a desigualdade de gênero.

Na medida em que o projeto se desenvolvia, agregavam-se a ele parcerias de fundamental importância, que construíram um alicerce para a continuidade e eficiência do mesmo. Dentre essas parcerias, o Programa Alfa100 da SEE, que, conjuntamente com o Governo Federal, proporcionou o material didático utilizado pelos professores, que foram de essencial importância no processo de alfabetização das mães de alunos; a SEME, que ofereceu capacitação pedagógica aos professores do projeto; e convidados ministraram palestras dos mais diversos temas. A organização do projeto percebia os pontos sensíveis em que as mulheres sentiam necessidade de mais informação e convidava os palestrantes. Abordou-se então: a saúde da mulher, corpo e sexualidade; violência doméstica; vítimas do tráfico de entorpecentes; controle de natalidade etc. Ainda auxiliados por parceiros, houve oficinas em que se oferecia às mulheres do projeto a oportunidade de aprender ofício que pudesse levá-las ao mercado de trabalho, visto que para muitas delas a única renda era a do Programa Bolsa Família. Dentre os cursos estavam o de culinária; produção de bombons de frutas tropicais; pintura em tecido; uso de retalhos de tecidos na confecção de objetos de decoração etc.

Os professores com a equipe gestora registraram e compararam os avanços e as dificuldades encontrados através da observação da participação e da necessidade de cada aluno do projeto, que foram comparadas com as dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental.

Os efeitos do projeto superaram as expectativas, pois percebemos que as metas da escola foram alcançadas. Houve uma solidificação na ligação entre a escola e a família, essa ficou mais presente e participativa. O rendimento escolar aumentou, enquanto que a evasão escolar decaiu com a distorção idade/série e a repetência, ocasionando melhores resultados do IDEB.

Vistos mais de uma vez os efeitos positivos do projeto, a equipe gestora está sempre reciclando suas ações pedagógicas, voltadas a atender as necessidades da comunidade escolar, assim como melhorar a qualidade de vida e diminuir as desigualdades sociais e erradicar as diferenças.

DISTRITO FEDERAL - Planaltina

Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina

Título do projeto:

DIVERSIDADE NA ESCOLA

Coordenação do projeto

Alexandre Magno Maciel Costa e Brito

As lutas por uma democracia plena ganham força a partir das transformações que a escola possibilita em seu cotidiano. Nesse sentido, vale afirmar que não seria possível qualquer transformação se a pluralidade vivida no ambiente escolar não fosse prevista. Para tanto, é fundamental que ações pedagógicas que visibilizem, tragam respeito e fomentem a convivência com as diferenças, tendo como base a alteridade, ocupem lugares importantes na prática de ensino/aprendizagem. A realidade da escola, em suas ocorrências diárias, em que muitas vezes a assimetria de gênero, a homofobia e o racismo já se manifestavam, clamava por um projeto que fosse interventivo, que representasse a identidade da juventude e que trouxesse para o centro das discussões os recortes de gênero. Partindo dessa perspectiva, o projeto Diversidade na escola vem moldando cada vez mais sua estrutura, contribuindo com reflexões e práticas voltadas à construção da igualdade de gênero.

No primeiro momento de aplicação do projeto, buscou-se trabalhar junto aos/as alunos/as os conceitos de gênero, identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual e sexo biológico, tudo isso antes de trazer para o contexto questões voltadas à violência. Era necessário que os/as alunos/as, de alguma forma, tivessem acesso às informações para que pudessem, posteriormente, analisar tais questões dentro de uma visão mais fundamentada nas questões de gênero. A partir daí, foram utilizados filmes, textos, dinâmicas e debates que trouxessem para o centro das discussões assuntos relacionados à diversidade, à sexualidade e à violência, sobretudo à violência contra a mulher. A temática de gênero trouxe para o projeto várias parcerias, dentre elas podem ser destacadas a Secretaria de Estado da Mulher e a Gerência Regional de Educação Básica de Planaltina. Um ponto facilitador para a execução foi a Cartilha da Lei Maria da Penha, distribuída pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, dando um viés pedagógico para a utilização da lei.

O projeto Diversidade na escola trouxe para o Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina um olhar mais apurado sobre as questões de gênero e as violências que ocupam essa temática. Percebe-se, em seus/suas alunos/as, mudança substancial relativa à diversidade, ao mesmo tempo em que deu à escola um perfil de quem constroi a igualdade de gênero.

GOIÁS - Goiânia

Colégio Desafio

Título do projeto:

A DIFÍCIL ARTE DE SER CONSIDERADO DIFERENTE

Coordenação do projeto

Francisco Donisete de Oliveira

O projeto Desafio Poético: a difícil arte de ser considerado diferente abriu espaço na rotina escolar dos alunos do Colégio Desafio, consagrando a convivência com os inúmeros tipos de diversidade e diferenças vivenciadas no dia a dia dos alunos.

O projeto aborda poesias com relatos observados e vivenciados pelos alunos, fazendo-os colocarem-se no lugar do outro e abolindo preconceitos. Os temas como tribos urbanas, deficiências, raças, orientação sexual, diferenças de idade e todos os demais foram trabalhados pelos professores, que esclareceram dúvidas e instigaram os alunos a produzirem suas obras poéticas.

A idealização do projeto surgiu a partir dos projetos governamentais voltados para o processo de inclusão nas escolas. Esse fato gerou discussões, dentre as quais a aceitação das diferenças, a receptividade dos alunos perante tais fatores e do novo ambiente escolar estilizado com adaptações para receber todos esses alunos com necessidades especiais.

Para a divulgação do livro, foi realizado um show com inúmeras apresentações feitas pelos próprios alunos, demonstrando todos os tipos de diferenças. O show foi prestigiado pela imprensa local, pais, autoridades e alguns artistas.

A realização desse projeto foi possível graças ao apoio de toda a equipe diretiva e de professores que se engajaram trabalhando o tema com os alunos e mostrando que ser diferente é ser normal, é ser único.

MINAS GERAIS – Nova Lima

Instituto Ítalo Brasileiro Bicultural Fundação Torino

Título do projeto:

MAPEANDO E DENUNCIANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Coordenação do projeto

Marcus Vinícius Leite

Projeto didático desenvolvido em turmas do Ensino Médio. O nosso objetivo foi o de esmiuçar, entender e denunciar as diversas formas de violência contra a mulher presentes no Brasil contemporâneo.

O trabalho recebeu o título de “Generocídio”, um dos termos utilizados para designar os diversos atos de violência ou abusos cometidos contra a mulher, comparando essa situação com os genocídios já vivenciados pela humanidade.

Além de discutir os temas da desvalorização e violência contra a mulher, os estudantes da Fundação Torino também passaram a quantificar e mapear os casos de abusos, agressões e assassinatos destacados pela mídia escrita mineira.

A quantificação e análise dos dados foi feita pelos alunos em grupos. Cada grupo apurava os dados de uma semana, num sistema de rodízio. De posse desses dados, eles montaram um mapa virtual pontuando os casos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse mapa virtual, confeccionado na plataforma Bing Maps, pode ser acessado pela Internet e foi incorporado num blog e divulgado numa conta de Twitter do projeto, além do site da escola.

Além do mapa virtual e da análise dos casos, a disciplina de História passou também a destacar a História das mulheres no Brasil, com o objetivo de levar os estudantes a entenderem as raízes desse fenômeno e também de atuarem no sentido de se tornarem agentes de mudança dessa realidade.

Os estudantes realizaram intervenção dentro do ambiente escolar, como a montagem e execução de palestras para os alunos do Ensino Fundamental II da escola, nas quais discutiram com as crianças o atual quadro de violência de gênero presente no Brasil e no mundo. Eles também apresentaram o resultado do trabalho realizado com o projeto. O mapa virtual, atualmente em seu segundo ano de apurações, está disponibilizado para acesso nas plataformas citadas.

Os estudantes melhoraram consideravelmente sua sensibilidade diante do tema, do qual puderam perceber a gravidade. Foi possível ainda que o grupo dimensionasse a atual situação como o resultado de um processo histórico de exclusão e violência diante do gênero feminino. A maior parte do grupo tornou-se apta a discutir o tema diante da nossa sociedade.

MATO GROSSO DO SUL - Dourados

Escola Municipal Neil Fiorante

Título do projeto:

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: LEITURA, LUDICIDADE, TECNOLOGIA, ARTE E TRÂNSITO COMO CAMINHOS DE INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO

Coordenação do projeto

Cristina Pires Dias Lins

O trabalho aqui apresentado teve como objetivo promover a alfabetização e o letramento aliados ao combate dos estereótipos de gêneros, que foram constatados nas falas e nas atitudes dos educandos.

O projeto desenvolveu-se no decorrer do ano de 2012 e envolveu a turma do 1º Ano (A) do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Neil Fioravanti, situada na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

A metodologia teve como base os teóricos Vygotsky e Paulo Freire. O desenvolvimento pautou-se por meio de um processo dialógico, histórico e cultural. Propiciou-se a interface das áreas de conhecimento, bem como a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, gêneros textuais diversificados e suportes diferenciados de leitura.

No primeiro momento, participaram os educandos, suas famílias e a equipe escolar. Em outros momentos, incluíram-se outros educadores da escola, por meio de uma oficina. O estudo envolveu, também, os educadores da Educação Infantil da Rede Municipal e outros profissionais por meio do II Encontro da História da Educação do Centro-Oeste.

Foram realizadas diversas avaliações: avaliação diagnóstica, avaliação contínua, avaliação formativa, autoavaliação do educando, autoavaliação da educadora e avaliação através de entrevista.

O estudo foi impactante e constatou-se que os resultados foram muito significativos. Os educandos ampliaram seus conhecimentos (cognitivo, motor, afetivo, social,

cultural) e houve a aliança de todos num trabalho voltado à construção da igualdade de gênero. Todos cresceram, especialmente, como cidadãos.

O projeto foi finalizado com a elaboração de um documento reivindicatório que foi entregue à Associação de Pais e Mestres - APM. Nele sugeriu-se a criação de uma Brinquedoteca Inclusiva.

A brinquedoteca terá esse nome tendo em vista que ficará disponível a todos os educandos da escola, independentemente da idade. Isso porque, apesar da sociedade documentar que a infância se dá até os 12 anos, acredita-se que isso é relativo, pois não existe uma idade predeterminada, capaz de cronometrá-la. Além disso, pensa-se que a ludicidade faz parte de todas as fases da vida.

O trabalho foi premiado pelo 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. A premiação oportunizará a continuidade do projeto e propiciará a construção da referente brinquedoteca, conjuntamente com educadores e educandos da instituição, de modo compartilhado.

PERNAMBUCO - Abreu e Lima

Escola Polivalente de Abreu Lima

Título do projeto:

PLANTAS SAGRADAS DO CANDOMBLÉ: A PRESENÇA FEMININA NAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Coordenação do projeto

Inaldo do Nascimento Ferreira

A Escola Polivalente de Abreu e Lima está situada na cidade de Abreu e Lima, município conhecido como a cidade mais evangélica do estado de Pernambuco. Como fruto da religião tida como “oficial na cidade”, a reprodução de diversos conflitos religiosos era recorrente em nosso espaço escolar, entre eles a segregação de alunos que possuíam religião de matriz africana (candomblé). Nessa situação os estudantes que professavam tal religião eram sempre vítimas de agressões verbais, sendo discriminados e hostilizados por grande parte da comunidade escolar. A situação piorou quando uma das alunas do Ensino Médio começou a faltar às aulas por estar sendo perseguida e segregada dos trabalhos em equipe por conta de sua família ser membro de um terreiro de candomblé na comunidade.

A metodologia consistiu em diversas oficinas, entre elas: leitura e discussão da Lei 10.639/2003; pesquisa sobre as principais Yalorixás e sua participação efetiva na preservação das tradições afro-brasileiras no estado de Pernambuco; dissecação, herborização e tombamento das plantas sagradas consagradas aos orixás femininos; pesquisa do uso espiritual de cada planta catalogada; visita ao terreiro de candomblé Ilê Axé Oxum Abatundé, pertencente à Mãe Zeninha; construção do herbário Abatundé e do Jardim didático afro Balê e confecção da cartilha digital Orixás femininos e seus domínios naturais.

Os impactos foram alcançados em diversas esferas:

- a) **social:** Através do reconhecimento e valorização da mulher como ser primordial nas religiões afro-brasileiras, contribuindo para a construção da igualdade de Gênero e tolerância religiosa nos espaços escolares;

- b) **ambiental:** Com a preservação das plantas sagradas do candomblé como ferramenta potencial para manutenção do patrimônio biológico dos povos tradicionais de terreiro;
- c) **virtual:** permitindo que as discussões sobre igualdade de gênero e tolerância religiosa sejam vivenciadas também fora dos muros da escola através da cartilha digital e;
- d) **cultural:** Com o reconhecimento da importância das Yalorixás como símbolo de luta e resistência na preservação dos legados culturais dos povos afro-brasileiros.

Os resultados alcançados foram: diminuição visível do preconceito e discriminação contra as mulheres e adeptos das religiões afro-brasileiras; criação de um herbário com plantas sagradas do candomblé consagradas aos orixás femininos; criação do primeiro jardim didático destinado às plantas sagradas dos orixás femininos, constituindo fonte de pesquisa *in natura* para membros de toda comunidade escolar, bem como para pesquisadores da comunidade externa; criação de um livro digital (e-book) contando a saga dos orixás femininos na luta pelo seu reconhecimento como divindades da natureza.

PARANÁ - Londrina

Colégio Estadual Maria José B. Aguilera

Título do projeto:

GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS: A DEMARCAÇÃO DOS LUGARES E A PRODUÇÃO DAS DIFERENÇAS

Coordenação do projeto

Joana D'Arc Moreira Noll e Sandra Mara Aguilera

Este projeto pedagógico é parte do plano de ação elaborado e aplicado no ano de 2013 pela Equipe Multidisciplinar no Colégio Estadual M.J.B. Aguilera. Foi desenvolvido com o objetivo de contribuir teórica e metodologicamente com a equipe e de cumprir a Instrução 10/2010 da Superintendência da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, que ressalta a vital importância da formação permanente tanto dos membros da equipe como dos/as demais profissionais de educação e comunidade escolar referente às diversidades etnicorracial, cultural, sexual e de gênero.

Os trabalhos desenvolvidos nos encontros de formação são em forma de seminários, oficinas, palestras, produção de poesias, artigos, criação de blog e outros, sempre direcionados para a compreensão do contexto histórico-social da construção e sedimentação de um discurso preconceituoso, violento, discriminatório e excludente. Como exemplo das atividades desenvolvidas, estão a seleção de materiais em textos de jornais, revistas, livros, sites (discursos políticos, sociais) para identificação, problematização, interpretação e compreensão dos sentidos produzidos socialmente sobre as questões de gênero, diversidade sexual e relações etnicorraciais; leituras sobre análise de discurso para a interpretação dos efeitos concretos do discurso, já que ele contém poder político, econômico e social, ou seja, é a análise do discurso de uma determinada época que possibilita a compreensão da importância da linguagem para a sedimentação da cultura; palestras que propiciem para a comunidade escolar conhecimentos sobre a diferença entre sexo e gênero, entre etnia e racismo; cartazes, painéis, poesias e exposições de artes contendo novos enunciados ou discursos que visem à garantia das liberdades individuais e coletivas, promovam a igualdade

de oportunidades e revitalizem o socialmente estabelecido, contribuindo para a criação de um novo discurso e também para a formação de uma nova mentalidade.

O projeto provocou o envolvimento de toda a comunidade escolar e aprofundamento nos conhecimentos produzidos para a compreensão da construção histórica e social das desigualdades e para o entendimento do que é diversidade; a disseminação das leis, políticas e ações relativas à diversidade; a produção e exposição no ambiente escolar de materiais artísticos sobre diferentes culturas; o lançamento do selo postal da equipe com divulgação do trabalho de enfrentamento a todos os tipos de preconceito, discriminação e exclusão.

RIO DE JANEIRO – Nova Iguaçu

CIEP Brizolão 168 Ilda Silveira Rodrigues

Título do projeto:

A SEMÂNTICA DO OLHAR FEMININO – POETISAS

Coordenação do projeto

Bárbara Adriana Pereira de Oliveira Silva de Assis

A partir da realidade de nossa escola, situada numa comunidade carente de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, observamos que havia falhas no que tange à valorização do feminino, entre alunos de ambos os gêneros, e iniciamos um projeto que demonstrasse os significados perceptíveis a partir do olhar feminino lançado através da poesia.

Por isso, resolvemos desenvolver esse tema através das aulas de Língua Portuguesa, Artes e História. Contar a história de luta da mulher e de sua caminhada em direção à igualdade de direitos entre os gêneros é fazer história. Sob o tema “igualdade de gêneros”, abriu-se um debate, tendo como comparativo à biografia de Chiquinha Gonzaga o antes e o depois. Na aula seguinte, apresentou-se o filme *Anjos Rebeldes (Iron Jewed Angels)*, dirigido por Katja von Garnier, que conta como as mulheres americanas alcançaram o sufrágio universal.

Após situarmos a mulher historicamente, passamos a observar vida e obra das autoras em foco. De **Florbela** d’Alma da Conceição **Espanca** (1894 – 1930), poetisa do Modernismo português, foram escolhidos os poemas *Fanatismo* (*Livro de Sôror Saudade*, 1923); *Amar* (*Charneca em Flor*, 1930); e *Eu* (*Livro de Mágoas*, 1919), para iniciar os trabalhos. Seguiram-se os poemas *Motivo* (*Viagem*, 1939); *Lua Adversa* e *Despedida* (*Vaga Música*, 1942); e *Balada das Dez Bailarinas do Cassino* (*Retrato Natural*, 1949) de **Cecília** Benevides de Carvalho **Meireles** (1901 – 1964), escritora do Modernismo brasileiro.

Houve uma pesquisa biográfica feita pelos alunos sobre as autoras contemporâneas **Marina Colasanti** Sant’Anna e **Elisa Lucinda** Campos Gomes, para os alunos escolherem dois poemas por autora.

Visitamos a Casa-Poema, em Botafogo, para incentivá-los nas produções poéticas próprias alusivas ao tema trabalhado, que foram escritas com base nas análises textuais e nos debates promovidos pelo projeto. Recolhida a produção textual, ocorreu uma avaliação para a composição de mais um, da série de livros *Protagonistas*.

Realizou-se, então, uma manhã de autógrafos, em que os responsáveis e familiares dos alunos foram convidados, seguida por uma mesa-redonda entre autoras convidadas Marina Colasanti e Elisa Lucinda e alunos. Palestrantes e alunos enveredaram pela Literatura para formalizarem suas conclusões diante do tema. Houve a participação da cantora e compositora Adriana Calcanhotto através duma breve conversa com os presentes sobre igualdade de gêneros e de suas músicas, bem como as de Chiquinha Gonzaga.

SANTA CATARINA – São Francisco do Sul

Escola de Educação Básica Santa Catarina

Título do projeto:

EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: ESCOLA PROMOTORA DE IGUALDADE DIANTE DAS DIFERENÇAS

Coordenação do projeto

Edilene Soraia da Silva

Este relato contempla experiências educativas desenvolvidas na Escola de Educação Básica Santa Catarina, da rede Estadual de Ensino, de São Francisco do Sul/SC. A escola conta com cerca de 800 alunos das mais diversas realidades socioculturais e econômicas e vem desenvolvendo tais práticas desde 2010 por proposta de um curso de capacitação sobre Diversidade na Escola, do qual a coordenadora participou, resultando na publicação de um artigo, que foi apresentado na Semana da Diversidade, em Joinville, e apresentado e publicado com o título “Homossexualidade na escola: concepções, variantes e orientações para a prática educativa de respeito às diversidades”, no I Congresso de Iniciação Científica de Pós-graduação.

A proposta do artigo visou oferecer aos docentes da Educação Básica material explicativo sobre a homossexualidade como fenômeno biológico natural entre quase todas as espécies de seres vivos, ocorrendo também nos seres humanos. As práticas iniciaram nas aulas de Biologia seguida pelos professores de História e Sociologia e eventualmente pelos demais professores das outras disciplinas como tema transversal obrigatório de acordo com o Plano Político Pedagógico da instituição.

Assim, o objetivo geral do projeto é promover a cultura do respeito à diversidade sexual na escola e na sociedade. A metodologia aplicada parte do princípio de que a educação para a diversidade deve ser promovida em todos os aspectos e pelos profissionais de todas as áreas da educação de modo interdisciplinar, através de trabalhos realizados nos cursos de Ensino Médio e do Magistério. Esses devem contemplar o assunto inserido nos conteúdos curriculares das próprias disciplinas, facilitando a abordagem e justificando sua necessidade e seus objetivos. A homossexualidade é apenas mais um entre outros temas distribuídos aos alunos, tirando o foco exclusivo do assunto, generalizando-o já

como um tema naturalmente interessante para discussão e compreensão através de pesquisas científicas na Internet no laboratório de informática, apresentações de slides em PowerPoint, dramatizações, debates coletivos, oficinas práticas, produção de cartazes, redações e mesmo aulas expositivas.

Sem dúvida é um trabalho de grande impacto e de resultados imediatos, uma vez que atinge a todos os segmentos da comunidade escolar de modo direto e indireto, já que os alunos são trabalhados com fundamento científico em sala e depois difundem os novos conceitos aprendidos em seus lares e espaços de convívio social, tornando-se multiplicadores para a mudança desse novo paradigma de gênero.

SERGIPE - Estância

Escola Municipal João Nascimento Filho

Título do projeto:

GÊNERO E DIVERSIDADE: AUTOAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Coordenação do projeto

Ronaldo Cardoso da Silva

O projeto “Gênero e diversidade: autoafirmação da identidade negra nas séries finais do Ensino Fundamental” traduz a necessidade de caráter social e político da escola de desenvolver nas crianças desde cedo uma consciência crítica que possibilite ações e atitudes positivas. O objetivo é o desenvolvimento de valores básicos para a cidadania em que a mistura das etnias e raças que deu origem ao povo brasileiro promova o respeito ao outro e a si mesmo, valorizando a diversidade sociocultural numa convivência solidária a fim de formar uma sociedade democrática e igual na diferença. É útil sensibilizar a valorização do ser humano e ultrapassar as fronteiras da violência, preconceito e racismo através do pressuposto de que o trabalho de educação antidiscriminatória deve começar na infância. A ideia é o reconhecimento da diversificação cultural através do debate sem constrangimentos nem equívocos.

As atividades foram iniciadas em 2009 como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Escola-PDE e ampliadas no ano seguinte quando os autores participaram do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), ofertado pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, através do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade – NUPATI/PROEX e do Centro de Educação Superior a Distância – CESAD/UAB, com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Os orientadores foram a professora Me. Noêmia Lima Silva (Coordenadora do Cruso GDE) e o professor Miguel Arturo Chamorro. Os autores do projeto são os professores Renata Maria de Almeida Sampaio (idealizadora), Joana D’arc Ferreira Silva, Edilson Rodrigues dos Santos (diretor da escola à época) e Ronaldo Cardoso da

Silva (técnico pedagógico). Um dos principais parceiros da proposta é o professor Silvio Freire de Oliveira, coordenador do Projeto Vulnerabilidade da Adolescência e do Grupo Tambores da Esperança do Colégio Estadual Arabela Ribeiro, Estância-Sergipe. A metodologia do projeto é interativa entre alunos, professores e comunidade, consistindo no uso de diversos instrumentos pedagógicos.

Os impactos esperados estão na possibilidade de fortalecimento dos conteúdos da igualdade e gênero, autoafirmação de gênero na comunidade escolar e democratização das relações interpessoais. Os impactos e os resultados esperados condizem com a apropriação de diversos saberes, além da sensibilização sobre temas relevantes, como legislação, tolerância, direitos e deveres, desenvolvimento de valores e apropriação de novas aprendizagens, a partir de reflexões e esclarecimentos sobre as relações de gênero e identidade na reafirmação da identidade.



PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM/PR

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — MCTI

Ministério da Educação — MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres — ONU Mulheres

COPROMOÇÃO

Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas — SPM/PR

Diretoria de Cooperação Institucional/ Serviço de Prêmios — CNPq

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão — SECADI/MEC

Secretaria de Educação Básica — SEB/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM

Mais informações: igualdadedegenero.cnpq.br



Ministério da
Educação

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

Secretaria de
Políticas para as Mulheres

